

vol.1 n.2
2018



 **Patry Ter**

Revista PatryTer

Associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília

www.unb.br

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Profa.: Dra. Márcia Abrahão Moura

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof.: Dr. Mario de Diniz de Araújo Neto

Programa de Pós-Graduação

Coordenador: Prof.: Dr. Roberto Arnaldo T. Gomes

REVISTA PatryTer

Editor Responsável: [Prof. Dr Everaldo Batista da Costa](#), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Conselho Editorial:

[Dr Everaldo Batista da Costa](#), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

[Dr José Omar Moncada](#), Universidad Nacional Autónoma de México, México

[Drª Iliá Alvarado-Sizzo](#), Universidad Nacional Autónoma de México, México

[Drª Isabel Avendaño-Flores](#), Universidad de Costa Rica, Costa Rica

[Dr Luis Felipe Cabrales](#), Universidad de Guadalajara, México

[Drª Mabel Teresa Chaos Yeras](#), Universidad de Camagüey, Cuba

[Drª Maria De Los Angeles Adames de Newbill](#), Universidad de Panamá, Panamá

[Dr Rene Alejandro Gonzalez Rego](#), Facultad de Geografía Universidad de La Habana, Cuba

[Dr Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde](#), Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Técnico:

[Drª Luana Nunes Martins de Lima](#), Universidade Estadual de Goiás, Brasil

[Drª Janaína Mourão Gori](#), Universidade de Belo Horizonte, Brasil

[Dr Rafael Fabricio Oliveira](#), Instituto Federal de São Paulo, Brasil

[Dr Renan Amabile Boscarol](#), Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasil

[Doutoranda Rúbia de Paula Rubio](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Doutorando Víctor E. Pacheco Garrido](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Doutorando João Vítor Alves](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Doutorando Daniel Rodríguez Ventura](#), Universidad Nacional Autónoma de México

[Ms Vinicius Sodré Malully](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Mestranda Évellin Lima de Mesquita](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Mestranda Larissa Alves de Sousa](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Mestranda Adriana Dennise Rodríguez Blanco](#), Universidad Nacional Autónoma de México

[Bibliotecária Denise Bacellar Nunes](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Bibliotecária Luciana Setubal](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Bibliotecária Thayse Cantanhede](#), Universidade de Brasília, Brasil

Periodicidade: semestral

Divulgação eletrônica

Endereço para correspondência - Departamento de Geografia/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970

Telefones:

55-61-31077253

E-mail: revistapatryter@gmail.com

PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades

v. 1, n. 2 (2018). – Brasília

Semestral

ISSN: 2595-0169

1. Geografia e Humanidades. Universidade de Brasília.

Programa de Pós Graduação em Geografia.

Editorial

Dinâmicas territoriais urbanas, rurais e meio-ambientais na América Latina e Caribe

Everaldo Batista da Costa¹

Ilia Alvarado-Sizzo²



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.12297>

O debate assumido pela PatryTer diz respeito às dinâmicas territoriais urbanas, rurais e meio-ambientais na América Latina e Caribe. Neste editorial, queremos lembrar a ideia contida no Projeto Político-Acadêmico da revista [também publicado neste número], referente ao nosso objetivo que é *fomentar a discussão regional-continental-internacional sobre os referentes geográficos: cidade, campo e natureza socializada, em totalização, pois em processos permanentes de intervenção espacial e ressignificação.*

Assim, de maneira proposital, a capa do vol. 1, nº 2 da revista traz um recorte de uma fotografia registrada em fevereiro de 2017, no Mercado Hidalgo, Guanajuato-México. Revela a simbiose campo-cidade e uma dinâmica econômica de resistência que é recriada em um circuito produtivo de diferentes agentes e territórios, em contraponto às novas possibilidades comerciais globalizadas e especializadas nas cidades. No caso mexicano, os mercados fazem parte da vida urbana cotidiana e sua origem remonta ao comércio pré-hispânico realizado através da troca simples de produtos. Ainda que tenha alterado a modalidade comercial para compra-venda, a essência desse intercâmbio comunitário sobrevive na espacialidade dos mercados até o presente. Tais mercados tradicionais sobreviventes em centros comerciais de importantes aglomerados latino-americanos e caribenhos estimulam e demandam a manutenção do tecido citadino, bem como o pensamento sobre os elementos atinentes à relação rural-urbano. Estas relações são algumas das muitas preocupações da PatryTer e que esperamos divulgar neste e nos vindouros números, pela ótica analítica do território, do espaço, da paisagem, das regiões e dos lugares, na América Latina e Caribe.



Mercado Hidalgo, Guanajuato, México. Foto: Everaldo Costa [fev. 2017].

¹ Docente do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Editor-Chefe da PatryTer.
Email: everaldocosta@unb.br

² Docente do Instituto de Geografia da Universidad Nacional Autónoma de México – Editora da PatryTer.
Email: ialvarado@igg.unam.mx

Este segundo número da PatryTer traz artigos de professores(as) e de pesquisadores(as) do México, da Argentina e do Brasil, todos com abordagem relativa às novas intervenções espaciais no continente, com alinhamentos (ou propostas) teórico-metodológicas que subsidiam novos estudos. **A paisagem industrial e suas representações** (Luis Felipe Cabrales), **As cidades, o território e a memória** (Amália Inés G. Lemos), **Os embates sobre o espaço público** (Rodrigo Ramos H. F. Valverde), **A urbanização e o desenvolvimento imobiliário** (Alejandra Toscana Aparicio e Mayara Nieves Guevara), **A interação sociedade-natureza pelo turismo** (Vitor João R. Alves), **Os processos de patrimonialização e os bens imateriais** (Jesús Mendoza Mejía), **A valoração visual de espaços turísticos a través de metodologia fotográfica** (Marco Antonio Barriga), **A paisagem urbana e o patrimônio** (Irene Martínez e Melisa Luciana Percara), constituem importantes temáticas tratadas neste novo número e que reforçam a abrangência geográfica e humanista da PatryTer, no cenário continental.

Os trabalhos publicados nos dois primeiros números revelam, por um lado, problemáticas espaciais, contextos metodológicos e dinâmicas territoriais sumamente diversos entre si, tanto como o leque de cores e produtos da fotografia que ilustra a portada deste número. Por outro lado, mostram algumas semelhanças entre os países do âmbito latinoamericano, entre as quais se destaca o valor patrimonial associado com uma cultura tradicional simbólica das comunidades locais que desenvolvem estratégias de resistência ativa frente à voracidade da urbanização e a globalização.

Mesmo diante da crise político-econômica pela qual passa o Brasil –e grande parte dos países latinoamericanos- a qual afeta, frontalmente, a educação no país, enfrentamos o enorme desafio de produzir e manter uma revista internacional de qualidade. Revista que prima pelo compromisso de divulgar um conhecimento geográfico e das demais ciências humanas, cuja essência é a dos questionamentos sobre os (des)caminhos políticos do espaço latinoamericano e caribenho, em suas mais variadas escalas e matizes.

Uma ótima leitura para todo(as)!

***Agradecemos aos avaliadores dos artigos publicados no vol. 1, nº 2 da PatryTer.**

Dr^a Maria Geralda de Almeida (Univ. Federal de Goiás, Brasil), Dr. Oscar Buitrago (Univ. Del Vale, Colômbia), Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Univ. de Brasília, Brasil), Dr^a Neusa de Fátima Mariano (Univ. Federal de São Carlos, Brasil), Dr^a Claudia Alejandra Troncoso (Univ. de Buenos Aires, Argentina), Dr^a Beatriz Nunes Miranda (Colejio de Jalisco, México), Dr. Valdir Adilson Steinke (Univ. de Brasília, Brasil), Dr. Rene Gonzales Rego (Univ. de La Habana, Cuba), Dr^a Liziane Peres Mangili (Univ. Federal de São João del-Rei, Brasil), Dr. Rafael Fabrício de Oliveira (Int. Federal de São Paulo, Brasil), Dr. Camilo Contreras (Colejio de la Fronter Norte, México), Dr^a Valéria Cristina Pereira da Silva (Univ. Federal de Goiás, Brasil) e Dr. Jose Alfonso Baños (Univ. de Guadalajara, México).

Paisaje industrial y sus representaciones: La fábrica “La Parisiense” de Guadalajara durante el Porfiriato

Luis Felipe Cabrales Barajas¹

Resumen: Se presenta un estudio histórico consistente en la deconstrucción de imágenes fotográficas y pictóricas de un paisaje industrial inserto en Guadalajara, la fábrica de jabones y perfumes La Parisiense, fundada en 1892. Tales representaciones, al igual que muchas otras, se utilizaron como vehículo de socialización y legitimación del régimen de Porfirio Díaz Mori, quien gobernó México durante el período 1877-1911. El tendido de una amplia red ferroviaria configuró nuevas articulaciones territoriales e impulsó el desarrollo industrial. Las lecturas reales y simbólicas del pasado se enlazan con una mirada actual del vestigio industrial de La Parisiense el cual afronta un doble embate, la degradación física y el olvido social, de ahí que la valorización del patrimonio cultural encuentre un aliado en el poder de las imágenes.

Palabras-clave: Guadalajara, Porfiriato, representaciones del paisaje industrial, patrimonio cultural.

Paisagem industrial e suas representações: A fábrica “La Parisiense” de Guadalajara durante o Porfiriato

Resumo: Este é um estudo histórico que consiste na desconstrução de imagens fotográficas e pictóricas de uma paisagem industrial localizada em Guadalajara, a fábrica de sabonetes e perfumes La Parisiense, fundada em 1892. Tais representações, como muitas outras, foram utilizadas como veículo de socialização e legitimação do regime de Porfirio Díaz Mori, o qual governou o México durante o período 1877-1911. O estabelecimento de uma ampla rede ferroviária configurou novas articulações e impulsionou o desenvolvimento industrial. As leituras reais e simbólicas do passado se envolvem com um olhar atual do vestígio industrial de La Parisiense, o qual coloca um duplo embate: a degradação física e o esquecimento social. Isso sugere que a valorização do patrimônio cultural encontre um aliado no poder das imagens.

Palavras-chave: Guadalajara, Porfiriato, representações da paisagem industrial, patrimônio cultural.

Industrial landscape and its representation: The “La Parisiense” factory during the Porfiriato

Abstract: A historical study is presented consisting of the deconstruction of photographic and pictorial images of an industrial landscape inserted in Guadalajara, the La Parisiense soap and perfume factory, founded in 1892. Such representations, like many others, were used as a vehicle of socialization and legitimation of the regime of Porfirio Díaz Mori, who governed Mexico during the period 1877-1911. The establishment of an extensive railway network configured new territorial articulations and promoted industrial development. The real and symbolic readings of the past are linked to a current look at the industrial vestiges of La Parisiense which faces a double confrontation: physical degradation and social oblivion, hence the valorization of cultural heritage finds an ally in the power of the images.

Keywords: Guadalajara, Porfiriato, representations of industrial landscape, cultural patrimony.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9355>

Como citar este artigo: Barajas, L. F. C. (2018). Paisaje industrial y sus representaciones: la fábrica "La Parisiense" de Guadalajara durante el Porfiriato. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 1 (2), 1-12. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9355>

Recebido: 17 de março, 2018. **Aceite:** 6 de agosto, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹ Profesor Investigador en el Departamento de Geografía y Ordenación Territorial de la Universidad de Guadalajara, México. El texto se inscribe en la línea de trabajo del Cuerpo Académico “Espacio, tiempo y sociedad”. Email: luisfelipecabrales@yahoo.com.mx

1. Introducción

La ciudad de Guadalajara, con poco más de cinco millones de habitantes ha desarrollado históricamente una función de nodo regional del centro-occidente de México: por su carga demográfica se sitúa como la segunda metrópoli mexicana. Fundada el 14 de febrero de 1542, desde sus inicios configuró un tejido urbano segregado: la ciudad central española se rodeó de núcleos indígenas posteriormente asimilados por la ciudad central: Mexicaltzingo (sur), Analco (oriente) y Mezquitán (norte).

Dichos nombres aluden hoy a barrios emblemáticos, los dos primeros contiguos al primer cuadro de la ciudad. Entre Guadalajara y Mexicaltzingo cruzaba el arroyo el Arenal - hoy Av. La Paz -, factor que contribuyó en marcar identidades. Según Núñez (2003, p. 20) “los primeros pobladores de este barrio fueron indios traídos de México por el virrey Antonio de Mendoza en 1541”, lo que se tradujo en un desarrollo simultáneo entre Mexicaltzingo y Guadalajara, capital de la Nueva Galicia. Es por ello que la figura de protección patrimonial se denomina “Centro histórico, barrios y zonas tradicionales de Guadalajara”.

A objeto de contextualizar los hechos, conviene subrayar que en 1888 Guadalajara se articuló con la ciudad de México mediante el ramal occidental del Ferrocarril Central Mexicano. La estación, emplazada a la mitad entre Guadalajara y Mexicaltzingo propició el reforzamiento de vínculos entre ambos núcleos. La infraestructura ferroviaria derivó en factor de localización industrial y desencadenó transformaciones espaciales como la creación no planificada de un perímetro fabril que se mezcló con el uso residencial y comercial.

La etapa era propicia: el fenómeno industrializador en México se vigorizó durante el régimen presidencial de Porfirio Díaz Mori, periodo dictatorial que cubrió de 1876 a 1911 conocido genéricamente como Porfiriato. Las primeras ocho décadas del siglo XIX mexicano estuvieron marcadas por la inestabilidad política, el arribo de Díaz al poder y la aplicación de los principios de libertad, orden y progreso permitieron conseguir la calma necesaria para perfilar una nación moderna. Tal capítulo histórico se caracterizó por el cultivo de principios liberales que contribuyeron a configurar nuevas articulaciones territoriales: destaca el tendido de la red ferroviaria más extensa que se haya construido en México y que significó uno de los pivotes para dinamizar nuevos territorios.

Aunque más centrada en el comercio y la actividad agroganadera en su territorio circundante, Guadalajara desdobló en la periferia inmediata y en espacios interiores un modelo industrial en el que dominaba la pequeña escala, atributo observable en Mexicaltzingo. Así se explica la presencia de empresas como La Parisiense, fábrica de jabones y perfumes que destacó por la calidad de sus productos. Esto incluyó la presentación cuidada de los mismos y por fortuna el MODO (Museo del Objeto de la Ciudad de México) conserva algunos ejemplares de envolturas de jabón (figura 1) y otros productos finos como el polvo dentífrico Tri-ol.

Un vehículo utilizado para socializar las bondades del régimen y testimoniar la materialización del progreso fue la publicación de álbumes que privilegiaron la difusión de paisajes, representaciones que enfocan la mirada en territorios culturizados. La labor fue apoyada por iniciativas de personas afines al régimen cuya motivación habría sido una mezcla de genuino reconocimiento hacia los avances observados, el desarrollo de nuevos productos editoriales y el espíritu empresarial.

La cultura de la imagen fue clave no solo para las personas instruidas, en el año 1895 el 82 % de la población mexicana mayor de 10 años no sabía leer ni escribir (Inegi, 1985, p. 90) lo que ayuda a entender que las fotografías, pinturas y litografías conformaran un repertorio asimilable en forma casi universal y que hayan constituido una plataforma mediadora entre los lugares y la gente, entre los discursos del poder y la población.

Las fotos de La Parisiense que analizamos proceden de *El Álbum de la Paz y el Trabajo* editado por Ireneo Paz Flores (1836-1924), personaje nacido en Guadalajara. La obra data de 1910 y fue motivada por la celebración del Centenario de la Independencia. Constituye un acervo documental que permite, a través de las imágenes y textos adentrarse en la caracterización de la industria y de sus representaciones paisajísticas. También aprovechamos una pintura de paisaje publicada en forma independiente la cual habría pasado por el proceso de reproducción litográfica.

Asumimos una perspectiva del patrimonio en sentido amplio: a las piezas materiales, es decir, a los edificios, se suman sus representaciones gráficas y literarias. De la dimensión intangible del patrimonio se incorpora preliminarmente una aproximación a la memoria de los habitantes del lugar que constituye un indicador de pertenencia y otorga sentido social al patrimonio. A su vez, todos los ingredientes constituyen materia prima para alimentar la discusión sobre la pertinencia de conservar testimonios físicos y documentales de los edificios.

Figura 1 – Envoltura del jabón medicinal La Parisiense



Fuente: Cortesía de EL MODO, Museo del Objeto del Objeto, Ciudad de México 2017

2. Irineo Paz Flores y el *Álbum de la Paz y el Trabajo*

El espíritu emprendedor de Irineo Paz Flores facilitó que el *Álbum de la Paz y el Trabajo* viera luz después de muchas dificultades. El compendio aporta noticias sobre las entidades de la República y los avances en materia industrial ocupan una posición central. Su colorida portada elaborada en papel cartoncillo y cuya autoría no se consigna, sintetiza la esencia del proyecto. Los valores que representan la paz y el trabajo son personificados por una mujer y un hombre. La paz con las alas abiertas muestra una indumentaria propia de la cultura clásica europea, mientras que el trabajador está ataviado con un overol y en su mano izquierda sostiene un martillo.

El fondo del cuadro, que refuerza el tratamiento paisajístico presenta un dominio terrestre y otro marítimo. En el primer caso se incrusta una planta industrial en la que sobresalen sus humeantes chimeneas, lo que se complementa con un poste que simbolizaría la labor de electrificación y el desarrollo de la telegrafía. El entorno marítimo arranca con un ancla y más allá tres navíos que mostrarían a México como un país abierto al mundo (figura 2).

Ireneo Paz, además de ostentar el título de abogado desplegó talento como escritor y periodista. Participó en la Guerra de Reforma, en la intervención francesa y ocupó diversos cargos públicos como magistrado y Secretario del gobierno del estado de Colima. Sobre él, su nieto Octavio Paz (1997, p. 4) comentó “supe que había sido un hombre muy activo: había conocido las penalidades y la camaradería de la guerra, las agitaciones de la política, los torbellinos del periodismo y el silencio del cuarto de escritor” (1997, p. 4).

Anota que su abuelo llegó a cultivar amistad con Porfirio Díaz aunque su entusiasmo “se enfrió” porque lamentaba que “no se hiciera nada por encaminar la nación a una verdadera democracia” (Paz, 1997, p.4). No obstante, su cordura lo llevó a considerar que Díaz “hizo más bien que mal. Su pecado fue la ceguera y la sordera de sus últimos años: no quiso dejar el poder y su terquedad provocó el terrible estallido de la Revolución” (Paz, 1997, p. 4).

El “bien” materializado por la administración porfirista es lo Irineo Paz que habría intentado plasmar en su álbum que tiene un formato de 38 por 53 centímetros. En cuanto a su extensión el ejemplar al que hemos tenido acceso cuenta con 350 páginas, desconocemos si está completo, dado que no se encuentra paginado y tampoco ha sido posible saber el tiraje ni la casa impresora. Paz (1910) manifestó en el prólogo su deseo de publicar una obra “que contuviera nuestra

historia evolutiva de los últimos treinta años de paz que hemos disfrutado, con los monumentos, los edificios, los talleres que se han levantado y el desarrollo que han tenido nuestra industria y la riqueza nacional hasta un grado increíble” (1910).

dependió de respuestas provenientes de todo el país y al ser desiguales el margen de maniobra era limitado. En el afán de identificar un aspecto positivo de tal esquema de trabajo, los contenidos del *Álbum de la Paz y el Trabajo* reflejan discursos e imaginarios contruados desde lo local y eso otorga un atributo enriquecedor.

Figura 2 – Portada del Álbum de la Paz y el Trabajo



Fuente: Paz (1910)

El texto sirve además para conocer las dificultades de financiamiento

“principalmente por la desconfianza que han sabido sembrar los estafadores que han recorrido el país ofreciendo publicaciones de parecida índole de manera que para realizar nuestro trabajo, hemos tenido que hacer gastos de cuantía, principalmente en agentes algunos de los que solo dieron resultados negativos” (Paz, 1910)

En paralelo habría solicitado “hasta con insistencia” a todos los gobernadores de los estados de la república que enviaran su biografía y retrato, sin embargo “algunos no contestaron y otros lo hicieron con evasivas” (Paz, 1910).

El resultado fue que la edición sufrió cinco años de retraso, parte de los colaboradores demoraron sus envíos. Además de que las páginas no fueran numeradas tampoco se insertó un índice ya que fue imposible completar los materiales y dar por cerrado el documento como era esperable lo que no impidió a su editor afirmar “llenos de orgullo presentamos nuestro trabajo, no como el único, no como el incomparable, no como el más perfecto, sino solamente como el mejor que hasta ahora se ha hecho en México” (Paz, 1910).

El mecanismo de producción explica que los contenidos resulten heterogéneos ya que la obra

Entre los textos, seguramente escritos por diversas plumas, se mezclan lenguajes: reproducciones litográficas, grabados y viñetas pero la fotografía ocupa una posición dominante. Dadas las motivaciones del documento sobresale el paisaje industrial unas veces presentado fotográficamente y en otras mediante representaciones panorámicas procedentes de dibujos arquitectónicos de alzados o de vistas panorámicas, un género que prosperó en diversos países inmersos en el proceso de industrialización.

3. La Parisiense de Guadalajara: industria exitosa

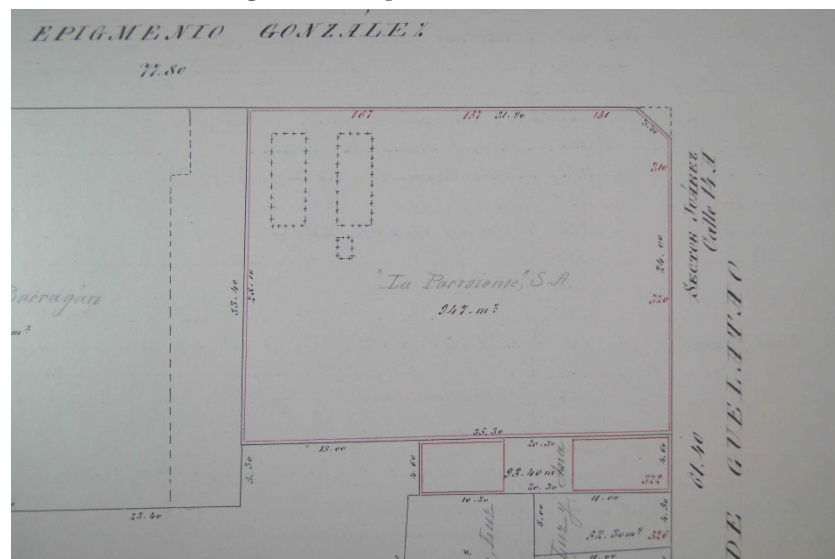
La fábrica de jabones y perfumes La Parisiense fue fundada en 1892 según consta en una plana completa a dos columnas que le dedicó el *Álbum de la Paz y el Trabajo*. Manuel Robles Gil Tolsá (1861-1921), empresario de Guadalajara aparece como Director, Gerente y Fundador, lo cual correspondería al año 1910.

El caso encierra interés de cara al análisis de las representaciones del paisaje industrial en Guadalajara ciudad que en el año 1910 contaba con 119,468 habitantes (Inegi, 1985, p. 27).

Un aspecto deficitario sobre la historia de La Parisiense era su localización precisa, más aún si se considera que estaba asentada en dos edificios. Ello fue subsanado gracias a la búsqueda realizada en el Atlas Catastral de Guadalajara de 1914, así pudimos saber que ambas sedes eran contiguas, ubicadas sobre la calle Manzano y mediadas por la calle Epigmenio González, esto a 13 calles de la catedral. Para facilitar la diferenciación las denominamos en lo subsecuente La Parisiense 1 (figura 3) y La Parisiense 2 (figura 4).

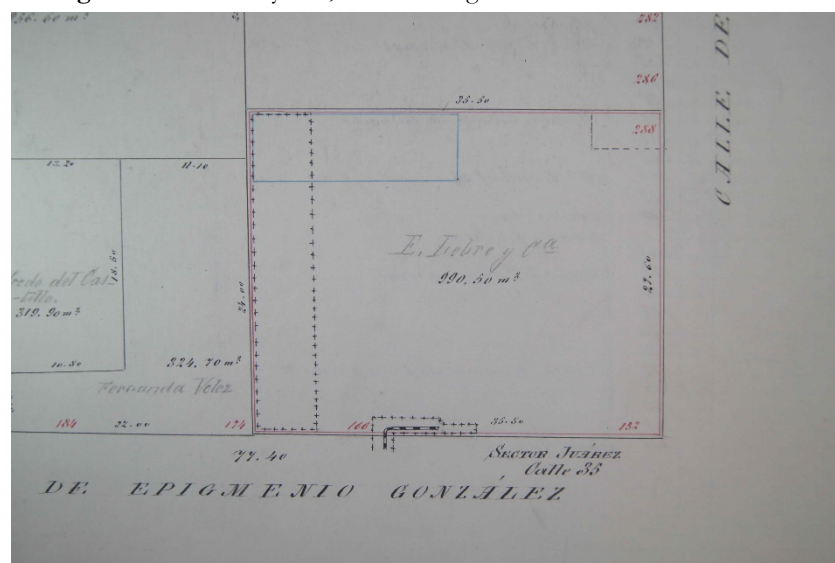
Como parte de la estructura económica, la elaboración de jabón era marginal en Guadalajara. Para el año 1907 la fabricación “textil y ropa” concentraba al 16.36 % del empleo industrial mientras y el de “harinas y pan” ocupaba al 12.62 % por lo que fueron las dos especializaciones más importantes, en tanto la producción de jabón apenas representaba el 1.14 % (Magaña, 1992, p. 114). Pero desde el punto de vista tecnológico y de calidad de sus productos La Parisiense debió ser la

Figura 3 – Imagen catastral de La Parisiense 1



Fuente: Gobierno del Estado de Jalisco (1914, Cuartel 7, Manzana 27)

Figura 4 – E. Lèbre y Cía., ostenta el registro catastral de La Parisiense 2



Fuente: Gobierno del Estado de Jalisco (1914, Cuartel 7, Manzana 27)

empresa líder dejando atrás a los talleres artesanales, aunque sus productos en realidad respondían a nichos de mercado diferenciados. Las exposiciones internacionales, escaparate para mostrar avances industriales permitieron a La Parisiense obtener, entre otros, dos diplomas de honor en París (1900), medalla de oro en St. Louis Mo. (1904) y diploma de honor en Boston (1908) según se lee en el *Álbum de la Paz y el Trabajo*.

Adolfo Dollero (1911, p. 430) en su relato viajero *México al día*, dejó testimonio de su visita a la fábrica

“produce mercancía verdaderamente buena y bien presentada...importa las esencias y parte de la materia prima de Italia, de Francia y de Alemania. Anexas hay también una imprenta y litografía, y una fábrica de cajas de cartón. Se usa para fabricar el jabón aceite de semillas de algodón, y para los jabones finos el aceite de nuez de palma”.

La nota sobre la existencia de un taller editorial da cuenta de una industria paralela que se complementaba productivamente con el giro básico y también explicaría la importancia otorgada a fomentar una imagen corporativa, la caja de jabón antes mostrada formaría parte de tal estrategia.

La historia de la empresa se puede dividir al menos en dos grandes etapas, la que va de sus inicios en 1892 al año 1907 cuando fue dirigida por Robles Gil quien probablemente no contaba con socios. El 13 de junio de ese año, con el ingreso de accionistas de origen francés se protocolizó la razón social “La Parisiense S.A. Fábrica de Jabones y Perfumes” (Valerio, 2015, p. 273). A partir de entonces arrancarían la segunda etapa que se prolongaría hasta inicios de la década de 1920 cuando dejó de existir. El texto sobre La Parisiense inserto en el *Álbum de la Paz y el Trabajo*, fiel a su intención de ensalzar el progreso alcanzado durante el Porfiriato inicia con alusiones al jurisperito Don Emeterio Robles Gil “uno de los hombres más notables y más populares que ha tenido Jalisco” para luego referirse a su hijo “el señor Manuel Robles Gil que, con un tino admirable, al lanzarse a la lucha por la vida, proyectó fundar una fábrica que hoy puede considerarse como un modelo entre las de su especie” (Paz, 1910).

Al momento de aparecer el álbum, la sociedad anónima estaría funcionando plenamente. En ella se incorporaron accionistas de origen barcelonnette: Joseph Lèbre, Eugene Cuzin, Auguste Brun, Auguste Lugier y Pascal André (Valerio, 2015, p. 274).

Creemos que con la constitución de la Sociedad Anónima La Parisiense, además de continuar como firma exitosa, se incursionó en una

nueva estrategia de promoción. Particular atención merece la manera de presentar los edificios durante esa época, la documentación gráfica disponible, aunque es mínima permite identificar la evolución entre el lenguaje fotográfico convencional y la pintura de paisaje traducida litográficamente. La fórmula fue sin duda alimentar el imaginario sobre la relevancia de la empresa mediante una representación alegórica.

4. Dos pequeños edificios idealizados pictóricamente como paisaje industrial

La Parisiense 1 (figura 5), se situó en la esquina nororiente de la manzana. La fuente catastral consultada con el fin de verificar la titularidad de los inmuebles consigna la propiedad a nombre de La Parisiense S.A. La superficie de la parcela es de 947 metros² lo que supone el 19.35 % de la manzana que es de 4,849.70 metros² (Gobierno del Estado de Jalisco, 1914, Cuartel 7, Manzana 27). El otro edificio, Parisiense 2 (figura 6), ubicado al norte del anterior, en el vértice suroriente de la manzana aledaña aparece con el nombre de E. Lèbre y Cía. y cubre 990.50 metros², el 14.80 % de los 6,695.20 metros² de la manzana. (Gobierno del Estado de Jalisco, 1914, Cuartel 7, Manzana 27)

Las construcciones correspondieron a una escala industrial pequeña al grado que podrían confundirse con arquitectura doméstica. El fotógrafo tuvo cuidado de abrir el horizonte a efecto de captar la vertebración de las fincas industriales con el sistema de servicios urbanos, la línea de tranvía y las coberturas eléctricas. Sólo en la Parisiense 1 se percibe una chimenea y en ambos casos se enfatiza la razón social por medio de rótulos en las dos fachadas. En la Parisiense 2 se puede leer el nombre de “Robles Gil” en la planta alta y “La Parisiense” en el piso inferior.

El análisis se fundamenta en el cotejo de esa dupla de fotografías con una representación de paisaje no incluida en el *Álbum de la Paz y el Trabajo* que se reprodujo mediante la técnica litográfica una vez que los empresarios franceses, originarios de Barcelonnette habrían reforzado su presencia (figura 7). La imagen corresponde, de acuerdo a nuestro sistema de clasificación a una categoría intermedia entre la *panorámica horizontal* y la *vista intraurbana* (Cabrales, 2011, p. 127). Desconocemos los canales de circulación de la litografía de La Parisiense, la versión analizada fue incluida en el álbum editado recientemente por Chaix y Greco (2005, p. 111).

Figura 5 – La Parisiense 1, edificio desaparecido



Fuente: Paz (1910)

Figura 6 – La Parisiense 2, actualmente en estado de deterioro

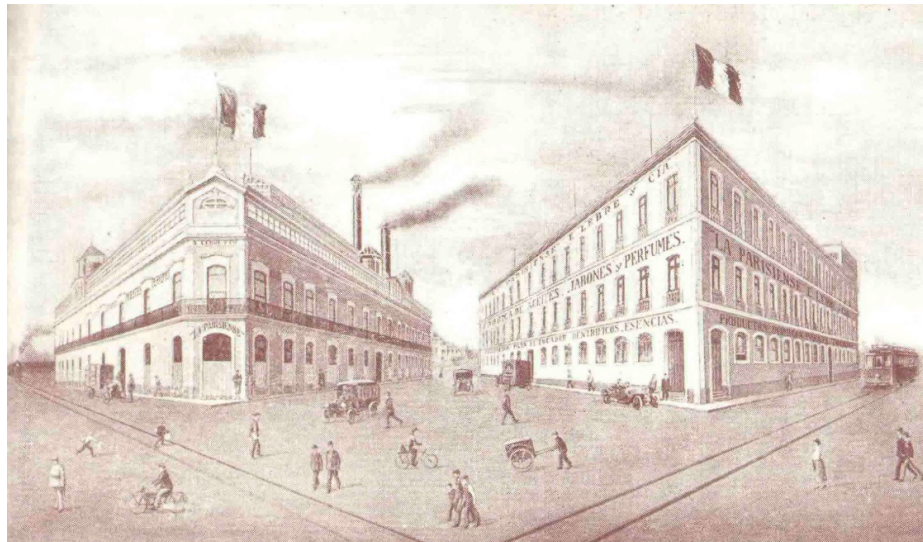


Fuente: Paz (1910)

La deconstrucción de la imagen ayuda a entender la construcción del imaginario: presentar ambos inmuebles en un solo cuadro, magnificar la escala, reforzar el papel de los ingredientes del contorno y dotarlos de vitalidad callejera habría supuesto construir artísticamente una imagen que si bien contiene elementos reales fue idealizada paisajísticamente.

Se usa el recurso de mostrar las esquinas de los edificios en primer plano de tal forma que los puntos de fuga colaboran con la ampliación de la perspectiva y exageran la escala. El efecto se refuerza altimétricamente al dibujar un sobrepiso en uno de los edificios y una altura adicional en el otro, de dos niveles que realmente tenían se elevan a tres en la estampa. Respecto a la planimetría, de ocupar poco menos del 20 % de la superficie de sus respectivas manzanas las fábricas pasaron a representarse pictóricamente como dueñas del 100 %.

Figura 7 –
Representación
idealizada del
paisaje industrial
de La Parisiense



Fuente:
Chaix y Greco
(2005, p. 111)

En el primer edificio se trazaron dos grandes chimeneas humeantes y en ambos se dibuja ondeante la bandera nacional. Ambas sedes quedan engarzadas mediante las líneas ferroviarias, del lado izquierdo se deja venir una máquina de vapor mientras que en la parte derecha, dibujado con más detalle, un tranvía. Se consigue así una composición aderezada con escenas costumbristas y varios vehículos: dos camiones de carga en los que se intuye se transportan los productos de La Parisiense, tres coches, uno de ellos descubierto, una carreta de tracción manual y dos bicicletas. Llegan a contarse 27 personas en un espacio multifuncional que combina gente de diversas condiciones, algunos visten traje, otros overol, unos trabajan, otros circulan, los niños juegan, parece un mundo feliz, un lugar bucólico.

La comparación entre las dos fotografías de La Parisiense y litografía descrita supondría un paso entre la visión monumentalista y la visión

paisajística, esta última integradora de un repertorio de piezas materiales y significados culturales lo que enfatiza la idea de conjunto. Si el caso fuera discutir sobre la idealización pictórica de La Parisiense, de acuerdo con el léxico propuesto por Kagan (1998, p. 171) se descubre el tránsito hacia una “vista comunicentrica” que atiende a la comprensión del carácter del lugar, a su dimensión humana y por tanto se relaciona con el concepto de *civitas* a diferencia de la “vista corográfica” más atenta a la dimensión física del lugar, a la *urbs*, en este caso cercana a las tomas fotográficas incorporadas en el *Álbum de la Paz y el Trabajo*. Kagan deja en claro que en las vistas comunicentricas “la objetividad no es su mayor virtud” (1998, p. 171) atributo legítimo en cualquier obra artística, de ahí que la pintura haya sido utilizada para romper los límites impuestos por la fotografía pero al mismo tiempo se revela la diversidad de miradas sobre un mismo lugar.

Es factible pensar que la litografía analizada salió de los talleres de la propia empresa y queda la duda sobre su autoría. Habría servido también para reforzar la “personalidad francesa” de La Parisiense, la leyenda “E. Lèbre y Cía” que aparece en la vista panorámica ocupa el lugar que en la foto tuvo “Robles Gil”. Además del nombre comercial ya de por sí elocuente se eleva a primer plano el apellido Lèbre. Por doble vía se retroalimentó el afán de la clase ilustrada por imitar referentes de la cultura francesa, una tendencia propia de la época.

La sociedad E. Lèbre y Cía., figura también en 1889 como poseedora del 14.5 % de las acciones de la Compañía Industrial de Guadalajara, propietaria de las fábricas de hilados y tejidos de Atemajac y La Experiencia (Valerio, 2002, p. 121) y en 1907 como propietaria de la casa comercial La Ciudad de Londres (Valerio, 2015, p. 187) lo cual

denota el protagonismo del circuito migratorio de los Bajos Alpes franceses hacia Guadalajara.

5. Estado actual de los edificios La Parisiense: abandono y olvido

El estado que hoy guardan vestigios de La Parisiense revela la falta de capacidad para enlazar el pasado y el presente en términos materiales y simbólicos. Es un síntoma de la indiferencia hacia el patrimonio industrial de Guadalajara: la construcción que correspondió a Parisiense 1 fue demolida para ser sustituida por otra fábrica y/o almacén alrededor de la década de 1950 o 1960: actualmente es una ruina que mantiene en pie los muros perimetrales pero no así la cubierta (figura 8). La Parisiense 2, que ostenta una antigüedad superior a un siglo conserva el paño de la fachada, parte de su estructura interna así como el techo. Recientemente se utiliza como improvisado estacionamiento para automóviles (figura 9).

investigación mediante la herramienta de historia oral para identificar el imaginario del lugar, o al menos documentar recuerdos.

Un sondeo realizado en 2016 entre los vecinos permitió aventurar la hipótesis sobre la falta de reconocimiento del valor histórico del lugar y de su comprensión como patrimonio industrial. En ello contribuyen los cambios generaciones y el déficit historiográfico sobre la empresa La Parisiense.

El predio que ocupó La Parisiense 1 permanece anunciado para venta o renta desde hace varios años, mientras que el cascarón de La Parisiense 2 se oferta para venta a partir de 2017, sin que la opinión pública repare sobre a su dimensión patrimonial o sus significados paisajísticos. Existe una controversia desde inicios de 2017 cuando se dio a conocer la intención de construir un estacionamiento subterráneo en plaza ajardinada que se ubica frente a la iglesia de San Juan Bautista de Mexicatzingo ello bajo la justificación de dar servicio al Teatro Diana, ubicado ados calles, aunque se trataría de un equipamiento abierto a todo usuario.

Figura 8 – Edificio que sustituyó a La Parisiense 1. Al fondo la iglesia de Mexicatzingo



Fuente:
Acervo
personal
(2017)

El hecho de tratarse de propiedades privadas, la ausencia de catalogación patrimonial y la plusvalía expectante favorecerían fenómenos especulativos que generalizadamente afectan al centro histórico de Guadalajara. Además se presenta un factor estructural que no por intangible resulta menor: la pérdida de memoria histórica respecto a La Parisiense, hecho que necesariamente conduce al abordaje social para entender la situación. Dentro del universo mental, la conexión de dichos cadáveres industriales con su etapa viva como fábrica de jabón y perfume demandaría una

El debate se libró en periódicos locales pero también en plataformas mediáticas como YouTube. En un video se muestra al señor Enrique Chávez, vecino del lugar desde hace 70 años quien externa la opinión de que la plaza tiene que respetarse y el estacionamiento debería ubicarse en alguno de los espacios abandonados aledaños.

Sin referirse explícitamente a ellos, señala como ejemplo lo que correspondería a las antiguas sedes de La Parisiense, ubicadas en manzanas contiguas, a solo unos pasos de la plaza “están muy buenos, en venta para estacionamientos” (Nuño,

2017). En el mismo sentido Cornejo y Sosa (2017) publicaron un video donde las referencias son más directas: como propuesta para incrustar el aparcamiento se exhiben las imágenes de los restos de La Parisiense y se sobrepone la leyenda “estos son solo un par de ejemplos” refiriéndose a lugares donde podría desarrollarse el proyecto “sin dañar al patrimonio arqueológico, histórico, artístico y barrial de la ciudad” (Cornejo & Sosa, 2017). De ser sitios tocados por el esplendor industrial, generadores de empleo y de productos esmeradamente fabricados, las pálidas huellas de La Parisiense han transitado a la degradación y falta de reconocimiento.

simplemente se debe a la influencia de diseños arquitectónicos con arraigo en Estados Unidos. Por supuesto, podría explicarse por la combinación de esos u otros factores.

Más allá de la pertinencia técnica sobre la posible salvaguarda y puesta en valor de los vestigios, sobre todo de la Parisiense 2, las evidencias denotan un vacío en cuanto a la apropiación simbólica de tal patrimonio. Tal situación unida a las lógicas del mercado inmobiliario y la ausencia de acciones públicas o reivindicaciones ciudadanas incitan a predecir un pesimista futuro para los restos materiales de La Parisiense.

Figura 9 – El cadáver industrial de La Parisiense 2 se ofrece en venta



Fuente:
Acervo
personal
(2017)

Entre los argumentos contrarios a la inserción del estacionamiento en la plaza barrial aparece el que apela a la vulnerabilidad del subsuelo por la presencia de mantos freáticos en la zona. Dicho comportamiento hídrico ha generado problemas de filtraciones en las dos plantas del estacionamiento subterráneo del mercado municipal ubicado al lado de la plaza, construido en el año 2002.

Llama la atención que el edificio de Sears Roebuck, aldaño a La Parisiense 2 cuente con estacionamiento ubicado en parte alta del edificio, uno en estructura semicerrada y sobre el otro a cielo abierto, es decir, en la azotea. Se trata de una notable obra de arquitectura moderna, construida entre 1965-1966 por el arquitecto Teodoro González de León. Queda anotada la duda sobre la razón para instalar el espacio para los coches encima de la tienda: ¿evitar el sustrato acuoso?, ¿respondió a un principio de economía?, o

6. Conclusión

Las imágenes del paisaje representan el retrato de una época, son un rico patrimonio documental abierto al diálogo. Funcionan como instrumento pedagógico para la geografía y la historia dado que alientan una cultura de la imagen que a su vez favorece la construcción de referentes colectivos. El caso de la fábrica de jabones y perfumes La Parisiense de Guadalajara ejemplifica la capacidad retórica de iconografías y relatos escritos, así como su utilización para exaltar la labor empresarial y los discursos del poder político imperante durante el Porfiriato, mismos que procuraban divulgar la idea de progreso como garante del orden social.

Las dos fotografías incluidas en el *Álbum de la Paz y el Trabajo* comparadas con la pintura litografiada que muestra la vista panorámica del pequeño conjunto implicó una interfase entre el

realismo fotográfico y la idealización paisajística. Se identifica lo que Roger (2007, p. 25) denomina “artealización” que se produce cuando un lugar es mediado por la mirada del artista y consigue revelar el “genio del lugar” en el que se magnifican precisamente la paz y el trabajo como idearios políticos. La composición también apela a glorificar la extranjería, a exhibir muestras de la cultura francesa en la ciudad así como a su aprovechamiento como imagen de marca en productos destinados a la limpieza corporal de la burguesía.

Dado el desdibujamiento de los paisajes industriales en el centro histórico de Guadalajara, en específico del entorno de la primitiva estación del ferrocarril, la mirada realizada en el presente trabajo dirige la atención en la necesidad de refrescar la memoria urbana de un tejido urbano mixto contenedor de cultura obrera. De aquí se desdoblán al menos tres perspectivas que abarcan las distintas vertientes del patrimonio cultural:

a) Debate sobre los edificios como patrimonio tangible (bienes inmuebles). Los vestigios consistentes en el cadáver industrial de La Parisiense 1 y el solar de La Parisiense 2, luego sustituido por otra construcción son materia prima para dialogar desde el punto de vista cultural, técnico, e incluso ético sobre la posibilidad de reciclar los restos industriales o alguna de sus partes, objetivo ciertamente utópico al tratarse de bienes privados.

b) Conservación, puesta en valor y aprovechamiento de documentos históricos como patrimonio tangible (bienes muebles). Los acervos públicos y privados contienen información subutilizada que permitiría avanzar en el conocimiento científico sobre la historia industrial de Guadalajara. La Parisiense constituye solo un ejemplo de la historia empresarial y edilicia en las inmediaciones de la estación ferroviaria.

c) Dinamización social respecto a los significados patrimoniales de los vestigios (bienes intangibles). El patrimonio histórico cobra sentido cuando constituye un legado socialmente apropiado y transmitido generacionalmente. En el caso estudiado parecería que se requiere de un relato patrimonial estructurado a escala barrial, entendido como paisaje y no como piezas aisladas. El extravío de algunos hitos simbólicos puede revertirse mediante la transmisión de conocimiento histórico y en su caso apoyarse la recuperación y puesta en valor de bienes patrimoniales.

En un plano ideal, la movilización simultánea de diversos actores e instituciones públicas permitiría acciones transversales para avanzar en la reivindicación del patrimonio tangible e intangible y de esa manera conciliar el pasado con

el presente y así proyectar un futuro de mayor calidad para Mexicaltzingo.

7. Referencias bibliográficas

- Cabrales, L. F. (2011). Las panorámicas urbanas mexicanas: representación del paisaje cultural. In Carlos Herrejón Peredo (Coord.), *La formación geográfica de México* (pp. 126-178). México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- Cornejo, F. & J. M. Sosa. (2017). Mexicaltzingo, en defensa del jardín. Recuperado en 25 de mayo, 2018. Disponible en: <https://youtu.be/30k1Ula6Alo>
- Chaix, E. & S. Greco. (2005). *Album d'honneur de tous les français resident au Mexique partis pour la France, 1914-1919*. Barcelonnette, Sabenca de la Valeia / Asociación Franco Mexicana, Suiza y Belga de Beneficencia (IAP).
- Dollero, A. (1911). *México al día (Impresiones y notas de viaje)*. París, México: Librería de la Vda. De C. Bouret.
- Gobierno del Estado de Jalisco (1914). Atlas de los planos de las manzanas que corresponden al Cuartel 7°. *Catastro de la Ciudad de Guadalajara. Revalúo de la propiedad raíz practicado de acuerdo con la Ley General de Septiembre de 1914 y Decreto No. 42 del Gobierno del Estado del mismo año*.
- González, J. T. (2005). *Las nueve esquinas*. Guadalajara: Ediciones Pacífico.
- Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, Instituto Nacional de Antropología e Historia (1985). *Estadísticas Históricas de México, Tomo I*, México. México: Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, Instituto Nacional de Antropología e Historia.
- Kagan, R. (1998). *Imágenes urbanas del mundo hispánico 1493-1780*. Madrid: Editorial El Viso.
- Magaña, M. A. (1992). La industria en Guadalajara durante la primera década del siglo XX. In *Capítulos de la historia de la ciudad de Guadalajara* (Tomo II. pp. 87-130). Guadalajara: Ayuntamiento de Guadalajara.
- Núñez, R. G. (2003). El barrio de Mexicaltzingo. El señor de la Penitencia. El puente de las Damas. In *50 Curso de Información Guadalajara, Tlaquepaque, Tonalá y Zapopan* (pp. 19-34). Ramón Mata Torres (Comp.) Guadalajara: Ayuntamiento de Guadalajara.
- Nuño, C. (2017). Habitantes del barrio rechazan construcción del estacionamiento subterrá

- neo. Recuperado en 18 de junio, 2018. Disponible en: <https://youtu.be/1XSrE4nDbcs>
- Paz, I. (1910). *Álbum de la Paz y el Trabajo*. Ciudad de México.
- Paz, O. (1997). Silueta de Ireneo Paz. Ciudad de México: Editorial Vuelta, S.A. de C.V, pp. 4-8.
- Roger, A. (2007). *Breve tratado del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Valerio, S. (2002). *Empresarios extranjeros en Guadalajara durante el Porfiriato*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- _____. (2015). *Los barcelonettes en Guadalajara, siglos XIX y XX*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Instituto Mora-CONACYT.

Cidades, território e memória na América Latina: um olhar através das suas metrópoles

Amalia Inés Geraiges de Lemos¹

Resumo: Procuramos analisar os territórios das nossas metrópoles a partir dos conceitos do processo civilizatório de Norbert Elias, autor que destaca a diferença entre civilização e cultura. Ressaltamos que a chegada e ocupação dos espanhóis, portugueses, franceses, holandeses, irlandeses e outros à América, especialmente América Latina, semeou novas formas de ocupação e de colonização que é o resultado de um processo civilizatório. Para a sociedade ocidental, o que não correspondia às suas vivências e suas experiências, eram rotuladas como não civilizadas ou “mais primitivas”. Também tomamos os conceitos de território de Milton Santos como um paradigma para o qual com ambos os conceitos formulamos a análise de diferentes processos históricos dos territórios que se produziram nas metrópoles latino-americanas, demonstrando que não existe o rótulo ideológico denominado “fim dos territórios”.

Palavras-chave: América Latina; processos civilizatórios; territórios; cidades; metrópoles.

Ciudades, territorio y memoria en América Latina: una mirada a través de sus metrópoles

Resumen: Tratamos de analizar los territorios de nuestras metrópolis a partir de los conceptos de proceso civilizatorio de Norbert Elias, que destaca la diferencia entre civilización y cultura. Queremos destacar que la llegada y ocupación de los españoles, portugueses, franceses, holandeses, irlandeses y otros a América y en especial a la Latina, sembraron nuevas formas de ocupación y colonización que es el resultado de un proceso civilizatorio. Para la sociedad occidental lo que no correspondía a sus vivencias, a sus experiencias, eran rotuladas de incivilizadas o “más primitivas”. Tomamos también los conceptos de territorio de Milton Santos como paradigma para lo cual con ambos conceptos formulamos el análisis de los diferentes procesos históricos de los territorios que se produjeron en las metrópolis de Latinoamérica, para demostrar que no existe el rótulo ideológico del “fin de los territorios”.

Palabras-clave: América Latina; procesos civilizatorios; territorios; ciudades; metrópolis.

Cities, territory and memory in Latin America: a look through their metropolis

Abstract: We try to analyze the territories of our metropolis from the concepts of the civilization process of Norbert Elias, which highlight the difference between civilization and culture. We emphasize that the arrival and occupation of the Spanish, Portuguese, French, Dutch, Irish and others to America, especially to Latin America, sowed new forms of occupation and colonization that result in a civilizing process. For the Western society those who did not correspond to their knowledge and experience were labeled as uncivilized or “more primitive”. We also take Milton Santos’ concept of territory as a paradigm for which with both concepts we formulate the analysis of different historical processes of the territories that took place in the Latin American metropolis, demonstrating that there is no ideological label called “the end of territories”.

Keywords: Latin America; civilizational processes; territories; cities; metropolis.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9281>.

Como citar este artigo: Lemos, A. I. G. (2018). Cidades, território e memória na América Latina: um olhar através de suas metrópoles. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 1 (2), 13-28. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9281>.

Recebido: 15 de abril, 2018. **Aceite:** 20 de junho, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹ Professora Titular do Departamento de Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. Email: amain@usp.br.

1. A guisa de introdução

Com o objetivo de formar um novo olhar sobre os territórios das nossas cidades, sejam elas metrópoles ou cidades médias, estamos procurando os conceitos de “civilização” que a relação espaço-tempo trouxe à formação socioespacial que denominamos América Latina.

Buscamos em Norbert Elias (1994), em seu livro *O Processo Civilizador*, onde procura separar os conceitos de “civilização e cultura”. Para o autor, “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: “ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes” (Elias, 1994, p. 23). Menciona também a relação com as habitações, como vivem os casais, as normas do sistema jurídico, tanto ao modo como são preparados os alimentos. Generaliza o autor citado, expressando que, se “não há nada que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’, por isso é difícil descrever o que é civilizado. (Elias, 1994, p. 23).

Sem dúvidas, ao chegar às terras hoje denominadas de América Latina por espanhóis, portugueses, franceses, e holandeses semearam novas formas que podemos denominar de resultado de um processo civilizatório. Para a sociedade ocidental o que não respondia a suas vivências, a suas experiências, eram rotuladas de incivilizadas ou “mais primitivas”. Esse olhar do colonizador mostrava seu “orgulho” de aquilo que é mais valorizado por eles: “a sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica, ou visão do mundo, e muito mais” (Elias, 1994, p. 24).

Nesse conceito de “civilização” se inclui um processo ou um resultado, diz respeito a um “movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’” (Elias, 1994, p. 25). O conceito de cultura, para Elias, parece ter implicado uma limitação à noção de movimento.

Essa visão de mundo, de um mundo ocidental e cristão, foi produzindo os diversos territórios nas incipientes e, posteriormente, cidades de América Latina. O que em resumo nos interessa é mostrar que o denominado “descobrimento de América Latina” é, antes de mais nada, um processo civilizatório que procurava transformar a cultura existente.

Por outra parte, também vamos a associar os conceitos de território de Milton Santos (1996; 2002), Antonio Carlos Robert Moraes (2006), Rogério Haesbaert (2002), e Manoel Correia de Andrade (1996), com a formação e organização espacial das metrópoles de nosso subcontinente.

Assim, nos conceitos de Andrade (1996), como nos de Moraes (2006), ambos os autores

fazem uma relação entre território e a formação do Estado-nação. Este conceito foi muito estudado na geografia política e se refere aos interesses de Frederic Ratzel na Alemanha e de Elisée Reclus na França. Andrade (1996) inclusive afirma que o conceito estava diretamente ligado à Teoria do Estado, que este deveria possuir território, povo e governo. Andrade (1996) continua mostrando que não se deve confundir com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Esse poder pode se referir ao poder público estatal, local ou das grandes empresas, que não tem preocupação com fronteiras políticas (Andrade, 1996, p. 213).

Moraes (2006), será analisado no momento que escrevermos sobre a formação dos Estado-Nação na América Latina.

Assim, o conceito que mais se adapta ao nosso interesse é o expresso por Santos (2002, p. 13) em seu trabalho *O Dinheiro e o Território*, onde escreve:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

No mesmo trabalho que acima mencionamos, continua afirmando “O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade” Santos (2002, p. 13). O autor ainda nos esclarece um pouco mais o que ele entende com essa afirmação, “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O Território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” Santos (2002, p. 13). Continua a exposição mostrando que o território usado é uma categoria de análise.

Para Haesbaert (2002) o conceito de território mantém “um diálogo oculto entre a Geografia e as demais Ciências Sociais, preocupadas cada vez mais com a dimensão espacial da sociedade”. Mas faz a observação que se preocupam com o território para enfatizar o desaparecimento do mesmo, especialmente no discurso típico de final do século XX, nas discussões sobre modernidade e pós-modernidade. Haesbaert (2002), com seu amplo conhecimento sobre o tema, cita dois autores que sustentaram essas discussões: o francês Bertrand Badie em *O fim dos Territórios* (1996) e do historiador Francis

Fukuyama sobre o *Fim da História* (1992), associando que, se há um fim do tempo, paralelamente também haveria um fim dos territórios, da geografia e das bases espaciais da sociedade. O autor, depois de fazer um análise das concepções de território nos diferentes momentos dos enfoques teóricos da denominada geografia marxista, geografia crítica, dialética etc., qualquer que seja o rótulo que se denomine, onde território se associa a fonte de recursos dos “meios materiais da existência” ou a simples noção “de apropriação da natureza”. Esta concepção é muito associada à dos antropólogos nos estudos das sociedades mais tradicionais, embora também se possam incluir alguns geógrafos.

Enfim, nos estudos que Haesbaert (2002) realiza sobre território, nos diz que este é o conteúdo de diferentes dimensões do social. Faz um resumo das dimensões biológicas de território por associação aos animais, outra mais presente que é a associação ao poder, a condição política do território, está ligada à formação do Estado-nação. Agora citaremos textualmente o autor quando escreve “autores como Bonnemaison e Cambrezy, ao privilegiarem a dimensão simbólica-cultural, colocam claramente uma terceira vertente, minoritária, mais com crescente influência num mundo em que as questões culturais voltam à tona com força redobrada” (Haesbaert, 2002, pp. 51-52). Menciona o autor também a dimensão econômica, porém aparece acoplada às discussões ao domínio político do espaço por interesses econômicos.

Para terminar nosso diálogo com Haesbaert (2002), queremos mencionar uma citação que faz de Chivallon (1999, p. 53), define o território como “uma espécie de ‘experiência total’ do espaço que faz conjugar-se num mesmo lugar os diversos componentes da vida social”, e questionando a possibilidade, hoje, desta ‘experiência social’, propõe a sua substituição pela noção de espacialidade (Haesbaert, 2002, p. 53).

A partir dessas concepções teóricas, analisaremos a formação dos territórios das cidades latino-americanas, a concretude do processo civilizatório, que se apresenta até os dias atuais no chamado “novo mundo”.

Assim, faremos uma periodização que nos permita chegar às diferenças territoriais nos espaços urbanos. A noção de tempo se relaciona à ideia de sistema, conjugado com as estruturas que as determinam. Dessa maneira, tentamos utilizar as realidades do passado para explicar o presente, embora nem sempre seja possível. Nosso ponto de partida se define no conceito de Santos (1978, p. 209) em *O espaço como acumulação desigual de tempos*.

2. Primeiro momento: territórios do passado pré-colonial

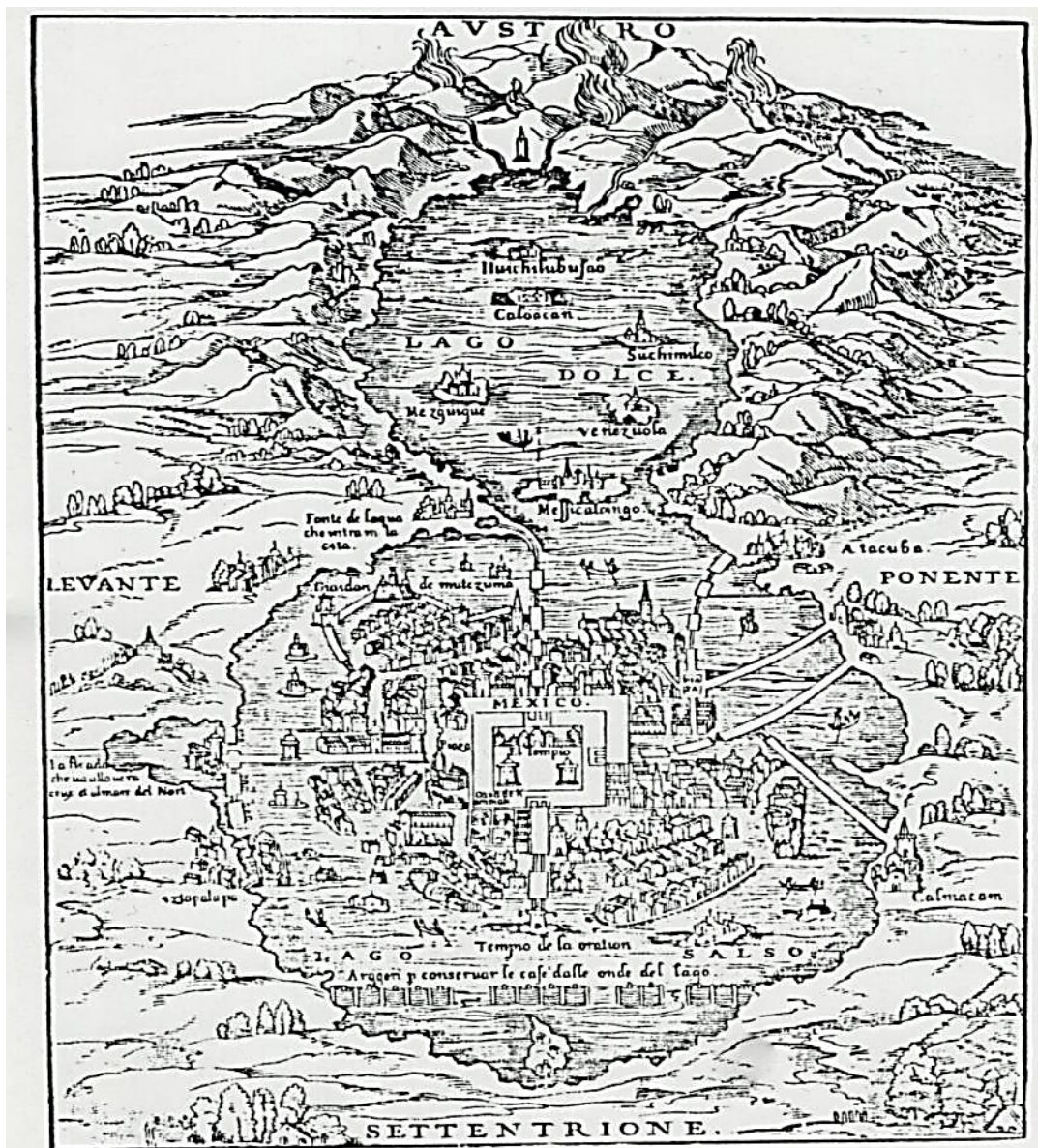
As terras desse período eram ocupadas de forma parcial e dispersas, onde existiam núcleos de populações de diversas formações e sob domínio dos mais desenvolvidos mencionaremos comunidades originárias com diferentes formas de apropriação e transformação da natureza, de utilização dos recursos naturais e humanos, de organização do trabalho, dos produtos, da organização social e militar, da cultura e da religião, das trocas e ações comerciais, com frequentes lutas internas e guerras pelo controle do território e da população, em especial com a escassez de alimentos ou de homens ou mulheres. Na primeira consciência da formação dos territórios, um anônimo chefe ou talvez o imperador dos povos Astecas (Crônicas Méxica-coyotl) se refere a seu espaço, fazendo o seguinte discurso:

Aqui tecnocbas aprenderéis como empezó la renombrada, la gran ciudad, México - Tenochtitlan, en medio del agua, en el tular, en el cañaveral, donde vivimos, donde nacimos nosotros los tecnocbas.

Estamos citando, em espanhol, para não perder o sentido das palavras tomadas das Crônicas Méxica-coyotl – escritos astecas anteriores à ocupação espanhola. Este discurso se encontra no Museu de Antropologia da Cidade de México. Na figura 1, podemos observar alguns elementos importantes dessa imagem que é o retrato das palavras do chefe asteca.

1. A consciência de viverem numa grande cidade 500 anos antes da chegada dos espanhóis;
2. Histórica e psicologicamente, a consciência do espaço é a primeira consciência do homem. Antes do tempo, que era medido pelo território percorrido, e antes mesmo da origem, configura-se como uma ordem imanente;
3. A “experiência do espaço” entendida como o “lugar”: “porção de superfície terrestre identificada por um nome” (Lemos, 1996, p. 126). Lugar esse onde se manifesta a realidade da vida cotidiana, lugar que “sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante” (Berger & Luckmann, 1974, p. 39). Essa realidade que se apresenta como um mundo subjetivo, na qual se participa com outros homens e a qual adquire as suas significações.

Figura 1 – Cidade de Tenochtitlán, capital do Império Asteca, construída na ilha de Texcoco



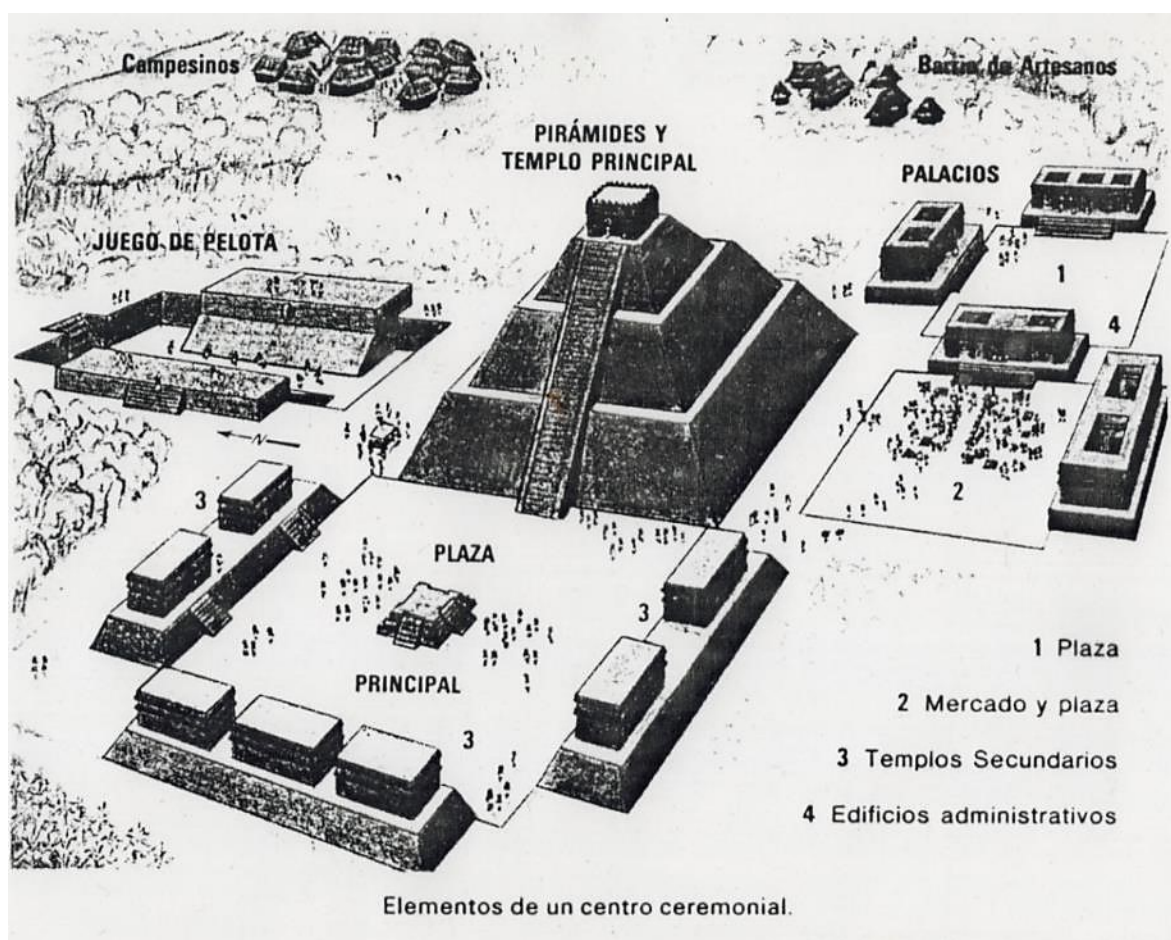
Fonte: Gravura anexada ao relatório do Conquistador Anônimo (BENEVOLO, 1983, p. 477)

Embora a realidade indígena fosse um mundo predominantemente rural, as cidades existentes na chamada América Hispânica, seja Tenochtitlan, Cuzco e várias outras menores, representavam, sobretudo uma enorme visão de mundo das sociedades arcaicas, o espaço da religiosidade do “*homo religiosus*”. “Nesta concepção de mundo, todas as construções -todas as experiências- se realizam no âmbito do espaço sagrado”. A formação do território se relaciona com a vida religiosa: a caça, a pesca, a construção da casa, a aldeia, todos os atos da vida cotidiana: alimentar-se, dançar, procriar, “são os espaços e atos consagrados ab initio por uma hierofania”. (Lagana, 1985, p. 3).

Nessa visão do mundo das populações indígenas, há outro valor do espaço que não se

apresenta como homogêneo, mas sofre uma ruptura, em um lugar determinado por ser um espaço sagrado e um espaço profano, uma percepção que divide o Cosmo do Caos. Como podemos observar na figura 2, os territórios estão organizados com uma espacialização onde o sagrado constitui a diferenciação na homogeneidade do espaço. No exemplo de México-Tenochtitlan, ou em Cuzco, por mencionar as mais importantes, nas construções de seus monumentos – os templos a Quetzalcóatl, as pirâmides do sol, da lua, entre outros – há uma hierarquização para os espaços religiosos.

Figura 2 – Cidade de Tenochtitlan México



Fonte: Imagem extraída do Guia Turístico da Cidade do México (1990)

Neles sempre existiam amplos pátios para a realização dos ritos, das suas liturgias, a instalação dos mercados ao ar livre. Nesses recintos sagrados só tinham acesso os nobres e os governantes com uma orientação seguindo a saída e entrada do sol para completar os aspectos cosmogônicos e agrícolas. Em geral, a pirâmide significava a comunicação com o céu. O núcleo central religioso dessas cidades transforma-se no Axis Mundi, ou seja, o centro do mundo, desse seu mundo construído e produzido a partir de suas práticas sociais.

Bettanini (1982, p. 92) escreve a respeito que “o problema de uma simbologia espacial - que o espaço mítico denota - nasce da necessidade de descobrir, de reconstruir, no interior do mundo contemporâneo, a trama de valores que preenchem o espaço da vida cotidiana”.

Nessa organização do espaço urbano entre o religioso e o profano, entre o puro e o impuro, os territórios estão demarcados para serem ocupados pela nobreza e pelo povo indígena, onde cada

grupo social ocupa os territórios diferenciados. Já existe uma diferenciação social dos territórios.

3. Segundo momento: colonialismo, destruição e os novos territórios implantados

A conquista e colonização pelos espanhóis e portugueses, quando seus países estavam realizando o longo transito do feudalismo para o capitalismo, incluíram nesses processos suas colônias, subordinando-as e fazendo-as participar da acumulação primitiva do capital da metrópole.

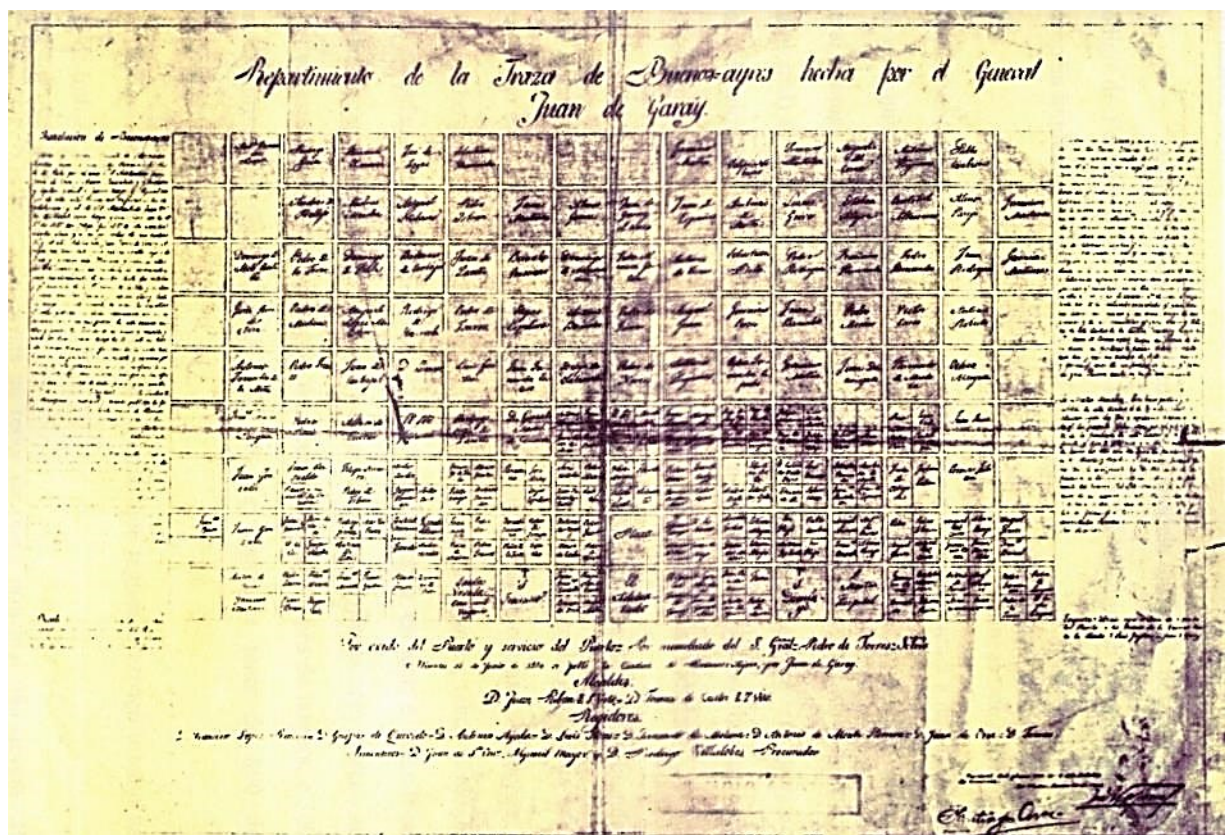
Os espanhóis, ao chegarem à América Central e Meridional, encontraram impérios ricos e desenvolvidos, mas incapazes de resistir aos colonizadores. Segundo Moraes (2006, p. 43), “qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. Um espaço ganho da natureza, de outros povos e de outros estados. É um espaço novo na perspectiva do colonizador”. Cortez no México e Pizarro no Peru ocupam e destroem as grandes

idades que encontram. Fazem as reformas segundo as necessidades e a bagagem cultural dos colonos espanhóis, arrasam os conjuntos habitacionais originais esparsos no território, e obrigam às populações a se estabelecerem nas novas cidades mais compactas. Como coloca Costa (2017, p. 55) “a dinâmica de trabalho imposta para a exploração de riquezas, em territórios latino-americanos, extirpou a cultura (e a vida) de milhares de indígenas e afrodescendentes”. Inicia-se, assim, a essência de toda a relação espaço-temporal da urbanização latino-americana: a contradição, o conflito, o choque entre o europeu e os autóctones. Cortez e Pizarro quando destroem as cidades que encontram, o fazem ante tudo pela significação simbólica que apresentavam seus territórios, porque uma nova concepção do mundo deve ser implantada. Tecnochtlan devia dar espaço à capital hispânica da Nueva Espanha ou Espanha das Índias.

As novas cidades espanholas deviam ter um modelo uniforme, definido pelo código de Felipe II de 1573, que é a primeira lei urbanística da modernidade europeia implantada e transplantada na América.

O modelo uniforme de tabuleiro de xadrez com as ruas retilíneas que definem os quarteirões iguais, em geral quadrados com 100 metros de lado. Partindo todos da praça principal, que em geral abrange quatro quarteirões unidos, denominada de Praça Maior. Nela se localizavam a igreja, o cabildo (paço municipal), as casas dos mercadores e a dos colonos mais ligados à hierarquia do conquistador primeiro, aos mais ricos ao longo do tempo. As regulamentações do código já traziam todas as exigências de como deviam ser os espaços urbanos. Pouco deixavam para que a população formasse seus próprios territórios. Não detalharemos a Lei de Índias, por considerar que há detalhes em excesso. Podemos observar na figura 3, a planta de Buenos Aires seguindo as normas da Lei de Índias. Embora com dispositivos de ordem real, a maioria das cidades foram implantadas como fortalezas com significantes formas jurídicas e físicas para a prática da conquista. Não há dúvidas pelas formas que existem até hoje, exemplo de Cartagena de Índias, que os territórios que se formavam eram produtos dessas normas. Benevolo (1983, p. 478) escreve a respeito, destacando uniformidade do tabuleiro - muitas vezes decidida na mesa da burocracia espanhola – “que impede de encontrar

Figura 3 – Planta de Buenos Aires



Fonte: Horácio Difrieri. Atlas de la Ciudad de Buenos Aires, Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires (1982)

uma adaptação própria ao caráter dos lugares”.

No México, onde havia uma grande população, nessa época maior que a de Sevilla, centro da conquista espanhola, era necessário catequizar, para o qual a igreja devia possuir um grande pátio de entrada e do lado da fachada uma capela aberta (*capilla de índios*), para celebrar missa ao ar livre em dias de festas.

Toda sociedade quando chega para conquistar impõe uma nova ordem, resultante de uma hierarquia diferente complexa e imbricada. A própria concepção de conquista tem um significado de práxis, modo de dominação por meio das armas. Há um novo Deus a impor e a Cruz e a Espada farão esse caminho.

Os ibéricos, ao conquistarem as novas terras, se apossaram, em nome de Cristo, dos territórios que pertenciam a outros deuses. A implantação da Cruz consagrava a religião que significava um “novo nascimento através de Cristo terminou a velha ordem, eis que tudo se tornou novo” (São Paulo apóstolo, op cit Romero (1974)). As novas cidades – símbolo da conquista e ocupação – seriam renovadas, recriadas por meio da Cruz.

A organização do espaço desse período, os territórios existentes, representam a nova hierarquia social. A catedral – a igreja – integra nas suas dimensões os elementos cosmogônicos que substituiriam os dos monumentos anteriores. Agora elas são o centro do mundo e por elas se estabelece o caminho para o céu.

A cidade colonial da América Ibérica se apresenta com todos os rasgos das bases culturais e ideológicas que as construíram. Nos centros, do plano de tabuleiro, onde se concentram o poder religioso, o poder político e o econômico, apresentam uma arquitetura clássica transformada pela arte nativa. Nas áreas de antiga tradição artística, México, América Central, Perú, Bolívia, possuem magníficas mostras desta mistura, onde o clássico está integrado à interpretação livre dos seus construtores.

As moradias, em geral de casas térreas, são amplas e simples feitas com o material que se dispõe e onde também está presente a formação cultural da população autóctone.

Sobre os antigos sítios urbanos, de bem escolhida localização geográfica, os conquistadores com frequência se instalaram e reconstruíram “novas-velhas” cidades sob os parâmetros da dominação: Tlaxcala, Cholula, Bogotá, Huamanga, Quito e especialmente México e Cuzco.

Sob o signo da Cruz e da Espada apagaram os conquistadores os vestígios das antigas culturas urbanas, convencidos como estavam que era justo fazê-lo com os infieis. Em algumas áreas, como na região leste, Brasil, Rio de

la Plata, não tiveram grandes obstáculos para destruir; nas outras, o “alto nível” das culturas com que se defrontaram os deixaram assombrados. De todas as maneiras, agiram como se encontrassem com uma terra deserta, sem vestígios, culturalmente vazia; na qual deviam implantar suas exigências e necessidades, “reduzi-la a seu sistema cultural pela via da catequese religiosa” (Romero, 1974, p. 12).

Embora os desígnios do Império Português não respondessem fielmente ao paradigma traçado para a América hispânica, em muitos momentos podemos afirmar que se encontraram. No processo de urbanização que estamos analisando, a rede de cidades devia criar um espaço urbano europeu, católico, expressão de um império colonial, é dizer um mundo dependente, periferia de uma realidade metropolitana que não tinha identidade própria. Os territórios dessas cidades, desse mundo colonial, deveriam assegurar a dependência, a instrumentalização das exigências superiores da metrópole. Os resultados dessa ideologia, dessa visão de mundo, deixaram de herança o espaço caótico produzido por duas realidades da pirâmide social: os peninsulares e os outros, significando índios e negros.

No final dessa fase, América Latina entra na estrutura socioeconômica do mundo capitalista mercantilista e burguês. Nesse momento há uma consciência real do que eram as cidades americanas: da cidade formal da Lei de Índias, na ata e o escrivão, da espada e a cruz – eram apenas pequenas e acanhadas cidades, pequenas e miseráveis com poucos vizinhos e muita insegurança. Pequenas e miseráveis as cidades assim como as regiões agrícolas que comandavam. Exemplificamos com São Paulo, Buenos Aires, Montevideu, sem citar as outras do resto de nosso subcontinente que possuíam populações muito acanhadas.

Enfim, podemos sintetizar que as formas da colonização europeia, as terras de nossa América Latina, trouxeram situações sociais que mudaram as estruturas existentes: a incorporação de novos territórios à exploração mineira e agrícola, a construção de caminhos novos, a abertura de rotas fluviais e marítimas, a formação de novos povoados, a drástica redução da população, a mestiçagem racial, a dominação servil semifeudal, formas de intercâmbio mercantil de maneira desigual que ajudou a acumulação originária do capital na Europa, a extração de metais preciosos, o tráfico de negros e a escravidão, a pirataria cujos suportes foram os portos e as vias terrestres, marítimas e fluviais de drenagem. A imposição do idioma, religião e culturas vindas de fora e a sua combinação

sincrética com as índias e negras, a criação de novas porém formais demarcações político administrativas internas (Cobos, 1995, p. 58). Santos (1982, p. 13) escreve a respeito:

Na América Latina a colonização fundava-se na expansão agrícola e na exploração mineira, responsável pelo comércio que alimentava a vida urbana. Essas atividades começaram antes da Revolução Industrial e também antes da revolução dos transportes, isto é, começos da vida econômica moderna realizaram-se num período em que as insuficiências de meios técnicos limitava a produtividade do trabalho. A necessidade de um grande número de agentes para o desenvolvimento da atividade econômica e administrativa, é um dado importante quando se trata de interpretar o desenvolvimento do fenômeno urbano.

Do ponto de vista da paisagem urbana, todas as cidades da América Hispânica mostraram a uniformidade das plantas urbanas, produto da imposição do tabuleiro de xadrez, decidida na burocracia da Lei de Índias e que impediu a possibilidade de encontrar uma adaptação às diferentes formas do lugar.

Segundo Benevolo (1983, p. 487) “o desenho inicial do urbanismo do século XVI, serviu ao desenvolvimento do século XIX até os nossos dias como plano regulador”. Continua o autor, “as cidades coloniais americanas são a realização mais importantes do século XVI. Sua pobreza, comparada com o requinte e as ambições da cultura artística europeia e uma amostra de que as técnicas simples dos emigrados para América desenharam e construíram cidades inteiras”. (Benevolo, 1983, p. 494).

O mesmo autor ainda menciona que “o plano usado pelos espanhóis foi ampliado pelos franceses e os ingleses no século XVII e no XVIII para a colonização da América Setentrional” (1983, p. 494). Ainda hoje está sendo considerado pelos urbanistas como uma grade que permite ser um instrumento geral de ocupação da terra.

4. Terceiro momento: as modernizações dos territórios na formação dos estados nacionais e suas metrópoles

Nas primeiras décadas do século XIX, os antigos vice-reinados se independeram de Espanha formando as diferentes repúblicas, as suas capitais e se abriram as portas para novas relações econômicas. Estes processos trouxeram para as novas repúblicas a formação de um marco territorial que lhes permitiu realizar a acumulação capitalista, necessária para sua existência.

O impacto do capitalismo mercantil mundial dividiu as cidades que foram atingidas

pelos novos processos entre aquelas que se adaptaram aos novos jogos e as que ficaram estagnadas à margem do sistema. Paulatinamente, de acordo com “a lógica histórica da interação sociedade-natureza”, foram-se produzindo nas cidades e no campo “territórios de exceção” – concentradores da massa de subalternizados com suas culturas e formas de resistências – por toda a América Latina (Costa, 2017, p. 56).

Vários séculos passaram para que essas antigas cidades madurassem para a eclosão de um tipo moderno de civilização. “A presença simultânea da colonização e subsequente aproveitamento do território, justamente com os indícios de uma economia monetária favorece o ciclo das cidades cujos destinos leva mais ou menos o traçado pela metrópole” (Santos, 1982, p. 12).

Mas temos que considerar também que as cidades latino-americanas foram fundadas a serviço de relações internacionais com os países que eram a área core da Europa ocidental. Esta é uma característica a mais no processo de urbanização destas regiões

Procuramos também Romero (1974, p. 18) que, com outra visão, apresenta o problema da Independência e a formação das capitais nesses novos países:

O novo ensaio, econômico, político e cultural que começou com a Independência, mobilizou as áreas rurais, mas repercutiu fundamentalmente sobre as cidades. As burguesias que aceitaram o desafio de produzir uma mudança profunda na estrutura da área que controlavam as cidades submeteram em alguma medida seus próprios interesses aos interesses comuns, se somaram a suas filas as novíssimas elites criadas pelo acesso de grupos rurais, e juntas assumiram a missão de dar-lhe um projeto político e uma orientação ao conjunto social.

Assim nasce a classe social dos **patrícios** (para América Hispânica), preocupada com o destino da nação, o produto dos novos papéis que elas tiveram que assumir. A partir desse momento uma nova estrutura social se encontra: os patrícios que haviam desbancado aos peninsulares e os outros que continuavam sendo os índios, negros e mestiços.

Paralelamente a esses processos civilizatórios, situação que se criou como conseqüências das guerras civis, entre frações urbanas e caudilhos regionais, conduziram à hegemonia de uma das cidades com relação às demais, a supressão das autonomias locais e regionais, a constituição dos exércitos nacionais únicos e a consolidação do Estado-nação. Realizada esta etapa, os governos emergentes começam a se preocupar com a distribuição da terra, a propriedade privada (se firmam as leis da

terra, nos diferentes países, principalmente após os anos de 1850), as terras baldias públicas, a dissolução das proteções indígenas, solução para os bens em mãos mortas, liberação da terra, incluindo da Igreja, principal bem como meio de produção, e distribuição a novos proprietários que significativamente chega às mãos de fazendeiros “criollos”, a liberdade aos escravos, eliminação da encomenda e a mita (formas de exploração da mão de obra nas minas de ouro e prata), foram novas formas de acabar com situações de grande humilhação para a população hispano-americana.

Na América portuguesa esses processos se deram de formas diferentes, embora com certa semelhança. A Independência do Brasil ocorreu como decorrência da presença do herdeiro da Coroa no país, não teve guerras intestinas para conseguir a libertação de Portugal, porém também foi produto dos interesses dos filhos de portugueses nascidos no Brasil, das elites agrárias e escravagistas. Moraes (2006) escreve que o continente americano aparece no processo da formação dos estados nacionais com uma forte particularidade histórica. A formação dos Estados autônomos na América do Sul e também no México e os outros de origem espanhola foi resultado das estruturas coloniais, decorrentes das mudanças que estavam acontecendo nas metrópoles europeias da época, porém não pode desconsiderar-se as motivações de ordem local no desejo de impulsionar a independência (Moraes, 2006). Em meio a todos esses movimentos pela procura da Independência, o último país que a conseguiu foi o Brasil,

Os mais importantes centros urbanos em 1900 eram Rio de Janeiro, Buenos Aires, e Havana, ou seja, o resultado da formação dos Estados Nacionais a suas capitais. Os territórios, que definiram os lugares, o território era a base, o fundamento do Estado-nação que ao mesmo tempo o moldava. Trata-se de um conceito de território que leva em sua essência a valorização dos recursos naturais (Santos, 1996).

Nos Estados da América do Sul, especialmente a conformação e expansão do território como estratégia básica, encontraram um vasto campo de realização, dada a própria essência dos processos de colonização, (calcados na expansão territorial) e na existência de grandes estoques de espaços ainda não incorporados às economias coloniais. (Moraes, 2006).

A partir de 1880 muitas destas cidades se estruturam e mudam no social e na fisionomia: há um crescimento da população e ao mesmo tempo uma diversificação econômica. As paisagens urbanas se modificam se alteraram os costumes, as maneiras de pensar e se intensificam as diferenças entre os distintos grupos dessa sociedade urbana.

Novos territórios se constroem com o crescimento das elites e dos grupos mais pobres.

Nesse momento, Europa, Estados Unidos e Japão se constituíram em grandes potências industriais e com abundantes capitais, necessitando de matérias primas e os campos da América Latina as produziam em quantidade. É o período das exportações em massa de trigo, carne, café, cana de açúcar, cereais, lã, borracha, salitre, entre outros, onde participaram todos os países da América Latina.

Em 1898 os Estados Unidos impuseram ações de dominação aos países do Caribe e América Central, ocuparam territórios e adquiriram plenos direitos na faixa do Canal de Panamá, fazendo-o separar da Colômbia, país ao qual pertencia. Foi o momento da tendência imperialista dos Estados Unidos e dos países da Europa como Alemanha, França, Grã Bretanha, entre outros.

As elites da América Latina faziam questão de ajustar as necessidades econômicas dos seus países à economia das nações industrializadas, pois viam nessas alianças os símbolos do progresso.

Os mitos do progresso e da riqueza levaram a reformar os espaços urbanos, especialmente nas metrópoles, onde as heranças dos países ibéricos tinham que ser substituídos pela cópia dos projetos urbanísticos de Paris e Londres.

A localização nos espaços das matrizes dos bancos, das casas de exportação e importação, de atividades comerciais e outras atividades, novos territórios se constituem nas cidades. Banqueiros, financistas e exportadores, entre outros, que em geral eram estrangeiros, intensificam as exigências do consumo do luxo. A cidade tinha que mostrar monumentos para materializar o progresso e a prosperidade. A arquitetura ibérica era pobre da mesma forma que suas populações. Havia que se apagar o passado.

As cidades da América Latina, sejam suas capitais como as hoje chamadas de médias, apresentam seus territórios segundo as classes que o ocupavam: se os dirigentes eram estrangeiros, a mão de obra era nacional. Então, a cidade se apresenta com dois tipos de organização: as dos planos urbanísticos de Von Haussmann e de Ebenezer Howar para os primeiros e os territórios dos pobres organizados a partir de suas necessidades cotidianas.

5. Quarto momento: os territórios da industrialização-urbanização nas metrópoles da América Latina

No começo do século XX, os países da América Latina passam a participar, com maior intensidade, da divisão internacional do trabalho e,

nas suas metrópoles em formação, os impactos se traduzem em novas morfologias. Assim, novos territórios se estruturam como consequência. Novas modernidades estão entrando, com as chegadas das técnicas que modificaram os espaços do Rio de Janeiro, Buenos Aires, México, Havana, São Paulo, entre outras, sendo consideradas paulatinamente importantes. Intensifica-se o processo de desenvolvimento interno do país e onde mais se fazia sentir era em suas capitais.

Ao final do século XIX, fatores sociais e culturais somam-se aos existentes: abertura da América às migrações europeias e asiáticas. Enormes contingentes de populações de diversas nacionalidades fazem desde o Canadá e Estados Unidos até o Uruguai, Chile e a Argentina e a Patagônia suas novas pátrias.

Santos (1982) escreve a respeito mencionando que a América Latina se destaca “pela porcentagem de estrangeiros europeus ou de seus descendentes que vivem nas cidades. Ao coincidir a sua chegada com a expressão e revalorização das atividades agrícolas, puderam participar do processo de industrialização” (Santos, 1982, p. 15), que se estava intensificando nos espaços urbanos: artesãos, operários, motorneiros e outros. A chegada desses imigrantes trouxe uma revolução demográfica muito importante para a região.

O jogo dialético entre as novas condições do progresso e o peso da estabilidade histórica favorece o desenvolvimento, mas isso só pode produzir um meio econômico favorável ao crescimento das cidades. Essas situações detalhadas exige uma aceleração da integração territorial que transforma a "natureza" da urbanização convertendo-se em um modelo de crescimento econômico mais eficaz. (Santos, 1982, p. 15).

A estrutura urbana das cidades começa a mostrar outras paisagens. Delimitam-se os espaços: os bairros jardins da burguesia comercial e industrial e os espaços segregados, os famosos “cortiços” em Rio de Janeiro e São Paulo, os “conventillos” em Buenos Aires e Montevideú, entre outras. Estas residências coletivas das populações de menor poder aquisitivo que tinham que morar nas cidades e não havia lugar para elas. O impacto das suas existências foi tão grande que deram origem a vários temas literários e berço do tango, do samba e de outros tipos de músicas originais dos países da América Latina. Mais uma vez estão nos territórios as tradicionais diferenças sociais: as elites agro-comerciais e industriais e os outros, imigrantes e pobres que foram expulsos do campo.

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial se intensifica a localização do processo de produção industrial "por substituição de

Importações" de forma desigual segundo os países e, como consequência da crise econômica do capitalismo internacional, se assenta territorialmente nas metrópoles: México, São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago do Chile, entre outras.

A modernização capitalista do campo trocou camponeses por máquinas e novas técnicas. De forma desigual, a produção do campo com a indústria deixou sem trabalho uma grande massa de população que emigrou para a cidade, a ser força de trabalho na nova atividade industrial. A este processo deu-se o nome de urbanização acelerada, modificando e homogeneizando a distribuição territorial da população (Cobos, 1995, p. 59).

Depois dos anos de 1930, foram significativas as influências de Le Corbusier, onde os princípios da Carta de Atenas, cuja autoria se lhe outorga, foram paradigmas para arquitetos, urbanistas e planejadores da cidade moderna. Os quatro elementos que deviam nortear a organização das cidades - as funções de morar, trabalhar, circular e o lazer – foram dominantes em todas as cidades latino-americanas. Os grandes blocos de moradias para os operários, conforme descreve a importante urbanista francesa Françoise Choay (1965, p. 63), começam a:

Se apresentar nas paisagens urbanas. Tendência autoritária, coercitiva que considera a cidade e a moradia como máquinas. Visão racionalista, tecnocrática e a histórica, que ignora tradições culturais e pretende estruturar o presente e o futuro, levando em consideração novas tecnologias, materiais de construção e ideias "progressistas", em que prevalecem os princípios de higiene, da luz, da ventilação, da circulação.

Essa nova fase da organização das cidades, tira do cidadão a possibilidade de construir seus próprios territórios.

Nas cidades, que já eram segregadas, intensifica-se este processo de ocupação dos espaços, novas territorialidades, com a proliferação dos enormes conjuntos de blocos de habitação do modelo racionalista e junto à autoconstrução se produzem as periferias urbanas, especialmente ao longo das décadas de 1960-1980. Embora o processo da migração interna comece a partir dos anos de 1950, em Buenos Aires, já desde os anos de 1940, se intensifica nessas décadas. Conurbando pequenos povoados vizinhos à cidade principal, com a localização das grandes indústrias e os bairros da força de trabalho, produzem-se as grandes metrópoles da América Latina: por autoconstrução, quem consegue comprar o lote e construir sua casa com o trabalho familiar, as favelas, vilas misérias e qualquer que seja o nome do local, hoje com vários milhares e milhões de habitantes. Esses são os tristes territórios que a

população pobre da América Latina consegue realizar nas grandes cidades. Na tabela 01 a população total e a metropolitana. A partir da segunda metade do século XX, especialmente nos anos de 1960, os modelos de cidades são transferidos da Europa para os Estados Unidos, tornando-se hegemônicos nos espaços citadinos das América Latina.

internacional da dominação capitalista (como formas de trabalho e localizações produzidas aos pobres), quando a riqueza realizada materialmente gera e agudiza desníveis” (Costa, 2017, pp. 56-57). A metrópole que se havia convertido em mito, fetiche, sonho de mudança, agora era especialmente mercadoria de difícil acesso.

Tabela 1 – População total e metropolitana das importantes Metrôpoles Latino Americanas

População das importantes Metrôpoles Latino Americanas (2015)		
Cidade	População	População da Área Metropolitana
Cidade do México (2012)	8.841.916	26.166.842
São Paulo	11.967.825	19.616.060
Buenos Aires	2.776.338	13.170.145
Rio de Janeiro	6.320.445	11.812.482
Lima	8.500.842	8.482.619 (2005)
Bogotá	6.840.116	7.881.156
Santiago	4.434.900	6.657.354
Caracas	3.205.463	5.329.355
Havana (2012)	2.105.000	2.605.022

Fonte: Panorama Social de América Latina (CEPAL, 2015)

Os prédios de vários andares, arranha-céus, as construções verticais, os viadutos, as avenidas elevadas, túneis, todas as construções que permitam o trânsito do transporte urbano, ônibus, carros e todos os meios de circulação por estradas. A cidade é para e pelo automóvel. A paisagem e os territórios das cidades e em especial das metrópoles se transfiguraram pela multiplicação dos automóveis particulares que começou a congestionar as ruas e avenidas tanto nos centros urbanos como nas áreas industriais metropolitanas.

Há infinitos congestionamentos de trânsito, contaminação do ar, irritabilidade dos motoristas e mais que em toda a história das cidades da América Latina, uma maior e mais gritante separação entre as elites e os pobres. Os lugares, que agora são de duas classes, estão cheios de novas formas e costumes de consumo: shopping center, hipermercados, condomínios fechados e estes rodeados de altos e fortes muros de proteção e guaritas com seguranças. Os outros são os dos pobres longe do trabalho, inseguros e enfrentando poucos ônibus e sempre superlotados, que realizam longos deslocamentos demorando várias horas nas viagens. “Cada país traz, espacialmente, as resultantes do sistema

O espaço e o território tomam a partir desse momento novos valores, formam os símbolos e os anseios da mobilidade social.

6. Quinto momento: "o retorno do território": globalização, o meio técnico-científico-informacional nas metrópoles da América Latina

Pedindo autorização à memória do querido Mestre, Professor Milton Santos (1996), nos apropriamos do título de um artigo publicado em 1996, intitulado O retorno do território. O autor explica que deu esse título usando uma metáfora porque a geografia passou um longo tempo com uma noção de território que se referia somente ao espaço ocupado pelo Estado-Nação.

Santos (1996) refere que ao falar de território não podemos somente citar globalização ou mundialização, terminologia que entrou muito na vida das cidades após a década dos anos de 1990, no mundo e na América Latina. Continua o autor “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 1996, p. 16).

Neste tema o que nos interessa “é que o Território hoje é formado por lugares. São os mesmos lugares que formam redes, os mesmos do espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quicá divergentes ou opostas” (Santos, 1996, p. 16).

A denominada globalização é um discurso associado a situações econômicas, políticas, culturais. Uma definição que alcança a noção de intensa mobilidade da comunicação global. Embora para Sassen (2007, p. 125) exija a neutralização do território e da distância, para Santos (1996) com a globalização há uma mudança no conceito de território que de um Estado territorial passa para a noção da pós-modernidade; há uma transnacionalização do território. Essa transnacionalização não acontece na totalidade dos lugares, mesmo em aqueles onde há certa mundialização mais operante e ativa. De todas as maneiras não se pode ignorar o papel da ciência e da tecnologia. O autor chama a este período de “meio técnico-científico-informacional”. Continua o autor citado:

Em esse processo de conhecimento o espaço tem um papel privilegiado porque cristaliza os momentos anteriores; e é o lugar do encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se cristalizam. (Santos, 1996, p. 105).

É o momento em que o território que continha a ciência e a técnica “nesse momento se informatiza mais e mais rapidamente que a economia e a sociedade. Não há dúvida que tudo se informatiza, porém no território esse fenômeno é ainda mais evidente porque seu tratamento supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos” (Santos, 1996, p. 105). Com o aumento dos objetos geográficos diferentes aumenta o número de fluxos que esses objetos podem receber e transmitir, tanto desde o ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, fazendo que o território mude de definição.

O significado desse momento histórico que Santos (1996) denomina de “meio técnico-científico-informacional” determina os processos econômicos, políticos, culturais, migratórios, jurídicos, que produzem e determinam os espaços e seus territórios a nível mundial. Por outro lado, todos esses processos realizam uma nova geografia, em diversos planos que dependem dos fluxos que lhe correspondem por uma passagem do social como sociedade, do social como mobilidade, eles não podem ter a mesma capacidade de pressão. Os fluxos desse dinamismo são mais intensos e se situam em lugares e esses são os fixos do espaço das diferentes especializações dos territórios.

Historicamente havia uma comunicação individual dos lugares no mundo, hoje há uma comunicação global dos lugares, “uma interdependência universal dos lugares é nova realidade do Território”, afirma Santos (1996, p. 15). A análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, se concretiza nos lugares. “De um lado, temos fluidez virtual, oferecido por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são cada vez mais objetos técnicos. Porém, os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a fluidez real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normalizadas” (Santos, 1996, pp. 122-124).

Neste processo que estamos analisando a geografia agora trabalha com dois conceitos de lugar. O exigido pelos fluxos, de modo que cada lugar se define tanto pela existência corpórea como pela sua existência relacional. Definem-se também pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional e pela sua densidade comunicacional, cuja função os caracteriza e os distingue (Santos, 1995, p. 147).

Definem-se também os lugares como os que realizam as funções do mundo. É pelo lugar que o mundo se percebe empiricamente. É o domínio do acontecer solidário, que não é de conotação ética ou emocional, é das normas hegemônicas do mundo globalizado. Por outro lado, também, trabalhamos com outro conteúdo do conceito de lugar, com sentido que vem conhecendo desde os anos de 1970, que é o de lugar como espaço percebido e vivido, dotado de significado e que manifestam "o sentido do lugar" e "a imagem do lugar". Um conceito de lugar que tem dimensão cultural e simbólica, com o qual nos preocupam questões como as identidades, a intersubjetividade e os intercâmbios simbólicos que vivem outro cotidiano e outro tipo de fluxos. Esse é lugar e o território da população que não está inserida na economia dos hegemônicos.

Essa globalização que estamos vivendo não nos traz o “fim dos territórios”, como nos dizem os apocalípticos do momento; pelo contrário, se forma uma nova configuração territorial com os novos conceitos de cidades globais: megacidades, megalópoles e qualquer outra denominação que tenham as formas existentes trazem em seus conteúdos outras economias, outras relações políticas e sociais em diferentes escalas, porém que vai do local ao global. Essas afirmações servem tanto para as cidades europeias como para as latino-americanas: México, São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro ou qualquer outra não existe, nem existiu a possibilidade dessas cidades não sofrerem os choques da globalização no plano do território, porque estariam sendo dirigidas e determinadas pelos fluxos em seus

diferentes lugares. É um novo processo civilizatório que agora é determinado pela influência de um novo capital que não tem uma pátria fixa como quando era originário da península ibérica.

Novas formas de se estudar a questão urbana; agora se define pela luta dos lugares e pela luta pelos lugares. Citamos o autor francês Olivier Mongin (2009, p. 140) que escreveu:

O tipo do urbano, em adiante mundialmente fragmentado, faz resaltar uma cultura urbana, originalmente europeia e duplamente marcada pela vontade de circunscrever limites e por um respeito da proximidade a um "planeta urbano" que empurre os limites, no duplo sentido da megacidade (ausência de limites demográficos, abandono do humano...) e da cidade global (aquela que tem a ver com os fluxos e com a falta de limites do virtual).

Ao mesmo tempo, há toda uma parafernália de palavras para mencionar o urbano das cidades que nos levam a uma grande confusão. Em qual termo existe realmente o conteúdo do real. Pode-se falar de urbano num mundo sem urbanidade ou seria melhor mencionar a sociedade como pós-industrial, pós-urbano ou sociedade em rede como a denomina Castells (1996). Choay (1965), por sua vez, se refere às expressões “civilização urbana”, “urbano”, “pós cidade” como sinônimos já desde 1970. Há várias outras denominações de economistas e de urbanistas, porém nos interessaram essas como exemplos. Há, sem lugar a dúvidas, um movimento de novas territorialidades, produto do liberalismo econômico e do novo papel do Estado. De qualquer maneira, começou a existir por parte do mercado imobiliário, de outros lugares para a projeção dos fluxos, porque necessitam ter os fixos para essas novas cidades. Arquitetos e urbanistas denominam essas formas de edifícios inteligentes com todas as condições exigidas pela técnica e as novas formas de consumo. Podemos observar que a globalização está fazendo uma nova ruptura socioespacial, embora ela existisse desde a origem das cidades latino-americanas, valorizando lugares diferentes em períodos históricos diferentes.

O urbanismo que desejava racionalizar a prevalência do centro sobre a periferia, dos lugares sobre os fluxos, do público sobre o privado, a separação dos espaços em consideração a uma conflitualidade e a heterogeneidade, está sendo substituída pelo domínio dos fluxos sobre os lugares. Há um intenso domínio de privatização e um processo de fragmentação espacial que o novo urbanismo já havia posto em movimento. O mercado imobiliário produz novos lugares para essa economia: Puerto Madero em Buenos Aires, em São Paulo na margem direita da marginal do rio

Pinheiros, nos bairros de Vila Olímpia, Itaim Bibi entre outros, antigos bairros ocupados por uma população de classe média que, aparte de moradias, havia algumas pequenas fábricas de sapatos e outras de roupas de vestir, todos arrasados para a nova cidade cheia de prédios inteligentes. Hoje, junto a essa nova clientela existe serviços de alimentação, lavanderias e especialmente grandes e de luxuosos shoppings. Na Cidade do México também se produziu um espaço especial numa antiga área denominada de Santa Fé, assim como revitalizaram bairros de alta classe no centro. São alguns exemplos com estas cidades de vários milhões de habitantes.

A nova organização espacial afeta diretamente os territórios existentes, porém fazem-se novos territórios “indiciáveis da economia (a cidade global), da tecnologia (a cidade virtual), da reestruturação do Estado (as novas formas do governo dão valor às entidades urbanas, as regiões, e fragilizam os Estados centralizadores), o movimento de outros territórios possuem particularidades consideráveis”. Há uma absoluta necessidade de comparar os lugares e destacar as particularidades estéticas e humanas de cada um deles. É uma situação forçada de entender os movimentos básicos que exigem uma nova configuração dos territórios. A denominação de “urbano generalizado” está em conjunto com a prevalência dos fluxos, se os lugares estão interconectados, se é possível conectar-se a qualquer ponto da rede. É uma ilusão enganosa pensar que teremos um mundo unido e solidário consequente desse novo urbano. “Realmente, se a fragmentação em curso pede contra ataques políticos, o urbano se fragiliza ainda mais na medida em que as tecnologias corroem a relação urdida com o real, com o ambiente imediato, em suma, a relação com um mundo que é preciso habitar”. Destaco a opinião de Mongin (2009, pp. 149-152):

Não por acaso que a geografia e o urbanismo são hoje disciplinas muito procuradas, a despeito de seu papel marginal na vida intelectual francesa. O caráter concreto, físico e espacial da geografia e do urbanismo tem o mérito de tornar visível o que se passa efetivamente na era da orquestração do local e do global. A época não está pelo tanto, para a celebração do "fim dos territórios".

Continuaremos citando Santos (1996) para relacionar com as metrópoles de América Latina: Atualmente a metrópole está presente em todas partes e no mesmo momento. A definição do lugar é cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. Os lugares seriam lugares funcionais de uma metrópole. Paralelamente através das metrópoles, todas as

localizações viram hoje funcionalmente centrais. Continua o mestre, apesar da sua ausência física, dizendo:

Sem dúvida, antes, a metrópole estava presente em certas partes do país. Digamos que o núcleo emigrava para o campo e para a periferia, porém o fazia com desfazer e perdidas, com dispersão das mensagens e ordens. Se, ao longo dos tempos, o espaço se voltava mais e mais unificado e fluido, faltavam ainda as condições de instantaneidade e simultaneidade que somente hoje se verificam (Santos, 1996, p. 117).

Consequência dessas circunstâncias nem o espaço se dissolve, nem o tempo se desvanece. “Existe uma verdadeira desmultiplicação do tempo, devido a uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda no uso das novas condições de realização da vida social”. Esse tempo definido se realiza nas metrópoles, que abarca todo e que “o transmite a todo o território o tempo do Estado, das multinacionais e das grandes empresas”. Nas outras cidades da rede urbana do espaço, existem os “tempos subalternos diferenciados, marcados por dominações específicas” (Santos, 1996, p. 118).

Nesse sistema organizado, produto da globalização, a cidade e a metrópole não representam mais os valores que lhe eram próprios como o lugar da acolhida, da liberdade, da cultura. Hoje se confundem com os espaços que são comandados por interesses externos e pela força dos fluxos. Algumas cidades se converteram no “lugar da memória” (Choay, 1965, *op cit* Mongin, 2009, p. 161), em que “o urbano se tornou um substantivo, nós assistimos ao desaparecimento do tipo de aglomeração que Ocidente denominou de cidade...” (Mongin, 2009, p. 161).

Da cidade industrial à cidade do consumo, ou da cidade da modernidade à cidade da pós-modernidade, rótulos que carregam um conteúdo de “ilusão”, como afirma Arantes (1998), mas que não é outra coisa que alternativas, “mas passos unificados de um mesmo processo de ajuste à sociedade a reviravoltas que dá o capitalismo para continuar o que sempre foi, e de cuja metamorfose a paisagem urbana é a fachada mais visível” (Arantes, 1998, p. 12-14). A autora faz uma crítica à arquitetura moderna na construção das cidades da América Latina e se expressa dizendo que agora querem reformar rotulando de pós-moderno; chamavam-na linha de “frente do progresso”, e agora já não é mais, porque os arquitetos se referem a sua obra chamando-a de cidade feia pelo modelo modernizante. Agora procuram encontrar um “lugar” com conteúdo simbólico forte, de práticas sociais sedimentadas na tradição como justificativas. A autora se pergunta se estas manifestações seriam uma iniciativa pós-moderna.

Respondendo a si mesma, faz a crítica manifestando que as iniciativas do final do século XX, e continuando no XXI, de preservação do patrimônio histórico (arquitetônico), quanto o seu entorno, se transformaram em um discurso ideológico dos gestores urbanos “como formas de recomposição de uma identidade ou de uma vida social inexistente - uma espécie de panaceia que por vezes não passa de recurso publicitário, quando não, inclusive de inibição e controle cultural e social”. O que acontece na maioria das vezes “é uma espetacularização do urbano, uma espécie de cena de uma vida pública que faz muito tempo deixou de existir”. (Arantes, 1998, pp. 12-14).

Finalmente, analisaremos sucintamente os lugares da outra cidade global, aqueles dos territórios não hegemônicos, e que são frutos de suas próprias mãos. Aqui não existem nem urbanistas nem arquitetos querendo materializar as suas utopias.

Estes lugares de conotação fenomenológica são onde se realiza a essência da vida cotidiana. A experiência espacial dos sentidos a uma geografia da vida cotidiana. As práticas cotidianas da mobilidade espacial, ao trabalho, à moradia, são atitudes construídas materialmente através dos processos socioculturais que lhe dão sentido, que lhe outorgam significados, que formam a memória pessoal.

Os territórios, produzidos pelos efeitos da vida cotidiana, que é urbana e rural, é cultural, política, condição de gênero, de turismo, de trabalho. É a relação sociedade/território, materializada por pessoas a uma interação temporal intersubjetiva, em um processo de constante resignificação e de construção dos espaços de vida. Conclui Costa (2017, p. 62) “pensar alternativas de vida e representatividade culturais deve ser um esforço coletivo para maximizar condições materiais de existência e minimizar o estigma social que subjuga sujeitos e grupos latino-americanos”.

Sabemos que a população da chamada periferia, que sofreu um movimento de expulsão dos espaços centrais das metrópoles e de todas as cidades importantes, formam seus territórios com todas as classes de carências que não lhes permite viver intensamente a realização plena do urbano. Citamos Damião (2014, p. 1) que na sua dissertação sobre *A resignificação do espaço: Produção e circulação da cultura contra hegemônica nas periferias da cidade de São Paulo* nos diz:

Esse movimento no espaço urbano que é resultado de uma fragmentação sócio espacial, lhes permite uma inclusão precária. A precariedade dessas circunstâncias constitui parte do social, do cultural e da identidade individual e coletiva, se esfacelam os sentimentos de pertença e de coesão que os indivíduos possuíam, assim outros elementos passam a ser incorporados ao humano

como forma de restabelecer os referenciais de identidades perdidas.

Enfim, na visão dos lugares confrontados com o global, há nesta situação uma relação de contraste: um enfrentamento entre os territórios formados pela homogeneização racional, padronizada dos grupos de maior poder econômico, de forte influência do sistema econômico e os resultados da ordem local, cheios de sentimentos de pertença, que, a partir do lugar, respeitando a dinâmica do vivido, lhes incentiva a viver os coletivos, na essência de seus cotidianos, especialmente os culturais, em lutas simbólicas, na transformação de suas práticas de consumo, como no próprio viver dos seus cotidianos. As crianças e os jovens têm outros exemplos e outras manifestações do viver. Para terminar, são os territórios produto dos habitantes do “tempo lento”, em oposição aos do “tempo rápido” dos conectados no mundo globalizado, no pensar de Milton Santos.

7. Referencias bibliográficas

- Andrade, M. C. de (1996). Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: limites do poder nacional e do poder local. In: Santos, M., Souza, M. A. D. de e Silveira, M. L. *Território Globalização e Fragmentação* (3º Ed.). São Paulo: Editora HUCITEC, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
- Arantes, O. (1998). *Urbanismo de fim de linha*. São Paulo: EDUSP Editora da Universidade de São Paulo.
- Benevolo, L. (1983). *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Bettanini, T. (1982). *Espaço e Ciências Humanas*. Trad. Lílana Laganá. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1974). *A construção social da realidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Castells, Manuel (1996). *La Era de la Información - Economía, Sociedad y Cultura. Vol. 1 La Sociedad Red*. Madrid. Alianza Editorial.
- Cepal, *Panorama Social de América Latina 2015*. Publicación de de las Naciones Unidas.
- Cobos, E. P. (1995). Los territorios latinoamericano en la nueva fase de internacionalización neoliberal (Vol. 21, n. 63, pp. 57-69). Santiago de Chile: *Revista EURE*, junio.
- Choay, F. (1965). *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia 26 (2), (pp. 53-75). *Cuadernos de Geografía*: Revista Colombiana de Geografía.
- Damião, P. L. (2014). *A resignificação do espaço: Produção e circulação de cultura contra-hegemônica nas periferias da cidade de São Paulo*. Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo.
- Difrieri, H. (Org.). (1982). *Atlas de la Ciudad de Buenos Aires*, Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires.
- Elias, N. (1994). *O Processo civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lagana, L. (1985). *Texto Mimeografado*. Palestra proferida no Departamento de Geografia - FFLCH-USP
- Lemos, A. I. G. (1996). *Modernidade e metrópoles latino-americanas*. Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH- USP, São Paulo.
- Lemos, A. I. G. (2015). Los nuevos sentidos espaciales de las metrópolis latinoamericanas. *Confins*, 24 | 2015. Retrieved July 24, 2015, from: <https://journals.openedition.org/confins/10327>
- Haesbaert, R. (2002). Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: Santos, M. e Vários autores. *Território, Territórios*. Ensaios sobre o ordenamento territorial (pp. 43-70). Rio de Janeiro: DP & A.
- Mongin, O. (2009). *A condição urbana*. A cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade.
- Moraes, A. C. R. (2006). A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: Uma introdução. In: Lemos, A.I.G., Silveira, M. L. e Arroyo, M. (Org.) *Questões territoriais na América Latina* (pp 43-53). São Paulo: CLACSO, Universidade de São Paulo.
- Romero, J. L. (1974). *Las Ciudades y las Ideas*. Buenos Aires. Siglo Veintiuno Editores.
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Editora HUCITEC-EDUSP.
- Santos, M. (1982). *Ensaios sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Santos, M. (1996). *De la Totalidad al lugar*. Barcelona: OIKOS-TAU.
- Santos, M. (1999). *A Natureza do espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (2002). O dinheiro e o território. In: Santos, M. e Vários autores. *Território*,

- Territórios*. Ensaio sobre o ordenamento territorial (pp 13-21). Rio de Janeiro: DP & A.
- Santos, M. (1996). O retorno do território. In: Santos, M., Souza, M. A. de, Silveira, M. L. (org.) *Territórios, Globalização e Fragmentação* (pp. 15-21). São Paulo: Editora HUCITEC, ANPUR.
- Sassen, Saskia (2007). *Una Sociología de la Globalización*. Buenos Aires: KATZ.

O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde¹

Resumo: O Monumento às Bandeiras tem sido objeto de controvérsia pública na sociedade paulistana do século XXI: tal patrimônio sofreu diversas apropriações não-regulamentadas pelos códigos jurídicos e, em algumas destas, sua extensão foi tomada por manifestantes ou pichadas. Por intermédio dos jornais da cidade, duas narrativas foram estabelecidas. A primeira narrativa defende severa punição e investigação dos infratores, além de imediata restauração por parte dos poderes públicos. A segunda narrativa acusa o referido monumento de celebrar o genocídio indígena e exige a sua demolição. Nesse contexto, sugerimos que os sentidos políticos do Monumento às Bandeiras devem ser destacados neste artigo, como forma de compreender as qualificações e desafios que o mesmo comporta à discussão da publicidade na cidade de São Paulo. Para tanto, destacamos que o Monumento jamais foi objeto de consenso e que seu valor sempre foi avaliado para além do sentido estético.

Palavras-chave: Patrimônio da dor e da vergonha; espaço público; Monumento às Bandeiras; São Paulo.

El sentido político del Monumento a las Banderas, São Paulo: condiciones y oportunidades para la multiplicación de narrativas a partir de la transformación del espacio público

Resumen: El Monumento a las Banderas ha sido objeto de controversia pública en la sociedad paulistana del siglo XXI: tal patrimonio sufrió diversas apropiaciones no reguladas por los códigos jurídicos y, en algunas de ellas, su extensión fue tomada por manifestantes o pichadas. Por intermedio de los diarios de la ciudad, dos narrativas fueron establecidas. La primera narrativa defiende severo castigo e investigación de los infractores, además de inmediata restauración por parte de los poderes públicos. La segunda narrativa acusa al referido monumento de celebrar el genocidio indígena y exige su demolição. En este contexto, sugerimos que los sentidos políticos del Monumento a las Banderas deben ser destacados en este artículo, como forma de comprender las calificaciones y desafíos que el mismo comporta a la discusión de la publicidad en la ciudad de São Paulo. Para ello, destacamos que el Monumento jamás fue objeto de consenso y que su valor siempre fue evaluado más allá del sentido estético.

Palabras-clave Patrimonio del dolor y de la vergüenza; espacio público; Monumento a las Banderas; São Paulo.

The political sense of the Monumento às Bandeiras, São Paulo: conditions and opportunities for the multiplication of narratives from the transformation of the public space

Abstract: The Monumento às Bandeiras is a matter of public controversy in São Paulo's society of the 21st century: such heritage has suffered various non-regulated by legal codes appropriations and, in some of these, its extension was taken over by demonstrators or targeted by graffities. Through the city's newspapers, two narratives were established. The first narrative defends severe punishment and investigation of the offenders, in addition to immediate restoration by public authorities. The second narrative accuses the monument of celebrating the indigenous genocide and demands its demolition. In this context, we suggest that the political meanings of the Monument to the Flags should be highlighted in this article, as a way of understanding the qualifications and challenges that it holds to the discussion of publicity in the city of São Paulo. Therefore, we emphasize that the Monument has never been object of consensus and that its value has always been evaluated beyond the aesthetic sense.

Keywords: Heritage of pain and shame; public space; Monumento às Bandeiras; São Paulo.



DOI: <https://10.26512/patryter.v1i2.10117>

Como citar este artigo: Valverde, R. (2018). O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 1 (2), 29-40. DOI: <https://10.26512/patryter.v1i2.10117>

Recebido: 14 de abril, 2018. **Aceite:** 12 de julho, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Brasil. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Email: rvalverde@usp.br.

1. Introdução

O objetivo geral deste artigo é discutir as relações estabelecidas entre monumento e espaço público por intermédio do caso do Monumento às Bandeiras, localizado no Centro da cidade de São Paulo. O caso se mostra revelador da disputa de narrativas políticas no século XXI, ganhando relevância como espaço de manifestações a partir das diversas cargas simbólicas e interpretações mobilizadas. Trata-se de um espaço público de grande visibilidade no contexto da cidade e que exprime com particular vitalidade os confrontos estéticos na cidade. Tudo aquilo que acontece em torno do Monumento às Bandeiras parece ser qualificado e até transformado pela sua localização.¹

Inicialmente, é preciso afirmar que este artigo não se estabelece pela consideração da subjetividade do artista, pela filiação a estilos artísticos ou pela defesa da manutenção a todo preço dos termos e sentidos no ato fundador do referido Monumento. Victor Brecheret, autor do projeto artístico erguido entre os anos de 1920 e 1953, já foi anteriormente avaliado em suas contribuições para o Modernismo brasileiro e para a escultura em geral. O Monumento às Bandeiras foi uma demanda direta de um grupo político paulista, relacionado ao ex-Presidente Washington Luís (1926-1930) e o Partido Republicano Paulista (PRP), a partir de um esforço de construção de um

Figura 1 – Localização e contextualização do Monumento às Bandeiras na cidade de São Paulo



Fonte: The Photographer, 21/09/2014. Retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Monumento_a_las_Banderas,_S%C3%A3o_Paulo,_Brasil.jpg Copyright licenciado Creative Commons, CC0 1.0 Universal (CC0 1.0) Dedicación ao Domínio Público

sentimento de coesão nacional derivado do centenário da independência brasileira. Esse esforço de propaganda foi sucessivamente transformado por outros grupos, como, por exemplo, o Grupo Estado e o Partido Democrático (PD), financiadores do esforço revolucionário de 1932. Consideramos então que, antes de qualquer elemento próprio ao campo artístico, deveríamos ser capazes de entender que o Monumento às Bandeiras é uma mensagem política apropriada, pensada e desenhada como forma de simbolizar um efeito sobre o poder.

Sugerimos que este patrimônio da cidade São Paulo cumpriu um papel dinâmico ao longo do tempo, que foi condicionado em seus movimentos pelos conflitos políticos em São Paulo e no Brasil. Seu princípio se reflete na construção nacionalidade brasileira pelo aparelho do Estado, migra para a reconstrução política e estética de grupos políticos de São Paulo fora do domínio do aparelho do Estado, é em seguida colocado como estratégico para a reificação simbólica do militarismo brasileiro durante o Regime Militar (1964-1985), é apropriado de modo agressivo por grupos anti-ditadura, e, mais recentemente, tem sido alvo de apropriações e manifestações por parte de grupos indígenas como forma de denúncia do contínuo genocídio indígena e celebração dos seus realizadores. Nesse sentido, a importância de um patrimônio para o mundo ultrapassa a excepcionalidade artística ou a biografia de seu realizador e tampouco se constrói apenas em função da intencionalidade do seu artista ou mesmo do seu financiador a partir de um entendimento do passado. Breve, entendemos o patrimônio como um fenômeno político e dinâmico.

O objetivo específico deste artigo é promover um estudo da trajetória do Monumento às Bandeiras a partir de uma concepção política estetizada e espacializada, cujos efeitos se projetam em diversas escalas. Sugerimos ainda que a concepção daquilo que é comemorado pelo patrimônio nem sempre está evidente e que sofre alterações ao longo do tempo. Por último, discutiremos o que pode ser entendido como patrimonialização da marginalização, da dor e da vergonha (Logan & Reeves, 2009) e a possibilidade da conversão do Monumento às Bandeiras em um registro desta ordem como resposta às demandas de movimentos de direitos indígenas na atualidade. Logan e Reeves afirmaram que:

A maior parte das sociedades tem suas cicatrizes históricas que resultaram do envolvimento em guerras e turbulências civis ou aderência a sistemas de crenças baseados em intolerância, discriminação racial ou hostilidades de caráter étnico. Uma diversidade de lugares,

localidades e instituições representam o legado desses períodos dolorosos: lócus de massacres e genocídio, lugares relacionados a prisioneiros de guerra, encarceramento civil e político (...). Essas localidades trazem vergonha a nós pela crueldade e futilidade dos eventos que ocorreram dentro delas e pelas ideologias que representam. De forma crescente, entretanto, elas estão agora sendo olhadas como lugares do patrimônio, muito diferente da visão de patrimônio que prevalecia uma geração atrás quando estávamos quase que inteiramente preocupados com a proteção das grandes e belas criações do passado: reflexos da genial criatividade da humanidade ao invés do inverso – o lado destrutivo e cruel da história” (Logan & Reeves, 2009, p. 1).

Para tanto, usaremos diversas fontes de pesquisa. Em primeiro lugar, as notícias publicadas pelo jornal O Estado de São Paulo foram aproveitadas em sentido histórico, na medida em que boa parte dos conflitos iniciais envolvendo a construção e o sentido do Monumento às Bandeiras foram tomados como sensíveis aos olhos deste aparelho midiático e do seu grupo político. Em segundo lugar, conferimos visibilidade aos registros diretos de associações indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário e a Associação Guarani Yvyrupa, que tem revelado recentemente mobilizações políticas e estéticas no Monumento às Bandeiras. O patrimônio não é, ao menos neste caso, o produto do reconhecimento de uma identidade única ou o simples resultado de uma política pública.

2. Os simbolismos atribuídos ao Monumento às Bandeiras e suas consequências para a publicidade em São Paulo

O Monumento às Bandeiras surgiu a partir da demanda do então Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís (1920-1924), como parte dos esforços de mobilização nacional que precediam o centenário da independência brasileira. Dentro do contexto da política de estados que dominava a sucessão presidencial na República Velha, não havia, em 1920, conflito significativo que pudesse separar os interesses políticos do Partido Republicano Paulista (PRP) e os mais elevados movimentos do governo federal. Os vícios do sistema sucessório de então e a hegemonia paulista anunciavam que o peso daquilo que era decidido no Estado de São Paulo e por seu presidente teria enormes reflexos no governo federal. A conexão direta entre o Presidente do Estado de São Paulo e o Presidente da República no contexto da República Velha fazia com que um esforço de construção de um sentimento de coesão nacional fosse conduzido regionalmente. O

governante de São Paulo deveria combater a instabilidade política nacional através de um esforço simbólico relativo ao centenário da independência.

Para tanto, Washington Luís mobilizou conservadores e modernistas em uma comissão que teve como um dos seus resultados a abertura de concurso público para o desenvolvimento do Monumento às Bandeiras. Tal Monumento deveria, ao mesmo tempo: preencher simbolicamente o espaço urbano de São Paulo, cidade que teve seus marcos cívicos colocados em segundo plano quando comparados com as transformações promovidas pelo mercado imobiliário; sugerir que o “espírito bandeirante” que supostamente animaria a vida econômica paulistana desde os primórdios da sua aglomeração seria também válido como inspiração para a identidade nacional brasileira, ainda em construção. De acordo com Bressane, diversos intelectuais, de diferentes posicionamentos políticos e estéticos, participaram de modo ativo de engajamento na política simbólica paulistana:

Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato são incumbidos por Washington Luís, presidente do Estado, de formarem a comissão para a realização de um Monumento às Bandeiras, que seria o símbolo de São Paulo nesses festejos cívicos. Eles encarregam Brecheret de apresentar o projeto. A maquete é apresentada ao público em 28 de Julho de 1920 (...). Elogiado por Washington Luís, que compareceu à exposição e pela maioria da crítica, o projeto é engavetado por problemas surgidos na época. (...) Estava começando para Brecheret e o Monumento às Bandeiras uma epopeia que duraria 33 anos (Bressane, 1994).

Não se colocava, até então, nenhum pudor ou consideração sobre os limites do mito bandeirante, seja pela continuidade histórica, seja pela insensibilidade diante da violência praticada sistematicamente por estes contra grupos marginalizados, como aconteceu com diversos povos indígenas. A idealização destes personagens seria parte decisiva deste momento e da sua iniciativa de construção patrimonial, pois “nos homens de outrora, como no grande homem do momento, admira-se a mesma temeridade, a mesma sede de aventura, a mesma paixão da riqueza” (Monbeig, 1984: p. 122). A própria concepção de um indígena indiferenciado também revelaria o outro lado deste processo, podendo suas diversas nações serem incorporadas a uma mesma narrativa. Como podemos derivar da contribuição de Pierre Monbeig em sua tese de doutorado, o espírito bandeirante se tornava estratégico como valor simbólico e político aos objetivos de uma elite paulistana. Em suas palavras:

aprende o brasileiro a história dos bandeirantes: Borba Gato, Fernão Dias Pais são os heróis nacionais (...). Fato tanto mais nítido em São Paulo, quando se trata de personagens paulistas e de uma como primeira manifestação da preeminência de São Paulo. Não que se ignore, nem mesmo que se esconda o que houve de brutal no comportamento dos bandeirantes, nem a sede de lucro que os animava. Mas que episódio de história gloriosa, em não importa que país, deixará de estar manchado por algum crime? A intrepidez desses pioneiros de extensa linhagem, sua ousadia de aventurar-se tão longe, com tão escassos meios, no imenso Brasil, exercem forte atrativo sobre as crianças e os adolescentes para que se condoam dos morticínios de índios e se indignem com tal esbanjamento de energia para conquistar ouro. Fato extremamente importante, pois que se criou um mito do bandeirante, cuja eficácia psicológica é incontestável. Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante. (...) promoção indireta e póstuma do bandeirante a colonizador (Monbeig, 1984, p. 121).

Se, do ponto de vista artístico, a escolha de Victor Brecheret talvez traduzisse um rompimento com um academicismo épico que dominava outros monumentos de São Paulo e privilegiasse artistas estrangeiros, tal alternativa não significava mudança de grupo político de fomento. Apesar de aprovado, o projeto de Brecheret é arquivado diante de problemas para sua execução nos anos 20, mas foi retomado na década de 1930 diante da necessidade de reafirmar o simbolismo da vanguarda paulistana a partir da intervenção de Getúlio Vargas. Como colocou Bressane:

depois de 16 anos, Brecheret retoma o sonho de erguer o Monumento às Bandeiras. Em dezembro desse ano [1936], assina o contrato para a realização do seu projeto. Armando de Salles Oliveira aprovava a construção de um monumento aos bandeirantes, símbolo da bravura paulista. Era preciso erguer o espírito de São Paulo após a derrota de 32. O momento era propício, tudo estava favorável. Menochi Del Picchia e Cassiano Ricardo eram assessores do governador Armando de Salles Oliveira e, Mário de Andrade, o diretor do departamento municipal de cultura, os modernistas no governo (Bressane, 1994).

Apesar do apoio inicial à Revolução de 1930 como forma de substituição ao Partido Republicano Paulista, o Partido Democrático de Armando de Salles Oliveira passaria a oposição já em 1932. Nesse processo, o projeto do Monumento às Bandeiras ganhava nova relevância, com chancela direta do governo do Estado, agora dissociado do controle sobre o governo nacional. Em texto de 1936, republicado em 1953, o governador Armando de Salles Oliveira defendeu o interesse simbólico e político do Monumento às Bandeiras, assim como sua projeção para o

contexto nacional. O patrimônio planejado passaria naquele momento de um controle da dissensão a um convite ao rompimento. Sugere o então governador que tal rompimento deveria restaurar as rédeas do progresso aos novos bandeirantes, a partir de uma hierarquia tradicional. De acordo com Salles Oliveira:

Cabe a São Paulo fazer uma afirmação que fixe o seu propósito de lutar para que, no naufrágio em que outros povos se afogarão, se salve esta bela e nobre Nação, que é o Brasil, e com ela os puros ideais do homem cristão. A ideia da Pátria grande e forte, orientada no sentido do progresso social, dentro dos sentimentos tradicionais da família e da religião, é o alimento de que se nutrem os paulistas para dar um sentido e um fim aos frutos de sua admirável atividade. (...) Não há quem desconheça a concepção de Brecheret. É uma arrancada de bandeirantes para a conquista da Terra Virgem. É um instantâneo da vida de uma Bandeira (...). Os homens, surpreendidos numa subida, caminham para o alto: é o idealismo paulista em ação. (...) Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo: é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização, que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a hierarquia, inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social (...). de tudo isto é que o Brasil precisa, propõe-se que este monumento seja levantado numa praça de São Paulo, atestando o desejo dos paulistas de renovar os princípios e os feitos que constituíram os fundamentos da nacionalidade. Pela Avenida Brasil (...) sairão, como saíram, grandes grupos de bandeirantes que iniciarão uma nova etapa de sua obra, a serviço do Brasil (Salles Oliveira, 1936/1953, p.13).

O endurecimento do regime de Vargas a partir de 1937 colocou em suspenso novamente a concretização do projeto do Monumento às Bandeiras. A perseguição, exílio e confisco da elite insurgente paulistana só permitiram a retomada do projeto após a saída de Vargas, em 1946. O Monumento às Bandeiras foi finalmente inaugurado em Janeiro de 1953, em meio as comemorações do quarto centenário da fundação da cidade. A mensagem que carregava então, a partir dos seus interlocutores e financiadores, era da primazia econômica paulistana e do seu papel para o direcionamento político brasileiro. No contexto de uma retomada da democracia no Brasil e de um certo distanciamento das elites paulistas dos círculos políticos mais elevados da nação, o momento foi de expressão de um sentimento de orgulho regional concretizado em forma monumental. O Parque do Ibirapuera e o Monumento às Bandeiras passaram a ser o pano de fundo que qualificaria as manifestações de pertencimento e de política regional paulista a partir da inauguração.ⁱⁱ

O golpe militar conduzido em 1964 exigiu novo esforço de redefinição do caráter simbólico associado ao Monumento às Bandeiras. O próprio atraso no processo de tombamento nacional (só realizado em 1984) já apontava o tipo de valor atribuído pelo governo federal. A obra se deteriorava sem reformas e cuidados especiais. Ao invés de um marco do orgulho regional e do “destino manifesto” de São Paulo, as

Figura 2 – Inauguração do Monumento às Bandeiras, 25/01/1953



Fonte: Jornal A Gazeta, 26/01/1953. Retirado de <https://twitter.com/historiassp/status/956678837357633536>

comemorações realizadas ao longo das décadas de 1960 e 1970 foram realizadas de modo a reificar a integração ao projeto militar federal. Aproveitava-se a proximidade do Monumento em relação à Assembleia Legislativa de São Paulo, dominada pelos artifices do Regime, e do Comando Militar do Sudeste, sede paulista de uma Divisão das Forças Armadas Brasileiras. Com isso, o Monumento às Bandeiras servia como área de diversos eventos e manifestações militares.

As forças armadas tomavam para si a responsabilidade de conferir novo sentido ao Monumento, esperando que este fosse capaz de transmitir a força do novo regime. Desfiles de armas e soldados, missas conduzidas por militares e

sentimentos de fé. Levantamo-nos em defesa do que consideramos justo, verdadeiro, belo” (O Estado de São Paulo, 1972, p.4).

Nessa nova alienação da elite local em prol dos interventores do regime militar, o espaço público (e o monumento) parecia incomodar não apenas ao governo federal, mas também refletia as frustrações de parte da população com os sentidos autoritários do patrimônio. Já havia, quase em paralelo à inauguração, a designação popular de “empurra-empurra” ao Monumento, ridicularização do pequeno esforço da parte de todos em fazer mover a canoa, uma vez que as correntes não se encontrariam tensionadas pelos tipos representados. A presença da ALESP e do 2ª

Figura 3 – Ensacamento do Monumento às Bandeiras, 27/04/1979



Fonte: 3Nós3. Coleção Mário Ramiro. Reproduzido com permissão do autor. Disponível em Ramiro, 2017

lugar de recepção e comício de chefe de Estado estrangeiros, tais eram os tipos de cenarização política direcionada ao Monumento. Por exemplo, “(...) o Monumento às Bandeiras serviu para divulgar as obras de Salim Curiati, prefeito de 1982 a março de 1983” (Luchetti, 1990, p.22). Sua escala de manifestação simbólica havia mais uma vez sido transferida para o nacional sob domínio federal. O relato do sermão de páscoa realizado pelo Capitão José Bavoço revelava a mensagem conservadora que se projetava e usava prioritariamente o Monumento como pano de fundo: “hoje não podemos ignorar (...) quão difícil e delicado seja aceitar o desafio da fé, sobretudo quando uma aberta ou velada guerra psicológica e doutrinária é dirigida maldosamente contra nossos mais sadios

Divisão de Exército Brasileiro também motivou o atentado à bomba de 1968 realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VAR). No entanto, de modo mais constante, desde a década de 1970, foram recorrentes os atos de vandalismo contra o Monumento às Bandeiras e, conseqüentemente, contra as suas mensagens políticas. Como expresso na edição de 29/08/1980 de O Estado de São Paulo: “Somente ontem de manhã (...) os funcionários de sua secretaria de sua Secretaria conseguiram tirar os óculos, barbas e bigodes dos bandeirantes e índios do Monumento às Bandeiras, que estavam desenhados com tinta spray” (O Estado de São Paulo, 1980, p.18). É possível ainda lembrar do ato do grupo “3nós3” (formado por Hudinilson Jr., Mario Ramiro e

Rafael França) e do ensacamento da cabeça dos bandeirantes em 1979, de modo análogo ao que era realizado pelos torturadores do regime militar, como descrito por Pontes (2012). Uma forma de ressignificação do monumento começava a ser elaborada: este poderia se tornar um alvo de protesto político, artístico ou de simples violência. O controle simbólico dos grupos hegemônicos das elites nacional e regional passou a ser continuamente desafiado.ⁱⁱⁱ

Foi gradual a transformação do Monumento às Bandeiras de um espaço público de forte caráter autoritário, elitista e institucional pelo seu ato fundador para um espaço público contestado e convertido em um lugar do debate público e político. Ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, esse monumento começava a ser mobilizado com maior amadurecimento e interesse político por diversos grupos. Se a Praça da Sé e a Avenida Paulista continuavam a responder como os alto lugares das manifestações políticas paulistanas, o Monumento às Bandeiras ganhava visibilidade como qualificador de defeitos, vícios e violências da influência de São Paulo sobre o Brasil como um todo.^{iv}

Porém, esta visão renovada não eliminava a defesa do tecnicismo artístico e da versão dos vencedores diante da política patrimonial. Como expressou Dualib acerca do uso político e estético do Monumento às Bandeiras:

Sem vigilância, a famosa obra fica à mercê do caos que se instalou em São Paulo. Ora escalam a estátua, ora picham, ora fazem alpinismo, rapel, o que querem, sem que ninguém tome nenhuma providência. Um dia, fatalmente, penso eu, um maluco a escalará com um martelo na mão. Ai será tarde demais. (...) Mais recentemente o Monumento às Bandeiras foi pichado durante manifestação contra a alta das tarifas de ônibus. Já houve pichações até mesmo para questionar o próprio significado da obra, questionar um fato histórico das expedições – quando a picharam com a expressão de um ex-ministro paraguaio, “bandeirantes assassinos”. Só com solventes a Secretaria da Cultura deve gastar uma fortuna toda vez que precisa corrigir essas barbaridades, fora o trabalho de equipes terceirizadas contratadas para o serviço de limpeza. (...) O “Empurra-empurra” ou “Deixa que eu empurro”, como passou a ser popularmente conhecida a escultura de Victor Brecheret, veio junto com o Parque do Ibirapuera em 1954, durante as comemorações do quarto centenário da cidade. Ela representa os bandeirantes, os colonizadores e suas etnias,

Figura 4 – Manifestação política no Monumento às Bandeiras, 08/11/2015



Fonte: Cristiano Assis. Retirado de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Protesto_político_no_Monumento_às_Bandeiras_03.jpg Copyright licenciado Creative Commons, Attribution-ShareAlike 4.0 International

ou seja, há ali um pouco de todos nós, portugueses, negros, imigrantes, mamelucos, índios. São 50 toneladas que exigiram uma quantidade enorme de horas de trabalho. Feita de granito, que é um material poroso, a obra tinha o propósito de lembrar os responsáveis por iniciar o povoamento do território brasileiro nos séculos 17 e 18. E lembra hoje o amor que Prestes Maia e os paulistas de então tinham por nossa cidade (Dualib, 2015).

Isso significou que a visibilidade e a co-presença, elementos tão decisivos ao espaço público quanto é o acesso, não se converteram em plena assimilação das demandas dos grupos marginalizados diante das instituições formais. Há resistências à emergência desses novos discursos e de suas cargas simbólicas, assim como desprezo pelos sentidos da política que apresentaram. Por vezes, o debate assume caráter radicalizado, no qual, frente à retórica da perda, se propõe o nihilismo da destruição redentora do patrimônio. A tensão nos usos e disputas do espaço público se tornou questão política e patrimonial de modo amplo, sem a perspectiva de rápida resolução.

Entre outras vozes que ganharam visibilidade, foi possível registrar as falas de Marcos dos Santos Tupã, Líder da Comissão Guarani Yvyrupa, que comentou a ação simbólica realizada no ano de 2013, na qual estradas com nomes de bandeirantes, a estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras foram mobilizados como elementos críticos e negativos. A denúncia simbólica foi usada em prol da visibilidade diante do debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional 215, referente à responsabilidade dos agentes federais na demarcação de terras indígenas. Em suas palavras:

Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência. Ocupado por nossos guerreiros xondaro, por nossas mulheres e crianças, esse novo monumento tornou viva a bonita e sofrida história de nosso povo, dando um grito a todos que queiram ouvir: que cesse de uma vez por todas o derramamento de sangue indígena no país! Foi apenas nesse momento que esta estátua tornou-se um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós indígenas, que somos a parcela originária da sociedade

brasileira. Foi com a mesma intenção simbólica que travamos na semana passada a Rodovia dos Bandeirantes, que além de ter impactado nossa Terra Indígena no Jaraguá, ainda leva o nome dos assassinos. (...) Ficamos muito tristes com a reação de alguns que acham que a homenagem a esses genocidas é uma obra de arte, e que vale mais que as nossas vidas. Como pode essa estátua ser considerada patrimônio de todos, se homenageia o genocídio daqueles que fazem parte da sociedade brasileira e de sua vida pública? Que tipo de sociedade realiza tributos a genocidas diante de seus sobreviventes? Apenas aquelas que continuam a praticá-lo no presente. Esse monumento para nós representa a morte. E para nós, arte é a outra coisa. Ela não serve para contemplar pedras, mas para transformar corpos e espíritos. Para nós, arte é o corpo transformado em vida e liberdade e foi isso que se realizou nessa intervenção. Aguyjevete pra todos que lutam! (Santos Tupã, 2013).

A perspectiva de uma conversão do patrimônio, de uma alteração, temporária ou duradoura, dos seus significados e das suas formas, talvez seja uma alternativa ainda pouco explorada. Logan e Reeves (2009) salientaram que diversos monumentos às atrocidades e à vergonha tiveram diferentes usos e interpretações, sobretudo nos casos em que se localizam em países em desenvolvimento. Para Logan e Reeves, “Existe um interesse crescente no patrimônio associado a dor e à vergonha (...)” (2009, p. 3) uma vez que, diante das crises econômicas e políticas do Estado-Nação, somos capazes de reconhecer uma maior variedade de espaços da memória. Ao invés de espaços de exaltação ou dos tipos-úteis ao projeto nacional, apostamos no reconhecimento de uma série de personagens e espaços que cumpriram um sentido marginal em algum momento da história. Os casos seriam bastante variados: tombamentos de antigos portos do mercado escravista na costa atlântica da África; os campos de extermínio no Camboja; o ponto-zero de explosão da bomba atômica em Hiroshima, entre muitos outros. No contexto brasileiro, poderíamos destacar o tombamento de antigos quilombos como uma ação que se direcionaria nesse sentido. No entanto, as particularidades da política e do papel cumprido pelos indígenas diante das ideologias hegemônicas no Brasil teriam diminuído o valor e a visibilidade da sua vida simbólica, fato que torna mais difícil a construção monumental.

Logan e Reeves (2009) argumentaram que, ainda assim, tais espaços poderiam ser ressignificados por políticas de memória a partir de um reordenamento do espaço construído e de seus monumentos, de modo a conferir visibilidade ao que foi destruído, marginalizado ou escondido. De acordo com os autores:

algumas vezes localidades inteiras mudam gradualmente na medida em que memórias do passado se dissipam ou

são distorcidas; em certos casos, localidades devem ser ativamente mudadas onde elas meramente ajudaram a lembrança dos perpetradores da dor e da vergonha ao invés de suas vítimas. É importante, portanto, determinar quais aspectos do passado estão sendo ignorados ou pobremente representados na interpretação dos lugares do patrimônio. Mas, as vezes, localidades inteiras podem estar ausentes na consciência pública e portanto nos registros do patrimônio, talvez porque o público em questão não quer lembrar os valores associados a tais lugares (Logan & Reeves, 2009, p. 2).

(Cunha, 2013). Porém, outros autores destacaram que uma hipotética destruição de um tal Monumento não significaria necessariamente um ganho em visibilidade do genocídio indígena, eclipsado no ensino, na política e no cotidiano (Sakamoto, 2016; Neves, 2018).

Somos concordantes com as considerações de jornalistas e intelectuais como Deborah Neves e Sakamoto: o Monumento às Bandeiras poderiam ser ressignificados enquanto espaços de memória e

Figura 5 – Pichação sobre Monumento às Bandeiras, 30/09/2016^v



Fonte: Digousss, “Herói Caído”. Retirado de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Herói_Caído.jpg Copyright licenciado Creative Commons, Attribution-ShareAlike 4.0 International

No caso do Monumento às Bandeiras, falaríamos de uma forma construída para além de um reconhecimento pleno e contínuo do papel dos bandeirantes ao Brasil, tendo ganhado função frente ao jogo político no século XX, para muito além de um reconhecimento imediato da sua violência impetrada. A visibilidade no debate do simbolismo do Monumento às Bandeiras opõe na atualidade diferentes agentes. Há defensores de uma postura mais agressiva, de destruição do Monumento às Bandeiras, como forma de expressão do reconhecimento do genocídio indígena. É o caso de Guilherme Leite Cunha, entre outros, da área de história das artes, que assumiu um posicionamento público de defesa do interesse de substituição do Monumento às Bandeiras. Tal autor defendeu o caráter dinâmico do patrimônio fora do contexto ditatorial, no qual o que vai ser tombado e o que vai ser destruído seria matéria de debate público, político por definição, para além do sentido artístico da obra

utilizados como mecanismos de consciência. A destruição do Monumento, do espaço patrimonializado, não constituiria imediata sensibilidade diante da causa ou dos interesses de grupos indígenas. Estão sendo conduzidas, em outras partes da cidade mudanças nos nomes de ruas que homenageavam agentes da Ditadura Militar, tal qual ocorreu com a substituição do nome Elevado Costa e Silva por Elevado Presidente João Goulart. Este ato carrega sentido simbólico relevante, uma vez que permite o aproveitamento de iniciativas educativas em diversas instituições (escolas, universidades, imprensa, etc.) com finalidade de entender como a memória foi construída e como foi transformada. Desse modo, a força do debate sobre o Regime Militar poderia ser vivenciada de modo mais intenso, inclusive por parte de gerações mais jovens que não teriam experiência direta deste período.

Porém, no caso de um monumento, forma material já consolidada, a resistência à mudança é

maior. Por um lado, o antropólogo Pedro Cesarino argumentou que, ao contrário do Museu do Holocausto em Berlim, o Monumento às Bandeiras foi projetado e significado em uma perspectiva de celebração bandeirante (Bertoni, 2016). Tal fato em parte se coaduna com a provocação feita pelo célebre antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que, ao comentar as pichações realizadas no Monumento às Bandeiras, sugeriu que “é preciso derrubar essa porcaria”. Por outro lado, frente às pichações realizadas, o Instituto Victor Brecheret lançou nota pública na qual afirmava a necessidade da manutenção a qualquer preço do Monumento, uma vez que seria: “uma violência cometida contra uma das mais importantes obras artísticas do país. O Monumento às Bandeiras pertence ao Povo Brasileiro. Como símbolo, deve ser respeitado e sua preservação garantida por todos nós”. Este apelo à permanência e ao valor artístico foi tópico de debate entre candidatos à prefeitura de São Paulo no ano de 2014.

Mantido o debate nos termos da destruição do Monumento, a perspectiva que prevalecerá será aquela de uma vigilância contínua do mesmo, tal qual tem se visto recentemente. A presença de uma viatura policial em soma às câmeras de videomonitoramento têm inibido qualquer sentido de manifestação política naquela localidade, inclusive aquelas que respeitam a manutenção do Monumento. O espaço perde seu caráter ativo político frente a uma iniciativa de controle e de afirmação do poder coercitivo. Ainda que sejam possíveis falhas na vigilância, as rápidas ações de limpeza podem eliminar os traços de uma apropriação temporária, como tintas, cartazes e faixas. Compreendida também a força da narrativa hegemônica, reificada por diversas instituições, é improvável a hipótese da destruição do patrimônio, ainda que se possa reconhecer os seus problemas éticos e as suas mensagens políticas. Mesmo que fosse, de fato, destruído, o ato, em si, tenderia a ser esquecido ao longo do tempo ao invés de vivenciado cotidianamente.

A alternativa talvez fosse constituir a mudança pelo acréscimo de nova base material e pelo esforço de uma política educativa diferenciada. A inauguração do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, em 2014, também junto ao Parque do Ibirapuera (como ocorre com o Obelisco referente à Revolução de 1932 e com o Monumento às Bandeiras), é um exemplo de possível ganho em visibilidade e reconhecimento institucional. O aproveitamento da área de entorno ao Parque do Ibirapuera e ao Monumento às Bandeiras como preferenciais para o desenvolvimento de uma visibilidade da continuidade do genocídio indígena se mostraria uma oportunidade. A co-presença de

representações da ideologia bandeirante e da do reconhecimento do genocídio e da resistência indígenas seriam essenciais para que as causas indígenas ganhassem maior visibilidade para reforçarem a luta pela terra, que é o objetivo último de suas lideranças. Diante da continuidade do ciclo de violência contra grupos indígenas e da lentidão no processo de demarcação de terras, fica evidente que a existência de um marco jurídico não é suficiente para garantir a sobrevivência. É preciso que a causa ganhe presença duradoura nos espaços públicos para ser matéria de controvérsia e, lentamente, fazer frente às ideologias nacionalistas e bandeirantes. Isto significa que a mudança depende de uma sensibilidade, de uma construção de fato cultural que possa ser posteriormente ativado politicamente.

3. Conclusão

É necessário admitir que, sem dúvidas, a demarcação de terras indígenas é o que há de mais urgente a ser cumprido como ação que tem como horizonte a justiça social para grupos indígenas. Nesse sentido, compreendemos o caráter esporádico das intervenções simbólicas no espaço público realizadas por parte de seus grupos de representação e de seus defensores. Porém, parte das dificuldades no seu reconhecimento e na sua implementação deriva da invisibilidade ou da insensibilidade gerais da sociedade brasileira diante das culturas indígenas. Os discursos fundados no desprezo ou na suposta assimilação indígena enfraquecem continuamente as possibilidades do direito à terra, ainda que possa admitir o fato histórico do genocídio indígena. Nega-se, assim, a presença prévia de nações indígenas nas áreas de maior urbanização e de maior poder econômico, como é o caso da cidade de São Paulo e se empurra simbolicamente as demarcações para áreas de fronteira, na Região Amazônica, por exemplo. O espírito bandeirante agride novamente as possibilidades de um patrimônio indígena na área central do território brasileiro.

Chamam atenção elementos discursivos indígenas que se constroem por uma obrigatoriedade compreensão das diferenças. Em suas visões, não seríamos um só, brasileiros, como agentes políticos e que, nesse sentido, colocaria-se um desafio constante à democracia em reconhecer esses outros povos, culturas e nações que aqui existiriam. Fazer esta afirmação significa direcionar esforços para fortalecer a nossa coexistência por intermédio de uma concepção de espaço público capaz de cenarizar e qualificar encontros. O mesmo seria válido no que se refere ao patrimônio construído, tomado a partir de então em múltiplas perspectivas.

Tal coexistência não significa necessariamente harmonia, assimilação ou consenso, mas sim conflitos regulados e reconhecimentos dos lugares de fala. Caso tal perspectiva possa ser lentamente construída, o produto não seria a eliminação da diferença ou a afirmação do caráter único do espaço público: chegaríamos ao princípio da tolerância, do diálogo e do reconhecimento de variados direitos e símbolos institucionais.

Defendemos então o interesse na afirmação de uma duradoura estratégia simbólica, patrimonial e monumental a partir de uma ativação dos discursos e vozes indígenas na cidade de São Paulo. Trata-se de um movimento que pode cumprir algum papel na alteração das sensibilidades a longo prazo e, conseqüentemente, nas próprias possibilidades de aprovação dos processos de demarcação de terras. A visibilização e legitimação das demandas por terra a partir de agentes indígenas passaria necessariamente pelo apoio à presença e memória de suas culturas em áreas centrais do território. Para tanto, o Monumento às Bandeiras e sua área de entorno poderiam ser aproximados de uma conversão, no qual o sentido de um patrimônio-territorial proposto por Costa (2017) seriam perseguidos. O espaço monumental e seus efeitos sobre a publicidade poderiam alcançar assim uma nova capacidade de expressão e qualificar toda uma nova diversidade de encontros conflituosos, sem assimilação e sem total separação entre os seus agentes. Apenas dessa forma a política (e o espaço público) é capaz de cumprir suas finalidades sem aniquilar as possibilidades de existência dos grupos minoritários e de suas culturas.

4. Referências bibliográficas

- Andrade, M. C. (1988). *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto.
- Bertoni, E. (2016, 07 de Outubro). Um antropólogo e um historiador respondem a 3 perguntas sobre a tinta jogada no Monumento às Bandeiras. *Jornal Nexo*. Recuperado de: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/07/Um-antrop%C3%B3logo-e-um-historiador-respondem-a-3-perguntas-sobre-a-tinta-jogada-no-Monumento-%C3%A0s-Bandeiras>
- Bressane, Z. (1994). *Victor Brecheret*. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=3HwezW2rjx0>
- Cosgrove, D. (1993). *The Palladian Landscape: Geographical Change and Its Cultural Representations in Sixteenth-Century Italy*. Pennsylvania, United States: Pennsylvania State University Press.
- Costa, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 26 (2), pp. 53-75. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>
- Cunha, G. L. (2013, 07 de Outubro). Empurra-empurra! Sobre a morte das estátuas. *Revista Fórum*. Recuperado de: <https://www.revistaforum.com.br/empurra-empurra-sobre-a-morte-das-estatuas/>
- Dualib, R. (2015, 15 de Junho). Monumento ao vandalismo. *Jornal O Estado de São Paulo*. Recuperado de: http://opinio.estado.com.br/noticias/gera_lmonumento-ao-vandalismo,1688648
- Gomes, P. C. C. (2004). *A condição urbana – ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Logan, W; Reeves, K. (orgs.). (2009). *Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult Heritage'*. London, England: Routledge.
- Luchetti, A. (1990, 09 de Outubro). PT usa slogans de prefeitos malufistas para divulgar obras. *Jornal O Estado de São Paulo*, p.22.
- Monbeig, P. (1984). A psicologia bandeirante. In *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, SP: Hucitec. pp.121-125.
- Neves, D. (2018). Precisamos falar sobre monumentos e sua simbologia - ou sobre a pixação no Pátio do Colégio. Recuperado de: <http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/10182-precisamos-falar-sobre-monumentos-e-sua-simbologia--ou-sobre-a-pixacao-no-patio-do-colegio>
- O Estado de São Paulo (1972, 02 de Junho). Militares de São Paulo fazem Páscoa coletiva. *Jornal O Estado de São Paulo*, p.4.
- Pontes, M. A. N. (2012). *A documentação nas práticas artísticas dos grupos Arte/Ação e 3nós3*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, SP.
- Ramiro, M. (2017). *3NÓS3: Intervenções Urbanas – 1979-1982*. São Paulo, SP: Ubu Editora.
- Sakamoto, L. (2016). Ao invés de pichar, que tal remover as homenagens aos bandeirantes em SP? Recuperado de: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/09/30/ao-inves-de-pichar-que-tal-remover-as-homenagens-aos-bandeirantes-em-sp/>
- Salles Oliveira, A. (1936, Republicado em 1953, 25 de Janeiro). Força, movimento e ação. *Jornal*

O Estado de São Paulo, p.1.

Santos Tupã, M. (2013). Monumento à resistência do Povo Guarani. Recuperado de: <http://www.yvyrupa.org.br/blog/2013/10/17/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani-artigo-de-marcos-dos-santos-tupa/>

Notas

ⁱ O Monumento se localiza próximo ao centro geométrico da cidade de São Paulo, estando em uma área cercada por grandes avenidas que conectam a Zona Oeste, a Zona Sul e o Centro da cidade. Ao seu redor, se localizam altos lugares da cidade de São Paulo, como a Assembleia Legislativa de São Paulo, o Comando Militar do Sudeste, o Parque do Ibirapuera e o valorizado bairro do Ibirapuera, entre outros (figura 1). Apesar da boa rede de transportes que cerca o Monumento, o acesso a pé é limitado pelo intenso fluxo de veículos das avenidas a sua volta.

ⁱⁱ Os discursos políticos direcionavam os olhares do público para direção diferente do Monumento. Há rigor na separação entre os espectadores e os agentes políticos em si, diferenciados pela posição que ocupam no espaço público. A mensagem trazida é de unidade e de hierarquia para o bom funcionamento da política (figura 2).

ⁱⁱⁱ Diversos monumentos da cidade de São Paulo tiveram suas cabeças ensacadas, entre eles o Monumento às Bandeiras (figura 3). O ato anônimo permitia uma arte que ganhava as ruas, fugindo dos limites exíguos do academicismo que rege a arte das galerias e encontrando a cidade e o público em geral, não-elitizado. De fato, a intervenção em espaço público permitiu o ganho em visibilidade de diversas questões. Os materiais utilizados e as técnicas mobilizados foram interpretados de modos diferentes: enquanto os grandes jornais destacavam uma crítica pueril ao abandono e à poluição de áreas monumentais, outros destacavam uma arte que surpreendia, enquanto alguns reconheciam na escolha do material, dos alvos e da composição simbólica uma mensagem política que colocava em destaque a tortura no Regime Militar Brasileiro. O Monumento às Bandeiras se tornava mais uma vez objeto de mobilização simbólica e política.

^{iv} Nota-se (figura 4) que o público se apropria do patrimônio e, ao invés de apenas olhar em sua direção esperando a mensagem, usa-o como plataforma de publicidade aos seus discursos.

^v As cores derivadas do vermelho são intencionalmente utilizadas pelos pichadores do Monumento às Bandeiras, em alusão ao sangue derramado de indígenas, negros, caboclos e mamelucos ao longo da ação dos bandeirantes no período colonial. Efeito estético permite rápida visualização e compreensão da mensagem crítica por parte de todas as pessoas, mesmo no período noturno (figura 5).

Crecimiento urbano y desarrollo inmobiliario en Texcoco: dinámica metropolitana en México

Alejandra Toscana Aparicio¹

Mayra Nieves Guevara²

Resumen: En México y América Latina el crecimiento urbano no planificado ha sido una tendencia que responde a la dinámica de las ciudades centrales y a la dinámica de la acumulación de capital, sin tener en cuenta los impactos ambientales y sociales en los espacios locales. Se analiza el caso del municipio de Texcoco, estado de México, que forma parte de la Zona Metropolitana de la Ciudad de México, en torno a la problemática social y ambiental que ha implicado la instalación de grandes desarrollos inmobiliarios, destacando el papel del gobierno local.

Palabras clave: crecimiento urbano; desarrollo inmobiliario; ciudades; vivienda; gobierno local.

Crescimento urbano e desenvolvimento imobiliário em Texcoco: dinâmica metropolitana no México

Resumo: No México e na América Latina, o crescimento urbano que não foi planejado é produto das dinâmicas das cidades centrais e do processo de acumulação de capital, o que se afasta dos impactos ambientais e socioculturais nos espaços locais. O documento analisa o caso do município de Texcoco, no Estado do México o qual faz parte da Região Metropolitana da Cidade do México, em relação à problemática ambiental e social que foi atingida pela instalação de grandes desenvolvimentos imobiliários, destacando o papel do governo local.

Palavras-chave: crescimento urbano; desenvolvimento imobiliário; cidades; moradia; governo local.

Urban growth and real estate development in Texcoco: metropolitan dynamics in Mexico

Abstract: In Mexico and Latin America, unplanned urban growth has been a tendency that reflects the dynamics of the central cities and the dynamics of capital accumulation, without taking into account the environmental and sociocultural impacts in local spaces. The document analyzes the case of the municipality of Texcoco, state of Mexico, which is part of the Metropolitan Area of Mexico City, around the social and environmental issues that have involved the installation of large real estate developments, highlighting the role of local government.

Keywords: urban growth; real estate development; cities; housing; local government.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9311>

Como citar este artigo: Aparicio, A. T.; Guevara, M. N. (2018). Crecimiento urbano y desarrollo inmobiliario en Texcoco: dinámica metropolitana en México. *PatryTer* – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 1 (2), 41-57. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9311>

Recebido: 24 de abril, 2018. **Aceite:** 7 de junho, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹ Profesora Investigadora en la Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco: Coyoacan, Distrito Federal, México. Doctora en Geografía por la Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: aletoscana@gmail.com

² Profesora Investigadora en la Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco: Coyoacan, Distrito Federal, México. Doctora en Desarrollo Rural por la Universidad Autónoma Metropolitana. E-mail: mayranic2000@yahoo.com.mx

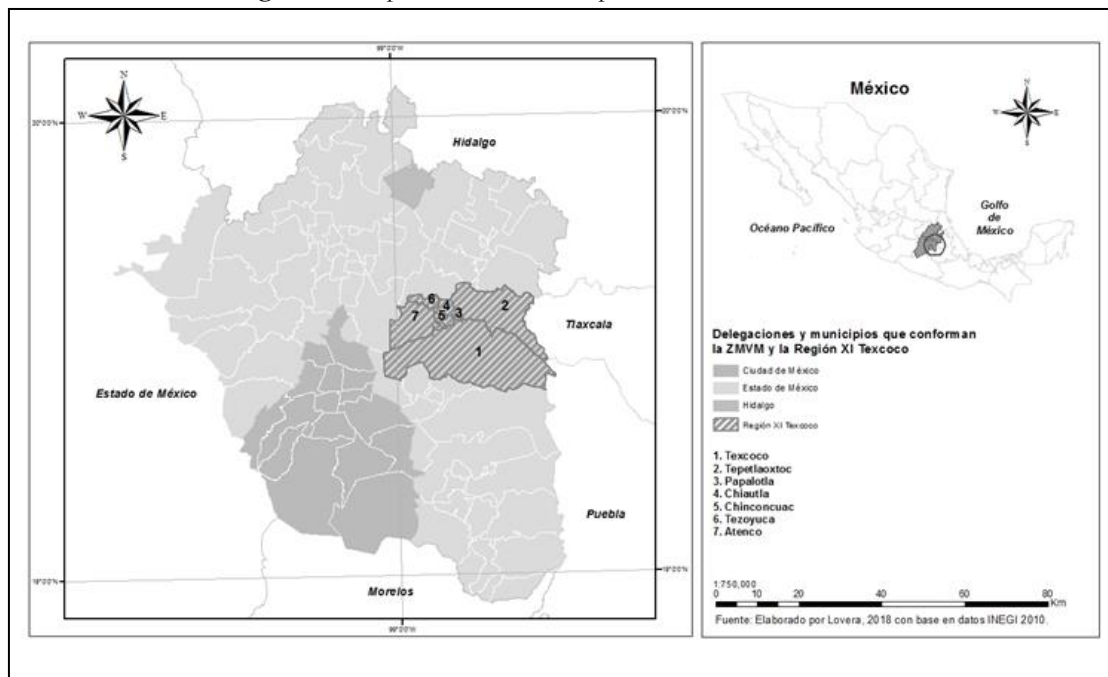
1. Introducción

Debido a su ubicación y trayectoria histórica el municipio de Texcoco, al igual que el resto de los municipios que conforman la región IX del estado de Méxicoⁱ y que forman parte de la Zona Metropolitana de la Ciudad de México (ZMCM), ha mantenido una estrecha relación con la principal urbe y capital del país: la Ciudad de México (figura 1).

El proceso de expansión urbana que se originó desde la década de los años cincuenta del siglo XX, pero que a partir de la década de los años ochenta se ha acelerado, ha repercutido de manera diferenciada en la estructura económico-productiva, en la dinámica poblacional y, particularmente, en la dimensión ambiental de la región debido a la intensificación en el uso y explotación del patrimonio natural (agua, bosques, suelo, minas de arena, tepetate y grava), lo que ha provocado la erosión del suelo, el agotamiento de los mantos acuíferos y bosques y el aumento en la generación de desechos sólidos. Dicha problemática se ha agravado en los últimos 15 años, especialmente, a partir de que el gobierno federal anunció, en 2014, que se iniciaría la construcción del Nuevo Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México (NAICM), uno de los más ambiciosos megaproyectos promovidos por el Estado mexicano.

alto impacto como desarrollos inmobiliarios y centros comerciales, lo que ha generado diversos cambios entre los que destacan el deterioro ambiental, el cambio de uso de suelo, las transformaciones en la composición de la población que, de ser principalmente rural hasta la década de los setenta del siglo pasado, se ha transformado en urbana en este inicio de siglo, lo que también se refleja en la participación del sector agropecuario que ha disminuido notablemente y en el fortalecimiento e incremento del sector terciarioⁱⁱ. De acuerdo con los datos censales de INEGI 2005 y 2010, el crecimiento urbano desmesurado ha sido particularmente visible en municipios como Tepetlixpa y Valle de Chalco (región I Amecameca), Chicoloapan e Ixtapaluca (región III Chimalhuacán), Tecámac y Temascalapa (región V Ecatepec), con tasas de crecimiento poblacional de 1.3% anual, superiores a la estatal (INEGI, 2015), y donde la construcción de unidades habitacionales por parte de empresas privadas inmobiliarias como HOMEX, HOGAR, ARA, GEO, BETA, HIR, entre otras (Ramírez, 2013), ha atraído una gran cantidad de población principalmente de la Ciudad de México, lo que ha implicado la desaparición de terrenos agrícolas, la demanda de mayores servicios relacionados al suministro de agua potable y de vías de comunicación, así como la generación de desechos sólidos y, en general, un acelerado deterioro ambiental.

Figura 1 – Mapa de la Zona Metropolitana de la Ciudad de México



Fuente: Elaboración propia con base en datos del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), 2010

El acelerado y desordenado crecimiento urbano en el municipio de Texcoco, también ha sido producto del establecimiento de proyectos de

En este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo analizar la problemática ambiental y social que ha implicado la instalación de grandes

desarrollos inmobiliarios que buscan atender la demanda de vivienda en Texcoco y en la ZMCM, destacando el papel que han tenido los diferentes niveles de gobierno, particularmente los gobiernos locales. Para ello, se realizó un estudio deductivo y cualitativo a partir de la revisión de documentos oficiales, con especial atención en los planes de desarrollo municipal, regional y estatal, de programas y políticas sectoriales sobre vivienda y sobre la construcción del NAICM. También se consultaron datos oficiales estadísticos de población y vivienda, y se realizaron entrevistas informales a funcionarios municipales y a empleados de las empresas inmobiliarias. En visitas a campo se observaron y caracterizaron las formas de urbanización que se han presentado en las diversas zonas del municipio: *la zona serrana* (que concentra los humedales de mayor reserva natural de la región, constituida por bosques, manantiales, ríos, arroyos y parques naturales), *la zona rural-urbana* (en donde se ha presentado la acelerada urbanización del municipio mediante asentamientos irregulares y la construcción de centros comerciales y desarrollo inmobiliarios sobre terrenos ejidales) y *la zona lacustre* (donde se localiza el antiguo Lago de Texcoco, de propiedad federal y en donde actualmente se está construyendo el NAICM en sus límites con el municipio de Atenco, pero donde también se ubican espacios -tanto de propiedad ejidal como privada- en los que predomina la combinación de actividades agrícolas con actividades de comercio y servicios).

Consideramos que los estudios de caso como éste permiten explorar una realidad concreta y vincular la teoría y la empiria. El estudio del municipio de Texcoco es relevante porque será el recinto del megaproyecto del NAICM, un espacio que aún cuenta con grandes extensiones de terrenos, antes agrícolas, codiciados por las empresas inmobiliarias, que cuenta con un patrimonio natural que posee una biodiversidad endémica y con lo que queda del Lago de Texcoco, que hasta ahora ha sido importante para la regulación de inundaciones en la zona metropolitana, así como para la recarga de los mantos acuíferos de la Cuenca del Valle de México.

2. El Estado y la evolución de la política de vivienda en México

Durante la década de los años noventa del siglo XX, el Estado mexicano realizó importantes reformas a la Constitución que condujeron a la dinámica de expansión territorial de las áreas periurbanas y a la liberación del mercado de suelo

social de las periferias urbanas, esto mediante la privatización de las tierras ejidales y comunales, que derivó de la reforma al Artículo 27 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos en 1992; ⁱⁱⁱ esta reforma, entre sus consecuencias, provocó el auge del mercado inmobiliario en municipios periurbanos (Olivera, 2005). De manera coincidente, las reformas al Artículo 115, primero en 1983 y luego en 1999, posibilitaron la descentralización de funciones a los gobiernos locales encargados de la gestión urbana de sus ciudades. Si bien en México, bajo el esquema de federalismo los municipios son autónomos, en realidad presentan dificultades para cumplir con las facultades y competencias que les otorga la Constitución.

En la dinámica de incorporación de suelo ejidal al mercado inmobiliario, los gobiernos municipales tienen un papel relevante por las facultades y competencias que le confiere el Artículo 115 de la Constitución, que señala que los gobiernos municipales son reconocidos con autoridad para realizar la planificación y administración del desarrollo urbano, aunque suelen enfrentar la presión del capital inmobiliario y del poder económico (Olivera, 2015); también son reconocidos como tercer nivel de gobierno con competencias exclusivas, aunque en la realidad están subordinados al gobierno federal y estatal. Igualmente, dentro de la política ambiental, el municipio tiene un papel importante porque le corresponde la planeación y el ordenamiento territorial en donde se definen los usos del suelo y sus cambios. Todo esto se proyecta en retos para los gobiernos municipales porque, por una parte, la construcción de desarrollos inmobiliarios les permite el cobro de impuestos y licencias, lo que se traduce en recursos económicos y, por otra parte, la expansión urbana y la dotación de la infraestructura y equipamiento requeridos, se contraponen a los intentos de cuidado y rescate ambiental.

Los cambios en la organización y funciones del Estado de las últimas décadas han tenido impacto en diversos aspectos, entre ellos el de la vivienda, que es uno de los temas más sensibles de la población, puesto que es una necesidad básica y un derecho, y en las ciudades de México, desde principios del siglo XX, ha sido escasa para las clases medias y bajas (Ramírez, 1993). El tema de la vivienda se mantuvo presente como parte de la política social y como un compromiso del gobierno posrevolucionario (desde 1920), fundamentado en el Artículo 124 de la Constitución en el que se establece como obligación de los patrones proporcionar habitación a sus trabajadores. La evolución de la acción habitacional y de sus políticas, desde principios del

siglo XX hasta el siglo XXI, ha sido la siguiente:

En 1925 el Estado inició su intervención directa con la creación de organismos públicos como la Dirección de Pensiones Civiles, el Banco Nacional Hipotecario Urbano y de Obras Públicas (1933) y el Banco de Fomento a la Vivienda (1943), con la atribución de otorgar créditos a los trabajadores para la construcción o adquisición de vivienda (Sánchez, 2010). El Departamento del Distrito Federal (DDF) quedó facultado para construir vivienda en 1934 y el Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS) ya operaba programas de vivienda en arrendamiento (modelo de asistencia directa gobierno-trabajador), aunque se limitó a las fuerzas armadas, empleados federales y trabajadores del IMSS y del DDF. Entre 1950 y 1960, debido al crecimiento demográfico, se crearon instituciones públicas como el Instituto Nacional de Vivienda (1954), con funciones de planificación y coordinación de los diferentes niveles de gobierno. En este periodo comenzó el crecimiento vertical de las ciudades. Este instituto facilitaba la asistencia a muy diversos sectores sociales. En 1963 se crearon el Fondo de Operación y Financiamiento Bancario a la Vivienda (FOVI), que incentivó el apoyo a la vivienda social a partir del crédito privado, y el Fondo de Garantía y Apoyo a los créditos para la vivienda (FOGA) para fijar los criterios crediticios a los bancos que la financiaban, así como para establecer las especificaciones que deberían cumplir los programas de construcción habitacional accesibles a la población asalariada (Maycotte & Sánchez, 2010).

Durante 1970 y 1980 aparecieron instituciones especializadas en el financiamiento de vivienda para los trabajadores. Debido al crecimiento demográfico y a la migración campo-ciudad se crearon el Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores (INFONAVIT) y el Fondo de la Vivienda del Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado (FOVISSSTE) en 1972, para beneficiar a los trabajadores de menores salarios haciéndolos sujetos a crédito para facilitar su acceso a vivienda. Con el INFONAVIT se obligó a los patrones a realizar aportaciones para la vivienda de los trabajadores. En la década de los setenta se creó el Instituto Nacional para el Desarrollo de la Comunidad y la Vivienda (INDECO) para cuantificar y satisfacer las necesidades de vivienda por entidad federativa. Bajo la lógica de que el Estado era el responsable de impulsar la actividad habitacional (Sánchez, 2010). En 1981 surgió el Fondo Nacional de Habitaciones Populares (FONHAPO), como alternativa para atender a la población de menores recursos y con trabajos en el sector informal y sin

acceso a otros organismos de vivienda (Maycotte & Sánchez, 2010); sin embargo, no contaba con la capacidad requerida para atender las necesidades de los sectores no consolidados (Moreno & Espejel, 2013). En 1983 se reformó el Artículo 4 de la Constitución para poner como derecho de toda familia una vivienda digna y decorosa. En la década de 1990 el Estado dejó de construir y se concentró en la coordinación sectorial y en la promoción habitacional, el INFONAVIT y el FOVISSSTE se transformaron en instituciones financieras (Ramírez, 2013). Esta etapa plantea un cambio estructural en los organismos de vivienda y una forma diferente de financiar el acceso habitacional. Se promovió la integración del mercado habitacional y el Estado impulsó a los sectores social y privado en materia de construcción. Además con el proceso de descentralización desapareció el INDECO en 1992 y cada entidad federativa formó sus organismos de vivienda. En 2001 surgió la Sociedad Hipotecaria Federal con la atribución de impulsar el desarrollo de los mercados primario y secundario de crédito a la vivienda. En 2001 se constituyeron el Consejo Nacional de Organismos Estatales de Vivienda (CONOREVI) y la Comisión Nacional de Fomento a la Vivienda (CONAFOVI) para el subsidio a la vivienda, que en 2006 se convirtió en la Comisión Nacional de Vivienda (CONAVI) y cuya finalidad es la de formular, ejecutar, conducir y evaluar la política nacional de vivienda (Sánchez, 2010).

En síntesis, los organismos e instituciones públicas nacionales se transformaron en instituciones privadas; así los institutos públicos de vivienda perdieron importancia frente al auge de grandes empresas inmobiliarias y de financiamiento, como los bancos y las Sociedades Financieras de Objeto Limitado (Sofoles)^{iv}. Con la implementación del modelo de crecimiento económico neoliberal, el Estado pasa de constructor de vivienda a facilitador de créditos y subsidios (Sánchez, 2010), la vivienda ya no es una necesidad a satisfacer ni es considerada como un derecho de los trabajadores, sino una mercancía sujeta a las leyes de la oferta y la demanda. Algunos datos dan cuenta del drástico aumento de la construcción de vivienda por parte de las importantes empresas inmobiliarias, en pocos años, por ejemplo, HOMEX aumentó la construcción de 13 mil en 2003 a 51,700 en 2007; UEBI pasó de construir 20 mil en 2003 a 37 mil en 2007 y SARE de 5,500 en 2002 a 11,500 en 2007 (Sánchez, 2010). La sustitución del Estado por parte de las empresas privadas en la construcción de vivienda, sobre todo para sectores populares, ha implicado que la vivienda con frecuencia se construya en zonas alejadas de las áreas urbanas consolidadas y sin los

servicios que garanticen condiciones de habitabilidad, en donde el suelo es barato y la producción de vivienda garantiza ganancias extraordinarias. Esta producción masiva de vivienda se ha justificado con el argumento del rezago que existe en materia de vivienda (Ramírez, 2013); sin embargo, las viviendas construidas bajo este esquema no siempre logran ser un satisfactor para sus habitantes y llegan a ser abandonadas por sus propietarios quienes optan por irse a áreas urbanas consolidadas.

3. La problemática de expansión urbana y de vivienda en las metrópolis

En el actual contexto de crisis económica y financiera, de devaluación de la moneda, de inflación e incluso de incertidumbre comercial, tanto los proyectos de infraestructura como de construcción de vivienda se convierten en una de las inversiones económicas más seguras (Harvey, 2013). Estos factores han incentivado el desarrollo inmobiliario de grandes conjuntos habitacionales, aunado a que la vivienda es una de las necesidades más sentidas de la población, especialmente de la de bajos recursos económicos. Por otro lado, es necesario recordar que el terreno es un activo que no se deprecia con el paso del tiempo y tiende a aumentar su valor, es por esto que la tendencia de las nuevas viviendas es ser más reducida y, de igual manera, las empresas y las casas crediticias intervienen para sacar de ello el mayor provecho económico y financiero, a pesar de los cuestionamientos éticos que implica. Por otra parte, el hecho de que muchos de estos desarrollos inmobiliarios se ubican en terrenos periurbanos sin suficientes servicios ni infraestructura urbana, contribuye a que las ganancias de las empresas inmobiliarias sean muy elevadas. Estos terrenos periurbanos, antes agrícolas, con la desarticulación del campo de la economía nacional y el envejecimiento de la población rural, encuentran una nueva forma de vitalizarse económicamente mediante su incorporación a la dinámica inmobiliaria.

Si bien actualmente los flujos migratorios han disminuido en las grandes metrópolis, las ciudades de rango intermedio del Sistema Urbano Nacional están captando más flujos^v, no obstante, eso no se releja aún en una disminución del crecimiento de la demanda de vivienda debido a que hay formación de nuevos hogares, derivado de las altas tasas de crecimiento de las décadas anteriores y al gran número de derecho habientes de las instituciones nacionales de crédito de vivienda. En particular, los municipios conurbados

de la ZMCM son especialmente atractivos para las inmobiliarias porque se ubican en la región centro del país que es la más densamente poblada y, a la vez, aún existen grandes extensiones de tierra que aunque tienen vocación agrícola o forestal y son de propiedad social, están siendo urbanizadas. Estas empresas encuentran grandes márgenes de ganancia en estas zonas debido a que el uso del suelo agrícola se asocia a precios menores que el urbano, y se genera la expectativa de que las obras de infraestructura (drenaje, electricidad, vías de comunicación, sistema de transporte público, entre otros) puedan ser trasladadas a los gobiernos locales y no las asuman las empresas inmobiliarias (Eibenschutz & Goya, 2009).

Al mismo tiempo, los gobiernos locales se benefician de la construcción de los conjuntos habitacionales por diversos motivos, como el cobro de permisos y licencias de cambios de uso de suelo, de construcción, etcétera; aunque posteriormente se ven en la encrucijada de dotar de servicios a estas urbanizaciones, que crecen más rápido que sus capacidades para cumplir con las responsabilidades que les otorga la Constitución. Dado que las gestiones duran 3 años, fácilmente le transfieren el problema al siguiente gobierno; o negocian con las constructoras que ellas se hagan cargo de la dotación de los servicios urbanos a condición de otorgar los permisos; por ello las constructoras, en su lógica de obtener amplios márgenes de ganancia, escatiman en su calidad y no siempre cumplen con los reglamentos, especialmente en materia ambiental^{vi}.

En el caso del municipio de Texcoco, por ejemplo, el Ayuntamiento otorgó el cambio de uso de suelo y los permisos de construcción a la empresa inmobiliaria ARA y esta última apoyó al municipio con la construcción de la Alameda de Texcoco (figura 2). De igual manera, el Grupo Aeroportuario que está realizando la construcción del NAICM, contribuyó con los gobiernos de la República y del Estado de México en la creación de un Parque que se encuentra en el municipio de Texcoco, en el entronque con la carretera Peñón-Texcoco (figura 3). Si bien no se puede afirmar que estas obras se realizaron a cambio del otorgamiento de permisos, lo cierto es que la autorización y desarrollo de proyectos inmobiliarios y de infraestructura, como la del NAICM, posibilitan al gobierno local llegar a ciertos acuerdos con los grupos empresariales para coadyuvar en la realización de obras en beneficio de la población.

Figura 2 – Alameda de Texcoco



Fuente: Archivo propio, abril de 2017

Figura 3 – Parque Entronque
Peñón- Texcoco



Fuente: Archivo propio, agosto de 2018

En resumen, como señala Borja (2010), en este modelo de urbanización, que se presenta también en otras ciudades de América Latina, convergen los intereses de:

Un capital financiero volátil y perseguidor de un lucro cortoplacista articulado con el sistema financiero local (nacional), legislación favorable a la urbanización difusa y al boom inmobiliario y propiedad privada del suelo con apropiación por parte de los agentes privados de las plusvalías resultantes del proceso especulativo. Los gobiernos locales y estatales suelen facilitar estas dinámicas, pues compensan la insuficiencia de recursos en relación con las demandas mediante la venta del suelo público, la permisividad urbanística y el cobro de las licencias de construcción. (Borja, 2010, p. 541).

A esto hay que añadir que es frecuente que la clase política forme parte de la clase empresarial, así suele haber funcionarios públicos entre los accionistas de las empresas inmobiliarias (Hernández, 2016). Por otro lado, es relevante señalar que la adquisición de un bien inmueble es de los de mayor costo en México en comparación con otros países, y esto pese a tener a algunas de las empresas más importantes que participan en la venta de materias primas de dicha industria (Cantera, 2017). Durante los años 2008 y 2009 se pasó por una etapa de crisis financiera, también llamada crisis hipotecaria, que golpeó con fuerza a nivel mundial a la industria de la construcción y en México afectó a las empresas de construcción de viviendas, de las cuales muchas tuvieron bajas importantes en sus niveles de ingresos y pérdidas de concesiones con instituciones nacionales al no poder hacer frente a sus altos niveles de endeudamiento.

La promoción a la vivienda y la concentración urbana es dada en gran manera por dos instancias principales: la privada y la pública, y se caracteriza por tener ocurrencia en los sectores con un mayor grado de movimiento demográfico y de oportunidades laborales. Sin embargo, las condiciones de los consumidores, las facilidades para adquirir una vivienda y las localidades en las que se encuentran, son temas primordiales para analizar el fenómeno demográfico y la capacidad del Estado para conllevar el crecimiento y desarrollo en las zonas rurales y en las localidades situadas en la periferia de las ciudades del país donde la calidad de los servicios es sumamente deficiente. Desde el inicio del siglo XXI, a partir de los cambios en materia de la política de vivienda y el contexto del nuevo orden económico, en muchas ciudades de México:

Se comenzó a generar masivamente oferta de vivienda periférica, particularmente en gigantescos conjuntos habitacionales, orientada principalmente a los sectores populares, pero ahora a través de mecanismos formales. Paralelamente también se ha constatado la expansión urbana a través de la producción de conjuntos habitacionales periféricos para sectores sociales medios y medios-altos. A estos procesos, Emilio Dubau. (2011) los ha denominado producción fordista de la vivienda^{viii} (Lindón & Mendoza, 2015, p. 35).

El nuevo modelo de producción de viviendas contempla planes de optimización, que consiste en la utilización de materiales e insumos de menor calidad o de mayor fragilidad. Es común que se empleen placas de unicel o polímeros para reducir costos en la construcción, así mismo la producción fordista, consta de la construcción masiva de casas con los mismos diseños y en un tiempo mucho menor al que se emplea en la construcción tradicional, utilizando piezas prefabricadas, en este caso hasta las paredes se

encuentran listas sólo para ser ensambladas, utilizando menos recursos, menos tiempo y menos personal para la construcción.

Las densidades poblacionales en este tipo de asentamientos son altas, pese a la baja altura de las edificaciones. En la Ciudad de México, como han señalado Lindón y Mendoza (2015), este modelo ha originado en los últimos veinte años nuevas periferias, muy diferentes a lo que identificamos en su tiempo como la urbanización popular de los años setenta y ochenta^{viii}. Si bien en Texcoco este modelo de producción de vivienda es reciente, se puede afirmar que se instalará con fuerza en el municipio debido la construcción del NAICM^x, que ocupará la zona federal del ex Lago de Texcoco. Se puede decir que, de hecho, en diversas regiones del estado de México que forman parte de la ZMCM, ya se aprecia un importante incremento en la producción de vivienda, lo cual se observa a partir del creciente número de licitaciones que entre 2001 y 2015 han sido autorizadas para la construcción de vivienda (tabla 1), por parte de la Secretaría de Desarrollo Urbano y Metropolitano (2018) del Gobierno del Estado de México, particularmente, en el caso de los municipios de Chicoloapan, Atenco y Texcoco.

Se puede decir que estos nuevos desarrollos inmobiliarios en las periferias surgen de la combinación de las siguientes circunstancias:

a) un tipo de hábitat denominado conjuntos urbanos que son grandes desarrollos de vivienda a bajo costo, b) una demanda creada/impulsada mediante la reforma de instituciones federales de vivienda, c) la innovación tecnológica y la aplicación del modo de producción fordista a la producción masiva de vivienda, d) la inducción de un ritmo muy rápido de poblamiento, e) la implementación complementaria de nodos de comercio y servicios orientados al consumidor en estas nuevas periferias. (Lindón & Mendoza, 2015, p. 36 y 37).

Eibenschutz & Goya (2009), a partir del estudio de estos desarrollos inmobiliarios en diferentes áreas metropolitanas del país, afirman que la expansión territorial constante y acelerada que estos desarrollos implican para las ciudades, rebasan la capacidad de los gobiernos locales para abastecer de servicios urbanos a la población de manera oportuna y satisfactoria, así como su capacidad de controlar el proceso de poblamiento,

Tabla 1 –
Autorización
de Conjuntos
Urbanos

AÑO	MUNICIPIO	REGIÓN	NOMBRE DEL CONJUNTO URBANO	EMPRESA / PROMOTOR	NO. DE VIV.
2001	CHICOLOAPAN	III	"GEOVILLAS SAN ISIDRO II"	GEO EDIFICACIONES, S.A DE C.V.	208
	CHICOLOAPAN	III	"HACIENDA LOS REYES", (EX-HDA TLALMIMILOLPAN", FRACCIÓN 6)	CASAS BETA DEL CENTRO S.A DE C.V.	3,278
	CHICOLOAPAN	III	"REAL DE SAN VICENTE" (EX - HACIENDA TLALMIMILOLPAN FRACCION III)	CONSORCIO DE INGENIERÍA INTEGRAL, S.A. DE C.V.	3,283
2002	CHICOLOAPAN	III	"CIUDAD GALAXIA LOS REYES"	FISARE, S.A. DE C.V.	4,840
2003	ATENCO	XI	"TEXCALLI"	C. LUIS RODRÍGUEZ MUNGUA.	850
	CHICOLOAPAN	III	"HACIENDA COSTITLAN" (PRIMERA ETAPA: 1,000 SOCIAL PROGRESIVO)	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	4,100
	CHICOLOAPAN	III	"BONITO SAN VICENTE" (PRIMERA ETAPA: 849 INTERES SOCIAL)	LOS REYES IMPULSORES DE VIVIENDA, S.A. DE C.V.	3,304
	CHICOLOAPAN	III	"REAL DE SAN VICENTE II"	CONSORCIO DE INGENIERÍA INTEGRAL, S.A. DE C.V.	2,844
	CHICOLOAPAN	III	"LOMAS CHICOLOAPAN"	INMOBILIARIA CAME, S.A. DE C.V. (FISARE, S.A. DE C.V.)	3,080
	CHICOLOAPAN	III	"HACIENDA DE COSTITLAN" (SEGUNDA ETAPA 3,000: 1,064 INTERÉS SOCIAL Y 1,936 SOCIAL PROGRESIVO) NOTA: EL TOTAL DE VIVIENDAS (4,100: 1,064 INTERÉS SOCIAL Y 3,036 SOCIAL PROGRESIVO) SE AUTORIZO EL 14/03/03	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	-----
	CHICOLOAPAN	III	"REAL DE COSTITLAN I" (PRIMERA ETAPA: 3,970)	CONSORCIO DE INGENIERÍA INTEGRAL, S.A. DE C.V.	4,748

2004	CHICOLOAPAN	III	"GEOVILLAS DE COSTITLAN" (PRIMERA ETAPA: 1,000)	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	1,756
	CHICOLOAPAN	III	"BONITO SAN VICENTE" (SEGUNDA ETAPA: 2,455 INTERES SOCIAL)	LOS REYES IMPULSORES DE VIVIENDA, S.A. DE C.V.	----
	CHICOLOAPAN	III	"REAL DE COSTITLAN II" (PRIMERA ETAPA: 2,313 INTERES SOCIAL)	CONSORCIO DE INGENIERÍA INTEGRAL, S.A. DE C.V.	2,400
2005	CHICOLOAPAN	III	"GEOVILLAS DE COSTITLAN" (SEGUNDA ETAPA: 756)	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	----
	CHICOLOAPAN	III	"REAL DE COSTITLAN I" (SEGUNDA ETAPA: 551)	CONSORCIO DE INGENIERÍA INTEGRAL, S.A. DE C.V.	----
	CHICOLOAPAN	III	"HACIENDA DE COSTITLAN" (TERCERA ETAPA: 100 SOCIAL PROGRESIVO SE AUTORIZO EL 14/03/03)	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	----
	CHICOLOAPAN	XIII	"REAL DE COSTITLAN II" (SEGUNDA ETAPA: 87 INTERES SOCIAL)	CONSORCIO DE INGENIERÍA INTEGRAL, S.A. DE C.V.	----
	CHICOLOAPAN	IV	"BONITO EL MANZANO"	ENRIQUE BUSTAMANTE SANTAMARIA	656
	CHICOLOAPAN	IV	"REAL DE COSTITLAN I" (TERCERA ETAPA: 227)	CONSORCIO DE INGENIERIA INTEGRAL, S.A. DE C.V.	----
2006	CHICOLOAPAN	III	"HACIENDA PIEDRAS NEGRAS" (PRIMERA ETAPA 1,012: INTERES SOCIAL 688, SOCIAL PROGRESIVO 324)	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	1,820
	CHICOLOAPAN	III	"HACIENDA PIEDRAS NEGRAS" (SEGUNDA ETAPA 808: INTERES SOCIAL 806, SOCIAL PROGRESIVO 2)	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	----
	TEXCOCO	XI	"EL DESEO"	EITOR, S.A. DE C.V.	254
2007	CHICOLOAPAN		"HACIENDA VISTA REAL"	GEO EDIFICACIONES, S.A. DE C.V.	438
2009	TEXCOCO	XI	"VALLE DEL MOLINO"	DESARROLLOS KSA FÁCIL, S.A. DE C.V.	424
2010	CHICOLOAPAN	III	"HACIENDA DE COSTITLÁN" (CUARTA ETAPA)	GEO EDIFICACIONES S.A. DE C.V.	--
2015	TEXCOCO	XI	HACIENDA SAN JAVIER	CONSTRUCTORA Y URBANIZADORA ARA, S.A. DE C.V.	970

Fuente: Elaboración propia con datos de la Secretaría de Desarrollo Urbano y Metropolitano. Conjuntos Urbanos Autorizados 2001-2015. Gobierno del Estado de México (Consultado en <http://seduym.edomex.gob.mx/autorizaciones>)

mismo que tampoco logran controlar los gobiernos estatales y el gobierno federal. En consecuencia han surgido problemas ambientales y de déficit de servicios que incide en la mala calidad de vida de la población, llevando a familias a abandonar sus viviendas y reubicarse en las áreas urbanas consolidadas Ramírez (2013), para 2012 había 5 millones de viviendas en el país. Esta problemática pone de manifiesto la urgencia de planes enfocados a la protección del ambiente y al beneficio de la población.

La construcción de viviendas y los planes de desarrollo urbano deben de estar dotados de una visión que busque satisfacer las necesidades de los diversos actores y el Estado debería de ser el principal promotor de ello, pues se requiere que los servicios (de suministro de agua potable, electricidad, depósito de desechos sólidos y vías de comunicación) estén al alcance de las nuevas viviendas con toda la infraestructura necesaria y

adecuada. En este sentido, se requiere hacer una planeación estratégica para no dañar la flora y fauna local y perjudicar el ecosistema, sin embargo, hay un gran número de casos en el que el gobierno mexicano ha dado permisos de construcción a proyectos altamente dañinos para la riqueza natural de ciertos territorios. Texcoco no escapa a lo anteriormente señalado y muy probablemente su urbanización se dinamizará como consecuencia de la instalación del NAICM.

4. Crecimiento urbano irregular y desarrollo inmobiliario en la ZMCM: el caso del municipio de Texcoco

Actualmente, la ZMCM está integrada por las 16 delegaciones y 58 municipios, todos ellos del estado de México, excepto uno del estado de Hidalgo, algunos de ellos con altas tasas de

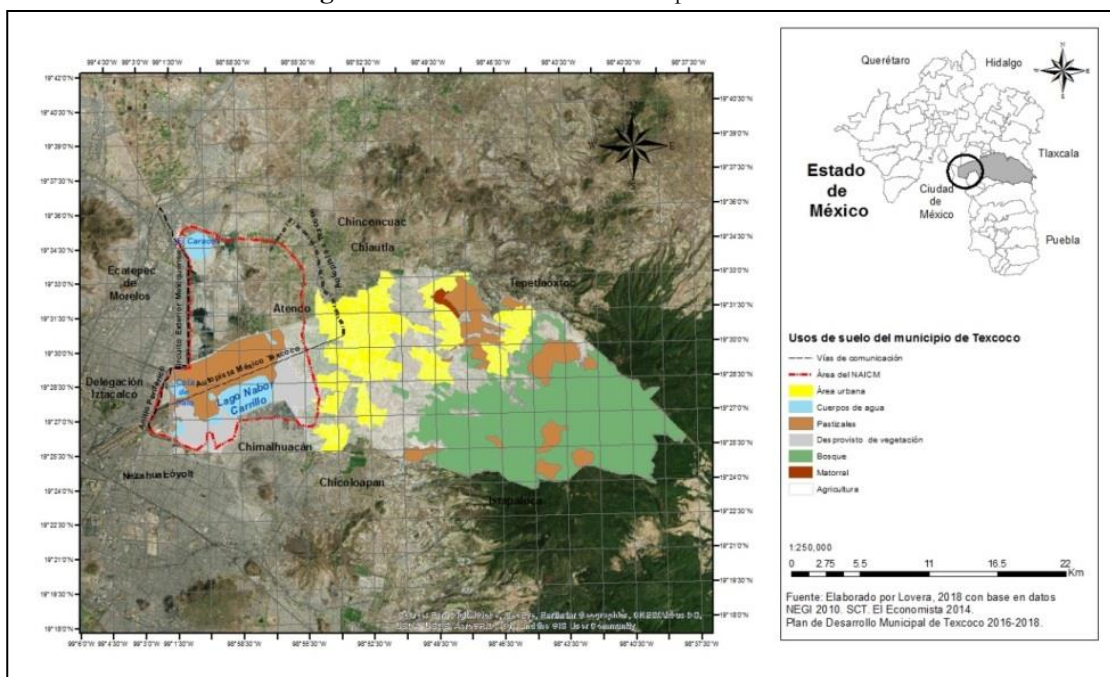
crecimiento demográfico y también con expansión urbana. En el caso de la ZMCM, la ciudad empieza a desbordarse en los municipios aledaños del estado de México desde la década de los años 50 del siglo pasado, primero hacia el lado norte. Las zonas tanto occidental como sur de la cuenca, donde se asienta la ZMCM, tienen grandes cordilleras que funcionan como obstáculos naturales para la expansión urbana, sin embargo, el lado oriental, donde se encuentra el municipio de Texcoco, es plano y desde que se desecaron porciones del Lago de Texcoco, la ciudad creció en esa dirección.

Con base en el periodo histórico en los que se ha formado y crecido la ZMCM, las entidades que la conforman se pueden agrupar en una ciudad central y cuatro contornos metropolitanos (Toscana & Pimienta, 2018). La ciudad central corresponde al centro tradicional y es lo más antiguo de la ciudad, comprende cuatro delegaciones (hoy alcaldías). El contorno uno se formó con seis delegaciones de la ciudad ya urbanizadas, entre 1930 y 1950. El contorno dos se formó con tres delegaciones y cuatro municipios del estado de México durante la etapa de industrialización del país, entre 1950 y 1970. El contorno tres se compone de tres delegaciones de la ciudad y 15 municipios, algunos de los cuales eran rurales, entre 1970 y 1990. Finalmente, el contorno cuatro está conformado por 39 municipios del estado de México y uno del estado de Hidalgo, ha crecido desde la década de los años noventa y es reflejo del retiro del estado en materia de vivienda.

Los contornos tres y cuatro se caracterizan, a diferencia de los demás, en que se han conurbado a partir de la construcción de viviendas (bajo el modelo fordista) sin generación de fuentes de empleo. Debido a la falta de empleo en estos contornos, los desarrollos inmobiliarios llegan a convertirse en “ciudades dormitorio”. Texcoco se ubica en el cuarto contorno de la ZMCM, lo que se interpreta como un municipio de reciente conurbación, pero que en los siguientes años tendrá un crecimiento poblacional importante generado por la inmigración atraída por el megaproyecto aeroportuario, lo que se traducirá en importantes retos para el gobierno municipal.

La cabecera municipal del municipio de Texcoco se encuentra a 25 km del centro de la Ciudad de México. Texcoco colinda al norte con los municipios de Atenco, Chiconcuac, Chiautla, Papalotla y Tepetlaoxtoc; al sur con Nezahualcóyotl, Chimalhuacán, Chicoloapan, Ixtapaluca; al oriente con el estado de Puebla y al poniente con los municipios de Nezahualcóyotl y Ecatepec, dos de los más poblados de la metrópoli. En el ámbito regional, el municipio se ubica en el lado oriente de la ZMCM y se conecta con Puebla, Hidalgo y Querétaro, teniendo así una posición estratégica en el contexto regional y nacional. El territorio municipal se constituye por 422.49 kilómetros cuadrados en donde se asientan un total de 240,749 habitantes, con una densidad de población de 570 habitantes por kilómetro cuadrado. El uso de suelo corresponde a lo siguiente (figura 4): agrícola 26.0%; zona urbana

Figura 4 – Usos de suelo del municipio de Texcoco



Fuente: Elaboración propia con base en datos del INEGI, 2010

17,99%; bosques 33.13%; pastizal 13.9%; suelo desprovisto de vegetación 5.47% y suelo de matorral 0.33%. La zona urbana en el municipio de Texcoco es de 58.83 Km² e incluye el uso de suelo habitacional, reserva para crecimiento urbano, suelo para uso industrial, área comercial y de servicios. En cuanto a la tenencia de la tierra, el 34.38% de la superficie territorial es pequeña propiedad, el 5.75% es propiedad comunal y el 59.87 es propiedad ejidal (Ayuntamiento de Texcoco, 2016).

Según datos del INEGI en el año 2000 la población municipal era de 204,102; aumentando a 240,749 en 2015, equivalente al 1.5% de la población estatal. En cuanto a la densidad poblacional, en 2000 era de 483 hab/km², para aumentar a 570 hab/km² en 2015 (INEGI, 2015). Actualmente en Texcoco hay un total de 61,948 viviendas. El Informe Anual Sobre la Situación de Pobreza y Rezago Social emitido por la Comisión Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL), refiere que en 2010 el 22.4% de personas, reportó habitar en viviendas sin disponibilidad de servicios básicos^s y que del total de viviendas el 14.5% son de mala calidad de materiales y espacio insuficiente, pues del total de viviendas, 4,010 cuentan con un solo cuarto.

Las actividades económicas más importantes en la región son: la agricultura, la ganadería y el turismo, pero también cuenta con empresas textiles, empresas vidrieras y de aluminio. El Producto Interno Bruto (PIB) del municipio fue de 1.35% en 2014, siendo la localidad con el índice más alto de la región VI del estado de México. Para proyectar un aumento poblacional y crecimiento urbano de Texcoco, se podrían contemplar ciertas características: cuenta con terrenos planos en su mayoría y en una parte montañoso, particularmente hacia el oriente, además cuenta con un importante lago de aguas salinas que lleva el mismo nombre del municipio y que pertenece a la región hidrológica del río Pánuco. Originalmente el lago tenía una extensión de casi 700 km², por las desecaciones desde tiempos coloniales y la extracción de agua, actualmente solo mide 15 km². Parte del suelo del ex Lago producto de la desecación, realizado como parte del Plan Lago Texcoco^{xi}, se incorporó a la urbanización de municipios aledaños de Nezahualcóyotl y Ecatepec, en las décadas de los años cincuenta y sesenta del siglo XX respectivamente, y hoy en día, de los más poblados de la zona metropolitana (Espinosa, 2008). La parte del lago que no se desecó, hasta principios del siglo XXI, fue un obstáculo para la urbanización en la porción oriental de la zona metropolitana. El reconocimiento de los problemas ambientales a partir de la Cumbre de Estocolmo (1972), conllevó a algunos intentos para

conservarlo como patrimonio natural (Gutiérrez, San Román y López, 2017); sin embargo, la voracidad empresarial por hacerse del suelo metropolitano, especialmente para la construcción del proyecto aeroportuario pone en riesgo la conservación del lago y sus ecosistemas. La urbanización del municipio también ha tenido un efecto importante en las características de la población, provocando diversos cambios económicos, ambientales y sociales al modificarse la vocación agrícola y las actividades productivas de sus habitantes y orientarlas hacia el sector industrial y de servicios ya que:

Por un lado, se disminuye el espacio destinado al uso agrícola, forestal y boscoso y, por otro, se incrementan los asentamientos humanos, las zonas de erosión, las zonas de explotación de bancos de material pétreo y de productos forestales que repercuten de manera directa en el medio ambiente. (Ayuntamiento de Texcoco, 2016, p. 22).

La tendencia regional apunta hacia la expansión acelerada del crecimiento urbano y poblacional en detrimento del ámbito rural, lo que puede observarse tanto en el cambio de uso de suelo, la disminución de las actividades agropecuarias, el deterioro y agotamiento de los recursos naturales, así como en la transformación del paisaje, la movilidad social, la intensificación de las relaciones sociales, económicas y de comercialización, la multifuncionalidad de los espacios y la pluriactividad de los actores sociales, cuestión que se agudiza ante la necesidad de ejercer una mayor presión sobre el patrimonio natural del municipio para satisfacer la demanda de servicios de la población que habita en la región y en la ZMCM. Con base en observaciones en campo, actualmente se distinguen dos tipos de urbanización en el municipio: de mercado y popular, tanto de carácter regular como irregular (figuras 5 y 6). La urbanización de mercado, está basada en la ocupación regular del suelo y se caracteriza por la construcción de grandes y medianos conjuntos habitacionales para población proveniente de otros municipios y delegaciones de la Ciudad de México, se oferta de manera institucional y su financiamiento es mediante las instituciones financieras y organismos de vivienda; este tipo de urbanización, no garantiza el suficiente equipamiento e infraestructura urbana. Al mismo tiempo, se da una urbanización popular, basada en la ocupación irregular del suelo, caracterizada por la creación de colonias populares, producto del desdoblamiento familiar, con financiamiento individual y/o familiar, sin equipamiento e infraestructura urbana.

Figura 5 – Tipo de vivienda irregular



Fuente: Archivo propio. Localidad de Coatlinchán, Texcoco, agosto 2017

Figura 6 – Tipo de vivienda regular



Fuente: Archivo propio. Conjunto habitacional Hacienda San Javier, Texcoco, agosto de 2017

Los asentamientos humanos que tiene el municipio de Texcoco están distribuidos en áreas urbanas y no urbanas, en las cuales se dan ambos tipos de urbanización; dentro de las no urbanas existe población mixta y población rural, ésta se va clasificando de acuerdo a las dimensiones que presentan estas poblaciones y van adquiriendo las categorías respectivas de Caserío, Rancherías, Pueblos, Villas y Ciudad.

Además de los grandes desarrollos inmobiliarios, en los últimos años se han presentado asentamientos irregulares en núcleos ejidales, debido al bajo costo que se ofertan las tierras, porque los propietarios no cuentan con la documentación oficial para venderlas en el mercado formal. En estos asentamientos humanos irregulares (urbanización social), dan “solución” a las necesidades de vivienda de los sectores populares locales del municipio, por su tamaño poblacional carecen de servicios públicos e infraestructura. Existen 46 unidades poblacionales con habitantes que van desde 3 hasta 602 habitantes (tabla 2).

Los asentamientos humanos irregulares normalmente están establecidos en zonas ejidales y presentan polos de crecimiento alto, como los casos de los asentamientos ejidales de la denominada Costa Chica. Uno de los últimos asentamientos irregulares que se han producido en el municipio es el impulsado por la organización denominada Antorcha Campesina^{xii}.

Sin embargo, dicho asentamiento irregular no cuenta con servicios públicos básicos, trayendo como consecuencia conflictos sociales con los habitantes de la comunidad y el resto del municipio de Texcoco. Se puede decir que Texcoco, al igual que algunos otros municipios de la región, enfrenta la situación de asentamientos humanos de manera irregular, normalmente en zonas de patrimonio natural, con construcciones de viviendas de mala calidad y carencia de servicios.

Si bien el actual gobierno municipal ha propuesto establecer medidas restrictivas^{xiii}, que limiten la construcción de viviendas en sitios de vulnerabilidad y que no cuenten con la factibilidad de servicios, lo cierto es que continúa enfrentando

Tabla 2 – Núcleos poblacionales irregulares en Texcoco

Santa Cruz de la Constanza (41)	El Chilar (7)	San Isidro (120)	El Batán (36)
Xalapango (457)	San Andrés (La Alcanforera) (43)	Rancho el Jardín (64)	La Presa (79)
Rancho San Antonio (3)	San José (El Paraíso) (206)	Santa Irene (121)	Santa Lucía (42)
Rancho Santa Mónica (16)	Rancho Santa Rosa (146)	Ex hacienda de Tepatitlán (156)	Apatzingo (4)
Rancho Junípero (4)	La Nopalera (9)	San José Tepatitlán (9)	Rancho Gama (El Lago) (3)
Candelapa (159)	Rancho Arboleda (6)	San Felipe de Jesús (192)	Pozo Milagro (55).
Rancho el Barco (29)	Ejido San Juan Tezontla (272)	San Agustín (173)	Ejido de San Pedro y Santa Úrsula (129)
Rancho Buenavista (6)	Tecaxhe La Escondida (10)	Pozo Guadalupe (10)	Ejido Santa Úrsula (115)
Rancho Castilla (46)	San Borja (55)	La Nopalera (La Siberia) (167)	Praderas de Tecuac (274)
San Judas Tadeo Riva Palacio (117)	Ejidales Purificación (192)	Ejido de Beltrán Cuautlalpan (602)	Ejido San Felipe (427)
Puente Quebrado (pozo San Isidro) (254)	Santa María Hidalgo y Carrizo (371)	Valle de Tláloc (352)	Ejido de los Reyes San Salvador El Gavilán (408)
Ejido de Tlaminca de Tezotcingo (11)	San Esteban (San Miguel Tlaixpan) (158)		

Fuente: IGCEM. Dirección de Estadística, elaborado con información de INEGI. Censo de Población y Vivienda 2010 (citado en Ayuntamiento de Texcoco, 2016, p. 28)

los procesos de urbanización acelerada y de asentamientos irregulares y, más aún, se enfrenta a la presión de las empresas inmobiliarias y a la propia ciudadanía migrante que demanda vivienda.

5. Implicaciones socioambientales de los procesos de urbanización

Desde finales del siglo pasado, las presiones de los mercados inmobiliarios internacionalizados, y una mal entendida “competitividad” ha llevado a la desregulación en materia de construcción de vivienda, los créditos hipotecarios atados concedidos a derecho habientes y el uso de sistemas de intermediación financiera ha catapultado la construcción de viviendas en un esquema fragmentado al amparo del sobreconcesionamiento de agua, que genera problemas tanto de conservación ambiental, como de acceso y distribución del vital líquido. La aparición de “ciudades dormitorio” formadas por conjuntos habitacionales de gran escala en áreas sin infraestructura, alejadas de las ciudades y el crecimiento sobre zonas de recarga de los acuíferos, áreas naturales, ríos, barrancas y zonas de origen lacustre ha sido un fenómeno reciente de graves proporciones (Moctezuma, 2015).

En términos generales, se puede decir que el crecimiento de la población, su concentración y la expansión territorial de las áreas urbanas, especialmente cuando se encuentran en metrópolis, dan paso a problemas socioambientales, vinculados a la dotación de servicios, como la dotación de agua potable y el desecho de las aguas negras. Los efectos de la hiperurbanización de la ciudad de México, y sus exigencias ambientales, energéticas, financieras, combinados con una política de importación de agua de la cuencas hidrológicas vecina así como la extracción de agua subterránea y de lo que queda del sistema de lagos de la cuenca de México, han acentuado el agotamiento de los acuíferos y la erosión de los suelos, generando hundimientos diferenciales y regionales (de hasta 30 cm anuales en la zona oriental de la ZMCM), que a su vez han propiciado inundaciones, combinadas paradójicamente con carencias del vital líquido en áreas urbanas populares del oriente de la cuenca, así como la pérdida de áreas de cultivo y de áreas de recarga del manto acuífero (Moctezuma, 2015). Todo esto pone en riesgo la habitabilidad de la ZMCM, y municipios como Texcoco son los que más resienten esta dinámica, dado que son los que aún conservan suelos boscosos y agrícolas sujetos a la especulación urbana.

Por otra parte, con la desarticulación del campo de la economía nacional de las últimas décadas, con la tala legal e ilegal de la zona del

municipio boscosa y con el incremento de la actividad minera para la extracción de arena, grava y tepetate, el suelo está perdiendo su capacidad para retener agua y alimentar el acuífero, lo que conlleva a la erosión (Ayuntamiento de Texcoco, 2016), lo que se traduce a procesos de riesgo asociados a la inestabilidad del suelo, como la remoción en masa. Lo anterior, además de minar el patrimonio natural y poner en riesgo a la población, allana, el camino a las constructoras y a las empresas inmobiliarias, pues cuando pretenden iniciar un proyecto inmobiliario, el cambio de uso de suelo resulta ya no ser tan drástico, pues no es ni bosque ni área cultivada, sino pastizal. Esto significa que las zonas con valor agrícola o boscoso se incorporan a uso suelo urbano, cambiando un valor estratégico -considerado como patrimonio natural que aporta servicios ambientales-, por un valor comercial de carácter mercantil que reditúa, antes que a nadie, a funcionarios municipales y a empresarios del negocio inmobiliario.

De hecho, existen diversos proyectos de desarrollo regional que tienen impacto a nivel nacional y se encuentran respaldados tanto en el Plan Nacional como en Plan Estatal de Desarrollo, los cuales -según el actual Presidente Municipal de Texcoco- nunca han sido consultados con el Gobierno Municipal, aunque es competencia y facultad de los gobiernos municipales aprobar, incidir y participar en los proyectos que se realicen en su territorio. Dichos proyectos, no sólo implican grandes inversiones económicas, sino que también conllevan a transformaciones políticas y territoriales que pueden generar impactos a nivel socioambiental, por ejemplo: 1) la aprobación de modificaciones a la Ley de Aguas del Estado de México, en abril de 2011, por parte del Congreso Local del Estado, posibilita la privatización del agua mediante su concesión a particulares, incluidas empresas inmobiliarias que requieren la concesión de pozos de agua para garantizar el suministro de agua potable; 2) la creación de infraestructura carretera, como la construcción de la carretera Coatepec-Coatlinchán, en la sierra Texcoco, hasta entroncar con la carretera México-Veracruz; la instalación de torres eléctricas por parte de la CFE, en toda la zona serrana hasta llegar al estado Tlaxcala; 3) la introducción del gasoducto que atraviesa la región desde el estado de Morelos, pasando por Tlaxcala e Hidalgo; 4) la creación de nuevos Plazas y Centros Comerciales como Puerta Texcoco, Gran Patio, Plaza Las Américas, Plaza Chimalhuacán, entre otros; y 5) el Proyecto de Mitigación Ambiental propuesto por CONAGUA, que forma parte del megaproyecto del NAICM.

El impulso de estos proyectos en Texcoco se debe en parte a que es uno de los municipios metropolitanos que aún cuenta con más cantidad

de tierra ejidal (59.87%). La tierra ejidal fue un logro de la Revolución Mexicana (1910-1920) que implicó el reparto de tierras a grupos de campesinos, estas tierras han constituido su patrimonio desde entonces, pasando de una generación a otra. Los proyectos mencionados requieren la tierra ejidal para ser implementados, lo que conlleva a la despatrimonialización de la población originaria de Texcoco.

Ante este panorama el gobierno municipal no logra cumplir sus funciones, y aunque es el nivel de gobierno más cercano a la población, tampoco logra atender las demandas y necesidades de la población, pues en estos proyectos intervienen grupos de gran poder económico y político. Entre los involucrados en la construcción del NAICM se encuentran los empresarios más ricos del país, quienes curiosamente, han ganado muchas otras licitaciones de obra pública con anterioridad. Las empresas de Carlos Slim, Olegario Vázquez Aldir y Carlos Hank Rhon, son las principales encargadas de construir la terminal del NAICM. El proyecto fue presentado por Edificadora Cicsa, Constructora ICA y la constructora española FCC Construcción, con un costo de 84 mil 828 millones 377 mil 320 pesos y se especula mucho sobre los beneficios que traerá esta edificación, principalmente porque no están las condiciones óptimas para su realización. Como señala el propio Presidente Municipal de Texcoco:

La construcción del Nuevo Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México, en la zona lacustre del Lago de Texcoco, traerá como consecuencia, mayor contaminación visual y auditiva, mayor explotación de los mantos acuíferos, concentración de actividades económicas en grandes empresas dedicadas al ramo de la hotelería y prestación de servicios, crecimiento desordenado de polos poblacionales con exigencia de dotación de servicios y seguridad y, por tanto, disminución de servicios en las zonas pobladas hasta la actualidad en nuestro municipio. (Ayuntamiento de Texcoco, 2016, p. 16).

Con la construcción del NAICM proyectada por los gobiernos federal y estatal, sin la consulta al gobierno municipal, se está cayendo en la disyuntiva de romper con la propuesta de crecimiento sustentable y ordenado, por los de un crecimiento acelerado, con impacto considerable en el ambiente del municipio, exacerbando los problemas de desertificación del suelo, escasez de agua y contaminación del aire. El propio Grupo Aeroportuario ha señalado que la Zona Oriente del Valle de México es un área que sufre frecuentes inundaciones que conllevan pérdidas materiales y problemas sanitarios, pero a pesar de ello sostiene

la viabilidad del proyecto que la entubación de 25 km de los cauces que existen en la zona contribuirán a evitar inundaciones, reducir riesgos sanitarios y malos olores. Sin embargo, las cifras y estimaciones de uso y aprovechamiento de agua, que se pretenden conectar a la Red Municipal de Agua Potable, actualmente la más sobreexplotada del país en un 850%, según datos de la Comisión de Agua del Estado de México (Nieves, 2011) no incluyen el desarrollo de la Aerotrópolis, una zona urbanizable de 375 hectáreas, contemplada dentro del megaproyecto del NAICM, que incluirá desarrollos comerciales, parques empresariales y zonas de libre comercio. Aunado a ello, el subsecretario de Desarrollo Metropolitano del Estado de México, ha señalado que una vez que entre en operaciones el NAICM, habrá a largo plazo, 22 ciudades metropolitanas emergentes y nueve subcentros regionales.

En síntesis, se puede afirmar que la construcción del NAICM está implicando una serie de profundas transformaciones al paisaje y entorno territorial en distintos niveles y ámbitos; por un lado, ha provocado la creación de rellenos sanitarios para desecho de materiales y lodos tóxicos, afectando el patrimonio natural y arquitectónico-cultural de la Cuenca del Valle de México y, por otro, está alentado la construcción de mayor infraestructura de vivienda, de servicios y de vías de comunicación. La tendencia apunta a un mayor crecimiento urbano mediante el incremento de desarrollos inmobiliarios que demandará la población que cada vez más está llegando a asentarse en la región, por lo que los impactos no son únicamente locales, sino regionales y tendrán un efecto acumulado, sinérgico y a largo plazo sobre toda la Cuenca de México.

6. Conclusiones

El municipio de Texcoco, como los demás que integran la ZMCM, está reconfigurándose bajo la lógica de las empresas inmobiliarias, que tendrán aún más auge por la construcción del NAICM; la lógica empresarial tiene el sustento del Estado en sus tres niveles: el nacional, el estatal y el municipal. De tal modo que el municipio se convierte antes que nada en un espacio económico de oportunidad empresarial, y en segundo plano, en un espacio para el desarrollo y bienestar de su población, a pesar de ser el nivel de gobierno más cercano a la población. Muchos de los problemas de Texcoco, asociados a los procesos de urbanización y expansión física de la ciudad, así como los ambientales, se generan en otros espacios y en otras escalas, es decir, tienen causas profundas en cierta forma ajenas a los municipios, además de que

rebasan fronteras político-administrativas, pero son los gobiernos municipales los que deben hacer frente, aun cuando la complejidad de estos procesos los rebasen y no estén preparados para ello. En el caso de Texcoco, es evidente que los bienes y el patrimonio natural que posee el municipio están siendo afectados por la sobreexplotación de los mantos freáticos, la mala urbanización con cambios de uso de suelo no planificados, la mala explotación forestal, la contaminación de los ríos, la degradación de los suelos, la polución ambiental, entre otros de carácter social. Las empresas privadas se enriquecen a partir de la explotación del patrimonio del municipio mientras que los costos ambientales se socializan en la población social.

En este sentido, consideramos que deben de conformarse planes estratégicos de contención y desarrollo demográfico, integrados por los gobiernos estatales y municipales, en alianza estratégica con el sector privado, pero bajo un marco regulativo apegado a las normas adecuadas de desarrollo social. Para obtener planes urbanísticos eficaces se requiere que estos no sólo sean apegado a la visión empresarial y a las leyes económicas y comerciales de oferta y demanda, sino que contemplen a la sociedad mexicana, sus carencias y necesidades, expectativas y sobre todo que se dé cumplimiento al estado de bienestar que las contribuciones de los ciudadanos garantiza, al menos en términos constitucionales. Los cambios en los artículos constitucionales y reglamentaciones han abierto la puerta a las empresas privadas inmobiliarias que parecen no tener freno, al tiempo que los gobiernos municipales se ven limitados para poder ejercer sus facultades constitucionales, e incluso llegan a ser en ocasiones facilitadores. La participación de las instituciones públicas de vivienda también es escasa. Esto se traduce en escasas o nulas mejoras en las condiciones de vida de la población de los municipios, ya que los gobiernos municipales, responsables de la dotación de servicios e infraestructura, no logran satisfacer las necesidades de la población. Así, a partir de estudio de caso, se puede corroborar lo que señala Harvey (2013) acerca de cómo las ciudades quedan en manos de actores e intereses privados y no de la gente; estos actores que son élites políticas y económicas, son quienes están en condiciones de transformar las ciudades de acuerdo a sus propios deseos y proyectos, mientras que las condiciones de vida de los habitantes urbanos, no necesariamente mejoran, sobre todo de los habitantes de los sectores menos favorecidos.

7. Bibliografía

- Álvarez, G. (2011). Estructura y temporalidad urbana de las ciudades intermedias en México. *Frontera Norte*, Vol. 26, No. 43, pp. 91-123.
- Ayuntamiento de Texcoco (2016). *Plan de Desarrollo Municipal 2016-2018*. México: Ayuntamiento de Texcoco, estado de México.
- Borja, J. (2010). Espacio público y derecho a la ciudad. In P. Ramírez (Coord.). *Las disputas por la ciudad. Espacio social y espacio público en contextos urbanos de Latinoamérica y Europa* (pp. 539-570). México: UNAM.
- Cantera, S. (24 de agosto de 2017). México, con mayor alza en precios de vivienda de AL. *El Universal*. Recuperado de <http://www.eluniversal.com.mx/cartera/economia/mexico-con-mayor-alza-en-precios-de-vivienda-de-al>
- Cano, J. C. (10 de septiembre de 2011). El Lago de Texcoco. *Letras Libres*, (153). Recuperado de <https://www.letraslibres.com/mexico/el-lago-texcoco>
- Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos (05 de febrero de 1917). Diario Oficial de la Federación. México: H. Congreso de la Unión.
- Eibenschutz, R. & C. Goya (2009). *Estudio de la integración urbana y social en la expansión reciente de las ciudades en México, 1996-2006: dimensión, características y soluciones*. México: SEDESOL/UAM-X/Miguel Ángel Porrúa.
- Espinosa, M. (2008). Procesos y actores en la conformación del suelo urbano en el ex lago de Texcoco. *Economía, Sociedad y Territorio*, Vol. VIII, Núm. 27, pp. 769-798.
- Harvey, D. (2013). *Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. España: Ediciones Akal.
- Garza, G. (2010). La transformación urbana de México 1970-2020. In G. Garza & M. Scheingart (coords.), *Desarrollo Urbano y Regional*. (Los grandes problemas nacionales, v. II) (pp. 31-86). México: El Colegio de México.
- GeoComunes (2018) Nuevo Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México. Recuperado de http://geocomunes.org/Analisis_PDF/N_AICM%20pdf%20lectura.pdf
- Gutiérrez, P., J. San Román & M. López (2017). El concepto de dominios ambientales como estrategia en la planificación territorial del sistema lacustre del Lago de Texcoco,

- estado de México. *Revista Geográfica Venezolana*, Vol. 58, Núm. 2, pp. 320-345, Venezuela: Universidad de los Andes.
- Hernández, T. (2016). *Producción del territorio en la comunidad de San Juan de Guadalupe y sus anexos Tierra Blanca y Miguelito, San Luis Potosí*. Tesis de doctorado en Desarrollo Rural. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2005). *II Censo de Población y Vivienda*, Aguascalientes, México.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2010). *Censo de Población y Vivienda 2010*, Aguascalientes, México.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2011). *XIII Censo de Población y Vivienda*, Aguascalientes, México.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2015). *Encuesta Intercensal 2015. Principales resultados de la encuesta intercensal 2015: Estados Unidos Mexicanos*, Aguascalientes, México.
- Lindón, A. & C. Mendoza (2015). Miradas alephianas de la periferia metropolitana. In A. Lindón & C. Mendoza (Coord.) *La periferia metropolitana: entre la ciudad prometida y un lugar para habitar la Ciudad de México* (pp. 29-56). México: UAM, Gedisa.
- Maycotte, E. & E. Sánchez (2010). Ciudades dispersas, viviendas abandonadas: la política de vivienda y su impacto territorial y social en las ciudades mexicanas. *Arquitectura, ciudad y entorno*, año 5, No. 14, pp. 19-32.
- Moctezuma, P. (2015). Valle de Chalco y su entorno de cuenca: crisis hídrica y ambiental y construcción de futuro. In A. Lindón & C. Mendoza (coords.) *La periferia metropolitana: entre la ciudad prometida y un lugar para habitar la Ciudad de México* (pp. 257-292). México: UAM, Gedisa.
- Moreno, E. & J. Espejel (2013). Chimalhuacán en el contexto local, sociourbano y regional. *Quivera*, vol. 15, núm. 2013-1, enero-junio, pp. 77-99. Toluca, México: Universidad Autónoma del Estado de México.
- Nieves, M. (15 de enero de 2011) La sobreexplotación de los recursos naturales en Texcoco. La Jornada del Campo. Recuperado de <http://www.jornada.com.mx/2011/01/15/recursos.html>
- Olivera, G. (2005). La reforma al Artículo 27 Constitucional y la incorporación de las tierras ejidales al mercado legal del suelo urbano en México. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. IX, Núm. 14 (33), Universidad de Barcelona.
- Olivera, G. (coord.) (2015). *La urbanización social y privada del ejido: ensayos sobre la dualidad del desarrollo urbano en México*. México: CRIM-UNAM.
- Ramírez, J. M. (1993). *La vivienda popular y sus actores*, México: Red Nacional de Investigación Urbana-CISMOS de la Universidad de Guadalajara.
- Ramírez, F. (2013). *Política de vivienda: el caso de la Zona Metropolitana de la Ciudad de México, 2000-2010*. Tesis de licenciatura en Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Sánchez, J. (2010). *La vivienda social. Factores que influyen en la producción de la vivienda en México*. México: Sistema Nacional de Ciencias de Arte Emisión.
- Secretaría de Desarrollo Urbano y Metropolitano (2018) Conjuntos Urbanos Autorizados 2001-2017. Recuperado de <http://seduym.edomex.gob.mx/autorizaciones>
- Toscana, A. & R. Pimienta (2018). Migración intercontorno en la Zona Metropolitana de la Ciudad de México. Un estudio desde la justicia espacial. *Política y Cultura*, No. 49, Universidad Autónoma Metropolitana, pp. 93-120.

Notas

ⁱ Atenco, Chiautla, Chiconcuac, Papalotla, Tepetlaoxtoc, Texcoco y Tezoyuca.

ⁱⁱ De acuerdo con el Plan Municipal de Desarrollo de Texcoco 2016-2018, el porcentaje de aportaciones al Producto Interno Bruto (PIB) a nivel estatal y nacional reportó en el año 2014 los siguientes datos: sector primario 1.28% estatal y 3% nacional; sector secundario 32.45% estatal y 34% nacional; sector terciario 66.27% estatal y 62% nacional (Ayuntamiento de Texcoco, 2016, p. 87). Esto expresa la importancia que a nivel municipal ha adquirido el sector terciario (distribución de productos, servicios, transporte y comercio), respecto al sector primario (agricultura, ganadería, explotación forestal) y al sector industrial (referido a las actividades de tipo industrial).

ⁱⁱⁱ El triunfo de la Revolución Mexicana (1910-1920) se reflejó en la dotación de tierra a grupos de campesinos y a comunidades indígenas que habían sido despojadas de ellas o que no tenían, con la función de que tuvieran un patrimonio inalienable que les garantizara su reproducción social. El reparto agrario implicó que más de la mitad del territorio nacional se dotara en estas modalidades

de propiedad. Con la adopción del modelo neoliberal, se reformó el artículo 27 Constitucional para que las tierras ejidales y comunales pudieran venderse y así entrar al mercado inmobiliario. En los municipios metropolitanos, estas tierras se han convertido en jugosos botines para las empresas privadas inmobiliarias, a costa de la despatrimonialización de los campesinos e indígenas.

^{iv}Las Sofoles son una entidad regulada y autorizada por la Secretaría de Hacienda y Crédito Público (escuchando la opinión del Banco de México y de la Comisión Nacional Bancaria y de Valores) para operar y celebrar operaciones de crédito en el sector para el que haya sido autorizada.

^v Actualmente la mayor parte de la población del país vive en áreas urbanas de más de 15,000 habitantes. Existen 57 áreas metropolitanas que concentran el 87% de la población nacional (Garza, 2010). La ZMCM, concentra el 20% del total nacional, que equivale a aproximadamente 18 millones de personas (INEGI, 2011). A partir de 1990 las grandes zonas metropolitanas del país han disminuido su crecimiento en favor de las localidades urbanas en su área de influencia, mientras que las ciudades intermedias son las que presentan mayor crecimiento demográfico (Álvarez, 2011).

^{vi} Información obtenida en entrevista a funcionarios del municipio de Texcoco, en agosto de 2017.

^{vii} La calificación de fordista remite a la producción en masa y en serie de viviendas.

^{viii} Al respecto, Lindón & Mendoza (2015, p. 37) señalan que: “se trata de una periferia que no es manufacturada por sus habitantes, sino que ha sido producida por los desarrolladores. Ello también implica que no ha sido producida en respuesta a las necesidades de los mercados de trabajo, sino que ha sido generada como oferta de vivienda. La creación de vivienda y la iniciativa de urbanizar estas áreas proceden de las grandes empresas desarrolladoras... no existen procesos de mercado de suelo generados localmente: existe una oferta local de tierras y luego de viviendas, que se encuentra con una demanda metropolitana de vivienda, que es externa a estos contextos locales... La demanda ha sido inducida mediante la reforma de las instituciones federales de vivienda, habilitando a los compradores que provienen fundamentalmente de la propia zona metropolitana”.

^{ix} Dicho megaproyecto fue promovido por el gobierno federal desde el año 2000, durante el periodo del presidente Vicente Fox (2000-2006) pero en 2001 fue cancelado, aunque

posteriormente fue revisado y aprobado en 2014 por el gobierno del presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018), quien ha persistido en llevarlo a cabo a pesar de las múltiples inconformidades que han presentado diversas instancias académicas y no gubernamentales en relación a la inviabilidad de dicho proyecto. El Colectivo GeoComunes (2018), ha recabado diversos estudios en los que se señala que su construcción iniciará una nueva ola de impulso al crecimiento urbano incontrolado en la región poniente del Valle de México, poniendo en peligro la riqueza cultural y natural del lago de Texcoco y de los pueblos alrededor (ver http://geocomunes.org/Analisis_PDF/NAICM%20pdf%20lectura.pdf).

^x “En cuanto a servicios básicos, en estas viviendas se reporta que 58,291 disponen de agua entubada; 2,834 no disponen y 823 no especifican si cuentan o no con dicha disponibilidad. En cuanto al servicio de drenaje, 60,319 disponen de este servicio; 828 no disponen de éste y 802 no especifican. Del total de viviendas, 1,432 no cuentan con excusado/sanitario que representa 2.6%. En relación al servicio de energía eléctrica, 61, 378, disponen de energía eléctrica, 21 no disponen y 549 no especifican este. Cabe hacer mención que un bajo porcentaje de viviendas tiene piso de tierra; del total de viviendas, sólo 1,846 reúnen esta condición; del total de las viviendas 21, 992 están ocupadas por 85,425 habitantes, esto quiere decir que en cada vivienda viven 4 personas” (Ayuntamiento de Texcoco, 2016, p. 67).

^{xi} El Proyecto Lago de Texcoco, fue propuesto por el ex rector de la UNAM Nabor Carrillo en 1965, su principal objetivo era almacenar las aguas que se perdían para evitar la sobreexplotación del acuífero y, con esto, evitar el hundimiento progresivo de la Ciudad de México, utilizando 17,000 hectáreas del antiguo lago de Texcoco como vaso regulador. Carrillo murió en 1967, pero el proyecto fue continuado y se iniciaron las obras del Drenaje Profundo bajo la idea de resolver las inundaciones de la ciudad, canalizando el agua hacia la cuenca de Tula. En 1982 se construyó el lago artificial Nabor Carrillo de mil hectáreas de extensión con una capacidad de almacenamiento de 36 millones de metros cúbicos de agua, lo que lo convierte en el lago más grande del área metropolitana. También se construyeron cuatro lagos adicionales, tres plantas de tratamiento y una planta de bombeo en la zona de Caracol para mejor desalojo de las aguas del Gran Canal. Adicionalmente, se ha reducido la salinidad del suelo mediante la multiplicación de áreas verdes y, al incrementar el grado de humedad, se consiguió por fin evitar las tolvaneras que todos los años se generaban en el ex lago y que, llevadas

por los vientos de oriente, provocaban gran contaminación en la ciudad (Cano, 2011).

^{xiii} El Movimiento Antorchista Nacional, conocido popularmente como Antorcha Campesina, nació en 1974, originalmente como un movimiento que apoyaba los campesinos para que elevaran su producción y nivel de vida. En tiempos recientes se ha involucrado en la invasión de terrenos para dotar se predios a sus agremiados.

^{xiiii} Algunas líneas de acción propuestas por el gobierno municipal de Texcoco consisten en: “impulsar que el Plan de Desarrollo Urbano Municipal se actualice y no permita cambios de uso de suelo para así evitar asentamientos irregulares; continuar con el impulso en la aplicación del programa hábitat con la finalidad de tener mejores condiciones de vivienda; establecer un programa de difusión para la no adquisición de terrenos en zonas ejidales y vulnerables; aplicar las normas legales establecidas para con los fraccionadores clandestinos y líderes de movimientos sociales, como Antorcha Popular, que trasgredan las leyes en cuanto a asentamientos humanos y continuar con la brigada de vigilancia del crecimiento poblacional” (Ayuntamiento de Texcoco, 2016, p. 68).

A relação sociedade-natureza e a ética do cuidado desde o turista

Vitor João Ramos Alves¹

Resumo: O turismo é prática complexa e transdisciplinar, que exige ser observado como fenômeno econômico, social e também ambiental. Logo, este artigo busca compreender a relação sociedade-natureza na dinâmica turística, a fim de analisar a necessidade de se construir uma ética do cuidado a partir do turista. Nesse sentido, o trabalho analisa, como estudo de caso, a atuação de turistas voluntários na preservação da natureza, por meio da *Missão Volunteer Vacations Onça-pintada*, realizada pela agência *Volunteers Vacations*, no município de Corumbá de Goiás (Estado de Goiás, Brasil). Adverte-se para a necessidade de construção de uma ética do cuidado e de uma socialização da natureza a partir dos próprios turistas. Práticas estas, seguramente, mais imperativas a serem trabalhadas nos dias atuais, dado o nível de descuido sobre o conceito e a prática de turismo em espaços ditos naturais, catalisado pelo processo de globalização vigente, o qual afeta diretamente o turismo e sua prática.

Palavras-chave: turismo voluntário; missão *Volunteer Vacations Onça-pintada*; ética do cuidado; socialização da natureza.

La relación sociedad-naturaleza y la ética del cuidado desde el turista

Resumen: El turismo es una práctica compleja y transdisciplinaria, que necesita ser observada como fenómeno económico, social y ambiental. El presente artículo busca comprender la relación entre sociedad-naturaleza en la dinámica turística con el fin de analizar la necesidad de construir una ética del cuidado desde el turista. En este sentido, el trabajo analiza como estudio de caso a las actividades de turistas voluntarios en la preservación de la naturaleza a través de la *Misión Volunteer Vacations Onça-pintada*, realizada por la agencia *Volunteer Vacations*, en el municipio de Corumbá de Goiás (Estado de Goiás, Brasil). Se percibe así la necesidad de construir una ética del cuidado y de una socialización de la naturaleza por los propios turistas. Estas prácticas son ciertamente más que imprescindibles para trabajar en la actualidad, dado el nivel de descuido sobre el concepto y la práctica del turismo en los espacios naturales, catalizado por el actual proceso de globalización, que afecta directamente al turismo y su práctica.

Palabras clave: turismo voluntario; Misión *Volunteer Vacations Onça-pintada*; ética del cuidado; socialización de la naturaleza.

The society-nature relationship and the essential care by tourist

Abstract: Tourism is a complex and transdisciplinary practice, which demands to observe as an economic, social and environmental phenomenon. Soon, this article seeks to comprehend the relationship of society-nature, in the tourist dynamics, in order to analyze the requirement to build an essential care by tourist. In this sense, the research analyses, as a case study, the activities of volunteer tourists in the nature preservation, by means of the *Volunteer Vacations Onça-pintada* mission, held by the *Volunteer Vacations* agency, in the Corumbá de Goiás town (Goiás state, Brazil). It warns itself for the necessity of building an essential care and a nature socialization by tourists. These practices are certainly more imperative to be carried out these days, given the level of carelessness about the concept and the practice of tourism in natural places, catalyzed by the current process of globalization, which directly affects tourism and its practice.

Keywords: voluntary tourism; *Volunteer Vacations Onça-pintada* mission; essential care; nature socialization.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.7149>

Como citar este artigo: Alves, V. J. R. (2018). A relação sociedade-natureza e a ética do cuidado desde o turista. *PatryTer* – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 1 (2), 58-71. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.7149>

Recebido: 18 de maio, 2018. **Aceite:** 9 de julho, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. E-mail: vitor.turismo.iesb@gmail.com

1. Introdução

Enquanto fenômeno em movimento universal, o turismo é uma prática social complexa, influenciada pelas importantes revoluções: industrial, comercial e agrícola, e tornou-se atividade de lazer, a partir de 1960, envolvendo milhões de pessoas em todo o planeta. Transformado em fenômeno econômico, pela facilidade do deslocamento atual, é responsável por inúmeras transformações espaciais, sociais e culturais no mundo. Atualmente, identifica-se um crescente fluxo da prática do turismo em áreas ambientais protegidas e em unidades de resgate/readaptação de animais selvagens considerados em risco de extinção. Embutida em tais práticas, há a ideologia em defesa do chamado “patrimônio natural”, que nos permite repensar sobre tais práticas e questionar se, realmente, são eficientes para uma preservação e proteção, tanto do território onde as práticas são efetuadas, quanto dos seres vivos nele presentes.

Tal fenômeno, determinado pela globalização e por essa constante expansão, tem gerado análises de âmbito econômico, social e ambiental.

Nesse sentido, o presente trabalho vem, por meio da complexidade existente entre a relação “teoria e prática”: (i) analisar os reflexos gerados pelo fenômeno da globalização na relação sociedade-natureza; (ii) considerar as consequências e/ou as contribuições da prática turística no espaço dito “natural”¹; (iii) aferir a prática do turismo voluntário, por meio do estudo de caso da *Missão Volunteer Vacations Onça-pintada*, realizada pela agência *Volunteer Vacations* no município de Corumbá de Goiás (GO), Brasil; e iv) considerar a possibilidade de construção de uma socialização da natureza e de uma ética do cuidado, a partir do turista.

Tais objetivos, melhor representados pela Figura 1, poderão contribuir para um debate sobre as influências da prática turística na relação sociedade-natureza e corroborar na reflexão teórica sobre os conceitos de classificação do turismo em espaços “naturais”.

Assim, uma das problemáticas aqui tratada, refere-se ao posicionamento do turista, enquanto sujeito responsável para a construção de uma ética do cuidado, na relação sociedade-natureza. Tal comprometimento vai de encontro a todo o processo de dominação e artificialização da natureza, o qual faz-se com que os homens alienados não visualizem os fenômenos sociais, políticos ou econômicos existentes nesse processo - o que promove uma relação com o “espaço natural” especialmente como mercadoria a ser consumida, tendo como diretriz uma imagem

Figura 1 – Estrutura teórica do artigo



Fonte: Elaborado pelo autor

romantizada da preservação, que a considera como um mundo natural à parte, intocado e intocável.

Tal comprometimento, da mesma forma, deve ir além da responsabilidade do sujeito que viaja. A prática turística deve acontecer a partir da responsabilidade de um planejamento e gestão dos patrimônios natural e cultural, que contribua para a preservação do chamado “espaço natural”. Tais mecanismos deverão ser pautados no resultado da ação conjunta de todos os agentes interessados, ou seja, da comunidade local, de universidades e instituições educacionais, além de instituições públicas e privadas.

2. A globalização e a transformação da relação sociedade-natureza

Milton Santos, em sua obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, ao construir o debate sobre o papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual, criada por países ricos e opulentos, por meio de um discurso único, discute os novos materiais artificiais que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema vigente, ou seja, o capitalismo.

A globalização, conforme apresenta Santos (2010, p. 24), é criada pelo sistema capitalista, fomentada por um certo número de fantasias que envolvem “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”. A repetição dessas fantasias acaba por tornar tal ideologia algo aparentemente sólido, sustentado por uma máquina ideológica perversa: o mercado capitalista global.

O resultado de tal fenômeno se impõe de forma intensa, contribuindo para a desigualdade social. Torna-se crônico o desemprego, a pobreza

umenta, a fome e o desabrigo se generalizam, alastram-se e aprofundam-se males materiais e morais.

Com a dinâmica desse processo, todo e qualquer território se torna funcional às necessidades, usos e apetites de agente do mercado, do Estado ou da associação de ambos. Nesse sentido, acaba por influenciar, direta e indiretamente, a vida econômica, as relações interpessoais e a vida socioespacial da humanidade. Isso afeta, inclusive, a relação sociedade-natureza.

Portanto, tal processo pode ser entendido como um evento que ganha força na contemporaneidade e que se manifesta não apenas no campo econômico e político da sociedade, mas, sobretudo, no campo cultural e ambiental, através de seus aparatos técnico, científico e informacional – parafraseando Milton Santos. Contribuem para a transformação da cultura e da própria natureza, tornando-as novos gêneros de mercadoria, com fins de atender às atuais exigências do mercado globalizado.

Como resultado desse processo de globalização, por exemplo, fala-se hoje em sustentabilidade e em atividades de preservação ambiental, para se fazer crer em uma difusão instantânea de responsabilidade e cuidados para com as gerações futuras, quando na verdade, o consumismo e o fortalecimento dos reclamos das finanças e de outros grandes interesses internacionais ainda prevalecem, em detrimento dos cuidados com as populações menos favorecidas e o dito “espaço natural”.

Tais questões relacionadas à preservação ambiental podem ser identificadas atualmente como um discurso político falacioso e como uma questão de manutenção da dinâmica econômica do sistema capitalista, conforme apresenta Maria Adélia Aparecida de Souza, em seu artigo intitulado Meio ambiente e desenvolvimento sustentável – As metáforas do capitalismo.

Nesse referencial trabalho, a autora considera que, nos dias atuais, os conceitos de natureza e meio ambiente, além das questões relacionadas com o desenvolvimento e a sustentabilidade, ainda não são discutidas, suficientemente, do ponto de vista epistemológico e metodológico (teórico e conceitual). O que ocorre são processos geográficos, biológicos e geológicos que interagem entre si e devem ser cientificamente estudados, mas que ainda são tratados como discursos políticos e não como temas científicos.

Hoje, o processo de globalização faz com que a natureza seja vista como recurso a ser explorado, tanto no presente quanto no futuro; Souza (2009) cita como exemplo a questão da água no Brasil que, como outros recursos naturais, é

tratada para se tornar um valioso recurso a ser privatizado e mercantilizado.

Assim, universidades e centros de pesquisa se apropriam dos conceitos de sustentabilidade e do ambiental, importando-os de agências financiadoras internacionais, sem uma discussão teórica prévia mais consciente. Tais conceitos são justapostos para a sustentação de discursos político-ideológicos. O que incentiva uma interpretação da sustentabilidade como forma de manipulação poderosa, semelhante ao conceito de desenvolvimento, imputando interesses maiores a respeito de tais temas, o qual os países pobres acreditam se beneficiar, mas que na verdade, tem como prioridade a preocupação com o mercado e o capital, não com a humanidade, ou seja, a vida no planeta.

A partir dessa interpretação crítica de sustentabilidade, observada como metáfora do capitalismo por Souza (2009), pode-se compreender como as técnicas utilizadas pelo mercado global fomentam o processo de internacionalização do mundo capitalista ou da globalização. É a mesma lógica observada nos debates construídos por Simone Scifoni, ao tratar do processo de construção do “patrimônio natural”, e Everaldo Costa, ao debater o conceito e o processo “patrimonialização global”.

A tese de Scifoni (2006), intitulada A construção do patrimônio natural, discute o significado da proteção do “patrimônio natural” no processo de produção do espaço geográfico, tendo como recorte o litoral norte paulista, a partir da apresentação da trajetória de construção da ideia de “patrimônio natural” e das políticas públicas para a sua proteção, em diferentes esferas (internacional, federal e regional).

A proteção da natureza no litoral norte de São Paulo, apresenta Scifoni (2006), foi instituída em um contexto de extensão do tecido urbano da metrópole, que conferiu a esse espaço um papel específico de zona de veraneio, compreendendo assim o processo de patrimonialização do “ambiente natural” como um “produto do urbano”. Este também se constitui como política de Estado, que busca garantir a continuidade dos usos do território por um turismo-veraneio com padrão de excelência. Assim, Scifoni (2006) considera que o processo de tombamento do “patrimônio natural” aparece como um produto de políticas públicas que se dão no âmbito da cultura, tornando-se importante recurso para o mercado turístico internacional, evidenciado pelos interesses político-econômicos, que estão por trás do reconhecimento do título recebido.

Torna-se claro que o processo de tombamento do “patrimônio natural” é tratado como política de desregulamentação do

patrimônio, que busca, antes de tudo, flexibilizar a legislação para garantir a fluidez necessária aos interesses do capital imobiliário, no sentido de conceber novas formas de produção imobiliária. Também como estratégia do poder público local, para assimilar regras do tombamento em suas políticas territoriais. A proteção da natureza surge como produto do urbano e como condição para sua reprodução, afirma Scifoni (2006).

Ao trazer para o debate o conceito de patrimonialização global, Costa (2010; 2015), destaca a lógica global capitalista embutida no processo de reprodução das cidades e de setores territoriais, o que fragmenta o espaço social. Conforme o autor, a patrimonialização global significa:

(...) o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares da cultura e da natureza em escala planetária (Costa, 2015, p. 35).

Para Costa (2015), o fenômeno descrito promove uma verdadeira corrida das governanças urbanas por uma inserção de bens culturais (de médias e pequenas cidades antigas espalhadas pelo mundo) na rede internacional do turismo e dos serviços. Isso promove uma significação elevada de tais cidades junto às estratégias do mercado, ao serem contempladas com a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Esse movimento, assegura o autor, estimula estratégias de marketing urbano, ditas de revitalização, criando posição das “novas” cidades na geopolítica espetacular da rede internacional do turismo.

Assim, Costa (2015) considera o processo de patrimonialização global como uma representação da transformação da própria história dos lugares em uma história mundial, inserida no contexto do capitalismo, onde a economia urbana é pautada na dinamização do capital financeiro e da prestação de serviços. O autor propõe ir além da simples crítica à banalização dos territórios turistificados; aponta a lógica moderna presente nas novas ações que remetem às formas de manutenção da vida cotidiana nas cidades, que se mantêm pela tentativa de elaboração de uma conscientização de seus cidadãos e de busca de caminhos alternativos ao processo de comercialização do patrimônio urbano.

Portanto, ao referenciar as abordagens aqui apresentadas, (da sustentabilidade como metáfora do capitalismo; da construção do “patrimônio natural” como instrumento do mercado global; e do processo de

patrimonialização global como estratégia do mercado turístico internacional) como decorrentes de processos universalizantes, consequentes da produção econômica-material da globalização, toma-se imperativa a análise sobre as problemáticas que envolvem a relação sociedade-natureza. Quer-se contribuir para a compreensão de como se promove as interferências, diretas e indiretas, da globalização nessa relação, a fim de fornecer elementos de análise para identificar a necessidade de construção de uma ética do cuidado, a partir do turista.

3. O turismo e suas práticas no “ambiente natural”

O aprofundamento do processo de globalização fez emergir um encurtamento das distâncias por uma suposta supressão do tempo, guiada pelos progressos das técnicas e das ciências. Isso pode indicar a ascensão do turismo como atividade economicamente hegemônica ao longo do tempo.

Enquanto fenômeno em movimento global que se concretiza à sua maneira particular nos territórios, o turismo é conceituado por Susana Gastal e Marutschka Moesch como:

(...) um campo de práticas histórico-sociais que pressupõe o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos. É um deslocamento coberto de subjetividade, que possibilita afastamentos concretos e simbólicos do cotidiano, implicando, portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer (Gastal & Moesch, 2007, p. 11).

Assim, Gastal & Moesch (2007) consideram o turismo como um fenômeno sociocultural, de valor simbólico para os sujeitos e o mercado global que o praticam. Simbólico porque se associa às práticas realizadas, aos produtos e aos serviços envolvidos, com significado mais amplo tanto pelos sujeitos (por seu valor de uso e valor afetivo), quanto pelo mercado (por seu valor de troca). As autoras ainda afirmam que, como processo humano, o turismo “necessita de ressignificações às relações impostas pelos códigos capitalistas, que determinam não só o valor venal das mercadorias, mas também os valores impostos, como bens culturais e estilo de vida”.

Everaldo Costa, em seu livro *A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio-mercadoria*, também trata o turismo pela abordagem dialética e o considera um fenômeno, essencialmente, espacial e dialético, por unir lugares no planeta por meio dos fluxos e por se tornar um

vetor contemporâneo hegemônico da produção do espaço. Também para o autor o turismo é prenhe de alto valor simbólico e conjuga a relação dialética entre a preservação e a mercantilização; o sagrado e o profano; o transitório e o permanente; o efêmero e o duradouro; num processo que se operacionaliza, simultaneamente, nos planos e pensamentos universal-particular-singular. Em sua fase crítica radical, Costa (2010, pp. 15-16) problematiza o turismo na ótica do “capitalismo globalitário” e observa a emergência de:

(...) um modo de produção catalisado pelo poder dos agentes hegemônicos do capital que, por meio dos novos instrumentos técnicos e informacionais, transformam os territórios na busca do lucro, da renda e da submissão do trabalho: um misto de desejo e necessidade, causa e consequência, produção e produto da sociedade do século XXI.

A atividade turística, enquanto produto moderno do capitalismo, complementa Costa (2010), se apropria da “natureza” e das cidades, por meio da estética característica original ou transformada por novas lógicas do capital. Essas apropriações promovidas pelo turismo, de uma forma ou de outra, transformam os objetos, revaloram as paisagens e redirecionam o cotidiano dos lugares. Tal processo é justificado pelo autor ao considerar o modo de produção do capital como uma “lógica histórica da vida social, com a produção de mercadorias, onde o mercado

reestrutura a vida social” (Costa, 2010, pp. 35-36). Esse movimento, conforme o autor descreve, se dá através de “riquezas naturais” que são transformadas em objetos de uso e de consumo. Enquanto formas construídas, se agregam ao solo sobre o qual estão erguidas. Em função disso, os espaços passam a se diferenciar – transformados em atrativos turísticos – por características humanas e não apenas por condições naturais variáveis. Esse debate também foi realizado Scifoni (2006), na ótica do “patrimônio natural”.

As paisagens naturais e urbanas, a partir dessa análise, tornam-se matéria-prima para o turismo, que passa a depender da simultaneidade atinente ao movimento dialético do *uso* e da *troca*, presente nos processos produtivos e nas relações de produção turística. Nesse sentido, ao buscar ampliar a compreensão das práticas do turismo da contemporaneidade, associadas à natureza, encontra-se em Mário Carlos Beni um esforço de uniformização das terminologias operacionais atuantes, conforme quadro a seguir.

Para Beni (2002, p. 31), as próprias dimensões do território brasileiro e (ainda) a pouca comunicação entre docentes e pesquisadores do turismo, provocam o surgimento de conceitos e expressões, referentes à prática turística, que distorcem e obstaculizam sua plena compreensão. Exemplos dados pelo autor estão nas associações entre a prática do *agroturismo* e o *turismo no meio rural*, o *turismo ecológico* e o chamado turismo de aventura,

Quadro 1 – Terminologias operacionais das práticas do turismo em ambientes naturais

CONCEITO	CARACTERIZAÇÃO
Turismo rural	Deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas . Alguns autores valem-se da expressão turismo no meio rural para incluir, também, o Agroturismo.
Agroturismo	Deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação em atividades agropastoris .
Turismo ecológico	Deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo / necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno . Pode ser também chamado de <i>Turismo de natureza</i> ou <i>Turismo verde</i> .
Ecoturismo	Deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs . Pressupõe sempre a utilização controlada de uma área com planejamento do uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e de suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

Fonte: Beni (2002, pp. 31-34), adaptado pelo autor

que também se insere no *turismo desportivo* (como nos jogos na “natureza”). O *ecoturismo*, além de ser comumente confundido com o *turismo ecológico*, também é associado a práticas realizadas em áreas de conservação e de proteção ambientais brasileiras que ainda não dispõem de uma política integrada e de um planejamento de uso e ocupação do solo urbano.

Para Beni (2002, p. 31), as próprias dimensões do território brasileiro e (ainda) a pouca comunicação entre docentes e pesquisadores do turismo, provocam o surgimento de conceitos e expressões, referentes à prática turística, que distorcem e obstaculizam sua plena compreensão. Exemplos dados pelo autor estão nas associações entre a prática do agroturismo e o turismo no meio rural; o turismo ecológico e o chamado turismo de aventura, que também se insere no turismo desportivo (como nos jogos na “natureza”). O ecoturismo, além de ser comumente confundido com o turismo ecológico, também é associado a práticas realizadas em áreas de conservação e de proteção ambientais brasileiras que ainda não dispõem de uma política integrada e de um planejamento de uso e ocupação do solo urbano.

Outro conceito que vem se desatacando no turismo em “espaços naturais” e muito divulgado nos dias de hoje é o turismo voluntário. As construções teóricas sobre esse termo surgiram por volta de 1915, impulsionadas pelas necessidades de sensibilização do indivíduo com as questões sociais e ambientais globais.

Stephen Wearing, em sua obra *Volunteer Tourism: experiences that make a difference*, diz que a prática do turismo voluntário proporciona àquele que se voluntaria, denominado como turista voluntário, “experiências que fazem a diferença”. Tal prática também é vista como uma forma de proporcionar benefícios, por meio da viagem, tanto para a comunidade que acolhe, quanto para o voluntário que realiza a experiência, “(...) atraindo pessoas que estão buscando uma experiência turística que é mutuamente benéfica, mas que também contribui não só para o desenvolvimento pessoal, mas também, positivamente e diretamente, para os ambientes sociais, naturais e/ou econômicos em que participam” (Wearing, 2001, p. 3).

Entretanto, acredita-se que o termo turismo voluntário, semelhante às definições citadas acima (ver quadro 1), reforça uma ideologia preservacionista da natureza e camufla, em sua essência, verdadeiros interesses embutidos em sua prática, ou seja, o fomento do capital (como será retratado mais adiante).

Assim, as práticas do turismo de “natureza” surgem como uma proposta conservacionista, por carregar um conceito que

abarca a interação e o cuidado com o meio ambiente, que valoriza as populações locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, segurança e serviços interrelacionados. Conforme definição lógica formal do Instituto Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003) o turismo é “uma atividade que, se bem planejada e desenvolvida, pode trazer às populações locais benefícios amplos, como oportunidades de diversificação e consolidação econômica, geração de empregos, conservação ambiental, valorização da cultura, conservação e/ou recuperação do patrimônio histórico, recuperação da auto-estima, entre outros” (Vitae Civilis & WWF-Brasil, 2003, p. 13).

No entanto, essas práticas ainda carregam e geram contradições, conflitos, paradoxos típicos da ética capitalista, burguesa e individualista que, carregada de ideologias e intenções de evitar ou mitigar os efeitos destrutivos, não eliminam as causas da depredação, extinção ou destruição da “natureza”, conforme identificado pelos resultados apresentados na pesquisa.

4. A socialização da natureza e construção de uma ética do cuidado

Como já apresentado, a natureza vem sendo tratada como uma simples referência espacial, ou como cenário para o desenvolvimento de práticas sociais e/ou turísticas, que carregam em suas construções teóricas a ideologia de preservação ambiental, à esteira do capitalismo.

Muitas formas de ocupação predatória do “espaço natural”, por práticas econômicas, além do turismo, têm deixado marcas profundas de degradação socioambiental. É bom lembrar que o turismo, tendo se expandido após as revoluções agrícolas, comercial e industrial, já encontrou territórios arrasados por essas outras atividades. Entretanto, as práticas turísticas também causam impactos ao consumir a “natureza”, como se pode observar pelas pesquisas relacionadas a “turismo e meio ambiente”, que se preocupam e sugerem práticas e estudos ligados à identificação e à mensuração dos impactos ambientais, da análise da capacidade de carga e/ou do zoneamento funcional das áreas “naturais”.

Diante dos problemas ambientais que se têm avolumado nas últimas décadas, considera-se essencial a possibilidade de uma socialização consciente da natureza e da construção de uma ética do cuidado, a partir dos turistas; esta pode ser uma alternativa, talvez, para a melhoria da qualidade de vida de diversificados grupos sociais e como um caminho para vislumbrar um turismo no “espaço natural durável”.

Ao buscar elementos que auxiliem na identificação de uma possível construção da ética do cuidado pelo turista, pode-se considerar navegar por conceitos que englobam o “cuidado” e a “ética” na conexão humana com a “natureza”, o que é detalhado por Leonardo Boff.

Ao promover uma análise fenomenológica sobre o termo “cuidado”, Boff (2007) afirma que se torna um fenômeno para a consciência do ser humano, se mostra na experiência e se molda na prática. Trata-se de pensar e falar a partir do cuidado como é vivido e estruturado no íntimo do ser humano. E ainda completa que o “cuidado” está intrínseco no indivíduo, possui uma dimensão ontológica que faz parte da constituição do ser.

Alguns estudiosos derivam o termo do latim cura, que se escrevia coera e era usado em um contexto de relações de amor e amizade. O termo expressava também a atitude de cuidar, de desvelo, de preocupação e de inquietação por outra pessoa ou por um objeto de estima, conforme Boff (2007). Dessa forma, o “cuidado” surge quando há uma relação de importância entre os seres, relação essa que permeia a empatia, a dedicação, o desvelo, a preocupação e a participação na vida do outro, ou por meio da atenção pela própria vida do indivíduo, o cuidado de si mesmo, o que pode ser ampliado ao dito “espaço natural”. É o oposto do descuido e do descaso.

A ética também é analisada como parte da natureza humana, presente em cada indivíduo. Conforme o autor, para viver como humanos, torna-se necessário a “criação de certos consensos, coordenar certas ações, coibir certas práticas e elaborar expectativas e projetos coletivos” (Boff, 2003, p. 27).

Presente na construção do processo evolutivo humano, a ética é originada do termo grego ethos, que significa: a morada, o abrigo permanente, seja de animais ou seres humanos. Os embasamentos de Boff (2003), a respeito de tal conceito, apresentam que: a “morada” para o ser humano representa o “enraizamento da realidade”, dá-lhe segurança e permite sentir-se bem no mundo. “É uma realidade da ordem dos fins: viver bem, morar bem. Ética tem a ver com fins fundamentais, com valores imprescindíveis, com princípios fundadores de ações” (Boff, 2003, p. 28).

Associando os dois termos à natureza, pode-se também destacar o posicionamento de Boff (2007, p. 36) que trata a natureza como um “conjunto articulado de todas as energias cósmicas em processo de materialização ou desmaterialização” a qual o ser humano possui nela um lugar singular. Merece destaque, para aprofundar a análise, o trecho a seguir:

O ser humano possui nela (natureza) um lugar singular. Ele desempenha uma dupla função. Por um lado, está dentro, é parte da natureza, inserido no imenso processo de evolução natural e cibernética. Por outro, está de frente, é um vis-à-vis à natureza. Por sua consciência e por seu saber técnico, intervém nela, fazendo-se seu plasmador. Nem por isso deixa de ser parte da biosfera e geologicamente um objeto bem concreto. O ser humano é sempre parte da natureza e interventor da natureza. A relação ser humano-natureza é dialética, quer dizer, ambos se encontram indissolivelmente intrincados um no outro, de tal forma que o destino de um se transforma no destino do outro (Boff, 2007, p. 36-37).

Nesse contexto, o ser humano se encontra enraizado na natureza e se posiciona como parte integrante da mesma, como um “ser-no-mundo”, que interage com outros seres, por meio da convivência, com capacidade de exteriorizar o movimento do cuidado, da responsabilidade por sua vida e pela vida dos demais, além de construir o seu próprio futuro.

Edward O. Wilson, em sua obra a respeito da diversidade da vida, apresenta que o progresso humano não é apenas determinado pela razão, mas também pelas emoções características de sua espécie: seres humanos. O autor ainda esclarece que o homem não tem a plena compreensão do verdadeiro significado de sua natureza humana, pela inerente complexidade e subjetividade. O “saber” se relaciona com o “ambiente natural” e vice-versa, promovendo uma clareza na interpretação da vida e na forma de sentir-se parte integrante da natureza. Observar-se como parte integrante de sua natureza humana é essencial. Para Wilson (2012, p. 437):

A humanidade é parte da natureza, uma espécie que evoluiu ao lado de outras espécies. Quanto mais nos identificarmos com o restante da vida, mais rapidamente seremos capazes de descobrir as origens da sensibilidade humana e de adquirir o conhecimento sobre o qual fundamentar uma ética durável, um verdadeiro senso de direção.

O imperativo para a construção de uma ética do cuidado, portanto, deve ser orientada com a devida prudência, acima de tudo. Deve-se levar em consideração toda espécie viva hoje no planeta, cada partícula da biodiversidade existente, como esclarece Wilson (2012).

Diante do exposto, o turista, nessa proposta, é também o responsável pela promoção de uma ética do cuidado, ao se relacionar à natureza pela prática do lazer. O termo turista significa aquele indivíduo que vai para um país estrangeiro ou algum outro lugar, com intuito de visita ou permanência por período de tempo,

sem a intenção de fixar residência ou de trabalhar. Gasta seu dinheiro no lugar de destino, motivado por prazer, por razões familiares, saúde, reunião de interesse científico, administrativo, diplomático, desportista, religioso ou por negócios.

Moesch (2002, pp. 129-130) amplia o conceito e afirma que o sujeito do turismo não é só “economicus e político”, mas subjetivo, afetivo e lúdico, dimensões essenciais de sua existência. Ele é multidimensional, não de maneira harmoniosa, complementar, realizada, passível de classificação, mas em conflito, na contradição, no jogo de papéis, de máscaras que o turismo possa lhe estabelecer. Ao observá-lo, não como público alvo do turismo, mas como parte integrante e importante do processo de se “fazer-turismo”, na relação sociedade-natureza, o turista deveria incorporar, então, um papel de sujeito ativo-responsável, por reinventar novas relações benevolentes e sinérgicas com a “natureza” e de maior colaboração entre os vários povos, culturas e religiões.

Tal posicionamento a ser incorporado pelo turista é tratado por Jost Krippendorf, em sua obra *Sociologia do Turismo*, que propõe uma “humanização do turismo” e aponta novas possibilidades de lazer e viagens turísticas, com foco no sujeito que viaja. Krippendorf (2009, p. 181) esclarece que alguns turistas, geralmente, buscam tirar “férias longe do eu” ao invés de tirarem “férias em direção do eu”. Tal posicionamento induz a um distanciamento da responsabilidade durante o ato de viajar. Nesse sentido, deve-se levar em consideração a responsabilidade que o turista tem ao planejar a viagem.

Para o autor, a primeira questão a ser considerada é o posicionamento do próprio sujeito que viaja em aceitar sua condição de “turista”. Ou seja, aquele que está em movimento, está em outro lugar e entra em contato com outras culturas, outras realidades, outros sujeitos. Essa atitude, para (Krippendorf, 2009), torna-se exigência indispensável para uma atitude mais consciente durante as práticas turísticas. Chega-se ao ponto de partida para um comportamento mais aberto, mais tolerante, mais modesto e mais sociável do turista. Tal posicionamento de aceitação da condição de “turista responsável”, tem como referência uma postura de humildade e simplicidade perante a ação de relacionar-se com o próximo e com o “ambiente natural” visitado. Para tal, o indivíduo precisa agir conforme as características pontuadas a seguir:

(...) demonstra uma atitude crítica não apenas no que se refere à vida cotidiana, mas também quanto à escolha da viagem. Ele se mostra crítico tanto em relação às diversas ofertas quanto em relação a si mesmo. Ele

estuda, compara e vai ao âmago das coisas antes de fazer a escolha. Tenta ver além das promessas mirabolantes. Escolhe a região para onde vai com todo conhecimento de causa. Rebelar-se contra a prática do mercantilismo turístico, em que os preços são mais importantes que o país receptor. Medita sobre as consequências que suas compras e seu comportamento poderiam causar e pergunta-se a quem beneficia e a quem prejudica a viagem. Não se deixa, necessariamente, seduzir pelo preço mais baixo, não procura pagar ainda menos em todas as ocasiões e pechinchar ainda mais, pois sabe que esses preços favoráveis só são obtidos pela exploração de outras pessoas. (...) escolhe de propósito formas de viagem que respeitem as populações e as culturas dos países visitados tanto quanto possível e lhes propiciem um lucro mais elevado. Consagra sistematicamente o dinheiro à compra de produtos e serviços dos quais conhece a origem e sabe que as receitas serão creditadas, isto é, sustentarão, antes de tudo, a população local. Age de acordo com esses princípios o tempo todo, quando escolhe o alojamento e o restaurante, o meio de transporte, quando participa de manifestações locais e quando compra souvenirs. Ele fica o maior tempo possível em cada lugar visitado, para poder realmente aprender alguma coisa (Krippendorf, 2009, p. 184).

Além disso, Krippendorf (2009, p. 185) distingue que: “um turista responsável rebelar-se contra o mercantilismo irrefletido e o nivelamento, praticados pela maioria dos métodos do turismo. A essa enorme maquinaria montada, ele opõe a própria atitude, visando não à exploração, mas à ação responsável”. É bom dizer que a atuação responsável e ética do turista em viagem impetra a este o retorno à sua essência, como elemento integrante de um todo universal – que também inclui o lugar visitado – realizando, dessa forma, as viagens em direção ao “eu” interior.

Entretanto, a responsabilidade para se construir uma ética do cuidado voltada à natureza não está apenas para com os sujeitos que viajam. Necessário se faz que se tenha uma integração de todos os envolvidos na prática turística. Torna-se importante que a proposta seja ampla, no sentido de abarcar as várias iniciativas (das comunidades beneficiadas, universidades e institutos educacionais, instituições públicas e privadas) que atuem com o turismo, para que possam ter responsabilidades quanto à formação das pessoas e que essas se proponham a colaborar não somente a partir do econômico, mas também, do social e do ecológico.

A participação das comunidades envolvidas deverá, ainda, representar para elas uma esperança no sentido de melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, levando-as a se organizarem e a se sentirem responsáveis pelos lugares onde moram, estudam, trabalham e passam a sua vida, incluindo os “espaços naturais” utilizados.

A ética do cuidado torna-se, portanto, uma prática ou atitude emergencial, que deve envolver mecanismos psicológicos (afetivo, racional, comportamental) e de gestão, que promovam concordâncias e contradições sociais, as quais permeiam a esfera da identidade, do ser como indivíduo social, da cultura, do “ambiente natural”, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos e para uma preservação e socialização do “patrimônio natural”. Enquanto se constrói a ética do cuidado, deve-se buscar a compreensão, o aprendizado e a forma mais segura de utilização da natureza para a própria subsistência humana.

5. O turismo voluntário e a Missão Volunteer Vacations Onça-pintada no município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás, Brasil

No trabalho Patrimônio natural e turismo voluntário: ética do cuidado na relação sociedade-natureza, defendido como dissertação de mestrado, no Programa de Pós-graduação do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília (Alves, 2016), fundamentamos o debate sobre o *turismo voluntário*, para um entendimento da relação turismo e atividade voluntária, na

preservação do “patrimônio natural”, por meio do estudo de caso da *Missão Volunteer Vacations Onça-pintada*.

Por meio dessa pesquisa, foi possível (i) avaliar a percepção dos turistas sobre a prática do turismo voluntário, promovida pela Missão VV Onça-pintada, (ii) identificar a existência de uma pseudoconcreticidade embutida na prática e (iii) aferir a possibilidade de construção de uma relação sociedade-natureza e de uma ética do cuidado, a partir da conscientização do sujeito, por sentir ser/fazer parte integrante da natureza (senti-la como totalidade, consciente de que suas ações e reações interferem diretamente a si próprio e ao meio ao qual está inserido).

A Missão VV Onça-pintada foi realizada no município de Corumbá de Goiás (GO), durante o ano de 2015, e surgiu da agência Volunteer Vacations, uma empresa de viagens com sede em São Paulo, em parceria com a Organização Não governamental No Extinction – NEX –, localizada no município de Corumbá de Goiás (GO). Tida como uma prática turística pela agência (Figura 2), a Missão tinha o intuito de preservar e proteger a fauna silvestre do cerrado brasileiro e promover a educação ambiental. Além de possibilitar, aos turistas que se voluntariavam, conhecer melhor como vivem as onças-pintadas e outros felinos,

Figura 2 – Página da Missão Volunteer Vacations Onça-pintada no Facebook



Fonte: Sítio eletrônico www.facebook.com/volunteervacations (Acessado: 19 nov. 2015)

suas reações, suas histórias e suas características biológicas, a Missão também permitia um contato diferenciado com a natureza local e com os moradores do entorno da sede da ONG NEX.

A ONG NEX, ainda em funcionamento, resgata, abriga e trata de grandes felinos da fauna brasileira, como a onça-pintada, até que estes estejam prontos a serem reintroduzidos ao seu habitat “natural”.

As atividades da Missão eram estruturadas em um período de seis dias, incluindo hospedagem na cidade de Corumbá de Goiás (GO) e atividades de trabalho voluntário voltadas para a interação e cuidados para com os animais da ONG. As atividades eram variadas, como: cuidar, alimentar e interagir com os animais, além de auxiliar na construção e reforma dos espaços de adaptação das onças.

Os turistas voluntários pagavam para a agência taxas referentes à inscrição da atividade, ao apoio constante da equipe VV aos turistas, às acomodações na ONG para a atividade voluntária, três refeições por dia durante o período do programa, transfer de ida e volta do aeroporto de Goiânia para a ONG, custos de administração, de comunicação com os voluntários, marketing do programa e country manager da agência. Os turistas voluntários ainda recebiam um Book da VV em formato de guia, com informações do país onde a agência atuava, além de receberem uma camisa da Missão. Não estavam incluídos custos de passagens aéreas e seguro saúde, um item obrigatório para a realização da atividade.

A Missão ocorreu apenas duas vezes, durante o ano de 2015. A primeira versão, ocorrida nos dias 17 a 21 de maio, contou com a participação de cinco turistas voluntários. Já na segunda edição, ocorrida nos dias 25 a 30 de julho, a prática levou seis turistas voluntários a ter contato com os felinos. Novas versões da Missão não puderam mais acontecer devido uma instrução normativa, lançada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – no dia 30 de abril de 2015.

A Instrução Normativa do IBAMA, Nº 7/2015 de 30 de abril de 2015, surge com a finalidade de regulamentar e instituir as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro e define os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas, “visando atender as finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos”, constantes dos Cadastros Técnicos Federais (IBAMA, 2016).

Merece destaque, para o embasamento dessa análise, o artigo de nº 32 e o parágrafo único

subsequente, da instrução normativa citada, que apresenta mudanças nas visitas monitoradas dos centros de reabilitação e dos criadouros para fins de preservação da fauna silvestre, regulamentadas pelo IBAMA, conforme descrito a seguir.

Art.32. Os criadouros científicos para fins de conservação e mantenedouros somente poderão ser objeto de visitas monitoradas de caráter técnico, didático ou para atender programas de educação ambiental da rede de ensino formal, e desde que não mantenham espécimes dos grupos elencados no artigo anterior (I – felinos do gênero Panthera; II – espécimes da família Ursidae; III – primatas das famílias Pongidae e Cercopithecidae; IV – espécimes da família Hippopotamidae; e V – espécimes da ordem Proboscidae).

Parágrafo único. As visitas monitoradas deverão ser objeto de aprovação junto ao órgão ambiental competente mediante apresentação de projeto de visitaçào, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa aos visitantes (IBAMA, 2015).

O trecho destacado da normatização atinge diretamente a prática da Missão VV Onça-pintada e a parceria da agência com a ONG, por ser a ONG NEX uma organização não governamental, legalmente constituída como associação civil sem fins lucrativos, de natureza jurídica denominada “Instituto de Preservação e Defesa dos Felídeos da Fauna Silvestre do Brasil em Processo de Extinção” e de registro no IBAMA como Criadouro Conservacionista de nº 232423. Além da espécie onça-pintada se destacar por fazer parte do item I, do tipo felinos do gênero Panthera.

A partir de então, não foi possível a realização de outras versões da Missão na ONG NEX, devido a proibição legal formalizada pela Instrução Normativa IBAMA Nº 7, de 30 de abril de 2015. Como citado, em instituições e espaços que recebem ou tratam animais em risco de extinção, só poderão ser realizadas visitas monitoradas de caráter técnico, didático ou que visem atender programas de educação ambiental da rede de ensino formal.

Em entrevista com o técnico responsável pelo departamento que acompanha e fiscaliza o que determina a Instrução Normativa do IBAMA, pode-se destacar:

A legislação para essas espécies de animais é rigorosa e precisa ser mantida para beneficiar a preservação. A instrução só permite a visitaçào gratuita e monitorada, com fins de pesquisa. Sendo assim, eles (ONG NEX) só podem receber visitaçào pública com esse intuito: pesquisa e fins científicos. Caso eles desejem ampliar a visitaçào, eles podem mudar de categoria, ou seja, poderiam realizar a cobrança de ingresso e ser caracterizado como zoológicos. Eles desejam mudar de categoria? Essa mudança para

zoológico, conforme artigo nº 10 da Lei Nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983, exigirá a obrigatoriedade de assistência profissional permanente de, no mínimo, um médico-veterinário e um biólogo, o que **encareceria os custos ainda mais para o estabelecimento**. Manter um veterinário e um biólogo durante 40 horas semanais, na maior parte do tempo sem atividade, para atender as exigências da legislação ficaria muito **custoso**. E acredito não ser esse o objetivo da ONG (PTI apud Alves, 2016, p. 95).

(...)

Particularmente, eu acredito também que o **excesso da presença humana pode gerar uma domesticação do animal**. Isso é ruim para os animais que já estão livres na natureza quanto para os que serão readaptados, como é o caso da ONG NEX, que propõe a readaptação dos animais capturados. Você já deve ter ouvido falar do **ataque de onças que ocorrem no Pantanal, não?** As imagens são chocantes. Mas por que isso acontece? Há uma **hipótese** de que os organizadores que recebem turistas **matam jacarés para colocar a carne na beira dos rios, atraindo as onças para mais próximo dos turistas**. Isso é uma **alimentação artificial do animal**. As onças então acabam se **acostumando com a presença humana** e indo para os vilarejos em busca de comida. Será que o turismo então pode prejudicar? **Não sei afirmar**. É preciso muito **estudo a respeito**. Essa **domesticação do animal pelo turismo pode ser prejudicial** (PTI apud Alves, 2016, pp. 94-95, Grifos do autor).

Diante do exposto, questiona-se as consequências de uma prática como o turismo voluntário em um ambiente como o da ONG NEX, que tem como proposta o cuidado e a readaptação de uma espécie em extinção, como a onça-pintada aqui analisada. Questiona-se também:

- Será que tal prática realmente contribui para a proteção e preservação do animal ou reforça a lógica do capitalismo (de se apropriar de um “patrimônio natural” e manipulá-lo como mercadoria), de domesticação do animal selvagem, com marcante significação mercadológica?
- O turismo voluntário poderia, então, ser considerado, nesse contexto, como uma modalidade do turismo, motivado pela descoberta de que a natureza é um recurso “natural”, que pode ser transformado em recurso turístico, ou em objeto de consumo?
- Seria uma forma a mais de consumo do turismo e, desta vez, mais perigosa, porque invade as entranhas da natureza, que deveriam ser preservadas, e promove em um animal selvagem, como a onça-pintada, um processo de domesticação?

- Ou seria uma forma de valorização da natureza, uma forma de conservá-la? Seria uma prática que incentiva o encontro do homem com a natureza da qual faz parte, para uma reintegração? É uma tentativa de inserir o turismo no modelo do “desenvolvimento sustentável”?

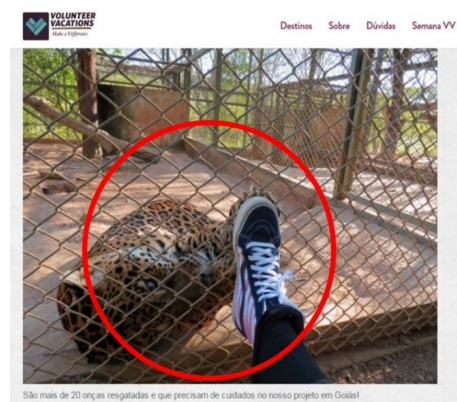
Com intuito de responder tais questões, o pesquisador entrou em contato com alguns participantes que participaram da prática analisada.

Quando em entrevista com esses participantes e em pesquisa nos endereços eletrônicos de divulgação da Missão, o autor (Alves, 2016) encontrou alguns elementos contraditórios que contribuíram para responder o questionamento apresentado.

Foi identificado pelas entrevistas que existe um discurso com evidente preocupação a respeito da preservação do “patrimônio natural”, em relação à onça-pintada. Porém, ao mesmo tempo, em registros fotográficos identificados nas páginas de divulgação da Missão, encontra-se uma postura contrária enquanto prática, conforme pode-se observar nas figuras a seguir.

Na primeira imagem (Figura 3), encontrada no sítio eletrônico de divulgação da Missão VV Onça-pintada, observa-se que um dos turistas voluntários coloca o pé na grade de proteção onde o animal vive. Tal imagem releva uma falta de cuidado e respeito para com o felino em cativeiro. Mesmo tendo uma grade de proteção, o gesto de se colocar o pé na grade, vai além do cuidado. Demonstra uma grande aproximação do animal selvagem com o ser humano, não considerando a ética na relação sociedade-natureza.

Figura 3 – Imagem de divulgação da Missão VV Onça-pintada no endereço eletrônico da agência



Fonte:

<http://volunteervacations.com.br/destinos/brasil/> (Acessado em: 19 nov. 2015)

A segunda imagem (Figura 4), encontrada na mídia social da própria agência, na mídia social Facebook, revela outro turista voluntário inserindo uma mangueira de água azul para dentro do espaço de guarda da onça-pintada, atravessando a grade de proteção. A mangueira chega a tocar a boca do animal.

Figura 4 – Imagem de divulgação da Missão VV Onça-pintada na mídia social Facebook



Fonte: Disponível em:

<http://www.facebook.com/volunteervacations/photos/pb.638325852854326.-2207520000.1467852910./9793748387494424/?type=3c&theater> (Acessado em: 19 nov. 2015)

Ao analisar as duas imagens, pode-se identificar uma contradição do discurso de proteção e preservação da onça-pintada com as atitudes registradas dos turistas voluntários [o que dialoga com o debate crítico de autores mencionados nos itens anteriores]. O que seria um incentivo à preservação, aparece como desrespeito e descuido ao “patrimônio natural”. Tais imagens não refletem, realmente, uma preocupação em cuidar do animal em extinção. A onça-pintada, nesses casos, é tratada como uma concepção cartesiana, que a define como “algo exótico” a ser visitado e consumido. A percepção do animal é carregada com os olhos do sistema manufatureiro, camuflado pela prática de um turismo voluntário, apontando, dessa forma, para a relação dialética de valor e troca, conforme já citada anteriormente.

Os turistas que participaram da prática, até apresentam um discurso voltado à preocupação de se preservar a natureza e o próprio animal, conforme o registro, destacado a seguir, de uma das participantes entrevistada. Porém, as imagens representam outra postura.

Com toda certeza contribuí, pois, a partir do momento que percebemos a importância da preservação, não nos contentamos mais em ficar imparciais diante da realidade de hoje. E voltamos para casa querendo mudar o mundo e passamos a preservar mais a natureza ao nosso redor. Disseminamos todas as

informações aprendidas aos nossos vizinhos e familiares. Não vejo nenhuma desvantagem, a experiência nos desenvolve valores e faz com que sejamos pessoas melhores.

(...)

Além de o local ser lindo e amar os animais, queria ter a experiência de atuar em prol de uma causa especial (TV1 apud Alves, 2016, pp. 103-104).

Como observado, o turista voluntário acredita que, ao participar da Missão, já está contribuindo para a preservação da onça-pintada, pois retornam da atividade “querendo mudar o mundo”, não mais “imparciais diante da realidade de hoje”. Entretanto, a partir da análise dos registros imagéticos, observou-se uma postura diferenciada, ou seja, uma falta de cuidado para com o felino, não compatível com o discurso sobre a preservação.

Identificou-se ao final da pesquisa que a relação existente entre o turismo e a atividade voluntária, aqui analisada com o termo “turismo voluntário” (divulgado pela Missão VV Onça-pintada), ainda mantém um viés ideológico de um discurso de preservação ambiental, que na verdade não se realiza em sua prática e fortalece a crítica de Souza (2009) sobre a sustentabilidade e o meio ambiente como metáforas do capitalismo; também reforça a lógica paradoxal da patrimonialização global debatida por Costa (2015) e da construção do “patrimônio natural” defendida por Scifoni (2006). A prática do turismo voluntário, então, se apropria da onça-pintada como um atrativo para que os turistas deem lucro à instituição organizadora e o próprio animal tratado como recurso-mercadoria. Mantém o felino próximo ao homem, faz-se uma domesticação do animal selvagem, a fim de gerar outras oportunidades de se ofertar atividades semelhantes a essa analisada. Tratar do animal como um produto para o mercado do turismo, reduz simbolicamente o seu valor para apenas um objeto a ser visto e fotografado por turistas.

Diante do exposto, reforça-se a hipótese de que se torna emergencial a promoção de uma outra socialização da natureza e da construção, necessária, de uma ética do cuidado para com o “patrimônio natural”, a partir dos turistas. Assim, como iniciativa propositiva para a sociedade, pensamos na construção de uma cartilha educativa que aborde a valorização do “patrimônio natural” e a importância de uma ética do cuidado, a fim de ser empregada e distribuída gratuitamente em palestras e atividades educativas nas escolas públicas do Distrito Federal brasileiro, podendo também ser utilizada por todos que dela se apropriarem.

Espera-se, assim, contribuir, de maneira significativa, para uma discussão sobre os efeitos da globalização na prática do turismo em “espaços da natureza”, acreditando em uma possível ética do cuidado, a partir do sujeito que se voluntaria ou participa da prática turística, como caminho para a tomada de consciência ambiental coletiva e menos predatória.

6. Considerações Finais

O sujeito que escolhe atuar no turismo voluntário, aqui analisado de forma prática por meio da Missão VV Onça-pintada, permanece arraigado aos interesses capitalistas, os quais promovem uma ressignificação da natureza em atrativo a ser consumido. Nessa inserção, o mesmo se posiciona na prática turista de forma alienada e repete padrões de comportamento predatórios, referenciados ao modelo mercadológico do sistema capitalista globalizado.

Assim, nada mais justificável que tentar reverter esse modelo, definido pelo capital, com uma centralização no ser humano, ou seja, partindo do próprio sujeito/turista, para propor uma socialização da natureza e a construção de uma ética do cuidado.

É importante lembrar a complementaridade econômica que o turismo pode favorecer para algumas comunidades, passando a ser, inclusive, a principal fonte de renda e recurso para a gestão e preservação ambiental. Entretanto, rever o posicionamento e a postura do turista voluntário (junto ao debate acadêmico e da gestão sobre o turismo) torna-se essencial para uma transformação do modo de se fazer turismo, a fim de influenciar e modificar epistemologicamente o conceito “turismo”, enquanto campo do saber e como fenômeno social. O turista também precisa exercer um papel ativo, interativo e relevante durante a prática do turismo voluntário no espaço visitando, a fim de promover um “religar” aos valores simples e profundos do *homem* como parte integrante da natureza.

Ao se adotar esse novo sentido, transformador para o turismo voluntário, poderá, então, ser possível contribuir para a elaboração de novas crenças e novas práticas, amparadas na solidariedade, para um processo de tomada de consciência do sujeito que viaja, integrando-o à natureza, por meio da construção de uma ética do cuidado.

7. Bibliografia

- Alves, V. J. R. (2016). *Patrimônio natural e turismo voluntário: ética do cuidado na relação sociedade-natureza*. In: Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB. Brasília: UnB.
- Beni, M. C. (2002). *Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo*. Barretto, M. & Tamanini, E. (Org.). In: *Redescobrimos a ecologia no turismo* (pp. 31-34). Caxias do Sul: EDUCS.
- Boff, L. (2003). *Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. 2ª ed. Editora Sextante. Rio de Janeiro.
- _____. (2007). *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 13ª ed. Editora Vozes. Petrópolis/RJ.
- Costa, E. B. (2010). *A concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria: uma abordagem geográfica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão.
- _____. (2015). *Cidades da Patrimonialização Global – simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. Humanitas, FAPESP. São Paulo.
- Costa, E. B.; Almeida, M. G.; Oliveira, R. F.; Rúbio, R. P. (2015). *Realização social da natureza pelo turismo na Chapada dos Veadeiros*. Confins [Online] (25|2015), posto online no dia 08 novembro 2015, consultado em 15 agosto 2018. URL: <http://journals.openedition.org/confins/10474>; DOI: 10.4000/confins.10474.
- Gastal, S. & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Aleph.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de Esperança*. Edições Loyola. São Paulo.
- IBAMA. (2015). *Instrução Normativa IBAMA Nº 7/2015, de 30 de abril de 2015*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/publicadas/publicada-instrucao-normativa-sobre-fauna-silvestre-em-cativeiro>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- Krippendorff, J. (2009). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Tradução: Contexto Traduções. 3ª ed. revisada e ampliada. Editora Aleph. São Paulo.
- Moesch, M. M. (2002). *A produção do saber turístico*. 2ª ed. Contexto. São Paulo.
- Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. 7ª ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. (2009). *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.

- _____. (2010). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2014). *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. 6ª ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Scifoni, S. (2006). *A construção do patrimônio natural*. In: Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Souza, M. A. A. (2009). *Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável – As metáforas do capitalismo*. Cronos, Natal-RN, v.10, n.º.2, pp. 101-117, jul./dez.
- Vitae Civilis & WWF-Brasil. (2003). *Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: Como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica*. Vitae Civilis e WWF-Brasil. São Paulo: Peirópolis.
- Wearing, S. (2001). *Volunteer Tourism: experiences that make a difference*. 1ª ed. Londres: CABI Publishing.
- Wilson, E.O. (2012). *Diversidade da vida*. Tradução: Carlos Afonso Malferrari. Companhia das Letras. São Paulo.

Notas

ⁱ A perspectiva de “espaço natural” será considerada entre aspas, em todo o artigo, para enfatizar o reconhecimento do autor sobre a socialização da natureza ou realização social da natureza, em todos os casos, no mundo contemporâneo, como prescrevem Costa et al (2015).

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización del patrimonio cultural inmaterial

Jesús Mendoza Mejía¹

Resumen: La constitución del patrimonio cultural ha sido abordada desde diferentes ángulos planteando actores y relaciones de poder existentes. En el caso del patrimonio inmaterial es de relevancia comprender los procesos de patrimonialización como la construcción de significado y sentido de los elementos culturales, a través de la asignación de valores, que los agentes culturales hacen con ciertas finalidades; así como un reflejo de la sociedad global. En este sentido, es posible hablar de una patrimonialización en red, en la cual diversos actores confluyen en un sistema organizado en redes, nodos y flujos. Redes o enlaces que conectan o no a actores, con nodos interconectados con mayor o menor importancia; en donde lo que fluye son valores, intereses y significados que conectan o desconectan actores, una red que siempre está en continua reconfiguración.

Palabras-clave: Patrimonialización en red; patrimonio cultural inmaterial; sociedad red.

Reflexões sobre os processos de patrimonialização do patrimônio cultural imaterial

Resumo: A constituição do patrimônio cultural foi abordada sob diferentes ângulos, propondo atores e relações de poder existentes. No caso do patrimônio intangível, é importante compreender os processos de patrimonialização como a construção do significado e do significado dos elementos culturais, através da atribuição de valores, que os agentes culturais fazem com determinados fins; bem como um reflexo da sociedade global. Nesse sentido, é possível falar de uma patrimonialização de rede, na qual diversos atores convergem em um sistema organizado em redes, nodos e fluxos. Redes ou links que se conectam ou não com atores, com nós interconectados com maior ou menor importância; onde o que flui são valores, interesses e significados que conectam ou desconectam atores, uma rede que sempre está em reconfiguração contínua.

Palavras-chave: Patrimonialização em rede; patrimônio cultural imaterial; sociedade em rede.

Reflections on the heritagisation of intangible cultural heritage:

Abstract: The constitution of the cultural heritage has been approached from different angles, proposing existing actors and power relations. In the case of intangible heritage, it is important to understand heritagisation processes such as the construction of meaning and meaning of cultural elements, through the assignment of values, that cultural agents do with certain purposes; as well as a reflection of the global society. In this sense, it is possible to speak of a network heritagisation, in which diverse actors converge in a system organized in networks, nodes and flows. Networks or links that connect or not to actors, with interconnected nodes with greater or lesser importance; where what flows are values, interests and meanings that connect or disconnect actors, a network that is always in continuous reconfiguration.

Keywords: Network heritagisation; intangible cultural heritage; network society.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.7177>

Como citar este artigo: Mejía, J. M. (2018). Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización del patrimonio cultural inmaterial. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 1 (2), 72-83. DOI:<https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.7177>.

Recebido: 22 de maio, 2018. **Aceite:** 29 de junho, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹ Maestro en Estudios Políticos y Sociales por la Universidad Nacional Autónoma de México: Coyocan, Distrito Federal, México. Email: jesus.mendoza@enp.unam.mx.

1. Introducción

El patrimonio cultural inmaterial (PCI) por mucho tiempo ha sido abordado con otros nombres: tradición oral, folclor, costumbres, patrimonio etnológico, etc. El concepto de PCI surge como un discurso alternativo al del patrimonio monumental con el fin de dotar de representatividad a aquellos países, principalmente del hemisferio sur, que no contaban con los referentes de monumentalidad que eran admirados por Occidente; fue a través del patrimonio inmaterial que se destacaron y reconocieron los rasgos subjetivados de las culturas como Patrimonio de la Humanidad (Smith & Akagawa, 2009; Arizpe, 2011b; Bortolotto, 2011; Harrison 2013).

En este sentido, el patrimonio cultural será entendido como “aquello, que como humanos, valoramos o ‘queremos transmitir a futuras generaciones’. Denota recursos culturales performáticos, incluyendo la danza, música, lenguaje, tradición oral y sistemas de conocimientos, construcciones monumentales, sitios arqueológicos, cultura material e ideología” (Kearney, 2009, p. 210). Lourdes Arizpe (2006, 2011a) menciona que el patrimonio cultural inmaterial debería entenderse como “un proceso de creación que comprende habilidades y posibles factores, productos, repercusión y valor económico” (Arizpe, 2011a, p. 53); es decir, el PCI hace referencia a un proceso creativo en el que se ponen en juego los valores comunitarios, la memoria colectiva, los conocimientos, técnicas y saberes, los actos performativos, las formas de interacción, entre otros, que son parte del momento de creación, recreación y transmisión del mismo PCI.

A partir de esto es posible entender al PCI como aquellos elementos culturales que son detentados y accionados por ciertos grupos o individuos de cualquier comunidad, que son significados y pueden tener referentes materiales, son transmitidos de generación en generación. Se trata de un proceso en continua construcción y no un acto finito.

El presente artículo busca comprender los procesos de patrimonialización en torno al patrimonio cultural inmaterial en el contexto de la sociedad en red. Se propone comprender al patrimonio como una construcción social que está vinculado con las capacidades de agencia en el reconocimiento, selección u oficialización del mismo. Así mismo, se propone comprender cómo estos procesos de patrimonialización ocurren en red en la cual diversos actores confluyen en un sistema organizado de redes, nodos y flujos a través de los cuales fluyen o friccionan valores, intereses y

significados. Para ello se retoma el caso del Xantolo, expresión regional del Día de Muertos en el Estado de Hidalgo, México para comprender la *patrimonialización en red* en la cual diversos actores participan y se articulan en distintos niveles; los cuales pueden interactuar o no, generando conexiones.

Este artículo forma parte del proyecto de investigación titulado “Xantolo: patrimonialización y salvaguardia en red” para obtener el grado de Maestro en Estudios Políticos y Sociales en la Universidad Nacional Autónoma de México. Esta investigación ha sido realizada gracias al apoyo del Programa de Apoyo a los Estudios de Posgrado (PAEP) de la UNAM y del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACyT).

Como parte de este proyecto más amplio, la propuesta metodológica fue proyectada para realizarse a partir de la investigación documental y de campo en Hidalgo. Se analizaron las políticas y planes de salvaguardia generados por el estado de Hidalgo; así como el respectivo expediente de declaratoria ante la UNESCO con el objetivo de comprender a detalle su composición y las políticas de salvaguardia de dicho elemento.

Se realizó trabajo de campo en Huejutla, Hidalgo, particularmente durante la festividad del Xantolo, con el objetivo de comprender la política cultural y su salvaguardia en conjunto con la propia práctica y así comprender los procesos de patrimonialización en red. Se aplicaron entrevistas estructuradas para conocer las posturas de los actores relacionados con las declaratorias principalmente a encargados a nivel municipal y estatal; se realizaron además observación, entrevistas abiertas y encuestas breves para comprender los significados y formas de patrimonialización de la práctica, especialmente en el sector joven.

Así mismo, se retomó la etnografía digital como metodología de análisis y observación de los fenómenos contemporáneos dentro del patrimonio cultural inmaterial, para comprender las prácticas digitales relacionadas con el Xantolo; se hizo un registro audiovisual con el objetivo de crear material para el análisis de las prácticas transmediáticas y la experiencia de los agentes culturales en la festividad; y además se analizó el material audiovisual existente, para vislumbrar la construcción del Xantolo y del Día de muertos presente en documentales, videos de producción local e imágenes de Instagram.

2. Patrimonialización, miradas conceptuales

La constitución del patrimonio estaba relacionada “con el desarrollo del nacionalismo del siglo XIX y la modernidad liberal” (Smith, 2006, p. 17), en donde lo que lo definía tenía relación con la forma en la que las sociedades modernas se concebían así mismas (Harrison, p. 2013). A partir de esto podemos entender el desarrollo teórico que Llorenç Prats (1997, 2005) hace en torno al patrimonio cultural; él lo llama invención y la construcción del patrimonio cultural, ya que el patrimonio cultural no es algo dado por naturaleza ni un fenómeno social universal. Esta invención del patrimonio cultural tendrá relación con un proceso de manipulación de ciertas expresiones o referentes culturales, mientras que la construcción tendrá que ver con estrategias de legitimación, principalmente extraculturales; existen tres criterios que rigen esto: la naturaleza, la historia y la inspiración creativa.

Los primeros dos criterios (la naturaleza y la historia) tendrán que ver con formas extrahumanas de otorgar valor a ciertos bienes, refieren al patrimonio cultural y a la antigüedad de los bienes culturales. Mientras que, en el caso de la inspiración creativa o el genio creativo, Prats (1997) menciona que “representa la excepcionalidad cultural, la individualidad que trasciende, y por tanto transgrede las reglas y capacidades culturales que rigen para el común” (Prats, 1997, p. 23).

En este sentido, Harrison (2013) lo denomina como la construcción de un *patrimonio oficial* basado en la conservación de sus valores artísticos, históricos, científicos, sociales y recreativos; planteando una *patrimonialización selectiva del pasado*. Así mismo, este autor plantea una crisis de los modelos de conceptualización del patrimonio cultural (Harrison, 2013, p. 18), que se conjunta con el creciente reconocimiento del aspecto inmaterial del patrimonio, motivado por las discusiones en torno a la conceptualización de la cultura y la diversidad cultural por parte de antropólogos como Margaret Mead, Ruth Benedict y Ralph Linton, quienes comprenden la cultura como modelos de comportamiento aprendidos y transmitidos, solidificados en artefactos y que son compartidos por grupos o un solo individuo.

Así, se constituyen patrimonios no-oficiales en los que existe un giro de lo distinguible/notable a lo cotidiano, como un “conjunto de prácticas repetitivas, atrincheradas y algunas veces ritualizadas que vinculan los valores, creencias y memorias de las comunidades en el presente con aquellas del pasado” (Harrison, 2013, p. 18), en el que los individuos están directamente vinculados con la forma de significar su patrimonio

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización o, como lo plantea Prats (1997), en cuanto a las activaciones patrimoniales.

La *activación del patrimonio cultural* que Prats (1997) planteó para el patrimonio tangible tendrá que ver con ciertas capacidades y poderes políticos para crear patrimonio. A pesar de ello, estos “repertorios patrimoniales también pueden ser activados desde la sociedad civil, por agentes sociales diversos [...] aunque, para fructificar, siempre necesitarán el soporte [...] del poder” (Prats, 1997, p. 35).

Es así como el patrimonio cultural se puede definir como los bienes o expresiones, producto de prácticas culturales, que cuentan con valores y significados reconocidos por una comunidad. Los individuos “asumen la herencia y el dominio de un determinado patrimonio cultural [...] de un conjunto de bienes, unos tangibles y otros intangibles, que abarcan desde un territorio hasta formas de organización social, conocimientos, símbolos, sistemas de expresión y valores que consideran suyos” (Bonfil, 2004, p. 191). Es decir, existe cierto nivel de identificación y relación con el patrimonio que lo vuelve un *patrimonio local*; que en términos de Llorenç Prats (2005) está “compuesto por todos aquellos objetos, lugares y manifestaciones locales que [...] guardan una relación metonímica con la externalidad cultural” (Prats, 2005, pp. 23-24). Los patrimonios locales crean un sentimiento de adscripción e identificación; son entonces generadores de comunidad, cuya importancia radica en la memoria colectiva del pueblo desde la cual se le ve y se le asocia con uno mismo, con el propio devenir histórico.

El patrimonio surge cuando una comunidad cultural le da forma a esos lazos de conectividad y pertenencia, y otorga calidad de representación a los bienes tangibles e intangibles que elige valorar. Hace visibles dichos lazos creando constantemente significados que se plasman en danzas, cantos, esculturas, obras arquitectónicas, y tantas otras formas creativas. Cabe reconocer, por lo tanto, que el patrimonio se halla en constante redefinición y movimiento. Dicho de otra manera, lo que mantiene con vida al patrimonio es que los individuos de la comunidad cultural recuerden y recreen su significado en cada periodo histórico (Arizpe, 2006, p. 254).

El patrimonio cultural inmaterial, como cualquier patrimonio es cambiante debido a las diversas significaciones que se le otorgan a lo largo del tiempo; “las patrimonializaciones forman procesos complejos de selección y recalificación, que implican valores más o menos compartidos, reconocidos y establecidos a lo largo del tiempo” (Bondaz, Isnart & Leblon, 2012, p. 9). Es importante destacar que el patrimonio cultural

“tiene que ser experimentado para ser patrimonio” (Smith, 2006, p. 47); es decir, solo a través del uso de los referentes patrimoniales podrá existir patrimonio. El uso será lo que le dé vitalidad, significado e importancia al PCI; “implica un sentido de continuidad y de materiales compartidos, costumbres y expresiones verbales que continúan practicándose en y entre ciertos grupos” (Sims, 2005, p. 65). El PCI se estructura como saberes o memorias que son puestas en acción tras una transmisión en la que “se comunica y crea comunidad” (Amengual, 2008, p. 46).

Otro de los aspectos relevantes que destacan al PCI es su practicidad, es decir la capacidad performativa que conllevan las prácticas inmateriales. “El performance es una actividad expresiva que requiere participación, realza nuestro disfrute de la experiencia, e invita a responder” (Sims, 2005, p. 128). En este sentido, las prácticas performativas permiten generar procesos de encarnación de la memoria; es decir, generar procesos de puesta en escena de las memorias locales a través del cuerpo, produciendo a través de la práctica un sentimiento de arraigo y pertenencia identitaria.

Un último punto por abordar dentro de las diversas características del patrimonio inmaterial serán las formas de transmisión. Cabe mencionar que la transmisión es uno de los principales mecanismos a partir de los cuales es posible salvaguardar el patrimonio intangible. En este sentido, Mosterín (1993, pp. 93-94) propone tres modos de transmisión cultural: vertical, oblicua y horizontal. La vertical se realiza de padres a hijos, de generación en generación; la horizontal se realizará entre personas de una misma generación y la oblicua entre individuos de distinta generación sin lazos de parentesco, es decir, a través de la propia interacción comunitaria.

El patrimonio inmaterial según Chiara Bortolotto (2011) puede ser comprendido como “las propias prácticas culturales (en un sentido descriptivo) o las prácticas culturales que pasan por un proceso de patrimonialización independiente del marco normativo impuesto por los programas de la Unesco (en sentido amplio)” (Bortolotto, 2011, p. 25), en un constante vaivén entre la auto-designación por parte de los actores mismo y la validación-difusión internacional de la práctica por los Estados (Grenet & Hottin, 2011).

Como se mencionó anteriormente, el término de patrimonio cultural inmaterial tiene una estrecha relación con la concepción de la cultura; por ello, frente a la concepción “abstracta” (Mead, Benedict, Linton) y simbólica (Clifford Geertz) retomo las propuestas de la antropología cognitiva, especialmente lo propuesto por Claudia Strauss y Naomi Quinn (2003), para analizar al PCI en tanto

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización producto de los *esquemas culturales*. Estas autoras, proponen que los significados están basados en esquemas culturales que se construyen con base en la percepción de la realidad, posibilitan la definición de la identidad, orientan la acción y explican los comportamientos; todo ello mediado por la experiencia a partir de un modelo conexionista.

Los significados generados por los esquemas, en los modelos conexionistas, son estados mentales que son formados a partir de las experiencias de vida específicas de quienes los aprenden y son sensibles a la actividad en un contexto particular (Strauss & Quinn, 2003, p. 50).

Esta aproximación teórica permite comprender y explicar las formas de creatividad cultural, las prácticas performativas dotadas de significado y sentido, la transmisión de los significados culturales; es decir, de qué manera se crea el patrimonio inmaterial en tanto práctica cultural resultante de los esquemas culturales. Así mismo, es posible comprender al PCI como la forma extrema de objetivación metacultural de la cultura en su sentido antropológico (Bortolotto, 2011), es decir, se objetivizan esquemas interiorizados de los agentes portadores de cultura.

Así, en 2003, la UNESCO instituye la *Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial*, la cual tiene sus principios en el reconocimiento de la diversidad cultural y la creatividad humana; así como la necesidad de reconocer las prácticas culturales, los derechos humanos y culturales, el desarrollo sostenible y como herramienta para combatir los impactos negativos de la globalización en este tipo de patrimonio (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization [UNESCO], 2003). En este sentido, “el actual interés en el patrimonio inmaterial está arraigado en una tendencia de finales del siglo XX de reevaluar los beneficios de la modernidad, expresa un miedo por los efectos de la globalización y la búsqueda por las identidades locales a menor escala” (Deacon, Dondolo, Mrubata & Prosalendis, 2004, p. 7), por lo cual se plantea la necesidad de salvaguardarlo.

Dicha Convención generó una serie de instrumentos de salvaguardia de las prácticas inmateriales: la Lista Representativa (LR), la Lista de Salvaguardia Urgente (LSU) y el Registro de Mejores Prácticas de Salvaguardia (MPS); hasta 2015, existen trescientas noventa y una manifestaciones del patrimonio cultural inmaterial (PCI) inscritas en dichas listas. En el caso mexicano, existen ocho elementos inscritos en la Lista Representativaⁱ y uno en el Registro de Mejores Prácticas de Salvaguardiaⁱⁱ.

Esta Convención y las políticas culturales “extraterritoriales”, como lo plantea Bauman (2004, 2015), generadas en la UNESCO, responden a la necesidad de crear conciencia acerca de la importancia de la protección del patrimonio cultural, y de establecer principios comunes alrededor del mundo; bajo la creación de valores *universales* de autenticidad (presente en la Convención de 1972) y representatividad (en la Convención de 2003). Ésta última, “establece que las manifestaciones del patrimonio cultural tienen un valor universal debido al valor intrínseco que tienen para las comunidades locales que las abrigan y las practican” (Duvellé, 2011, p. 21); buscando que los valores locales se conviertan en globales. Retomando a Bauman (2015), “la idea de ‘universalización’ transmitía la esperanza, la intención y la resolución de crear el orden; por encima de lo que indicaban los términos afines, significaba un orden *universal*: la creación de orden en una escala universal, verdaderamente global” (Bauman, 2015, pp. 80-81).

Por otro lado, existe un proceso de valoración en el sentido contrario; en el que los valores “universales” se interiorizan reconfigurando las significaciones y procesos de construcción del patrimonio cultural. Adoptando la idea de lo patrimonial “según la UNESCO” y buscando su reconocimiento global; desplazando las valoraciones que los constituían en patrimonios locales a una que los convierten en patrimonios localizados. Es decir, este patrimonio local que puede ser entendido a partir de la puesta en valor jerarquizada de los elementos culturales dados a partir de la memoria compartida y su significación, el cual se conforma como un soporte de procesos identitarios y cuyo interés puede ser escaso más allá de la comunidad; pasa a ser *patrimonio localizado* cuando el interés hacia él “trasciende su ubicación y es capaz de provocar por sí mismo flujos de visitantes con relativa independencia de la misma” (Prats, 2005, p. 24). En el cual la valoración externa puede no coincidir con las interpretaciones del mismo en un nivel local y estar en una situación de fricción; esto propicia el desarraigo de su entorno, sus actores y de todos los elementos que los dotan de sentido y favorece procesos de turistificación y explotación turística de las prácticas culturales.

Harrison (2013) plantea que “las tradiciones y aspectos cotidianos de la cultura son raramente concebidos como ‘patrimonio’ en ausencia de incertidumbre, riesgo, la percepción de amenaza o la necesidad de competir por la atención con otros intereses, que son percibidos como perjudiciales para ellos” (Harrison, 2013, p. 18); es decir, es un patrimonio vivo que es creado y recreado continuamente. Sin embargo, en el proceso de *oficialización* de este patrimonio

inmaterial, existe una patrimonialización nostálgica; en la que se apela a este temor a la pérdida de las prácticas culturales como elemento para su preservación según los cánones del patrimonio oficial.

Es este miedo ante la incertidumbre del futuro el motor de la puesta en valor del patrimonio inmaterial, buscando que conforme un elemento de arraigo y de asentamiento de las identidades locales, como lo menciona Deacon *et al.* (2004) y como un motivo para proteger aquello que aún da estabilidad y seguridad a las sociedades actuales, o como menciona Huyssen (2002), en su análisis acerca de los museos, que “no es la conciencia de tradiciones seguras lo que marca los comienzos del museo, sino su pérdida, combinada con un deseo estratificado de (re)construcción” (Huyssen, 2002, p. 44). Es a partir de la sensación de pérdida e incertidumbre que se piensa en la protección de los elementos asociados a un pasado; en cierto sentido, “tiene que ver con la repetición de lo irreplicable, con la materialización de lo inmaterial” (Boym, 2015, p. 18).

3. La patrimonialización en red

La globalización es un proceso que se ha caracterizado por la licuefacción de las estructuras sólidas de la sociedad (Bauman, 2004, 2015), transformando sustancialmente los procesos económicos, tecnológicos, políticos y culturales; muestra de ellos es el debilitamiento del Estado. Este cambio global podría caracterizarse por una tensión entre lo global, lo local, lo público, lo privado y lo colectivo; en la que se generan dinámicas de apertura, exclusión, reterritorialización, arraigo y violencia.

La propia fluidez de la sociedad actual, la desarticulación de las estructuras y “las fuerzas de la globalización promovieron las condiciones para el crecimiento de la incertidumbre social a gran escala y para el incremento de la fricción de lo incompleto [...]” (Appadurai, 2013, p. 23). Esta situación de incertidumbre del futuro y el riesgo de pérdida está presente en las dinámicas en las cuales la cultura se ha insertado.

Es posible comprender al PCI como reflejo de la sociedad global, en la cual la producción de localidad, translocalidad y un proceso de patrimonialización en red serán característicos. El cual es cambiante, dinámico, atemporal (del pasado, del presente y del futuro), requiere o no de un territorio específico (como puede verse en el caso de los procesos de *reterritorialización* de algunas prácticas culturales de migrantes mexicanos en Estados Unidos) y se

relaciona con procesos de fricción o conflicto. Es decir, en términos de la fluidez planteada por Bauman (2004, 2015), se podría concebir al patrimonio como un *patrimonio líquido*.

A pesar de estos procesos devastadores y preservadores del patrimonio cultural, Cristina Amescua (2011) plantea que “la globalización es el medio de contraste que permite a las culturas verse y saberse, encontrarse y descubrirse. Las diferencias y similitudes se hacen visibles en los infinitos contactos cotidianos locales-globales” (Amescua, 2011, p. 120). Podría decirse que el patrimonio inmaterial surge en los procesos de interacción y de fricción, entendida como “las cualidades incómodas, desiguales, inestables y creativas de la interconexión a través de la diferencia” (Tsing, 2005, p. 4).

Por otro lado, en relación con el sentimiento de riesgo, pérdida e incertidumbre del futuro generado por los procesos de globalización, existe un proceso de búsqueda de arraigo y pertenencia en la cultura propia. Este proceso de retorno a lo local, simultáneo a mirar lo global, es un hecho en el cual se detona y denota la identidad de los agentes culturales, es decir, genera, reconoce, promueve y exalta procesos identitarios; echan mano de sus prácticas y acervos culturales para enfrentarse, encontrarse y comprender los cambios globales.

Estos actos son visibles en lo que podría denominarse el *patrimonio translocal*; es decir la producción de patrimonio en un contexto o espacio translocal, “fuera” de su lugar de “origen”, ocasionado por la movilidad humana y de sus prácticas culturales. Retomando a Appadurai (1999, p. 111), “son mundos existenciales constituidos por asociaciones relativamente estables, historias relativamente conocidas y compartidas, y espacios y lugares recorridos y elegibles colectivamente [...]”.

La patrimonialización puede ser entendida como el proceso de construcción de significado y sentido de los elementos culturales, a través de la asignación de valores, que los agentes culturales hacen con ciertas finalidades. Así mismo, retomo la conceptualización que plantea Harrison (2013) acerca del patrimonio cultural; en el que

no es un proceso pasivo de solo conservar las cosas del pasado que quedan, sino un proceso activo de ensamblaje de una serie de objetos, lugares y prácticas que elegimos soportar como un espejo al presente, asociado a un conjunto particular de valores que deseamos tomar con nosotros para el futuro (Harrison, 2013, p. 4)

En este sentido, retomando lo planteado por Castells (2009) acerca de la sociedad red, “formada por configuraciones concretas de redes globales, nacionales y locales en un espacio

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización multidimensional de interacción social” (Castells, 2009, p. 44), podríamos hablar de un proceso de *patrimonialización en red*; en la cual diversos actores confluyen en un sistema organizado en redes, nodos y flujos. Redes o enlaces que conectan o no a actores en el proceso de atribuirle valor a una práctica cultural específica; con nodos interconectados con mayor o menor importancia; en donde lo que fluye son valores, intereses y significados que conectan o desconectan actores; una red que siempre está en continua reconfiguración.

Existen actores “internacionales” (como la UNESCO) que se vinculan con los gobiernos nacionales (a través de sus instituciones), que se vinculan o no con las instituciones locales y los agentes portadores de cultura; en la cual también se relacionan asociaciones civiles, organizaciones empresariales y otros actores que no participan directamente del patrimonio; donde los valores se reconfiguran y fluyen, concibiendo a la patrimonialización como un proceso no lineal, con una multiplicidad de actores y *sitios* desde los cuales se constituye.

Es importante destacar que se hablará de *agentes de la cultura*, en vez de portadores de cultura, ya que concebir a los sujetos como agentes hace referencia a entender a estos como individuos actuantes con capacidad de decisión y acción sobre sus elementos culturales, enfatizando en la posibilidad de *hacer patrimonio*.

Retomando la idea de la patrimonialización en red, es posible comprenderla a partir de la propuesta de Deleuze y Guattari (2016) respecto al *rizoma*, la cual podría ser considerada como un espacio de comunicaciones transversales, intercambiables, múltiples y que no cuentan con un centro; “se trata del modelo que no cesa de constituirse y destruirse, y del proceso que no cesa de extenderse, interrumpirse y recomenzar” (Deleuze & Guattari, 2016, p. 58). Las características de este modelo son una multiplicidad de flujos, direcciones cambiantes e intercambiables, sin un centro, establecida a partir de relaciones y conexiones transversales (interconexión), con reconfiguraciones y reconstrucciones continuas.

En este sentido es posible comprender a los procesos de construcción del patrimonio dentro de este modelo, en el cual el punto de convergencia son las prácticas o elementos culturales que serán sujeto del proceso. Donde actores interconectados entre sí o no, confluyen o divergen en las motivaciones, significaciones y finalidades de la patrimonialización. Se podría decir que este flujo (de significados y valores) recorre las líneas que conectan a los actores y confluyen a través de los elementos culturales generando patrimonio. Este

proceso, como se mencionó, no es fluido *per se*, existen fricciones, conflictos y mediaciones en torno a la significación y patrimonialización resultante.

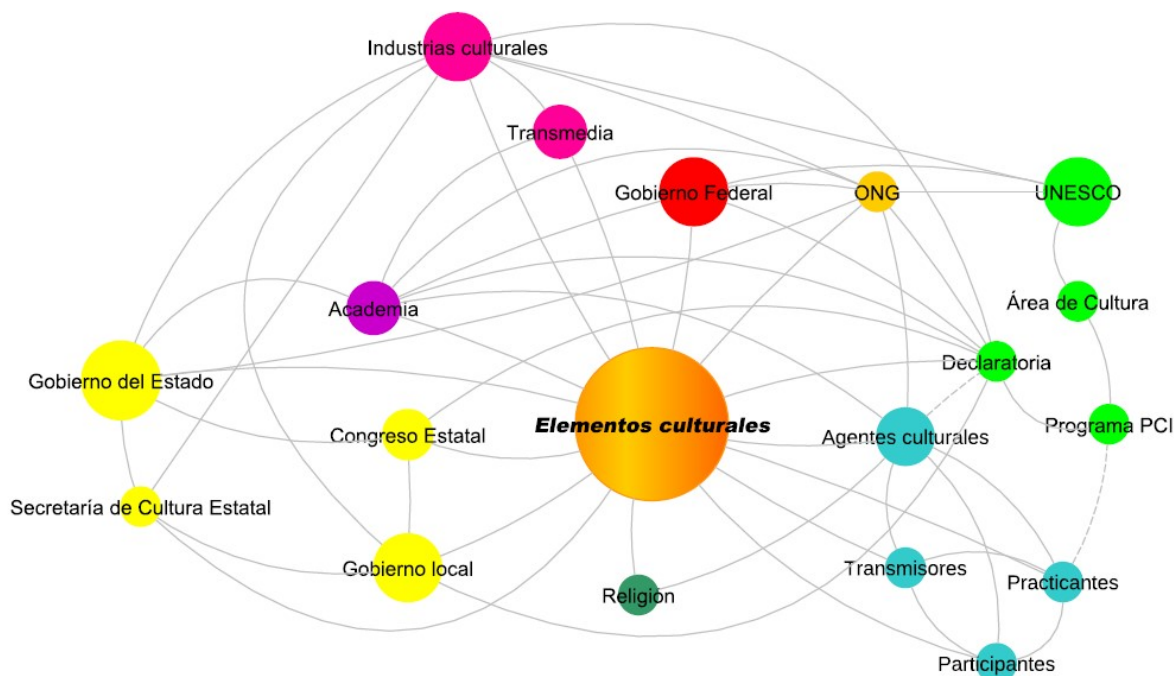
Cabe recalcar que el rizoma “se remite a un mapa que debe ser producido, construido, siempre desmontable, conectable, alterable, modificable, con entradas y salidas múltiples, con sus líneas de fuga” (Deleuze & Guattari, 2016, p. 60) y que, en el caso de existir una ruptura de las conexiones, siempre se generan nuevas a partir de esta.

Esto en términos patrimoniales significaría que, si una práctica cultural pierde significación por la interrupción del flujo de ciertos actores, es posible que se generen nuevas significaciones e interconexiones de dichos significados; a partir de esto, es posible comprender las rupturas generacionales con la tradición, en donde las generaciones más jóvenes generan nuevas redes y conexiones bajo nuevos significados y valores. Esta propuesta puede ser visualizada en el siguiente esquema (ver Figura 1) en el cual se muestran las interacciones, desconexiones y vínculos parciales entre algunos actores en el proceso de la patrimonialización en red.

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización referentes patrimoniales se realiza en una escala local, los cuales pueden ser comprendidos en términos generales como transmisores, participantes y practicantes de los elementos culturales; los cuales crean y dotan de sentido y significado a dichos elementos configurando una *patrimonialización primaria*.

Así mismo, existen otros actores independientes, pero ocasionalmente relacionados entre sí como las Organizaciones No Gubernamentales (ONG) y de la sociedad civil y las instancias académicas; que a partir de procesos de colaboración con los agentes culturales generan una *patrimonialización cogestiva* (a partir de los procesos gestión de las ONG), una *patrimonialización académica* (desde las investigaciones y significaciones provenientes de las indagaciones académicas) o una *patrimonialización religiosa* (desde la significación relacionada con la religión). De igual forma, a partir de los efectos generados por el fomento del turismo cultural y la inserción del PCI en las esferas de consumo de la sociedad y la iniciativa privada, se podría hablar de una *patrimonialización para el consumo*, la cual es generada a partir de la construcción narrativa, discursiva y audiovisual (transmedia) de las prácticas

Figura 1 – Esquema de la patrimonialización en red



Fuente: Elaboración propia, 2018

En este sentido, hay un primer proceso de patrimonialización por parte de los agentes portadores de la cultura, cuya puesta en valor de los

inmateriales que en muchas de las ocasiones están disociadas de los significados interiorizados de los mismos. Así mismo, “las activaciones patrimoniales

han adquirido otra dimensión, han entrado abiertamente en el mercado y han pasado a evaluarse en términos de consumo” (Prats, 2005, p. 22), favoreciendo su espectacularización, la transformación del patrimonio en mercancía y reduciendo la polisemia de los elementos culturales.

Por otro lado, está la *patrimonialización institucional* que es generada a través de los dispositivos culturales y legislativos de los Estados, es un proceso que se da a partir del reconocimiento, visibilidad y difusión de los elementos culturales, impulsado por diversas instancias de gobierno local, regional y nacional, así como de las instancias encargadas de la política cultural en dichos niveles.

Por último, es posible hablar de una *patrimonialización global* a partir de los marcos normativos generados, particularmente, por la UNESCO. Quien a partir del establecimiento de ciertos criterios y requisitos “promueven tecnologías para producir pasados y futuros, por los cuales significamos archivos, artefactos, prácticas rituales, performances, y espacios materiales” (Rowlands & de Jong, 2009, p. 15); patrimonializando a través de dispositivos tales como las declaratorias y la inscripción en las Listas de Patrimonio de la Humanidad.

4. Xantolo, patrimonialización en red

En los últimos años, el Día de Muertos ha cobrado visibilidad internacional debido a la representación de esta festividad a través de películas como *Coco* (Disney) en 2017 y *Spectre*, película de James Bond en 2015. En esta última, especialmente se muestra al Día de Muertos como una festividad carnavalesca, con desfiles y espectáculos en las principales calles de la ciudad. Efecto de esta producción cinematográfica fue que en 2016 se organizara por primera vez un desfile con motivo del día de muertos nombrado “Desfile de Día de Muertos Carnaval de Calaveras” que recorrió el Paseo de la Reforma para llegar al Zócalo de la Ciudad de México; generando una política de difusión turística por parte de la Secretaría de Turismo federal, tratando de mostrar lo que en dicha película se suponía que conformaba dicha festividad.

Por ejemplo, en el caso del Xantolo (expresión de la región huasteca del Día de Muertos) es posible reconocer a los diferentes actores que forman parte de la patrimonialización en red. La celebración comienza el día 24 de junio con una serie de preparativos para las fechas principales del 1 y 2 de noviembre, terminando el día 30 de noviembre con el Xantolo chiquito. Esta práctica se da en los ámbitos privados (con la

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización

colocación de una ofrenda y arcos florales en las casas y, en menor medida, en los panteones) y públicos (con la exaltación colectiva de la conmemoración, a través de danzas y actos comunitarios). Particularmente, abordaré el caso del Xantolo en el contexto del municipio de Huejutla, Hidalgo; en donde año con año se realiza una fiesta dedicada a los muertos en la cual se realizan concursos de cuadrillas de danza xantolera, certamen de Señorita Cempoalxochitl y una serie de eventos culturales en torno a la festividad del día de muertos; asemejando a cualquier otra fiesta patronal.

Cabe mencionar que el Xantolo fue declarado Patrimonio Cultural Inmaterial del Estado de Hidalgo el 29 de octubre de 2015, por parte del Congreso del Estado, con base en valores de pertenencia, representatividad y conformación identitaria. Si bien existe este reconocimiento estatal, a nivel local los valores patrimoniales que los agentes de esta festividad establecen tienen relación con el valor de resistencia y defensa de la identidad huasteca frente al “robo de los extranjeros”.

Esta festividad “es de enorme importancia entre las sociedades indígenas de la región Huasteca de México” (Lara, 2013, p. 53) – Potosina, Veracruzana e Hidalguense –, en la que se conmemora el regreso de los seres queridos que han fallecido; forma parte de las diversas manifestaciones sobre el día muertos en el país. Dicha festividad es similar en los municipios que conforman la región; colocan arcos y ofrendas que difieren en su diseño y en algunos elementos que son colocados en la misma. Por otro lado, existe la presencia de grupos de danzantes, cuadrillas o comparsas que se diferencian una de otra por los personajes que las integran o el son que bailan.

La fiesta del Xantolo se celebra de manera peculiar en la huasteca hidalguense; a diferencia de las prácticas relacionadas con el Día de Muertos en las demás regiones que conforman el estado de Hidalgo, los preparativos para dicha festividad inician desde mitad de año siendo la fiesta más importante para los huastecos. En donde “el tiempo y el espacio familiares y comunitarios se transforman” (Jurado, 2001, p. 107), constituyéndose como “la fiesta con mayor poder de convocatoria para reunir a todos aquellos que han tenido que salir de la localidad” (Sevilla, 2002, p. 60). en este caso se abordan las particularidades de la misma, en tanto patrimonio cultural inmaterial, en el municipio de Huejutla, Hidalgo.

El Xantolo es relevante en términos sociales y económicos, al constituirse como el tiempo de gran actividad comercial en las cabeceras municipales donde los artesanos y campesinos venden parte de sus cosechas de frutas y flores, así

Jesús Mendoza Mejía

como de los objetos artesanales que son necesarios para llevar a cabo la festividad. Por otro lado, es la ocasión de retorno de los emigrados que regresan para celebrar con los familiares.

Figura 2 – Ofrenda durante el ritual de *Bajada de Máscaras* - Huejutla, Hidalgo, México



Fuente: Jesús Mendoza Mejía (2017)

El inicio de la festividad es el día 24 de junio, día dedicado a San Juan Bautista, en donde se comienzan los preparativos de la siembra de la flor de muerto o cempoalxóchitl; el 29 de junio, día de San Pedro y San Pablo, se inicia la crianza de marranos, guajolotes, gallinas y pollos para la preparación de las ofrendas; y el 29 de septiembre, San Miguel Arcángel, se realiza la Primera Ofrenda a medio día con café, tamales y pan que son ofrecidos a las personas. Posteriormente el 18 de octubre se realiza la segunda ofrenda, las dos ofrendas son organizadas y montadas por trabajadores de la Casa de Cultura del gobierno municipal en la explanada principal del centro de Huejutla. Este mismo día, las cuadrillas de disfrazados realizan el ritual de la “bajada de máscaras”, la cual es organizada por los miembros de las cuadrillas en canchas, kioscos o plazas de las colonias de las que provienen.

El 30 de octubre se considera el “Día de las flores” en donde las personas realizan la compra de flores de cempoalxóchitl o pata de elefante, para elaborar los arcos y adornar las ofrendas para que el 31 de octubre (día dedicado a los angelitos), el 1 de noviembre (dedicado a los difuntos grandes) y el 2 de noviembre (dedicado al *Ánima sola*), los seres queridos regresen. Para terminar con la fiesta el día 30 de noviembre (día de San Andrés), en el que se hace el “destape de disfrazados” y la ofrenda del Xantolo Chiquito.

En este sentido, en tanto *patrimonialización primaria* es posible comprender el papel de las cuadrillas, conformadas en su mayoría por jóvenes entre ocho y treinta y cuatro años, quienes durante la festividad del Xantolo forman parte de las cuadrillas de disfrazados o viejos que recorren el

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización municipio danzando en las ofrendas colocadas en los hogares que solicitan su asistencia.

Estas cuadrillas se reúnen cada semana para ensayar en su tiempo libre, especialmente cuando las fechas del Xantolo están cerca, donde se esfuerzan para así poder representar de manera respetuosa las danzas que les fueron transmitidas por sus abuelos; repitiendo una y otra vez el son hasta que todos los miembros dancen de manera coordinada, lo cual habla de la importancia que tiene la práctica para ellos. Cabe mencionar que anteriormente eran las personas adultas las que participaban y se disfrazaban en las cuadrillas, ahora los jóvenes representan el grueso de la población que las integra. A la vez que se conforman como practicantes, se convierten en transmisores del PCI al mostrar a los nuevos integrantes la manera en la que se debe zapatear o valsear.

Los miembros de las cuadrillas destacan la importancia que tiene su participación en el Xantolo, ya que marcan a través de su danza el inicio y final de la festividad, marcan el tiempo ritual de la misma.

De igual forma están presentes los músicos que acompañan a las cuadrillas tocando los sones xantoleros (como “Los matlachines”, “El gallito”, “Xochipitsahua”, “El guajolote”, “El cuanegro”, entre otros), en el cual ejecutan un amplio repertorio musical e incluso innovan con la creación de sones en los que se inspiran por sucesos recientes en la región, como el caso del son “El conjuntivitis”, creado en 2017 por Don Filegonio tras un brote de casos de dicho padecimiento en la región.

Figura 3 – Concurso de Cuadrillas - Huejutla, Hidalgo, México



Fuente: Jesús Mendoza Mejía (2017).

Así mismo, los artesanos que realizan las máscaras de madera que son usadas por las cuadrillas, quienes junto a los alfareros de la comunidad de Chililico y a pesar de la extensa

producción de máscaras o adornos de plástico buscan comerciar sus productos y obtener el reconocimiento por la destreza empleada en la creación de artesanías de barro y madera.

Por otro lado, también se encuentran quienes tal vez no practican dentro de las cuadrillas o crean elementos indispensables para la celebración de la festividad pero que fomentan y participan de la misma. Al apoyar a sus familiares o amigos pertenecientes a las cuadrillas del municipio, colaborando en el montaje de arcos y ofrendas, asistiendo y viviendo el patrimonio inmaterial en los panteones o en las plazas públicas. En este mismo sentido se inserta la participación de la iglesia en la *patrimonialización religiosa*, si bien no existe una relación cercana en torno a la conmemoración del Xantolo, existe la articulación de dicha práctica con el ritual litúrgico del Día de Todos los Santos y Fieles Difuntos de la religión católica.

Por su parte, el gobierno municipal y el estatal, a parte de los proyectos y acciones de la política cultural que ejecutan para la protección del patrimonio, organizan una serie de eventos y concursos que se integran en las actividades que conforman al Xantolo. Esta *patrimonialización institucional* visibiliza, reconoce y difunde la festividad.

Por ejemplo, en el caso del municipio de Huejutla, se instala una escenografía en la que se colocan elementos que constituyen a la práctica del Xantolo (alfarería, cerería, cestería, creación de textiles, procesos de siembra de flor de cempoalxóchitl, danzas, etc.) con el motivo de atraer a los habitantes del municipio y a visitantes de la religión en participar de la festividad en un contexto público. Así mismo, existe la búsqueda de reconocimiento regional en 2015 a través la declaratoria de patrimonio inmaterial por parte del Congreso del Estado de Hidalgo.

De ahí, y aunado a la reciente visibilidad de eventos a nivel nacional en torno al Día de Muertos (la aparición de la práctica en la película *Spectre* de la saga de James Bond y su posterior adaptación en la capital del país, la película *Coco* de Disney o los diversos proyectos organizados en los estados que llevan a cabo dicha práctica), el gobierno estatal buscó en 2017 el Record Guinness de la Ofrenda más grande del mundo. Formando representaciones espectacularizadas que tienden a difuminar la diversidad de significados asignados por parte de sus portadores.

Esto se vincula con la *patrimonialización para el consumo*, por un lado, a través del reciente desarrollo de estrategias para el fomento turístico en torno al Xantolo en el Estado de Hidalgo. Dentro de este tipo de construcción del patrimonio está presente la creación de mercancía xantolera

Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización

(playeras serigrafadas, borras bordadas, tazas, etc.) que son consumidos por locales y externos con la finalidad de adquirir un recuerdo de la festividad.

Así mismo, se encuentran las producciones locales de narrativas audiovisuales de los Concursos de cuadrillas que son comercializados en el mercado y negocios de música y películas en el municipio de Huejutla. dentro de estos registros audiovisuales es posible conocer las narrativas, construcciones y significaciones del Xantolo para las cuadrillas de las diversas localidades y barrios del municipio que participan en dichos concursos.

Cabe resaltar la importancia de estas producciones ya que impactan en la formación e integración de cuadrillas, ya que quienes consumen los DVD's en mayor medida son jóvenes pertenecientes a centros educativos de nivel medio superior y superior para aprehender las danzas xantoleras y así poder participar dentro de los concursos que organizan sus escuelas. Frente a la idea de la venta de la cultura a través de estos medios, los agentes culturales que están inmersos en la práctica del Xantolo ven con buenos ojos éstos materiales que propician su difusión, salvaguardia, transmisión y la generación de nuevos creadores y practicantes del patrimonio inmaterial.

En este sentido de la producción de narrativas, está presente el uso de las redes sociales a través de las cuales se difunden fotografías y videos de las prácticas inmateriales del Xantolo; por medio de las cuales las nuevas generaciones estarán practicando, recreando, significando, transmitiendo, preservando, difundiendo y valorando su patrimonio cultural inmaterial.

En términos de la *patrimonialización global*, el Xantolo se enmarca como una de las expresiones regionales de la "Festividad Indígena dedicada a los muertos", proclamada el 7 de noviembre de 2003 como Obra Maestra del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad, en un contexto en el que por primera vez en la historia se puso una ofrenda de muertos en Los Pinos (Lomnitz, 2013, p. 434) y en donde una serie de reformas constitucionales, aunadas a esta candidatura, buscaban mejorar la imagen y las relaciones del gobierno mexicano con las comunidades indígenas.

Dicha proclamación fue apoyada por un grupo de investigadores, instituciones culturales y actores vinculados con la promoción y protección del patrimonio; a partir de la cual la manifestación "acrecienta su valor social, su reconocimiento estético y su relevancia política internacional" (Arizpe, 2011a, p. 68) y debido a que la lógica bajo la cual trabajaba el Programa de Proclamación de Obras Maestras no concebía la participación de las comunidades portadoras en la constitución de la iniciativa como factor decisivo para su reconocimiento por parte de la UNESCO.

De ahí la relevancia de la *patrimonialización académica*, ya que se seleccionó dicho elemento en términos de la relevancia de su práctica en gran parte del territorio mexicano y a su fortaleza en el sentido de la diversidad de investigaciones académicas existentes en torno al Día de Muertos. De igual forma, la producción de documentales que construyen narrativas audiovisuales y representaciones en torno a la festividad. Por ejemplo, las producciones *Miikailhuit. Xantolo. El retorno de los muertos*, de María Eugenia Jurado y Andrea Marichal; así como *De Carnaval a Xantolo* del Programa de Desarrollo Cultural de la Huasteca en las que se plantean, de forma académica y desde la antropología las diversas formas de expresar el día de muertos en comunidades huastecas.

Empero las implicaciones e impactos que genera el reconocimiento e inscripción de elementos del PCI ante la UNESCO, como en el caso del Comité Central de Comparsas del municipio de Tempoal, Veracruz, está latente la articulación-conexión que estos agentes culturales están generando para fomentar la iniciativa de obtener el reconocimiento a nivel estatal, nacional e internacional a través de acciones que ponen en valor la práctica, favorecen el fortalecimiento de las identidades locales y propician el reconocimiento de los valores presentes en las danzas de Xantolo.

5. Conclusiones

Comprender a la patrimonialización como proceso que ocurre en red brinda la oportunidad de reflexionar entorno a la diversidad de actores que son partícipes, en las que es posible ver las conexiones existentes entre ellos, así como los valores y significados que generan; aportando elementos para el análisis de la dinamicidad del patrimonio cultural inmaterial, así como de la generación de un mapeo de agentes culturales involucrados en ciertos procesos de patrimonialización. Cabe resaltar que los procesos de patrimonialización en red no son libres de fricciones o controversias en cuanto a los términos bajo los cuales se patrimonializa.

De igual forma, a partir de los diferentes tipos de patrimonialización que se proponen es posible analizar las reconfiguraciones y significaciones de las prácticas culturales desde aspectos poco visitados para comprender los procesos de construcción del patrimonio cultural inmaterial; por ejemplo, en términos de su ensamblaje en las producciones transmediáticas, presentes en los medios de comunicación o el uso de las redes sociales.

6. Referencias bibliográficas

- Amengual, G. (2008). Pérdida de la experiencia y ruptura de la tradición. La experiencia en el pensamiento de Walter Benjamin. In Amengual, G., Cabot, M., Vermal, J. L. (Eds.). *Ruptura de la tradición. Estudios sobre Walter Benjamin y Martin Heidegger* (pp. 29-59). Madrid: Trotta.
- Amescua, C. (2011). Análisis regional de las proclamaciones de Obras Maestras del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad. In Arizpe, L. (Coord.). *Compartir el patrimonio cultural inmaterial: narrativas y representaciones* (pp. 103-128). México: Dirección General de Culturas Populares/CONACULTA-Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias-UNAM.
- Appadurai, A. (1999). Soberanía sin territorialidad. Notas para una geografía posnacional. In *Nueva Sociedad*, (pp. 109-124).
- _____. (2013). *El rechazo de las minorías*. México: Tusquets Editores.
- Arizpe, L. (2006). *Culturas en movimiento. Interactividad cultural y procesos globales*. México: Cámara de Diputados, LIX Legislatura-UNAM/CRIM-Miguel Ángel Porrúa.
- _____. (2011a). *El patrimonio cultural inmaterial de México. Ritos y festividades*. México: Miguel Ángel Porrúa-CRIM/UNAM.
- _____. (2011b) (Coord.). *Compartir el patrimonio cultural inmaterial: narrativas y representaciones*. México: DGCP/CONACULTA-CRIM-UNAM.
- Bauman, Z. (2004). *Modernidad líquida*. Argentina: FCE.
- _____. (2015). *La globalización: consecuencias humanas*. México: FCE.
- Bondaz, J., Isnart, C., & Leblon A. (2012) Au-delà du consensus patrimonial: Résistances et usages contestataires du patrimoine. *Civilisations*, (61, pp. 9-22).
- Bonfil, G. (2004). Implicaciones éticas del sistema de control cultural. In Olivé, L. (Comp.). *Ética y diversidad cultural* (pp.-). México: FCE.
- Bortolotto, C. (2011). Le trouble du patrimoine culturel immatériel. In Bortolotto, C. (Ed.). *Le patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie* (pp.21-43). Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Boym, S. (2015). *El futuro de la nostalgia*. España: A. Machado Libros.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. España: Alianza Editorial.
- Choay, F. (2007). *Alegoría del patrimonio cultural*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Deacon, H., Dondolo, L., Mrubata, M., & Prosalendis, S. (2004). *The subtle power of*

- intangible heritage: Legal and financial instruments for safeguarding intangible heritage*. South Africa: Human Sciences Research Council Publishers.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2016). *Rizoma*. México: Fontamara.
- Duvelle, C. (2011). Los instrumentos normativos internacionales de la UNESCO sobre la cultura: una mirada al pasado, una mirada al futuro. In Arizpe, L. (Coord.). *Compartir el patrimonio cultural inmaterial: narrativas y representaciones* (pp.15-24). México: DGCP/CONACULTA-CRIM-UNAM.
- Grenet, S., & Hottin, C. (2011). Avant-propos. Un livre politique. In Bortolotto, C. (Ed.). *Le patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie* (pp.9-19). Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Harrison, R. (2013). *Heritage. Critical approaches*. Estados Unidos: Routledge.
- Huyssen, A. (2002). *En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización*. México: FCE.
- Jurado, M. E. (2001). *Xantolo: el retorno de los muertos*. México: FONCA/CONACULTA.
- Kearney, A. (2009). Intangible cultural Heritage. Global awareness and local interest. In Smith, L. Akagawa, N. (Eds.). *Intangible Heritage* (pp. 209-225). Estados Unidos: Routledge.
- Lara, J. (2013). *¡Cuabuebue tlaquastecapantlalli! La Danza de Cuanegros*. Testimonio Musical de México, 60. México: INAH.
- Lomnitz, Claudio (2013). *Idea de la muerte en México*. México: FCE.
- Mosterín, J. (1993). *Filosofía de la cultura*. España: Alianza Editorial.
- Prats, L. (1997). *Antropología y patrimonio*. España: Ariel.
- _____. (2005). Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, (21), 17-35.
- Rowlands, M. & de Jong, F. (2009) Reconsidering heritage and memory. In de Jong, F. & Rowlands, M. (Eds.). *Reclaiming heritage: alternative imaginaries of memory in West Africa* (pp.13-29). Estados Unidos: Left Coast Press.
- Sevilla, A. (2002). *De Carnaval a Xantolo: contacto con el inframundo*. México: Programa de Desarrollo Cultural de la Huasteca.
- Sims, M. C. (2005). *Living folklore: an introduction to the study of people and their traditions*. Estados Unidos: Utah State University Press.
- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. Estados Unidos: Routledge.
- _____, Akagawa, N. (2009) (Eds.). *Intangible Heritage*. Estados Unidos: Routledge.
- Strauss, C., & Quinn, N. (2003). *A cognitive theory of cultural meaning*. Reino Unido: Cambridge University Press.
- Tsing, A. L. (2005). *Friction: an ethnography of global connection*. Estados Unidos: Princeton University Press.
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (2003). *Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial*. Paris: UNESCO.

Notas

ⁱ *Las fiestas indígenas dedicadas a los muertos* (2008), *Lugares de memoria y tradiciones vivas de los otomí-chichimecas de Tolimán: la Peña de Bernal, guardiana de un territorio sagrado* (2009), *La ceremonia ritual de los Voladores* (2009), *Los parachicos en la fiesta tradicional de enero de Chiapa de Corzo* (2010), *La p'irek'ua, canto tradicional de los p'urbépechas* (2010), *La cocina tradicional mexicana, cultura comunitaria, ancestral y viva - El paradigma de Michoacán* (2010), *El Mariachi, música de cuerdas, canto y trompeta* (2011), *La charrería, arte ecuestre y vaquero tradicional de México* (2016).

ⁱⁱ *Xtaxk'gakget Makgkaxtlawana: el Centro de las Artes Indígenas y su contribución a la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial del pueblo totonaca de Veracruz, México* (2012).

Valoración visual del espacio turístico de Real de Catorce, México: metodología de la encuesta fotográfica

Marco Antonio Barriga Rivas ¹

Resumen: En este trabajo se muestra la utilización de un método visual en la Geografía del turismo para obtener la valoración visual que tienen los turistas que visitan el Pueblo Mágico de Real de Catorce, San Luis Potosí. La encuesta fotográfica fue el método seleccionado para realizar esta investigación que da a conocer otra manera de adquirir información y de interacción entre el investigador y el turista. Los resultados muestran que la percepción de lo histórico, la riqueza cultural y lo místico están presentes en la imagen que los visitantes tienen sobre la localidad en general. Sin embargo, desde un punto de vista geográfico existe una desigualdad en la valoración y el número de visitantes por sitio debido a la falta de conocimiento de la oferta turística o de la principal motivación del viaje, que determina con anticipación cuáles son los lugares a visitar.

Palabras clave: Turismo; imagen turística; fotografía; métodos visuales; encuesta fotográfica.

Avaliação visual do espaço turístico de Real de Catorce, México: metodologia do levantamento fotográfico

Resumo: Este trabalho mostra o uso de um método visual na Geografia do Turismo para obter a avaliação visual de turistas que visitam a Vila Mágica do Real de Catorce, em San Luis Potosí. O levantamento fotográfico foi o método escolhido para realizar esta pesquisa, que revela outra forma de aquisição de informação e interação entre o pesquisador e o turista. Os resultados mostram que a percepção do histórico, da riqueza cultural e da mística estão presentes na imagem que os visitantes têm sobre a localidade em geral. Porém, do ponto de vista geográfico, há uma desigualdade na avaliação e no número de visitantes por site, devido à falta de conhecimento da oferta turística ou a principal motivação da viagem que determina antecipadamente quais são os lugares a visitar.

Palavras-chave: Turismo; imagem turística; fotografia; métodos visuais; levantamento fotográfico.

Visual assessment of the tourist area of Real de Catorce, Mexico: photo-elicitation method

Abstract: This paper describes the use of a visual method in Tourism Geography to obtain the visual assessment that tourists have of their visit to the Magical Town of Real de Catorce, San Luis Potosí. Photo-elicitation was the selected method to accomplish this research, which reveals another way of acquiring information and another kind of interaction between the researcher and the tourist. The results indicate that the perception of the historical, the cultural wealth and the mystical are, in a general way, the image that the visitors have about the town. However, from a geographical point of view there is an inequality in the assessment and number of visitors of the sites, due to the lack of knowledge of the touristic offer or to the main motivation of the trip, which both determine in advance which places will be visited.

Keywords: Tourism; tourist gaze; photography; visual methods; photo-elicitation.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9502>

Como citar este artigo: Rivas, M. A. B. (2018). Valoración visual del espacio turístico de Real de Catorce, México: metodología de la encuesta fotográfica. *PatryTer* – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 1 (2), 84-95. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9502>

Recebido: 4 de abril, 2018. **Aceite:** 19 de junho, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹Licenciado en Geografía por la Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: barivmateo@hotmail.com

1. Introducción

La valoración visual en el turismo es un elemento importante en la producción de los espacios (Chang, 2012), por lo que este estudio explora la valoración visual del espacio y los recursos turísticos en Real de Catorce, San Luís Potosí a partir del precepto de que la actividad turística se inicia en el preciso momento en que las personas conocen e interactúan con nuevos lugares –ya sea físicamente o a través de imágenes–, proceso que termina por generar una experiencia que impregna de un significado al lugar.

La localidad seleccionada fue una de las cuatro primeras de México en ingresar al programa federal de Pueblos Mágicos gracias a la riqueza histórica con la que cuenta, la cual es tangible en su patrimonio natural y cultural; sin embargo, a pesar de lo anterior y de la importancia que tiene la actividad turística en la localidad, no se conoce la percepción visual que los turistas tienen de los sitios turísticos, por lo que este trabajo contribuye a reconocer la valoración espacial del turismo en Real de Catorce.

Para lograr lo anterior, se partió de la hipótesis de que los visitantes centran su interés durante la visita en unos cuantos elementos del territorio del Pueblo Mágico, debido a que las personas buscan reproducir las imágenes que han visto previamente o que cumplen las expectativas que han generado sobre la localidad, lo que da como resultado que varios elementos patrimoniales sean excluidos de la experiencia turística, creando desigual apropiación de los espacios turísticos.

La comprobación de ese supuesto se realizó mediante el uso de un método visual conocido como la encuesta fotográfica, con visitantes como medio de investigación bajo una perspectiva geográfica. El estudio de los materiales visuales puede jugar un rol central al permitir al investigador acceder y crear conocimiento acerca del fenómeno turístico, el cual no podría adquirir con la utilización de los métodos tradicionales (Rakic & Chambers, 2012).

El texto está organizado conforme al desarrollo de la investigación y las bases conceptuales justificativas del método utilizado. Concluye con una discusión de los resultados que ayuda a tener en consideración nuevas formas cualitativas y cuantitativas de entender el espacio, la imagen y las transformaciones espaciales.

2. Espacio y turismo

Hoy en día, las personas dedican cada vez más tiempo a la planeación y realización de

actividades recreativas, entre las cuales el desplazarse del lugar de residencia a otro por un determinado tiempo se posiciona como una de las más comunes; a estos desplazamientos e implicaciones económicas se le ha denominado turismo. El turismo tiene un peso muy importante en el desarrollo y transformación de los espacios receptores, por lo que se ha convertido en algo más que una simple actividad económica (Butler, 2012). El desplazamiento mencionado es un concepto de naturaleza geográfica, por lo que la geografía tiene un papel fundamental en el estudio del fenómeno turístico (Wilson, 2012).

Esta investigación utiliza el concepto de turismo como una actividad que tiene implícito un desarrollo económico, además de un conjunto de interacciones sociales que envuelve la percepción del espacio por parte de los actores involucrados en el proceso; también tiene implicaciones culturales, ambientales, políticas y de género; sin embargo, la clave está en que son el resultado del múltiple desplazamiento de personas de un lugar a otro, y que actualmente tiene un peso importante en la sociedad, ya que de cierta manera ayuda a darle sentido al mundo en que se vive (Gale, 2012).

Para hacer un análisis espacial del fenómeno turístico, se deben considerar las posturas de la geografía del turismo, rama que se encarga del análisis de los lugares de origen, los espacios receptores, su ubicación relativa, la infraestructura y los espacios que son consumidos y modificados por las personas involucradas en esta actividad (Butler, 2012), pero la contribución substancial de este campo de la geografía es la comprensión del comportamiento de los individuos y el arreglo espacial del turismo (Hall & Page, 2012), con ayuda del análisis de las transformaciones espaciales (Ashworth & Dietvorst, 1995) que muestran cómo los productores y consumidores alteran las propiedades materiales y simbólicas del medio donde se lleva a cabo la recreación turística (Gale, 2012).

Es por medio de las experiencias, los encuentros personales y las actividades que se realizan en un lugar determinado como se puede entender la manera en que la gente crea su propio espacio de significados e identidad para vivir, trabajar o interactuar dentro de él (Chang, 2012) a través de experiencias como caminar, sentir, hacer y ser (Knudsen, Rickly-Boyd, & Metro-Roland, 2012). Estas experiencias son percibidas a través de los cinco sentidos, y en la actualidad, el sentido de la vista ha sido el que ha dominado el mercado internacional para el marketing de los productos por lo que el turismo no se ha quedado atrás en sacarle provecho (Edensor & Falconer, 2012).

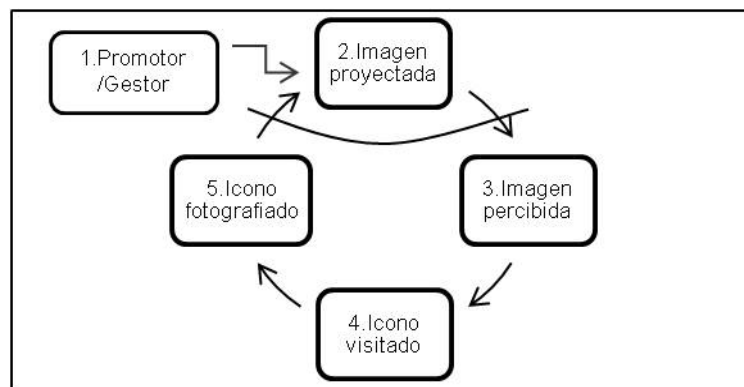
3. La imagen en el turismo

El turismo se concentra en el ojo, en el consumo visual y semiótico de lugares (Urry, 2002), por lo que los estudios del turismo se centran en examinar cómo los turistas consumen y representan los lugares, así como la manera en que las preferencias del consumidor y sus prácticas contribuyen en la construcción y desarrollo de los destinos turísticos (Haldrup & Larsen, 2012). A partir del papel esencial que tiene la imagen dentro de la actividad turística, ésta se define como “una construcción actitudinal o mental desarrollada a partir de unas cuantas impresiones entre un universo total de impresiones y ello ocurre mediante un proceso creativo en el que las imágenes escogidas son elaboradas, embellecidas y ordenadas” (Urry, 2002 citado en Alvarado Sizzo, Mínguez García, y López López, 2018, pág. 338).

la fotografía representa una realidad que se convierte en evidencia sobre eventos que ocurrieron en cierto lugar (Urry, 1990 citado en Jenkins, 2003). La imagen generada por cada individuo está influenciada por las imágenes que circulan en su cultura, y las ideas sobre los lugares están basadas en imágenes promocionales y en comentarios de otras personas (Jenkins, 2003).

El círculo de las representaciones de las imágenes turísticas o circuito de la cultura es importante para explicar el comportamiento del turista (Jenkins, 2003). El círculo de las representaciones de las imágenes turísticas (Figura 1) comienza cuando: (1) una imagen o grupo de imágenes sobre un lugar son elegidas por los promotores y gestores para la promoción de la actividad turística; (2) esta serie de imágenes son

Figura 1 – El círculo de las representaciones de las imágenes turísticas



Fuente: Con base en Hall, 1997

Las imágenes visuales son un fuerte componente del marketing de los destinos turísticos, que incluye a las fotografías escénicas, paisajes e íconos dados a conocer por medio de la promoción turística a través de folletos de viajes, trípticos, publicidad en Internet, la televisión o revistas (Jenkins, 2003). Cada turista forma la imagen del destino turístico que visitará y, como cada ser humano es subjetivo, varía de persona a persona; sin embargo, siempre hay influencia de la sociedad en la construcción de esa imagen. En la época contemporánea, la fotografía es el medio por el cual se distribuye esa representación ideal de lo que se desea ver (Urry, 2002) y con el incremento de las nuevas tecnologías, la difusión de esas imágenes es cada vez más sencilla y rápida.

La fotografía es una actividad que se lleva a cabo de manera casi automática cuando una persona viaja a otro lugar. Existen diferentes explicaciones al respecto, Sontag (2016) sugiere que las fotografías son acumuladas para que sean la muestra evidente de que se realizó un viaje y que en él se realizaron diversas actividades recreativas. Así,

proyectadas a la sociedad para dar a conocer el lugar que se desea insertar en el turismo; (3) las imágenes junto con relatos de experiencias de personas que ya visitaron aquel lugar generan en los individuos una motivación para visitar el lugar que perciben en la imagen; (4) los individuos emprenden el viaje para conocer el lugar y buscan visitar los mismos paisajes o lugares icónicos que les aconsejaron, comentaron o vieron; (5) los turistas reproducen las imágenes vistas con anterioridad por medio de su cámara fotográfica o de video para tener una prueba de su visita al lugar y que posteriormente serán mostradas a personas conocidas, además de relatos sobre sus experiencias, dando como resultado que estas nuevas personas quieran visitar el lugar y así se reinicie el círculo.

Las imágenes visuales pueden llegar a los potenciales turistas por medio de programas de televisión, del cine, o videos por Internet. El papel de los medios de comunicación en el patrón de los movimientos turísticos en la actualidad es muy importante y se enfatiza la influencia predominante

de las fotografías compartidas, además se ha hecho un pronóstico de que el rol de la fotografía en el sistema turístico aumentará constantemente (Butler 1990, citado en Jenkins, 2003).

La fotografía representa en esta época una realidad que se convierte en evidencia sobre eventos que ocurrieron en cierto lugar (Urry, 1990 citado en Jenkins, 2003) a lo que se agrega el papel fundamental que ha tomado por la cantidad de información que puede sumar a las investigaciones, gracias a la profundidad de las perspectivas que ofrece para la interpretación y por la riqueza de la extrapolación subjetiva que ella autoriza (Marshall, 2009).

4. Métodos visuales

Aunado a la importancia actual de las imágenes en nuestra sociedad, los métodos visuales permiten el acceso a un conocimiento que no podría ser el mismo por medio de los métodos tradicionales, ya que la imagen puede tener varios significados y su análisis arroja resultados tanto cuantitativos como cualitativos (Haldrup & Larsen, 2012). Existen diversas formas de abordar los estudios visuales, ya sea con métodos cuantitativos o cualitativos, que dependen del objetivo del autor (Rakic, 2012).

Existen tres tipos principales de métodos visuales aplicados a los estudios turísticos: el primero es el que colecta materiales visuales de las guías turísticas, redes sociales, sitios web, entre otros tipos de fuentes secundarias, con el fin de realizar un análisis semiótico y de contenido; el segundo es el que genera materiales visuales como resultado de la investigación, por ejemplo: video-documentales, álbum de fotografías, entre otros; y el tercero trata sobre la generación de materiales visuales propios del investigador que además utiliza como herramienta para complementar las encuestas o entrevistas (Rakic & Chambers, 2012), como es el caso de este estudio, o en los análisis autorreflexivo-autoetnográficos (Scarles, 2010).

En general, la incorporación de los métodos visuales en estudios del turismo tiene un peso teórico y metodológico con respecto de la disciplina que los está utilizando. Principalmente, se ha buscado la objetividad en los trabajos; no obstante, la subjetividad del autor es un elemento que no se puede evitar y que es válido para la ciencia (Rakic, 2012). La investigación utiliza técnicas tanto cualitativas como cuantitativas que se complementan con el objetivo de tener una mejor aproximación a la realidad del fenómeno estudiado.

Para el caso de esta investigación es importante retomar que para la valoración visual de un espacio turístico se debe considerar que existen

dos factores que influyen en la evaluación de la imagen turística por parte del visitante: el cognitivo, que abarca los conocimientos y creencias del lugar; y el afectivo relacionado a los sentimientos y apego al sitio visitado que dependen del primer factor (Baloglu y McCleary, 1999, citado en Sánchez Mendoza, 2015).

5. Real de Catorce: Pueblo Mágico

La elección del lugar de estudio se llevó a cabo por ser una de las primeras localidades en ingresar al programa de Pueblos Mágicos, desde 2001, por lo que cuenta con mayor experiencia dentro de la dinámica turística de las comunidades que llevan este título. La designación como Pueblo Mágico se debe a que, a lo largo de su historia, la población ha creado un espacio con características singulares que pasaron de ser obras arquitectónicas y antiguas minas a una base de recursos turísticos del pueblo. Estos recursos se pueden clasificar entre culturales, naturales y mixtos. Además, el patrimonio cultural recientemente ha sido catalogado como Zona de Monumentos Históricos por el Instituto Nacional de Antropología e Historia (SECTURSLP; SECTUR; CUATE; UASLP, 2014).

La historia de Real de Catorce es reciente en comparación con la mayoría de las poblaciones mexicanas que datan de periodos precolombinos. La fundación del Real de la Purísima Concepción de Catorce se dio entre 1772 y 1773 con el descubrimiento de vetas de plata en la sierra de Catorce, lo que originó un desarrollo minero importante que contribuyó a la economía nacional, durante los siglos XVIII y XIX. A principios del siglo XX, inició el despoblamiento de la localidad debido a dos factores: la disminución de las vetas de plata y el inicio de la revolución mexicana. El factor que permitió que el poblado no quedara en el abandono total, fue la figura de San Francisco de Asís, santo a quien se le atribuyen votos y exvotos religiosos (Montejano y Aguiñaga, 2001).

La devoción a San Francisco de Asís fue la imagen de Real de Catorce durante el siglo XX (Montejano y Aguiñaga, 2001), hasta que, en la década de los noventa, la actividad turística empezó a tener una participación en la economía de la localidad. Es en 1999 cuando el pueblo se reconoce como un espacio turístico, a nivel tanto nacional como internacional, gracias a que fue el escenario de la película estadounidense *La mexicana* (*The Mexican*) protagonizada por Brad Pitt y Angelina Jolie. Para llevar a cabo el rodaje de la película se adaptó un hotel, así como infraestructura básica, con el fin de albergar al equipo de producción. Lo anterior dio pie a que la localidad desarrollara

infraestructura adaptada al turismo como actividad económica principal, tratando de mantener su arquitectura colonial y sus tradiciones (El Pulso, 2014).

Real de Catorce cuenta con una población de 1,392 personas (INEGI, 2010). Las principales actividades económicas están dirigidas al turismo. La llegada de turistas se vio reflejada con un crecimiento del 60% desde el nombramiento de Pueblo Mágico en 2001, de 13,403 visitantes a 62,342 en el año de 2012 (SECTURSLP; SECTUR; CUATE; UASLP, 2014). El desarrollo del turismo se ha incrementado, a pesar de la lejanía con centros urbanos importantes como la ciudad de San Luis Potosí o Monterrey, a 3 y 4 horas de trayecto respectivamente. Además, la posición geográfica de la localidad se caracteriza por su difícil acceso, ya que está enclavada en la Sierra de Catorce.

La arquitectura propia de un pueblo minero; el entorno natural semidesértico y serranía de la región; el arraigo y veneración a San Francisco de Asís; así como su constante selección como marco de películas, documentales y programas televisivos, han posicionado a este pueblo a nivel internacional, con buenas expectativas para el turismo, que ha generado una imagen dentro de la publicidad turística como un “pueblo fantasma”, al hacer énfasis en los recursos turísticos y el bajo número de habitantes (SECTURSLP; SECTUR; CUATE; UASLP, 2014).

basada en la utilización de una o varias imágenes – que representan lugares o actividades- en una entrevista, con el objetivo de que el informante genere un comentario de lo que observa.

Lograr que los informantes comenten las imágenes ayuda a construir un conocimiento más profundo de ciertas dinámicas territoriales, la cuales proveen la generación de fases subsecuentes u otras investigaciones (Bignante, 2010). También, la encuesta fotográfica –junto con la libre categorización de imágenes- da a conocer las diferentes maneras de representación que tienen los turistas del espacio turístico (Hatt, 2010). En general, el uso de las imágenes ayuda a obtener el punto de vista del encuestado sobre el lugar que visita, así como a facilitar la comunicación entre el investigador y el informante.

La principal característica del método visual elegido es la de mostrar imágenes al encuestado, por lo que se eligieron las veinte imágenes icónicas de Real de Catorce con base en las imágenes más reproducidas, tanto en la mayoría de los sitios de internet como en los concernientes a revistas que promocionan actividades turísticas como *Descubre México* o páginas oficiales de turismo del gobierno a nivel nacional, estatal y municipal que ofertan al Pueblo Mágico, así como en las revistas especializadas en turismo, viajes y recreación.

Figura 2 – Características de la encuesta fotográfica



Fuente: Elaboración propia a partir de Andersson Cederholm, 2012

6. La encuesta fotográfica

Con base en las características del lugar de estudio, se tomó el método visual de la encuesta fotográfica para cumplir los objetivos de la investigación. Se diseñó una encuesta semiestructurada conocida como encuesta fotográfica, donde el participante tuvo un papel importante en la clasificación de las imágenes (Figura 2). Es una de las técnicas más conocidas,

De las veinte imágenes seleccionadas: nueve son referentes a monumentos o sitios históricos; dos representan el arraigo de la religión católica de la comunidad; dos muestran los principales medios de transporte turísticos de la zona; dos plasman la interacción que aún persiste entre la comunidad wirárika y la localidad de Catorce; dos son lugares relacionados a su pasado minero, ubicados a las afueras del pueblo; dos más señalan la biodiversidad de la zona; y una muestra

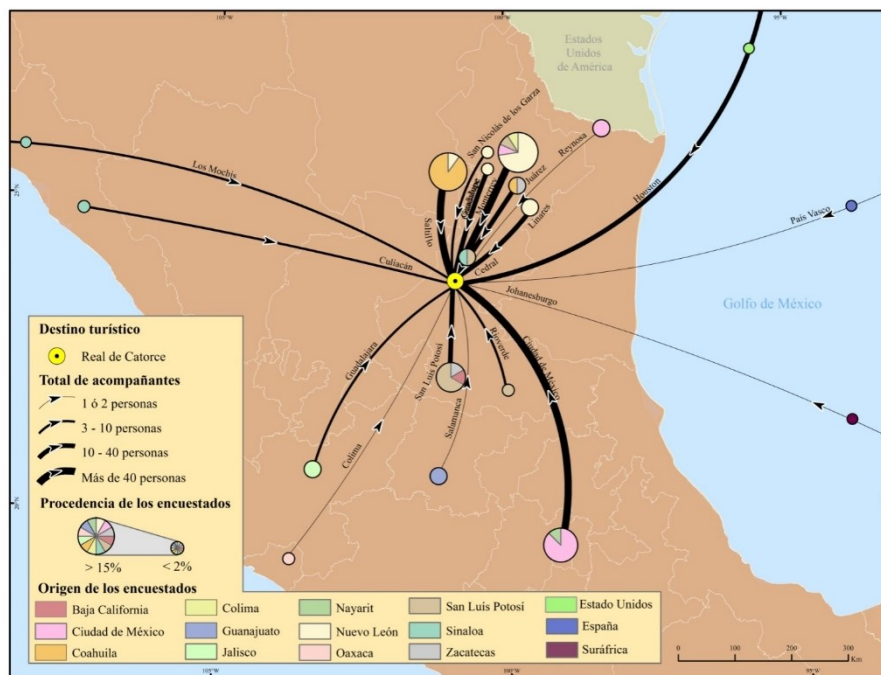
la imagen panorámica del Pueblo Mágico. Estas imágenes representan de manera general los recursos turísticos con los que cuenta Real de Catorce.

Una vez elegidas las imágenes, se diseñó una encuesta semiestructurada que se ordenó de la siguiente manera: la sección uno habló sobre los datos generales del visitante para poder establecer un perfil del turista; la sección dos mostró las características del viaje para determinar el tipo de espacio turístico con relación al excursionismo o turismo practicados y las motivaciones del turista por visitar este espacio; en la tercera se llevó a cabo la selección y clasificación de imágenes por atributos que el turista asignó libremente, así como la imagen más representativa de Real de Catorce; y en la cuarta se obtuvo una comparación entre los lugares visitados, para entender si hay influencia de otros espacios en la estructura visual de la localidad.

un perfil general del turista. La población encuestada tiene una edad promedio de 35.5 años, lo que indica que los visitantes son jóvenes adultos; sin embargo, el rango de edades es amplio e incluye otros grupos de edad. La participación femenina (56.6%) es mayor a la masculina pero la diferencia no es sustancial, por lo que la percepción del espacio desde un punto de vista del género está equilibrada. La mitad de los encuestados tenía un empleo remunerado y contaba con una escolaridad universitaria, lo que incidió en la forma en que valoraron a la localidad, al generar puntos de vista más críticos y comparativos.

Por otro lado, los turistas provenían de los principales centros urbanos cercanos a la localidad, es el caso de Monterrey a 350 km de distancia, Saltillo y San Luis Potosí a 250 km ambas ciudades y la Ciudad de México a 430km aproximadamente. La procedencia demuestra que Real de Catorce se ha convertido en un sitio de recreo para la

Figura 3 – Origen y procedencia de los visitantes de Real de Catorce



Fuente: Trabajo de campo, 2016

El trabajo de campo se realizó del 7 al 11 de julio de 2016 con sesenta turistas elegidos al azar, mayores de 18 años que visitaban la localidad. Las encuestas se aplicaron en su mayoría en la Casa de la Moneda y en el Jardín Hidalgo de Real de Catorce. El tiempo aproximado por cada encuesta fue de diez minutos, pero cambió según los comentarios hechos por el informante.

7. Resultados

La primera sección de la encuesta reveló

población de las ciudades del Norte del país (Figura 3). Por otro lado, algunos de los turistas extranjeros encuestados fueron de nacionalidad estadounidense y con ascendencia mexicana, que aprovechaban la visita a la familia en ciudades como Monterrey o Saltillo para conocer el Pueblo Mágico.

Para la segunda sección de la encuesta, se observó que el tiempo de estadía de los visitantes en general es de al menos una noche (46.43%) los fines de semana, lo que revela que hay una derrama al sector hotelero de la localidad, ya que los fines de semana la ocupación hotelera es de cerca del 100% durante todo el año, al igual que en los meses de

septiembre y octubre cuando son las fiestas patronales (La Jornada San Luis Potosí, 2017). En cuanto a las motivaciones, se distinguieron cuatro grandes rubros: por simple ocio y para conocer el lugar, que les fue recomendado (42.5%); por aspectos culturales (35.0%); por motivos religiosos debido a la imagen de San Francisco de Asís (12.5%); y en menor medida por la naturaleza que rodea la localidad (10.0%).

La percepción del espacio turístico por el visitante se obtuvo de la tercera sección de la encuesta, en la cual la imagen del Túnel Ogarrio (48.2%), seguida de las imágenes que representan la iglesia de la Purísima Concepción (44.6%) y el paseo a caballo -mejor conocido como los Caballerangos- (41%) son las fotografías asociadas al conocimiento que tenían los visitantes antes de su viaje a Real de Catorce. Lo anterior, señala que la imagen que se transmite tanto de persona a persona, así como a través de los medios de comunicación que promocionan al Pueblo Mágico, se enfoca en el patrimonio histórico, religioso y cultural.

Como se muestra en el mapa (Figura 4), el número de visitantes no resultó equitativo para los monumentos históricos; la mayoría de las imágenes señaladas se ubican en la entrada o al centro de la localidad, como el Túnel Ogarrio (73.2%), la Parroquia de la Purísima (73.2%) y la Plaza de Armas (69.2), lo que demuestra que los visitantes no se desplazan más allá de la plaza principal o de los monumentos mejor señalizados, mientras que las imágenes menos mencionadas tienen características particulares, como ser sitios que se visitan por medio de un tour, como el caso de Wirikuta (33.9%); o que están dentro de la localidad, pero son poco accesibles o no existe señalización turística para llegar ahí, como es el caso del Palenque de Gallos (41.1%) y la Plaza de Toros (35.7%).

Con las respuestas, se detecta que la adjetivación que predominó en la mayoría de las encuestas fue la palabra “histórico”, categoría en la cual las veinte imágenes fueron incluidas en diferentes proporciones, lo que denota una percepción del Pueblo Mágico como un sitio histórico debido a la arquitectura y al decorado del lugar, que conserva la imagen de una antigua localidad dedicada a la minería. Además, dentro de la información turística, el tema de la Historia de Real de Catorce es muy frecuente, para explicar la importancia que tuvo para el país.

El número de menciones que tuvo cada imagen es proporcional al número de las visitas; sin embargo, cada monumento presenta diferentes categorías atribuidas por los turistas. Desde un punto de vista general, lo “histórico”, la “riqueza cultural” y la “tranquilidad” están presentes en

todos los sitios. Lo relacionado con lo “místico” tiene mayor presencia en los sitios que son parte de los recorridos turísticos que se observan en el mapa adjunto, lo que indica que al adentrarse hacia el desierto o la sierra la percepción del turista se transforma.

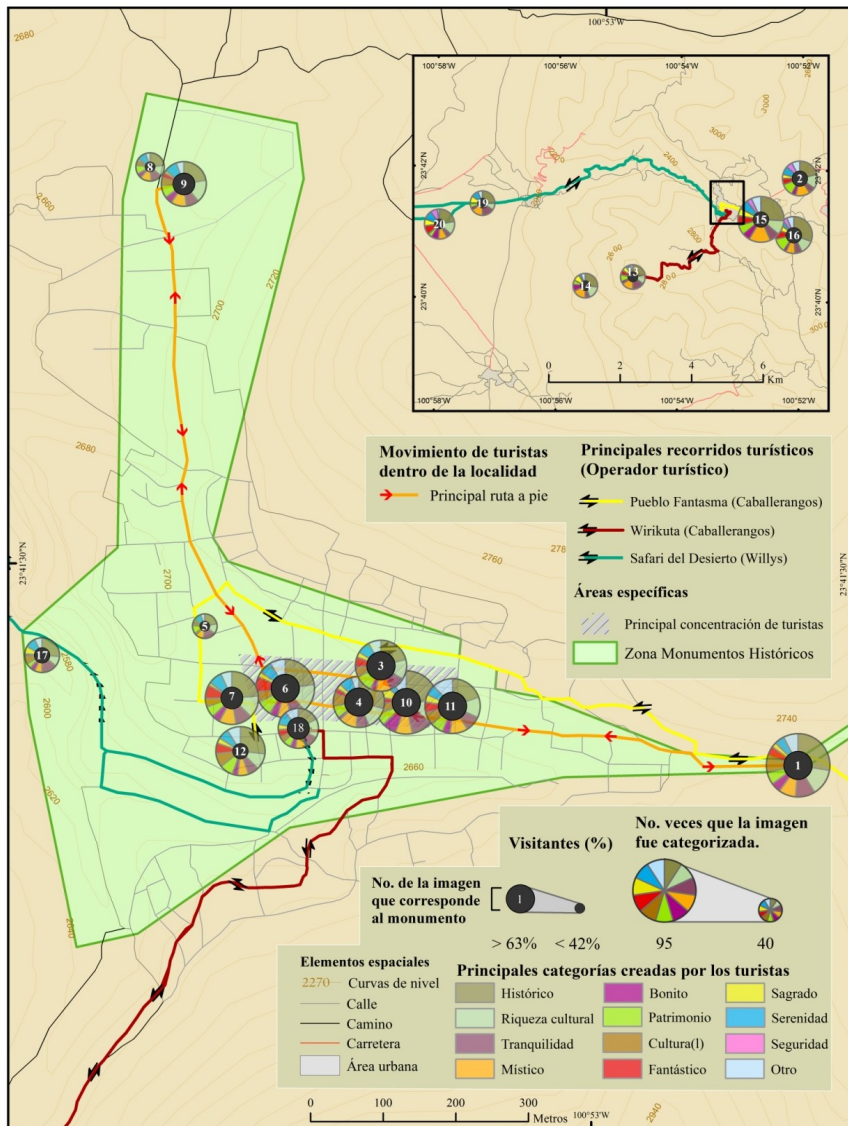
El tránsito de turistas dentro del Pueblo Mágico se concentra básicamente en dos avenidas, Lazagorta y Constitución (Figura 4), y representa el trayecto que los visitantes realizan a pie; sin embargo, el área de mayor concentración de visitantes se encuentra en la zona centro, área que reúne la mayor cantidad de comercios y servicios destinados a los turistas, donde se encuentra el palacio municipal y la parroquia de La Purísima Concepción.

Por otro lado, los resultados señalan que el Túnel Ogarrio es la imagen seleccionada como la más representativa de la localidad (44.6%). Otras imágenes seleccionadas fueron elegidas por menos de un cuarto de los participantes cada una. Estos resultados sugieren que los 2.5 kilómetros de distancia del Túnel son el elemento que los turistas más guardan en su memoria al momento de recordar su experiencia de Real de Catorce.

En la última sección de la encuesta, se evaluó el nivel de aprobación del nombramiento de Pueblo Mágico por parte de los turistas, que resultó tener una aceptación de más del 90% justificado por su autenticidad y por las categorías otorgadas en la encuesta fotográfica, lo que indica que los turistas piensan en Real de Catorce como un lugar singular frente a otros destinos turísticos. Los pocos lugares que se mencionaron con los que se puede comparar se remiten a otros pueblos mineros incluidos en el programa de Pueblos Mágicos, como Mineral de Pozos, en Guanajuato y Mineral del Chico en Hidalgo, pero que se distinguen por su gastronomía y ambiente natural principalmente.

La figura 5 está organizada de acuerdo a la manera en que se encuentran distribuidas las imágenes utilizadas dentro del espacio turístico de Real de Catorce, como un resumen de los datos obtenidos a través de la encuesta fotográfica y una forma de representación abstracta de la percepción visual del turismo. El tamaño de la imagen indica la proporción en que fue valorada por los turistas, es decir, entre más menciones, el tamaño es mayor, y viceversa. Además, se muestra en la imagen las palabras más utilizadas al momento de la categorización que describen la forma de percibir el lugar que se visita.

Figura 4 – Valoración de los recursos turísticos de Real de Catorce



Imágenes que representan los sitios visitados por el turista (%)								
No.	Nombre	%	No.	Nombre	%	No.	Nombre	%
1	Túnel Ogario	73.2	9	Panteón de Guadalupe	57.1	19	Desierto	42.9
10	Parroquia de la Purísima	73.2	18	Las Willys	57.1	20	Peyote	42.9
3	Plaza de Armas	69.6	16	Pueblo Fantasma	53.6	5	Palenque de Gallos	41.1
6	Jardín Hidalgo	67.9	12	Caballerangos	51.8	8	Plaza de toros	35.7
4	Casa de la Moneda	62.5	15	Panorámica de Real	51.8	13	Centro ceremonial Winkuta	33.9
11	San Francisco de Asís	62.5	2	Capilla Túnel Ogario	48.2	14	Peregrinación Wiraika	28.6
7	Calle Lazagorta	57.1	17	Socavón de la Purísima	42.9		No respondió	1.8

Fuente: Trabajo de campo, 2016

obstante, el reconocimiento por parte de los

Figura 5 – Valoración visual de Real de Catorce



Fuente: Imágenes tomadas de Internet y trabajo de campo, 2016

8. Discusión

En este estudio se comprueba que la valoración que tienen los turistas de cada sitio turístico de Real de Catorce es similar entre los diferentes elementos espaciales que ofrece, ya que los engloban dentro de categorías parecidas. Se señala que la percepción de lo histórico, la riqueza cultural y lo místico están presentes en la imagen que los visitantes tienen sobre la localidad en general. Sin embargo, desde un punto de vista geográfico existe una desigualdad en la valoración de los lugares.

Los sitios ubicados en la entrada y el centro de la localidad contienen los porcentajes más altos de visitas y de valoraciones positivas lo que indica que en esta zona se encuentra la mayor concentración de turistas donde se desarrollan numerosas actividades e interacciones sociales. Lo anterior, genera una valoración parcial del Pueblo Mágico ya que quedan excluidos varios sitios como es el caso del Centro ceremonial Wirikuta y su área protegida. Esa valoración desigual se debe a la falta de conocimiento de parte del turista de todos los recursos turísticos o de la principal motivación del viaje que determina con anticipación cuáles son los lugares a visitar.

Esta desigualdad en la valoración del espacio turístico incide en la dinámica territorial del lugar, puesto que se genera una fragmentación del espacio en función de los usos turísticos, al concentrar la mayoría de los turistas en un solo sitio y aislar los recursos turísticos que se encuentran en los extremos del Pueblo Mágico. No

visitantes de Real de Catorce como un lugar histórico y de riqueza cultural es fundamental, para crear conciencia de la importancia de conservar dicho espacio como memoria del desarrollo tanto de la región del Altiplano potosino como del país, y en cierta medida ayudar a reforzar la identidad nacional.

El empleo de la encuesta fotográfica tuvo un papel fundamental en la realización de la investigación, ya que las imágenes ayudaron a una mejor comunicación con el encuestado y facilitaron el reconocimiento de los lugares, lo que llevó a la obtención de la valoración visual de los turistas, que a su vez permite entender la inclusión o exclusión en el espacio turístico y la forma en que el turista construye su propio espacio (Chang, 2012; Hatt, 2010). Además de una valoración visual, este método permitió conocer la motivación y la opinión de los visitantes sobre la autenticidad y el título del Pueblo Mágico, aspectos que han sido criticados y analizados en estudios referentes al desempeño del programa en México (Fernández Poncela, 2016; Forbes Staff, 2014).

En comparación con otros estudios geográficos en los que se ha utilizado el método de la encuesta fotográfica, este trabajo se enfoca solamente en los turistas y la percepción de la imagen del sitio que visitan, contrario a lo realizado por Bignante (2010), que se centra en las personas que viven en una zona natural protegida en la que el turismo es una de las principales actividades económicas. Por otro lado, el trabajo de Hatt (2010) tiene un enfoque desde geografía urbana que busca hacer partícipes a los turistas en la

planificación del territorio. Tanto en este trabajo como en los dos mencionados, se ha obtenido la percepción del espacio turístico bajo una perspectiva visual.

Los resultados obtenidos son fundamentales para retomar la teoría de las transformaciones turísticas de Ashworth y Dietvorst (1995) en donde la imagen de “pueblo fantasma” con la que se conocía Real de Catorce en el mundo de la publicidad ha sido transformada por el turista a una imagen de un lugar histórico y místico. Por lo anterior, se comprueba que el turista lleva a cabo transformaciones simbólicas y materiales de los lugares turísticos al momento de visitar la localidad, ya que cada uno tiene una experiencia que difiere a la promocionada y generada por los productores turísticos. Por lo tanto, en el caso de Real de Catorce se puede afirmar que coexisten dos espacios a nivel turismo, el de las promotoras turísticas y el de los turistas al vivir la experiencia.

9. Conclusiones

La percepción del espacio de Real de Catorce por los turistas obtenida mediante la encuesta fotográfica es de un lugar histórico con gran riqueza cultural en contraste con lo promovido por la propaganda turística como un pueblo fantasma. Lo anterior muestra que el papel de la imagen turística es importante ya que plasma los sentimientos y experiencias particulares de cada visitante que al final generan una o varias imágenes de la localidad, que pueden o no corresponder a lo estipulado por los productores turístico, las cuales tienen un peso importante en su desempeño dentro del mercado turístico (Jenkins, 2003).

A partir de la imagen que los turistas generaron al visitar el Pueblo Mágico, se observa que la distribución de los lugares no es equitativa y que la mayor cantidad de sitios visitados corresponden a los ubicados en la zona central de la localidad, ya sea por distintos factores como la señalización o la proximidad entre ellos, sin embargo, esto genera que no todos los sitios turísticos sean considerados para una valoración más general del lugar.

Es importante subrayar que los datos corresponden a una temporalidad específica, por lo que en otras épocas del año estos datos podrían variar; sin embargo, los resultados mostrados corresponden a un fin de semana con una concurrencia de turistas normal por lo que se puede estandarizar la información. Por lo anterior, esta investigación da pauta a la realización de otros trabajos que estudien a la localidad en épocas de gran afluencia -por motivos religiosos o

festividades nacionales- en donde la percepción del espacio podría cambiar.

En el desarrollo de la investigación se ha mostrado que la Geografía del turismo, con la ayuda de métodos visuales, conforman una manera de explicar el fenómeno de la imagen turística de Real de Catorce, ya que el análisis de los datos de la encuesta fotográfica muestra que lo visual tiene un peso importante en la valoración del lugar turístico, junto con otros aspectos como la motivación del viaje y el perfil del turista. Este tipo de encuestas podrían ser utilizadas para conocer la valoración tanto por los turistas como por los locales y el papel que funge la imagen turística en la producción del espacio turístico de otras localidades que han sido igualmente designadas como Pueblos Mágicos y así evaluar el impacto de estos tipos de programas desde un punto de vista cualitativo.

10. Referencias

- Alvarado Sizzo, I., Mínguez García, M. d., y López López, Á. (2018). Representaciones visuales de los destinos turísticos a través de Internet: el caso de Valladolid (México). *Pasos*, 16(2). Recuperado de <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2018.16.024>
- Andersson Cederholm, E. (2012). Photo-elicitation and the construction of tourist experiences. En T. Rakic, & D. Chambers, *An Introduction to Visual Research Methods in Tourism* (pp. 92 - 107). Londres: Routledge.
- Ashworth, G. J., y Dietvorst, A. J. (1995). *Tourism and spatial transformations*. Wallingford: CABI.
- Bignante, E. (febrero, 2010). The use of photo-elicitation in field research. *EchoGéo*. Recuperado de <http://journals.openedition.org/echogeo/11622>; DOI: <https://10.4000/echogeo.11622>
- Butler, R. W. (2012). Tourism geographies or geographies of tourism. Where the bloody hell are we? En J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographies* (pp. 26 - 35). Londres: Routledge.
- Chang, T. C. (2012). Making and unmaking places in tourism geographies. En J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographies* (pp. 133 - 145). Londres: Routledge.
- Chatelain, P. (mayo, 2008). Quelques réflexions sur les rapports de la géographie à l'image. *STRATES*. Recuperado de <http://journals.openedition.org/strates/40>

- 42
- Diario Oficial de la Federación. (4 de junio de 2014). *DECRETO por el que se declara una zona de monumentos históricos en la localidad de Real de Catorce, Municipio de Catorce, Estado de San Luis Potosí, en un área que comprende 0.395 kilómetros cuadrados. (Segunda publicación)*. Recuperado de http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5347272yfecha=04/06/2014
- Echtner, C. M., y Jamal, T. B. (1997). The Disciplinary Dilemma of Tourism Studies. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 868-883.
- Edensor, T., y Falconer, E. (2012). Sensuous Geographies of Tourism. En J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographies* (p. 323). London and New York: Routledge.
- El Pulso. (24 de mayo de 2014). Real de Catorce, un set cinematográfico natural. *El Pulso. Diario de San Luis*. Recuperado de <http://pulsoslp.com.mx/2014/05/24/real-de-catorce-un-set-cinematografico-natural/>
- Fernández Poncela, A. M. (febrero, 2016). Una revisión del programa pueblos mágicos. *Cultur* 10(1). Recuperado de <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/944>
- Forbes Staff. (julio, 2014). ¿Cuál es la situación real de los 'Pueblos Mágicos'? *Forbes México*. Recuperado de <https://www.forbes.com.mx/develan-misterios-de-los-pueblos-magicos/>
- Gale, T. (2012). Tourism Geographies and Post-structuralism. En J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographies* (p. 323). London and New York: Routledge.
- Gravari-Barvas, M., y Jacquot, S. (2012). Les géographes et les métiers du tourisme. *EchoGéo*. Recuperado de <http://journals.openedition.org/echogeo/13009>; DOI: <https://10.4000/echogeo.13009>
- Haldrup, M., y Larsen, J. (2012). Readings of tourist photographs. In J. Wilson, *The Routledge of Tourism Geographies* (pp. 153 - 167). Londres: Routledge.
- Hall, S. (1997) *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage.
- Hall, C. M., y Page, S. J. (2012). From the Geography of Tourism to Geographies of Tourism. In J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographie* (p. 323). London and New York: Routledge.
- Hatt, É. (marzo, 2010). Les enquêtes photographiques auprès des touristes. *Mondes du Tourisme*. Recuperado de <http://journals.openedition.org/tourisme/272>; DOI: 10.4000/tourisme.272
- Hiernaux, D., y Lindón, A. (2012). Renovadas intersecciones: la espacialidad y los imaginarios. En A. Lindón, y D. Hiernaux, *Geografías de lo imaginario* (pp. 9-28). Ciudad de México: UAM-I.
- INEGI. (2010). *Censo de Población y Vivienda 2010. Resultado sobre localidades con menos de 5 mil habitantes*. Recuperado de http://www.inegi.org.mx/sistemas/consulta_resultados/m5mh.aspx?c=28004
- INEGI. (2016). *México en cifras. Información nacional por entidad federativa y municipios. Catorce, San Luis Potosí*. Recuperado de <http://www3.inegi.org.mx/sistemas/mexicocifras/default.aspx?e=24>
- Jenkins, O. H. (2003). Photography and travel brochures: the circle of representation. *Tourism Geographies*, 305-328.
- Knudsen, D. C., Rickly-Boyd, J. M., y Metro-Roland, M. M. (2012). Landscape perspectives on Tourism Geographies. En J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographies* (p. 323). London and New York: Routledge.
- La Jornada San Luis Potosí. (25 de noviembre de 2017). Registra Real de Catorce alta ocupación hotelera. *La Jornada San Luis*. Recuperado de <http://lajornadasanluis.com.mx/politica-y-sociedad/registra-real-de-catorce-alta-ocupacion-hotelera/>
- Marshall, A. (2009). La sensibilité photographique du géographe. *EchoGéo*. Recuperado de <http://journals.openedition.org/echogeo/11024>; DOI: <https://10.4000/echogeo.11024>
- Meethan, K. (2012). Tourism, Individuation and Space. In J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographies* (p. 323). London and New York: Routledge.
- México Desconocido (2016) Real de Catorce. 111 Pueblos Mágicos. [Guía Especial] *México Desconocido*, 230-232.
- Miossec, J.-M. (1977). L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. *Annales de Géographie*, 86(473), 55-70.
- Montejano y Aguiñaga, R. (2001). *El Real de Minas de la Purísima Concepción de los Catorce, S.L.P.* (Segunda ed.). México: CONACULTA.
- Nogué i Font, J. (1992). Turismo, percepción del paisaje y planificación del territorio. *Estudios Turísticos*(115), 45-54.
- Rakic, T. (2012). Philosophies of the visual [method]. In T. Rakic, y D. Chambers, *An Introduction to Visual Research Methods in Tourism* (pp. 17 - 31). London: Routledge.

- Rakic, T., y Chambers, D. (2012). Introducing visual methods to tourism studies. En T. Rakic, y D. Chambers, *An Introduction to Visual Research Methods in Tourism* (pp. 3-14). London: Routledge.
- Sánchez-Mendoza, V. V. (2015). Imaginarios, representaciones e imagen turística. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5(1), 32-101.
- Scarles, C. (2010). Where Words Fail, Visuals Ignite. Opportunities for Visual Autoethnography in Tourism Research. *Annals of Tourism Research*, 905-926.
- SECTUR. (2015). *Pueblos Mágicos*. Ciudad de México: Secretaría de Turismo.
- SECTURSLP; SECTUR; CUATE; UASLP. (2014). *Diagnóstico sobre Competitividad y Sustentabilidad del Destino. Pueblo Mágico Real de Catorce*. Recuperado de <http://www.sectur.gob.mx/gobmx/pueblos-magicos/real-de-catorce-san-luis-potosi/>
- Sontag, S. (2016). *Sobre la fotografía* (C. Gardini, Trad.). (Segunda ed.). Ciudad de México: Penguin Random House Grupo Editorial.
- Turner, L., y Ash, J. (1991). *La borda dorada*. Madrid: Ediciones Endymión.
- Urry, J. (2002). *The Tourist Gaze*. London: Sage Publications.
- Walter, R. (2015). *Distribución de la población por tamaño de localidad y su relación con el medio ambiente*. Recuperado de <http://www.inegi.org.mx/eventos/2015/Poblacion/doc/p-WalterRangel.pdf>
- Wilson, J. (2012). Tourism. The view from space. En J. Wilson, *The Routledge Handbook of Tourism Geographies* (pp. 1 - 5). Londres: Routledge.
- Xavier, H. (2007). *A Percepção Geográfica do Turismo*. São Paulo: Aleph.

Patrimonio y paisaje urbanos en Argentina: caso del barrio Candiotti Sur en Santa Fe (2001-2013)

Irene Martínez¹
Melisa Luciana Percara²

Resumen: El impulso de la actividad constructiva, a partir de la recuperación económica luego de la crisis del 2001 en la Argentina, modificó valores en el patrimonio y paisaje de determinados entornos urbanos. El presente artículo aborda el caso del barrio Candiotti Sur de la ciudad de Santa Fe - Argentina en un periodo de 2001 a 2013, donde un acelerado proceso de transformación urbana pone en riesgo los valores ambientales (patrimoniales y paisajísticos) del lugar. Reflejándose en un conflicto en la coexistencia de dos procesos urbanos: proceso de consolidación y proceso de transformación. Se estudia la problemática a partir de un análisis urbanístico del barrio que implica el estudio particularizado del tejido urbano, el paisaje urbano y los instrumentos normativos implicados.

Palabras-clave: Transformaciones urbanas; patrimonio; paisaje; instrumentos normativos; Candiotti Sur.

Patrimônio e paisagem urbanos na Argentina: o caso do bairro Candiotti Sur em Santa Fe (2001-2013)

Resumo: O impulso da atividade construtiva, a partir da recuperação econômica após a crise de 2001 na Argentina, modificou valores no patrimônio e paisagem de determinados setores urbanos. O presente trabalho aborda o caso do bairro Candiotti Sur na cidade de Santa Fé - Argentina, no período de 2001 a 2013, onde um acelerado processo de transformação urbana põe em risco os valores ambientais (patrimoniais e paisagísticos) do lugar. O que reflete em um conflito na coexistência de dois processos urbanos: processo de consolidação e processo de transformação. Estuda-se a problemática a partir de uma análise urbanística do bairro que implica o estudo particularizado do tecido urbano, a paisagem urbana e os instrumentos normativos implicados.

Palavras-chave: Transformações urbanas; patrimônio; paisagem; instrumentos normativos; Candiotti Sur.

Urban heritage and landscape in Argentina: the case of the Candiotti Sur neighborhood in Santa Fe (2001-2013)

Abstract: The impulse of the constructive activity, starting from the economic recovery after the crisis of 2001 in Argentina, modified values in the heritage and landscape of certain urban environments. The present article approaches the case of Candiotti Sur neighborhood of the city of Santa Fe - Argentina from 2001 to 2013, where an accelerated process of urban transformation puts at risk the environmental (patrimonial and landscape) values of the place. This is reflected on a conflict because the coexistence of two urban processes: consolidation process and transformation process. The problem is studied from an urban analysis of the neighborhood that involves the particular study of the urban tissue, the urban landscape and the normative instruments involved.

Keywords: Urban transformations; heritage; landscape; urban regulations; Candiotti Sur.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.6631>

Como citar este artigo: Martínez, I.; Percara, M. L. (2018). Patrimonio y paisaje urbanos en Argentina: caso del barrio Candiotti Sur en Santa Fe (2001-2013). *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 1 (2), 96-108. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.6631>.

Recebido: 15 de junho, 2018. **Aceite:** 29 de agosto, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

¹ Docente de Universidad Nacional del Litoral (FADU-UNL), Argentina. Doctora en Humanidades y Artes por Universidad Nacional de Rosario (FHUM-UNR). Email: irenemartinez85@hotmail.com.

² Arquitecta por Universidad Nacional del Litoral, Argentina (FADU-UNL). Maestra en Geografía por Posgrado en Geografía de Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Email: melipercara@hotmail.com.

1. Introducción

El presente artículo muestra los resultados de una investigación propia titulada “Valores ambientales y patrimoniales; edificación en altura y sustitución de usos. Transformaciones en el paisaje y el tejido urbanos en barrio Candiotti Sur, Santa Fe (2001-2013)”. Ésta fue realizada en el marco de una Tesis de Graduación de la Carrera de Arquitectura y Urbanismo en la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad Nacional del Litoral en Argentina, llevada a cabo entre 2013-2014. En este trabajo se estudió la coexistencia de dos procesos urbanos: un proceso de consolidación y un proceso de transformación, en el barrio Candiotti Sur de la ciudad de Santa Fe - Argentina durante el período de 2001 a 2013; el cual ha sufrido un cambio socio-espacial acelerado provocado por la aparición de dos fenómenos: la edificación en altura y la sustitución de usos del tejido. La investigación se abordó a través de un análisis urbanístico del barrio que involucró el estudio del tejido, el paisaje urbano y los instrumentos normativos implicados. Los grupos de actores sociales comprometidos en estos procesos fueron: las entidades inmobiliarias-constructoras, los habitantes del barrio (vecinos) y la entidad administrativa¹ de la ciudad de Santa Fe.

2. Proceso de transformación urbana acelerada: conflictos en el patrimonio y paisaje urbanos de barrio Candiotti Sur de 2001 a 2013

La producción del espacio es resultado de las prácticas sociales y en este sentido surge de los mismos mecanismos y lógicas que hacen a la vida social (Lefebvre, 2013; Harvey, 2013). Así, los grupos sociales se apropian y dotan de significados al espacio que construyen mientras que el mismo es el que ofrece posibilidades y limitaciones para su producción (Lynch, 2010). Las transformaciones urbanas como resultado de los cambios sociales y económicos se pusieron de manifiesto en la ciudad de Santa Fe - Argentina desde los comienzos de su configuración, ya que el proceso urbano no es estático, sino que (...) *el espacio es producto de las 'relaciones', (...) siempre está en proceso de formación, en devenir, nunca acabado, nunca cerrado.* (Massey, 2005, p. 105). El entorno urbano de barrio Candiotti Sur se fue consolidando a través del tiempo con valores ambientales y características propias que lo constituyen como un barrio tradicional de la ciudad. Esto se debe a que es un área urbana configurada por la población inmigrante y las infraestructuras ferroviarias y portuarias instaladas

en las primeras décadas del siglo XX en la ciudad lo que lo vuelve tan característico (ver Figura 1).

En términos generales, las transformaciones urbanas en el barrio ocurrieron de manera armónica a lo largo de todo el siglo XX, siendo este el período en el que se consolida. Sin embargo, es a partir de fines de ese siglo y principios del siglo XXI cuando esas modificaciones resultan en un problema socio-espacial aún hoy no resuelto: la superposición no armónica de los procesos urbanos de consolidación y transformación. Por lo que surge el siguiente interrogante, ¿es posible la coexistencia de manera armónica de ambos procesos urbanos (consolidación y transformación) en el barrio Candiotti Sur en Santa Fe - Argentina de 2001 a 2013? (Ver Figura 2).

Las transformaciones aceleradas en Candiotti Sur se sucedieron en el marco del contexto nacional argentino asociado a la crisis económica y política de 2001 y la posterior reactivación económica que repercutieron a nivel urbano (Salvia, 2015). Debido al excedente monetario resultante del reajuste, que fue re-direccionado hacia el sector de la construcción, se generó una notable transformación urbana (Lapelle, López Asensio, & Woelflin, 2011), especialmente en las áreas centrales, afectando particularmente a barrio Candiotti Sur. Esto se suma a los sucesivos cambios y modificatorias en los instrumentos normativos de la ciudad de Santa Fe que regulan el uso y la ocupación del suelo de la mancha urbanizada.

El problema identificado, la superposición no armónica de estos dos procesos urbanos, es complejo ya que involucra diferentes y variadas situaciones. Por ello, se lo desglosa en variables (ver Figura 3):

1. Las transformaciones urbanas dadas por la edificación en altura y la sustitución de usos del tejido, llevadas a cabo por diversas entidades inmobiliarias-constructoras.
2. La respuesta respecto a tales transformaciones dada por el habitante del barrio, negativa respecto a la edificación en altura y positiva para la sustitución de usos.
3. La normativa que se gestiona desde la Municipalidad de la Ciudad de Santa Fe (MCSF) en relación al ordenamiento del suelo urbano.

Figura 1 - Imagen urbana tradicional del barrio Candiotti Sur



Fuente: Fotografías propias en base a trabajo de campo. Septiembre, 2013

Figura 2 – Imagen urbana del barrio Candiotti Sur producto de las transformaciones recientes



Fuente: Fotografías propias en base a trabajo de campo. Septiembre, 2013

Figura 3 – Problema: variables observables y actores sociales implicados

	TEJIDO	PAISAJE	INSTRUMENTOS NORMATIVOS
VARIABLES	Edificación en altura	Respuesta negativa	Ordenamiento del uso del suelo
	Sustitución de usos	Respuesta positiva	
ACTOR	Entidades inmobiliarias - constructoras	Habitante del barrio	Municipalidad de la ciudad de Santa Fe

Fuente: Elaboración propia en base a trabajo de campo. Septiembre, 2013

De acuerdo a lo anterior, se sostiene la idea central que son la ambigüedad y la superposición reconocidas en la normativa la causa de la escasa armonía entre los procesos urbanos de consolidación y transformación urbana, ya que dificulta e interfiere en la preservación de los valores patrimoniales y paisajísticos, regulando de manera no consensuada las modificaciones del tejido y el paisaje urbanos en el barrio Candiotti Sur. A partir de esto, el objetivo principal es reconocer cómo se manifiesta en lo urbano el conflicto entre los procesos de consolidación y transformación dada la coexistencia de intereses diversos manifestados por los distintos grupos de actores involucrados, con el fin de determinar de qué manera podría articularse armónicamente la convivencia de los mismos y aportar ambos a la construcción de la ciudad.

En síntesis, la hipótesis que guía este artículo como así también la investigación principal, se basa en la identificación de transformaciones en el tejido y el paisaje urbanos del barrio Candiotti Sur, como consecuencia de la edificación en altura y la sustitución de usos del tejido, situación que se incrementó considerablemente desde fines del 2001 y principios del 2002; y que a su vez provocó una modificación de las cualidades ambientales y patrimoniales del barrio generando una situación conflictiva. Además, se plantea que tanto la ambigüedad como la superposición reconocidas en el cuerpo normativo de la ciudad es la causa principal de la falta de armonía entre los procesos urbanos de consolidación y transformación, ya que entorpece la preservación de los valores ambientales, regulando de manera no consensuada las modificaciones del tejido en el área de estudio.

Para dar cuenta de la problemática identificada con claridad se analizaron manzanas testigos del barrio que representan de forma clara esta situación conflictiva. Se seleccionó la manzana configurada por las calles Gdor. Candiotti al Norte, Güemes al Oeste, Sgto. Cabral al Sur y Avellaneda al Este. La elección se justifica en tanto en ella se localiza la parcela destinada a albergar el proyecto inmobiliario de un edificio de 70 metros de altura, lo cual resultaba de los máximos edificables permitidos por el Factor de Ocupación Total (FOT) según las dimensiones de parcela (22 metros x 70 metros aproximadamente). Este proyecto es el punto de conflicto a partir del cual los vecinos del barrio expresaron claramente su disconformidad respecto a las regulaciones edilicias y al impacto que la edificación en altura genera sobre el tejido y el paisaje urbanos del barrio. A causa de ello este proyecto fue abortado y re-programado según nuevas modificatorias a la normativa original que se

sancionaron producto del descontento social manifestado.

Tanto la manzana en cuestión como las manzanas adyacentes a ella albergan en su mayor parte construcciones destinadas a uso residencial, un estado de conservación del tejido bueno y un grado de concentración edilicia compacta, lo cual determina un tejido predominantemente homogéneo que resulta en la imagen característica del barrio. En todas las parcelas que abarca la manzana seleccionada se registra una intensidad de uso del suelo baja, es decir entre uno y dos niveles (un promedio de 6 metros), y esto interesa particularmente si se considera que el proyecto mencionado proponía una altura de edificación de 70 metros, esto es 64 metros más que la altura promedio de las viviendas allí existentes. Respecto al ancho de calle Güemes (cuya amplitud geométrica es de 17 metros) genera una relación de 1:4, es decir, una relación que excede cuatro veces la relación de calibre ideal y "ortodoxa", según palabras de la Arq. María Laura Bertuzzi. También vale destacar que el lado Norte de la manzana analizada alberga cinco inmuebles que han sido valorados por el presente trabajo debido a su valor histórico y estético. Interesan particularmente las tres viviendas existentes sobre calle Gdor. Candiotti en intersección con calle Güemes, en tanto son viviendas de estilo pintoresquista, particulares por su estilo en la ciudad de Santa Fe, que destacan por su valor estético y por su connotación histórica ya que originalmente fueron las residencias de las autoridades del Ferrocarril Santa Fe Cargas (Ver parte inferior izquierda de Figura 4). Se reconoce rotundamente como la intervención propuesta altera la imagen tradicional de barrio Candiotti Sur en tanto perturba y modifica los valores reconocidos en los inmuebles valorados anteriormente mencionados en particular, como también los valores detectados a nivel ambiental en el barrio en general. Esto en tanto se trata de un elemento que por sus dimensiones interfiere con las actividades cotidianas tradicionales del interior del barrio: arrojaría sombras no deseadas generando mayor humedad y posibilitando el desarrollo de vegetación, problemas de ventilación, interferiría con la privacidad de las viviendas unifamiliares que prevalecen en el tejido estudiado, además de que implicaría una superpoblación de personas y de vehículos en el sector, situación que, se considera, no es la adecuada para la escala del barrio. Respecto a ello el P. Nieva, secretario de la Vecinal de barrio Candiotti Sur, sostiene que Candiotti Sur no posee la infraestructura y los servicios que requieren los edificios de tal magnitud y que:

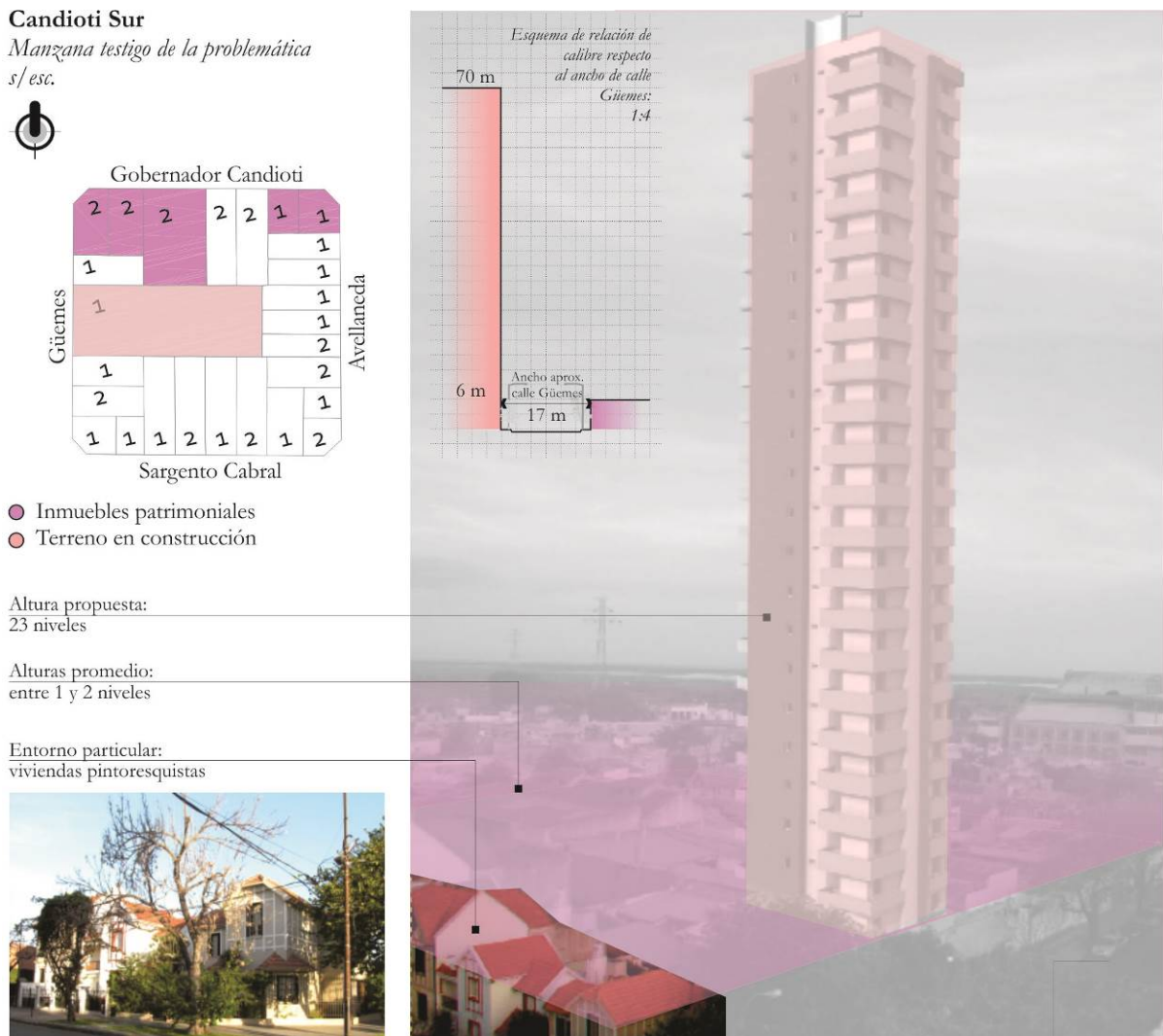
“(...) aparte, la densificación urbana trae otro tipo de problemas inmediatos: la sobrecarga de vehículos sobre las calles (...). En este momento barrio Candiotti Sur está en el límite de saturación de capacidad de automóviles (...), como el centro, está colapsado (...)” (ver).

Con este ejemplo se pone en clara evidencia cómo la edificación en altura de una

normativos de la ciudad de Santa Fe que involucra al barrio y con vigencia durante ese período. De este modo, se aborda la problemática desde una perspectiva que abarca tres análisis particularizados de dimensiones urbanas como: tejido, paisaje urbano e instrumentos normativos, que quedan englobados bajo un análisis urbanístico.

Lo anterior se comprende en relación al rol del Urbanismo como disciplina (*praxis*) que estudia

Figura 4 - Manzana testigo de la problemática en el barrio Candiotti Sur



Fuente: Elaboración propia en base a trabajo de campo y relevamiento de proyecto. Septiembre, 2013

intensidad de uso del suelo alta planteada según una escala que supera extraordinariamente la escala del barrio, perturba los valores ambientales y patrimoniales del mismo, excediendo al objeto en tanto que no sólo afecta al vecino inmediato, sino que genera un conflicto en términos de percepción del paisaje urbano de la ciudad.

Para llevar adelante este trabajo se requiere un estudio mixto, es decir, la combinación de métodos cualitativos y cuantitativos basados en el registro sistemático y la cualificación del tejido y del paisaje urbanos del barrio Candiotti Sur entre los años 2001 y 2013 y el estudio de los instrumentos

la relación espacio-sociedad (Sánchez de Madariaga, 1999; 2008). En este sentido, las nociones de patrimonio y paisaje se constituyen como centrales para el estudio. El concepto de patrimonio se construye a partir de Choay (1993), Collado (1999), Fernández (1991), García Canclini (1999) y Waisman (1996; 1997) al entendido que los bienes tangibles e intangibles heredados, merecen ser conservados y sobre los cuales la sociedad posee derechos. Es un concepto complejo en tanto se basa en las relaciones integrales entre el componente físico y el social y depende de las variables espacio y tiempo. Se deja de lado al objeto

hegemónico, único y de elite, para adentrarse a una consideración de lo plural y democrático en tanto dimensiones de lo popular, al sentido de pertenencia colectiva de la sociedad (paisajes, sitios y entornos construidos, costumbres populares, entre otros.). El patrimonio se valora y se comprende en relación a la percepción de la sociedad y al contexto. La preservación del patrimonio debe darse en tanto papel activo en la sociedad y no como interferencia al desarrollo del presente, la intervención del mismo debe ser abordada desde criterios de equipos profesionales y técnicos especializados; y regulada desde organismos estatales sin intereses particulares sino con una visión perspectiva y programática. El patrimonio suscita identidad y sentido de atributos colectivos en la sociedad, en tanto es resultado de la interacción sociedad-entorno.

La noción de paisaje trabajada a partir de autores como Cullen (1974), Lynch (2010), Naselli (1992), y Nogué (2007; 2008; 2010) refiere a una imagen global de una porción de territorio donde el sujeto se encuentra inmerso, a diferencia de la imagen urbana que se entiende siempre a partir del observador en interacción con el ambiente que lo rodea. Posee dos dimensiones: la física (soporte + espacios edificados + espacios abiertos) y la perceptiva (orientación + identidad). Ambas son imprescindibles para su existencia y poseen relación directa ya que la modificación de la variable física conlleva necesariamente una modificación de la percepción. La dimensión física posee carácter, que guarda mixturas entre estructuras urbanas a causa de la transformación constante; y la dimensión perceptiva le otorga valores, impactando éstos en la calidad de vida del sujeto que percibe e interpreta. Se interpreta a través de la lectura de la imagen urbana que realiza el observador, la cual tiene que ver con un recorte de la realidad y según las intenciones del observador. El ser humano asigna valores a los diferentes espacios según su experiencia social, aquí radica el valor del paisaje en tanto es a partir de este como las personas se relacionan con el entorno urbano, dotándolo de identidad. El presente estudio destaca la importancia que el habitante del barrio le confiere al mismo como entorno cargado de identidad y de diferenciación, que les otorga sentido de pertenencia.

3. Análisis urbanístico del barrio Candiotti Sur

3.1. Entorno urbano del barrio

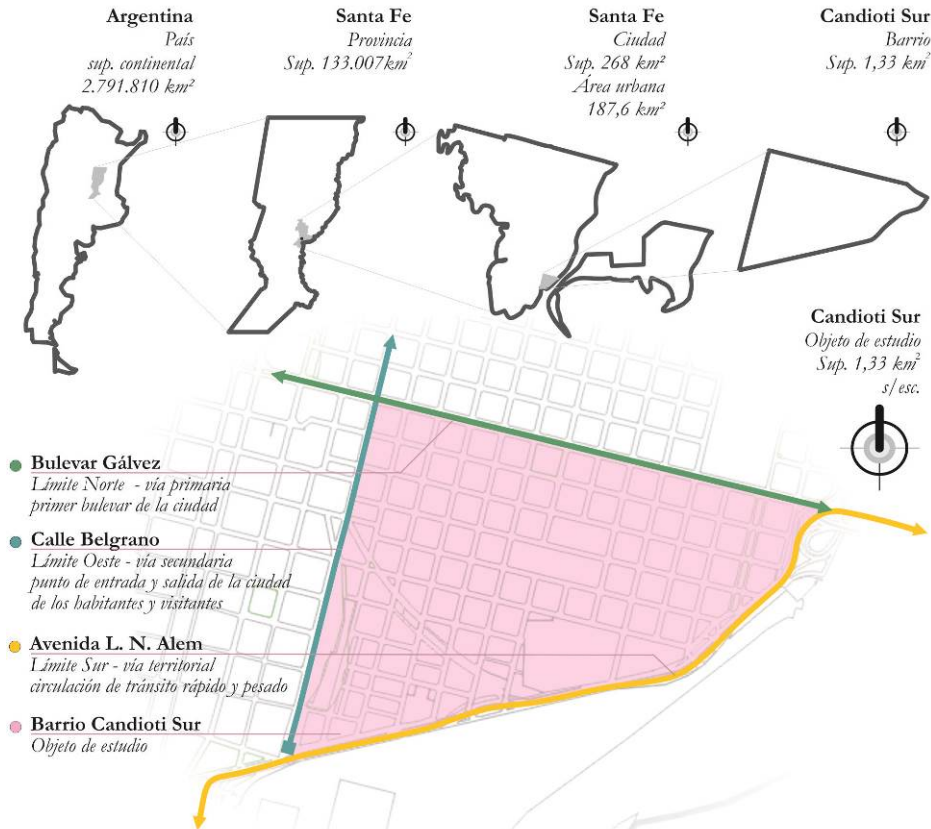
Candiotti Sur se constituye como un barrio de la ciudad de Santa Fe con valores y

características tradicionales. Surge en el siglo XIX por dos hechos puntuales: en primer lugar, el trazado del actual bulevar Gálvez y en segundo lugar, la instalación del primer ferrocarril, hechos innovadores para la época que sitúan al barrio como hito de la modernidad (Vittori, 1997).

El barrio queda delimitado por tres ejes viales que poseen características físicas distintivas que le otorgan al barrio ciertas peculiaridades. En el límite Norte del barrio se encuentra bulevar Gálvez que se constituye como el primer bulevar de la ciudad y configura el ingreso Este de la ciudad (Collado, 1994), es heterogéneo ya que presenta diversidad de tipos constructivos, su cantero central cuenta con vegetación diversa, tiene carácter institucional por los equipamientos urbanos simbólicos que posee y existen pubs, bares y restaurantes típicos. En el límite Oeste se encuentra calle Belgrano donde se localiza la Estación Terminal de Ómnibus General Manuel Belgrano que es el lugar de entrada y salida de habitantes y visitantes de la ciudad de Santa Fe. Este límite refleja las características del interior del barrio que es en general homogéneo en su tejido ya que cuenta con mayoría de construcciones de uno y dos niveles, las aceras son anchas (aprox. Más de 3m.) y la vegetación es abundante y frondosa. Y en el límite Sur se encuentra la avenida L. N. Alem que es una de las vías de conexión interurbanas de la ciudad que permite la circulación de tránsito rápido y pesado, es un eje vial de relevancia internacional por ser parte del Corredor Bioceánico Chile-Argentina-Brasil. Este límite se constituye bajo un carácter más industrial, ya que se ubican varias fábricas y depósitos industriales, entre ellos la Cervecería Santa Fe símbolo de los santafesinos (ver Figura 5).

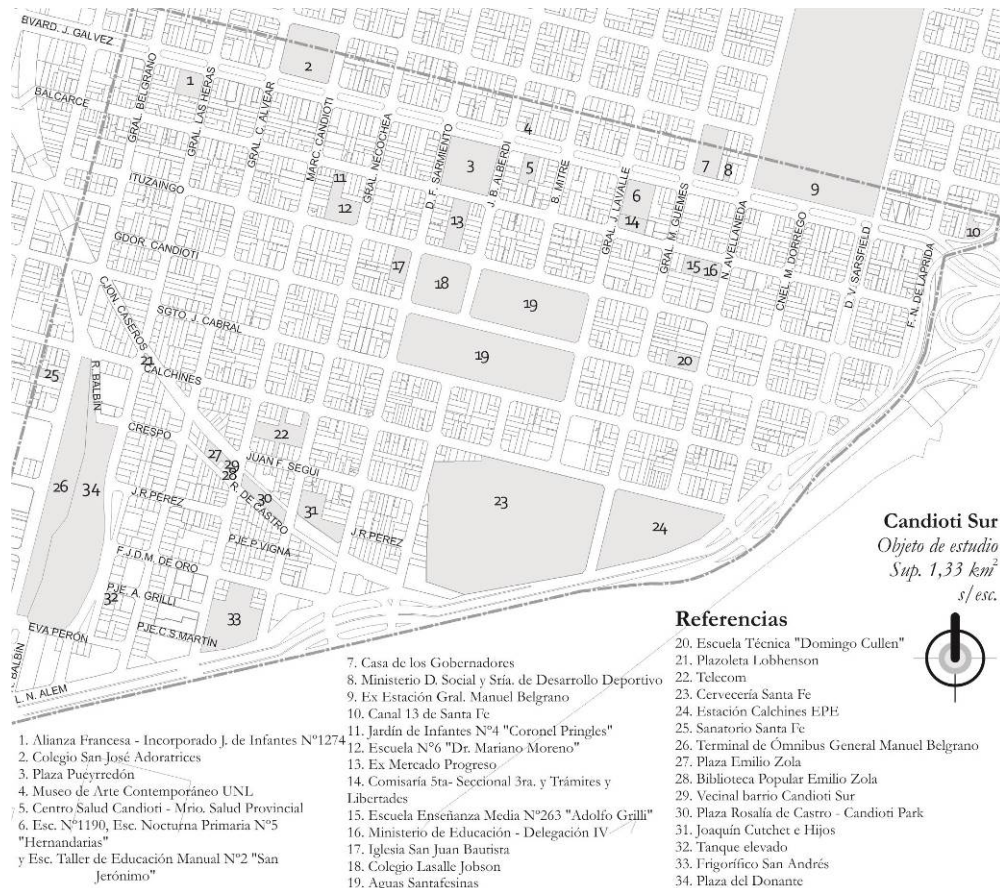
El barrio adquiere relevancia dentro de la ciudad tanto por su localización en la planta urbana, tal como se describió anteriormente, como por sus lugares significativos, equipamientos urbanos que sirven a la ciudad en general y que poseen un valor particular ya que surgieron con el barrio como producto de la modernidad (Vittori, 1997), situación que les confiere jerarquía frente a otros equipamientos urbanos (ver Figura 6). De este modo el barrio surge en el siglo XIX y es cuando se consolida. Durante todo el siglo XX existen transformaciones urbanas fruto del devenir de las prácticas sociales, pero estas se dan de una manera moderada y armónica. Pero es en el siglo XXI donde las transformaciones urbanas recaen en un problema socio-espacial, que aún en la actualidad no está resuelto.

Figura 5 - Delimitación del barrio Candiotti Sur



Fuente: Elaboración propia en base a planimetría oficial y trabajo de campo. Septiembre, 2013.

Figura 6 - Lugares relevantes de Candiotti Sur



Fuente: Elaboración propia en base a planimetría oficial y trabajo de campo. Septiembre, 2013

3.2. Análisis particularizado del tejido del barrio

El análisis del tejido permite registrar las transformaciones urbanas, resultantes de la interacción de la sociedad con el espacio (Lefebvre, 2013; Harvey, 2013), es por ello que la edificación se estudia con la finalidad de obtener características precisas de la misma a modo de saber cómo está constituido el barrio.

Para este eje de estudio se utilizaron distintas categorías analíticas. A partir de la categoría *usos del suelo*, se identifica la actividad de cada parcela (residencial, comercial mayorista, comercial minorista, servicios, servicios especializados, recreativa, equipamiento público, equipamiento público de recreación, industrial y sin uso). El *estado de conservación edilicio*, reconoce el estado de preservación y mantenimiento edilicio en el que se encuentran las edificaciones y se analiza según cada parcela (bueno, regular, malo, sin edificación y en construcción). La *intensidad de ocupación del suelo*, se analiza según cada parcela, definiendo en cada una la cantidad de niveles edificados que posee (sin ocupación-nula, ocupación del suelo baja, ocupación del suelo media y ocupación del suelo alta). Las *características morfológicas*, se evaluó la diversidad morfológica del tejido urbano a partir del tamaño de lote, tipo constructivo (que puede ser asociado a un uso del suelo) y la ocupación del lote, respecto a la cuadra o manzana según el área (homogéneo, heterogéneo). El *grado de concentración*, se analiza conforme a los llenos y los vacíos que el tejido presenta de acuerdo a la cuadra o manzana (tejido compacto, tejido intermedio y tejido disperso). La categoría de *análisis transformación edilicia* verifica los cambios que se producen en el tejido a través del tiempo (construcción reciente, en construcción, adaptación de lo construido al uso, adaptación del uso a lo construido y sin modificación aparente). Y, la última categoría de análisis es de *elementos singulares*, donde se registran las edificaciones en altura y las edificaciones que poseen valores particulares reconocibles, a fin de establecer un análisis en paralelo de los dos tipos edilicios que, se reconoce, presentan mayor punto de conflicto en el contexto de barrio Candiotti Sur (patrimonio inventariado, inmuebles valorados, ocupación del suelo media, ocupación del suelo alta, intervención en edificio patrimonial y en construcción).

Estas categorías se representan sobre la planimetría que se trabajó para realizar y sistematizar el relevamiento. Ésta permitió reconocer en Candiotti Sur un conjunto de características y valores particulares, las cuales arrojaron los siguientes resultados parciales correspondientes al análisis del tejido. En primer

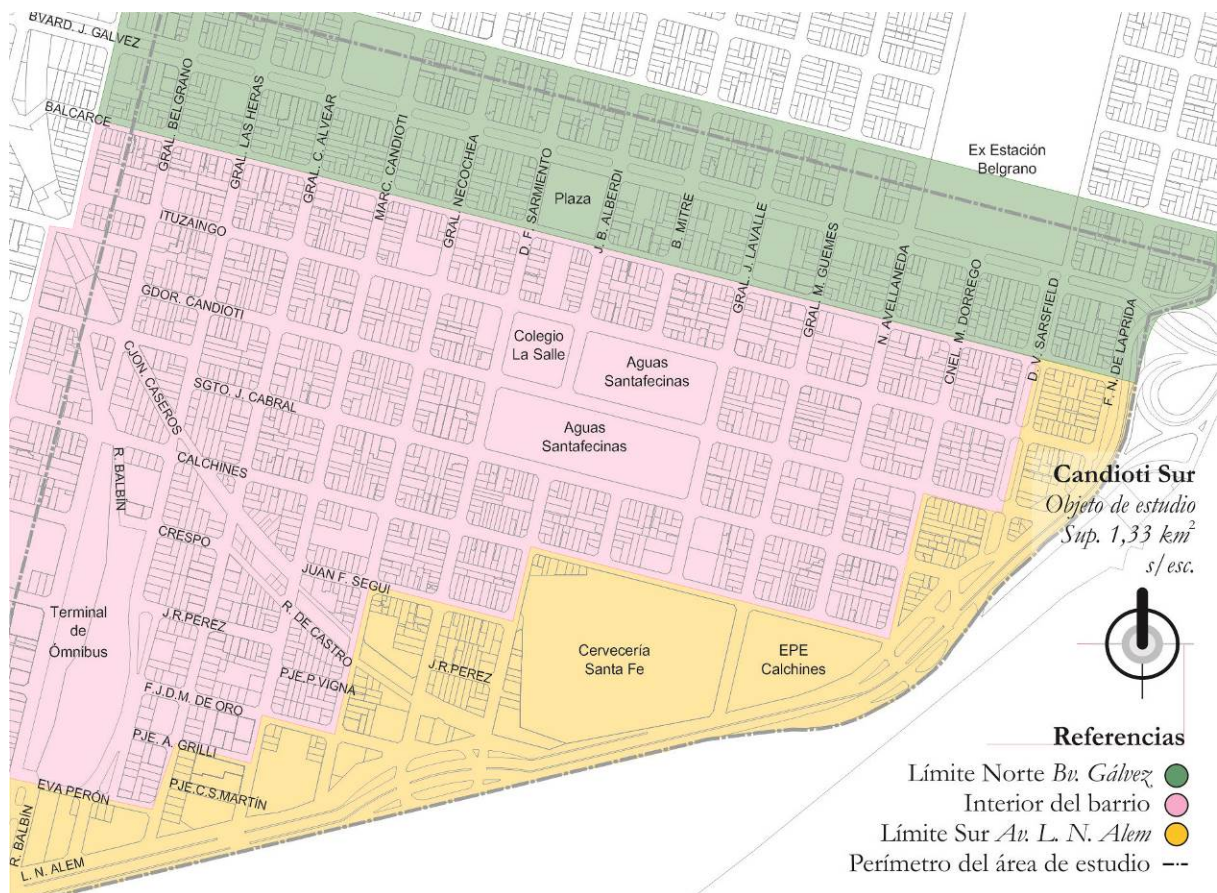
lugar, los *usos del suelo* resultaron en un 70% de ocupación residencial; tanto edificaciones desarrolladas en uno, dos o más niveles, como así mismo las que se destinan a vivienda unifamiliar o vivienda colectiva; en segundo lugar, el *estado de conservación edilicio* es de 80% bueno; lo cual se caracteriza como edificaciones que no presentan alteraciones o patologías edilicias visibles aparentes, esto refiere al estado de los materiales, pinturas, carpinterías y demás componentes constructivos; en tercer lugar, la *intensidad de ocupación del suelo* se vio reflejada en un 82% de parcelas ocupadas por edificaciones de uno y dos niveles; en cuarto lugar, las *características morfológicas* son de 60% de las manzanas homogéneas; lo que indica que presentan similitud de tamaño de lotes, de tipos constructivos y de ocupación del lote, generando en conjunción un tramo uniforme; en quinto lugar, el *grado de concentración* que se analiza conforme a los llenos y vacíos que el tejido presenta, resulta ser 60% de las manzanas compactas; de la manzana aproximadamente un 80% de construcciones que se configuran como lleno, frente a un 20% de espacio vacío; en sexto lugar, la *transformación edilicia* indica que existen un 85% de parcelas sin modificación aparente; por último, los *elementos singulares* surgen de distinguir las edificaciones en altura y las edificaciones que poseen valores particulares reconocibles, que resulta en un 86% de parcelas que se distinguen con elementos singulares.

A partir de lo anterior, se sostiene que existen tres sectores dentro del barrio: *límite Norte*, que comprende bulevar Gálvez y el tejido que lo configura; *límite Sur*, que involucra a avenida L. N. Alem y su tejido aledaño; y, el *interior del barrio* en tanto zona que abarca el tejido interno del área de estudio, excluyendo manzanas y cuadras comprendidas en los límites Norte y Sur (ver Figura 7).

3.3. Análisis particularizado del paisaje del barrio

Este análisis particularizado está en relación directa con el análisis del tejido urbano. La noción de paisaje se entiende como resultado de la percepción ambiental a partir de la construcción de imágenes que resultan de (...) *un proceso bilateral entre el observador y su medio ambiente* (...) (Lynch, 2010, pág. 15). En el análisis del tejido se identificaron diversos sectores dentro del barrio que conforman y determinan al paisaje urbano. A través de una lectura paisajística, que pone en relación las imágenes (paisaje) con los planos (tejido), se analiza el modo en que los elementos que componen el tejido hacen al paisaje como percepción de la imagen urbana.

Figura 7 - Resultados parciales del análisis particularizado del tejido



Fuente: Elaboración propia en base a planimetría oficial y trabajo de campo. Septiembre, 2013

El análisis del paisaje permite verificar cuál es la identidad y el carácter de ese paisaje en términos de sus elementos y el modo en que éstos lo definen. Este análisis permite reconocer, en término de Lynch (2010), el *sentido* del paisaje urbano del objeto de estudio. Sentido del paisaje en cuanto a claridad y/o armonía con la que se perciben e identifican los elementos del paisaje, el modo en que éstos se relacionan con los sentimientos y valores espaciales de los sujetos y la estructura formal del espacio que permite la orientación. Interesa en este punto la noción de *sentido de lugar* en tanto identidad en términos de lugar sensitivo e identificable en el paisaje, cualidad relacionada a su *legibilidad* (Lynch, 2010). Identidad que posee el barrio Candioti Sur a partir de los valores ambientales y características propias particulares que se detectan a lo largo de la investigación.

El paisaje se percibe a través de la imagen urbana y es a partir de ella que se comprende el mismo, (...) *la imagen es el componente básico de nuestra comprensión del entorno* (Valiente & Nardelli, 2014, pág. 2). Por ello, el análisis del paisaje urbano queda configurado bajo tres maneras diferentes de trabajar la imagen urbana que aportan miradas particulares y permiten reconstruirlo en su

totalidad, constituyéndose en el análisis particularizado del paisaje en categorías analíticas: *capturas panorámicas, imágenes urbanas y secuencias de imágenes*.

En las *capturas panorámicas* se localiza el punto de vista y el encuadre de la misma en el mapa, dimensionando la extensión (tamaño) del paisaje representado en la imagen; se analiza según escalas territoriales y niveles de paisaje; y según los elementos reconocidos, identificando en los mismos las cualidades que poseen y el significado que se le atribuye a cada uno de ellos a partir de la indagación en las impresiones, sensaciones o recuerdos del sujeto. Esto con el fin de reconocer las características y elementos que posee el objeto de estudio en términos generales. En las *imágenes urbanas* tomadas a escala peatonal se identifican en el mapa la localización del punto de vista, el encuadre de cada imagen y la extensión (tamaño) del paisaje representado en cada una de ellas; también se identifican tanto en el mapa como en la fotografía la escala territorial y los niveles del paisaje según unidades que se destacan y hechos relevantes característicos y los componentes de la imagen urbana según la relación elementos naturales-espacio construido. Además, se analiza la composición de la imagen a partir de la disposición

y jerarquía de los elementos que la constituyen y según las cualidades de los mismos, y se la descompone hasta identificar la estructura del espacio construido. Y las *secuencias fotográficas*, también tomadas a escala peatón, se identifican en el mapa con numeración y localización del punto de vista de cada imagen; se analizan en el mapa y en las fotografías según escalas territoriales, niveles de paisaje, contenido del campo visual en términos de identidad y carácter de los elementos que componen el paisaje y según las variaciones y permanencias de los mismos como clave de reconocimiento perceptivo de la identidad de los diferentes sectores urbanos.

En complemento con lo anterior, se entiende que el sujeto que percibe el paisaje otorga valores al espacio que lo rodea, a partir de los cuales interpreta el recorte de la realidad que observa mediante sus experiencias e intenciones (Nogué, 2007; Nogué, 2008; Nogué, 2010). Es por ello que se considera fundamental comprender cómo cada actor involucrado construye a partir de su subjetividad las imágenes urbanas que hacen a su identidad en términos espaciales. Para comprender la percepción del paisaje de cada uno de los grupos de actores se realizaron entrevistas a informantes-clave de cada uno de los grupos de actores; y además, se realizaron encuestas a los

Estos valores son de carácter estéticos (ambiente cualificado, imagen urbana predominantemente homogénea, paisaje visualmente agradable), simbólicos (tradicición e historia, identidad urbana, símbolo de modernización de Santa Fe, equipamientos urbanos tradicionales y de significación a nivel ciudad), de referencia y orientación (espacios típicos, ambientes tradicionales) y valores que atañan a una buena calidad de vida (tranquilidad, seguridad cotidiana, ambiente comfortable). También, se reconoce que el paisaje del barrio ha sido y es modificadoⁱⁱ por los procesos de transformación urbanos ligados a la edificación en altura y a la sustitución de usos; los primeros perturbando los valores ambientales (patrimoniales y paisajísticos) que el barrio posee, y no así los segundos, que resultan de acuerdo para la mayor parte de los actores involucrados. Por último, existen dentro de él tres sub-unidades de paisaje que coinciden con los sectores identificados en el análisis particularizado del tejido (Figura 4), que poseen características particulares que los diferencian de otros, y que hacen a la totalidad del objeto de estudio: límite Norte-bulevar Gálvez, interior del barrio y límite Sur-avenida L. N. Alem. Esto último, a partir de comparar la configuración del paisaje con la conformación del tejido a través de una lectura-análisis paisajística, que pone en

Figura 7 - Resultados parciales del análisis particularizado del tejido



Fuente: Fotografías propias en base a trabajo de campo. Septiembre, 2013.

habitantes del barrio. Esto permitió conocer cuál es la visión que los diferentes grupos de actores involucrados poseen sobre el barrio y en relación a la problemática planteada.

De este análisis del paisaje surgen los siguientes resultados parciales. Se verifica que Candiotti Sur es un barrio consolidado de la ciudad de Santa Fe y posee valores ambientales (patrimoniales y paisajísticos), que son identificables tanto a través del estudio de la imagen urbana en sus diferentes categorías analíticas como también a partir del reconocimiento que hacen sobre los grupos de actores entrevistados y encuestados. Que esos valores hacen a la identidad del barrio y que deben ser preservados, sin que esto implique desconocer las dinámicas actuales de crecimiento de la ciudad.

relación las imágenes con los mapas; y así comprender el modo en que los elementos que componen el tejido hacen al paisaje como percepción de la imagen urbana (ver Figura 8).

3.4. Análisis de los instrumentos normativos implicados en el barrio

Como tercera y última parte del análisis urbanístico se estudió cronológicamente el corpus normativo vigente para el período de estudio en la ciudad de Santa Fe en lo que refiere a la subdivisión de la ciudad según distritos, a la regulación de usos y a la protección de elementos y ambientes de carácter patrimonial para detectar los

puntos de superposición y ambigüedad existente entre las distintas normas y que coexisten actualmente en el barrio. En tal sentido, a diferencia del método de análisis propuesto para el estudio del tejido y del paisaje del barrio, el abordaje de estudio para la normativa no se estructura según categorías analíticas, sino que considera dos aspectos en paralelo: la *cronología de los instrumentos normativos* y la *opinión de los actores involucrados* respecto al mismo.

Como parte de los resultados parciales de los instrumentos normativos se interpreta que existen superposiciones y ambigüedades entre la normativa, vigente para el periodo 2001 a 2013, para el contexto de barrio Candiotti Sur de la ciudad de Santa Fe. Esta ambigüedad y superposición en lo que respecta a la regulación de las transformaciones urbanas que atañen al barrio, contribuye a la escasez de armonía entre los procesos de consolidación y transformación urbanos; particularmente en lo que refiere a la edificación en altura y no así en las regulaciones que conciernen a la incorporación de nuevos usos comerciales y recreativos en el barrio. Esta situación dificulta la preservación de los valores ambientales que se le reconocen en Candiotti Sur ya que impiden lograr una regulación que consensue de manera armónica las modificaciones del tejido, correspondientes al crecimiento de la ciudad, y la conservación de las cualidades particulares que el barrio presenta.

Lo expuesto tiene relación sobre que las normativas que coexisten parten, algunas, de una planificación de la ciudad en términos físicos y funcionales según una mirada restringida de la ciudad, particularmente aquellas normas sancionadas bajo el régimen militar. Mientras que otras pugnan por un ordenamiento de la ciudad en base a la percepción de la imagen urbana, y contemplan aspectos del tejido y del paisaje urbanos que en numerosas ocasiones no se condicen con los lineamientos planteados en las primeras propuestas de ordenamiento urbano diseñadas para la ciudad pero que sin embargo permanecen vigentes.

3.5. Resultados generales del análisis urbanístico

A partir de los tres análisis particularizados es posible verificar diferentes cuestiones. Por un lado, se puede afirmar que el barrio posee características y valores ambientales particulares que deben ser preservados. Estos valores aportan a la identidad del mismo y quedan clasificados en: valores estéticos, simbólicos, de referencia y orientación y de buena calidad de vida. Se

diferencian dentro del barrio tres sectores que poseen características propias: límite Norte-bulevar Gálvez, interior del barrio y límite Sur-avenida L. N. Alem (Figura 4). Además, se detectan ambigüedades y superposiciones en la normativa vigente, para el periodo de estudio, que regulan las transformaciones en el paisaje y en el tejido urbanos del barrio: mientras que por un lado claman por la preservación de los valores ambientales (patrimoniales y paisajísticos) del barrio, por el otro habilitan las transformaciones urbanas en el mismo, de un modo que, según se considera desde el presente trabajo, perturba tales valores. A partir de lo expuesto se afirma que las transformaciones ligadas a la edificación en altura en Candiotti Sur alteran los valores ambientales que se reconocen en el barrio. Esto se debe a que el mencionado proceso no coexiste armónicamente con las características tradicionales del barrio consolidado. Son las ambigüedades y las superposiciones detectadas en la normativa lo que dificulta la convivencia armónica entre los procesos urbanos de consolidación y transformación, ya que éstas presentan discordancias y oposiciones en las maneras de ver y construir la ciudad. A esto se suma que las normativas que tienen en cuenta la visión del paisaje urbano no dejan en claro cuáles son los valores ambientales a tener en cuenta. Finalmente se puede afirmar que en Candiotti Sur existe actualmente una gran puja de intereses por invertir en un barrio con características ambientales particulares y distintivas dentro de la ciudad de Santa Fe. En esa búsqueda, generalmente regida por intereses de mercado, muchas veces no se tienen en cuenta las características y valores particulares y se implantan objetos que pretenden lograr una imagen urbana promocionada desde las entidades inmobiliarias. Así, el paisaje del barrio se convierte en representaciones de imágenes homogéneas que, al ser resultado de intereses que no consideran estas cualidades particulares, destruyen lo distintivo del barrio que fue lo que impulsó la inversión allí, dando lugar a las innumerables discusiones entre los diferentes actores, cada uno en función de intereses.

Como muestra gráfica de esta situación reflexiva se expone en la parte superior de la Figura 9 una imagen urbana tradicional del interior del barrio Candiotti Sur donde existen predomios de edificaciones de uno y dos niveles, las veredas son de dimensiones anchas (más de 3 metros), existe abundante vegetación, lo que en conjunto logran una armonía del paisaje urbano patrimonial del lugar. Sin embargo, en la parte inferior de la misma figura se puede apreciar como el mismo ambiente es impactado por la edificación en altura (para este caso de 22 niveles). Ver Figura 9.

Figura 9 - Imagen urbana tradicional versus imagen urbana con impacto de la transformación urbana



Fuente: Fotografías propias en base a trabajo de campo. Septiembre, 2013.

4. Reflexiones finales

Finalmente, el aporte del presente artículo es la posibilidad de entender a la ciudad como hecho urbano complejo que debe ser estudiado y abordado teniendo en cuenta principalmente la forma urbana, entendida a ésta no sólo como la dimensión técnica y de operación en la parcela, sino como un conjunto que hace al espacio urbano, un espacio compuesto y transformado por

múltiples actores sociales que intervienen de manera directa o indirecta modificando el tejido y el paisaje urbano de sectores de la ciudad. Es decir, se reconoce que la transformación espacial, ya sea de conservación/preservación o de transformación urbana a partir de nuevos procesos de urbanización como la edificación en altura ocurre a partir de un proceso socio-espacial, en un tiempo específico y por actores sociales, individuales o colectivos, públicos o privados que poseen necesidades e intereses particulares sobre lo urbano. Por último,

estudiar e investigar la ciudad a partir de un análisis urbanístico guiado por categorías como el paisaje o el tejido urbano y sumado un desglose de las normativas urbanas es necesario para comprender procesos espaciales. Estos cuerpos normativos, que en muchas ocasiones posibilitan determinadas transformaciones y condicionan otras sin tener en cuenta que las transformaciones habilitadas, discuten con la realidad urbana de ambientes de la ciudad como un barrio tradicional como Candiotti Sur. Se detectan contradicciones, ambigüedades y superposiciones en la normativa que, por un lado, promueve la preservación de valores ambientales, estéticos y características morfológicas tradicionales lo cual favorece la voz de los vecinos y visibiliza la historia del lugar y su simbolismo. Pero, por el otro lado, de manera simultánea, habilitan transformaciones que perturban dichos valores y benefician los intereses de empresas constructoras y corredores inmobiliarios que se ven favorecidos, además, por una coyuntura económica.

5. Referencias bibliográficas

- Choay, F. (Noviembre - Diciembre de 1993). Alegoría del patrimonio, monumento y monumento histórico. *Arquitectura Viva*(33).
- Collado, A. (1994). *Documento de trabajo N°2: Proyectos urbanísticos para la ciudad 1887-1927*. Santa Fe: FADU-UNL.
- Collado, A. (1999). Atlas Histórico. Interpretaciones gráficas sobre los procesos urbanos en Santa Fe. *Polis*.
- Cullen, G. (1974). *El paisaje urbano*. España: Blume y Labor.
- Fernández, R. (1991). Patrimonio: ¿Qué investigación, para qué preservación del patrimonio? *Revista de Arquitectura Sur*, 2(5).
- García Canclini, N. (1999). Los usos sociales del patrimonio cultural. En E. Aguilar Criado, *Patrimonio etnológico : nuevas perspectivas de estudio* (págs. 16-33). Andalucía.
- Harvey, D. (2013). *Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. (J. Madariaga, Trad.) Madrid: Akal.
- Lapelle, H., López Asensio, G., & Woelflin, M. L. (Noviembre de 2011). Decimosextas Jornadas "Investigaciones en la Facultad" de Ciencias Económicas y Estadística. *El sector construcción-inmobiliario a una década de la crisis 2001*. Rosario: Instituto de Investigaciones Económicas - UNR.
- Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio* ((1ra en Español) ed.). Madrid: Capitán Swing.
- Lynch, K. (2010). *La imagen de la ciudad* (1 ed.). Barcelona, España: Gustavo Gili, SL.
- Massey, D. (2005). La filosofía y la política de la espacialidad: algunas consideraciones. En L. (. Arfuch, *Pensar este tiempo. Espacios, afectos, pertenencias*. (pág. 332). Buenos Aires : Paidós.
- Naselli, C. (1992). *De Ciudades, Formas y Paisajes*. Asunción, Paraguay : Arquna.
- Nogué, J. (Ed.). (2007). *La construcción social del paisaje*. Madrid, España: Biblioteca Nueva S.L.
- Nogué, J. (2008). Introducción: La valoración cultural del paisaje en la contemporaneidad. En J. Nogué (Ed.), *El paisaje en la cultura contemporánea* (págs. 9-24). Madrid, España: Biblioteca Nueva S.L.
- Nogué, J. (2010). El retorno al paisaje. *Enr abonar*, 123-136.
- Salvia, S. (2015). Políticas económicas, mercado mundial y acumulación de capital en la Argentina post-convertibilidad. *Revista de Economía Crítica*, 178-196.
- Sánchez de Madariaga, I. (1999). *Introducción al Urbanismo. Conceptos y métodos de la planificación urbana*. Madrid: Alianza.
- Sánchez de Madariaga, I. (2008). *Esquinas inteligentes: La ciudad y el urbanismo moderno*. Madrid: Alianza.
- Valiente, D. A., & Nardelli, M. (2014). Ficha de Cátedra: Imagen Urbana – Paisaje Urbano. Santa Fe, Argentina: Cátedra de Urbanismo 2, FADU-UNL.
- Vittori, G. J. (1997). *Santa Fe en clave*. Santa fe: BICA CEM Ltda.
- Waisman, M. (1996). El patrimonio es la construcción de la ciudad. *Summa* +(23).
- Waisman, M. (1997). El patrimonio en el tiempo. *Astrágalo*.

Notas

ⁱ Para este caso es la figura de "Municipalidad".

ⁱⁱ Si bien el estudio abarca los años de 2001 a 2013, hoy, año 2017, las condiciones del barrio siguen siendo las mismas, es decir, se sigue modificando su paisaje.